Fundamentos em Ciência da Informação

Andréa Reis da Silveira
Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas Mattos
Raffaela Dayane Afonso

2024
4ª Edição

Elaboração:
Andréa Reis da Silveira
Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas Mattos
Raffaela Dayane Afonso

Copyright © UNIASSELVI 2024

Revisão, Diagramação e Produção:
Equipe Desenvolvimento de Conteúdos EdTech
Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada pela equipe Conteúdos EdTech UNIASSELVI

C397 CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI.
Núcleo de Educação a Distância. **SILVEIRA**, Andréa Reis da.

Fundamentos em Ciência da Informação. Andréa Reis da Silveira; Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas Mattos; Raffaela Dayane Afonso. Florianópolis - SC: Arqué, 2024.

240p.

ISBN 978-65-6137-361-6
ISBN Digital 978-65-6137-362-3

"Graduação - EaD".
1. Arquivologia 2. Biblioteconomia 3. Museologia

CDD 020

Bibliotecário: João Vivaldo de Souza CRB- 9-1679

Impresso por:

APRESENTAÇÃO

Olá, acadêmico!

Seja bem-vindo ao livro didático da disciplina de Fundamentos em Ciência da Informação. Este material de estudos irá abordar aspectos sobre o campo da Ciência da Informação (CI), que abrange as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Destacaremos nossos estudos em três unidades integradas. Na primeira unidade, abordaremos aspectos históricos e conceituais sobre a CI. Compreenderemos o pensamento dos agentes que compuseram o campo e a evolução desses pensamentos. Conheceremos a distinção entre informação e conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação, e ainda, seus suportes conforme cada contexto de área.

Na Unidade 2, trabalharemos as relações que se estabelecem entre os objetos de estudo da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, respectivamente com os arquivos, bibliotecas e museus.

Na Unidade 3, estudaremos marcos da documentação, assim como o diálogo entre as três áreas, que compõem a CI, chamadas de "três marias". Finalizando o aprendizado, vamos conheceremos as perspectivas contemporâneas das três áreas em relação à informação.

É válido destacar que, entre cada unidade de estudo, você terá disponível um resumo dos principais assuntos dos temas de aprendizagem, que ajudarão a melhor assimilação dos conteúdos. E para fechar os estudos com muita habilidade, você poderá realizar autoatividades referentes aos temas estudados.

Desejamos boa leitura!

Miriam de Cassia do Carmo Mascarenhas Mattos
Andréa Reis da Silveira
Raffaela Dayane Afonso

GIO

Olá, eu sou a Gio!

No livro didático, você encontrará blocos com informações adicionais – muitas vezes essenciais para o seu entendimento acadêmico como um todo. Eu ajudarei você a entender melhor o que são essas informações adicionais e por que você poderá se beneficiar ao fazer a leitura dessas informações durante o estudo do livro. Ela trará informações adicionais e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto estudado em questão.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material-base da disciplina. A partir de 2021, além de nossos livros estarem com um novo visual – com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura –, prepare-se para uma jornada também digital, em que você pode acompanhar os recursos adicionais disponibilizados através dos QR Codes ao longo deste livro. O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com uma nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página – o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Preocupados com o impacto de ações sobre o meio ambiente, apresentamos também este livro no formato digital. Portanto, acadêmico, agora você tem a possibilidade de estudar com versatilidade nas telas do celular, tablet ou computador.

Preparamos também um novo layout. Diante disso, você verá frequentemente o novo visual adquirido. Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar os seus estudos com um material atualizado e de qualidade.

QR CODE

Olá, acadêmico! Para melhorar a qualidade dos materiais ofertados a você – e dinamizar, ainda mais, os seus estudos –, nós disponibilizamos uma diversidade de QR Codes completamente gratuitos e que nunca expiram. O QR Code é um código que permite que você acesse um conteúdo interativo relacionado ao tema que você está estudando. Para utilizar essa ferramenta, acesse as lojas de aplicativos e baixe um leitor de QR Code. Depois, é só aproveitar essa facilidade para aprimorar os seus estudos.

ENADE

Acadêmico, você sabe o que é o ENADE? O Enade é um dos meios avaliativos dos cursos superiores no sistema federal de educação superior. Todos os estudantes estão habilitados a participar do ENADE (ingressantes e concluintes das áreas e cursos a serem avaliados). Diante disso, preparamos um conteúdo simples e objetivo para complementar a sua compreensão acerca do ENADE. Confira, acessando o QR Code a seguir. Boa leitura!

LEMBRETE

Olá, acadêmico! Iniciamos agora mais uma disciplina e com ela um novo conhecimento.

Com o objetivo de enriquecer seu conhecimento, construímos, além do livro que está em suas mãos, uma rica trilha de aprendizagem, por meio dela você terá contato com o vídeo da disciplina, o objeto de aprendizagem, materiais complementares, entre outros, todos pensados e construídos na intenção de auxiliar seu crescimento.

Acesse o QR Code, que levará ao AVA, e veja as novidades que preparamos para seu estudo.

Conte conosco, estaremos juntos nesta caminhada!

SUMÁRIO

UNIDADE 1 - A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTEXTUALIZADA 1

TÓPICO 1 - DEFINIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 3
1 INTRODUÇÃO 3
2 ORIGEM DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 4
3 DEFINIÇÕES DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 11
3.1 OS PARADIGMAS CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 13
RESUMO DO TÓPICO 1 20
AUTOATIVIDADE 21

TÓPICO 2 - INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: FORMAS E SUPORTE 25
1 INTRODUÇÃO 25
2 DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO 26
3 DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 30
LEITURA COMPLEMENTAR 35
RESUMO DO TÓPICO 2 42
AUTOATIVIDADE 43

TÓPICO 3 - A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUA RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR 45
1 INTRODUÇÃO 45
2 DEFINIÇÕES DE INTERDISCIPLINARIDADE, PLURIDISCIPLINARIEDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE 45
3 SUBÁREAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 53
LEITURA COMPLEMENTAR 58
RESUMO DO TÓPICO 3 68
AUTOATIVIDADE 69

REFERÊNCIAS 71

UNIDADE 2 – APRENDENDO OS CONTEXTOS DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS 75

TÓPICO 1 – RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA 77
1 INTRODUÇÃO 77
2 ARQUIVOLOGIA: DEFINIÇÃO 78
2.1 CORRENTES TEÓRICAS NA ARQUIVOLOGIA 81
2.2 O QUE SÃO ARQUIVOS? 85
2.3 TEORIA DAS TRÊS IDADES 89
3 ARQUIVOLOGIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO ARQUIVISTA 90
3.1 O PROFISSIONAL ARQUIVISTA 94
3.2 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB) 95
3.3 CÓDIGO DE ÉTICA DOS ARQUIVISTAS 96
RESUMO DO TÓPICO 1 101
AUTOATIVIDADE 102

TÓPICO 2 - RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS E BIBLIOTECONOMIA 105
1 INTRODUÇÃO 105
2 ORIGEM DAS BIBLIOTECAS 106
2.1 CONCEITUAÇÃO E FUNÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA 110
2.2 AS CINCO LEIS DE RANGANATHAN 111
3 BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES 113
4 MARCOS DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA 117
5 A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA BIBLIOTECA E DA LEITURA PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA 119
RESUMO DO TÓPICO 2 121
AUTOATIVIDADE 122

TÓPICO 3 - RELAÇÃO ENTRE MUSEUS E MUSEOLOGIA 125
1 INTRODUÇÃO 125
2 MUSEU E MUSEOLOGIA NA CI 126
2.1 CONCEITUANDO MUSEU 126
2.2 A MUSEOLOGIA E OS MUSEUS 130
LEITURA COMPLEMENTAR 140
RESUMO DO TÓPICO 3 146
AUTOATIVIDADE 148

REFERÊNCIAS 151

UNIDADE 3 — PERSPECTIVAS ATUAIS E TENDÊNCIAS INFORMACIONAIS NO CAMPO DA CI 159

TÓPICO 1 — MARCOS DA ÁREA DA DOCUMENTAÇÃO 161
1 INTRODUÇÃO 161
2 O SURGIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO 161
RESUMO DO TÓPICO 1 171
AUTOATIVIDADE 172

TÓPICO 2 - ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECNOMIA E MUSEOLOGIA: DIÁLOGO COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 175
1 INTRODUÇÃO 175
2 O LUGAR DA ARQUIVOLOGIA, DA BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA 176
RESUMO DO TÓPICO 2 191
AUTOATIVIDADE 192

TÓPICO 3 - TENDÊNCIAS CIENTÍFICAS NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 195
1 INTRODUÇÃO 195
2 A PESQUISA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 196
3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL 203
3.1 ANCIB 205
3.2 ABECIN 209
4 TENDÊNCIAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DA CI 212
LEITURA COMPLEMENTAR 216
RESUMO DO TÓPICO 3 223
AUTOATIVIDADE 224

REFERÊNCIAS 227

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTEXTUALIZADA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- conhecer o contexto da Ciência da Informação;
- identificar os paradigmas da Ciência da Informação;
- conhecer as principais formas e suportes da informação e do conhecimento;
- identificar a característica interdisciplinar da Ciência da Informação;
- conhecer as subáreas da Ciência da Informação.

PLANO DE ESTUDOS

A cada tópico desta unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – DEFINIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
TÓPICO 2 – INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: FORMAS E SUPORTE
TÓPICO 3 – A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUA REAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CHAMADA

Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.

CONFIRA A TRILHA DA UNIDADE 1!

Acesse o
QR Code abaixo:

DEFINIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Na história da Ciência da Informação, há acontecimentos que influenciaram o seu nascimento já a partir do período da ciência moderna, durante o século XVI, mais especificamente, em meados do século XVI. Os primeiros indícios do nascimento da Ciência da Informação emergem de forma conjunta ao fato de que surgiram no cenário científico os primeiros periódicos que registravam o conhecimento científico e que contribuíram para a formalização da informação e do conhecimento.

Atribuir à Ciência da Informação a ideia de democratizar o acesso a ela foi um de seus marcos iniciais. A Ciência da Informação ganhou um impulso com o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) criado pelo advogado e visionário da Ciência da Informação **Paul Otlet**, em 1895, e que durante a I Conferência Internacional de Bibliografia, em Bruxelas, idealizou a criação de uma biblioteca universal com todos os registros de livros mundiais, possibilitando a democratização do acesso à informação e ao conhecimento (MATTELART, 2005; OLIVEIRA, 2005).

No entanto, somente a partir da década de 1950, que a Ciência da Informação passou a configurar como uma disciplina de fato. É importante destacarmos que, ao contrário de muitas outras disciplinas ou áreas do conhecimento, a Ciência da Informação não se desenvolveu como uma "extensão" ou "braço" de outras disciplinas. A Ciência da Informação emerge como uma forma de estudar possíveis soluções para fazer a gestão do volume crescente de informações, especialmente a partir do pós-guerra em 1945. Em função dos avanços tecnológicos da época, o volume de informações se apresenta de forma nunca antes vista. Nesse contexto, Vannevar Bush publicou um artigo intitulado "***As we may think***" (Como podemos pensar – em tradução literal), na revista "The Atlantic Monthly", em que aborda um dos mais influentes artigos sobre a história moderna da tecnologia e oferece uma visão do que viriam a se tornar décadas mais tarde o hipertexto, o e-mail e a ***World Wide Web*** (internet).

Nesse contexto, a Ciência da Informação passa a ser identificada como uma disciplina que trata não apenas do estudo ligado à informação e ao conhecimento, mas ao ambiente em que há produção, utilização, armazenamento, conservação, recuperação, preservação e também as unidades de informação por meio de sua representação, organização, disseminação e com as métricas associadas a diferentes processos que envolvem a informação e o conhecimento. Agora que vimos, brevemente, alguns aspectos históricos relacionados à Ciência da Informação, vamos aprofundar nossos conhecimentos sobre essa recente ciência?

2 ORIGEM DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Acadêmico, passaremos para as definições, mas antes, abordaremos a gênese ou as origens da Ciência da Informação (CI). Já vimos que os primeiros indícios da existência da disciplina se apresentaram ainda em meados do século XVI. De acordo com Álvares e Araújo Jr. (2010), os primeiros registros de estudos na área e a utilização de termos que faziam referência à Ciência da Informação foram mudando ao longo dos anos. Para os autores, "o estudo da área teve início em 1802, quando as primeiras ações são identificadas, [...] o primeiro registro que se conhece é de 1802, com o termo bibliografia. Em 1818, registra-se *librarianship*, seguido por *library science* em 1851, quando ocorre pela primeira vez o nome para o estudo de livros e bibliotecas" (ÁLVARES; ARAÚJO JR., 2010, p. 195). No histórico referente à terminologia, adicionam-se novas nomenclaturas, pois:

> Em 1903, Paul Otlet cunha o termo documentation para designar o processo de fornecimento de documentos para os que estão em busca de informação, traduzido para o inglês em 1908. [...] Outros termos foram propostos e, em 1891, information desk aparece como alternativa para reference desk. No mesmo contexto, information bureau foi usado em 1909 para designar o local onde os serviços de informação eram realizados. Em 1932, como que para completar o uso de termos que designam o trabalho de informação, a Association of Special Libraries and Information Bureau propõe o termo information work. O termo information retrieval, cunhado por Calvin Mooers, só é referenciado na área em 1950, e imediatamente tornou-se popular. Entretanto, só em 1960 é que finalmente information science passa a ser utilizado em um âmbito maior, englobando todos os esforços iniciados em 1802 (ÁLVARES; ARAÚJO JR., 2010, p. 195-196).

Desse modo, podemos perceber que, somente no final dos anos 1960, o termo *information science* passa a ser adotado como a nomenclatura oficial para se referir à Ciência da Informação. Mas como delimitar o que essa área do conhecimento estudaria de fato? Foi Borko (1968) que, após variadas definições apresentadas, organizou os limites para a nova área. Álvares e Araújo Jr. (2010, p. 197) descrevem que "o termo Ciência da Informação foi registrado pela primeira vez em 1958, pelo ***Oxford English Dictionary*** (OED) em referência a um artigo de Saul Gorn, oriundo da área de computação". Quanto à origem propriamente dita dessa área do conhecimento, sua origem é oriunda da revolução científica e técnica que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Uma série de novas áreas ou novos campos do conhecimento inicia-se. Saracevic (1996, p. 42) descreve que:

dentre os eventos históricos marcantes, o ímpeto de desenvolvimento e a própria origem da CI podem ser identificados com o artigo de Vannevar Bush, respeitado cientista do MIT e chefe do esforço científico americano durante a Segunda Guerra Mundial (BUSH, 1945). Nesse importante artigo, Bush fez duas coisas: (1) definiu sucintamente um problema crítico que estava por muito tempo na cabeça das pessoas, e (2) propôs uma solução que seria um ajuste tecnológico, em consonância com o espírito do tempo, além de estrategicamente atrativa. O problema era (e, basicamente, ainda é) "a tarefa massiva de tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento"; BUSH identificou o problema da explosão informacional – o irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia. A solução por ele proposta era a de usar as incipientes tecnologias de informação para combater o problema. E foi mais longe, propôs uma máquina chamada Memex, incorporando (em suas palavras) capacidade de associar ideias, que duplicaria "os processos mentais artificialmente". É bastante evidente a antecipação do nascimento da CI e, até mesmo, da inteligência artificial. Cientistas e engenheiros de todo o mundo, e os mais importantes governos e agências de financiamento em muitos países ouviram e agiram.

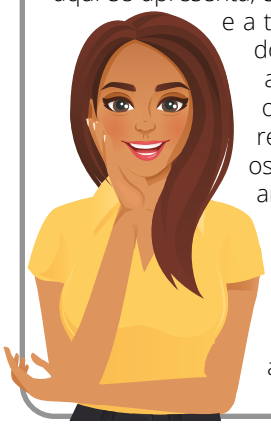
INTERESSANTE

VANNEVAR BUSH: UMA APRESENTAÇÃO

Carlos Henrique Brito Cruz

A web e a internet imaginadas em 1945

Em julho de 1945, uma das pessoas mais bem posicionadas do mundo para especular sobre o futuro da ciência e da tecnologia era Vannevar Bush, que durante os anos anteriores havia dirigido o Escritório de Pesquisa Científica e Desenvolvimento, ligado à Presidência dos EUA. Como diretor, Bush supervisionou e esteve em contato direto e intenso com os principais projetos científicos dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, incluindo-se entre estes os dois mais visíveis, que foram o desenvolvimento do radar e a bomba atômica. Ao final da guerra, Bush definiu a estruturação do sistema de pesquisa norte-americano, com o relatório ao Presidente Truman intitulado “Ciência a fronteira sem fim”, que teve – e ainda tem – enorme impacto sobre a organização da atividade científica em muitos outros países, inclusive no Brasil. Um texto de sua autoria menos conhecido é o que aqui se apresenta, sob o título “*As we may think*”, no qual especula sobre o que a ciência e a tecnologia poderiam trazer à humanidade nos tempos de paz, depois do que havia sido feito durante a guerra. O foco escolhido foi como os avanços da pesquisa poderiam vir a modificar a forma de se pensar e organizar o conhecimento. Sua atenção se dirige aos instrumentos de registro e transmissão de informação, que ele considera estarem entre os principais desafios para os cientistas – como ler e entender tantos artigos e relatórios e acessar tantas informações e ali selecionar o que é relevante. Os instrumentos aos quais estava acostumado eram papel, lápis e fichários. Indo adiante, Bush analisa como o modo de pensarmos poderia vir a ser alterado se pudéssemos ter acesso à enorme massa de informações criada pela humanidade, e realizar conexões entre elas. Este aparato ele denomina “memex”, no qual um indivíduo poderá armazenar todos os livros, registros e comunicações, os quais, uma vez



indexados, poderão ser consultados de forma automática. Adicionalmente, o interessado poderá criar conexões entre itens pertinentes, e de um ser remetido ao outro. Quase 45 anos depois, em 1989, Tim Berners-Lee, um físico inglês, trabalhando no CERN, deu vida e forma à ideia de Bush, criando a linguagem de programação HTML (*hyper text mark up language*) e os hyperlinks que hoje todos usam correntemente na web.

Antes de Tim, Theodore Nelson havia criado em 1965 o termo hipertexto, para designar "um texto não sequencial, no qual o leitor não fica restrito a uma sequência particular, mas pode seguir conexões (links) e chegar ao documento original a partir de uma citação curta" (esta definição da criação de Nelson é a usada por Tim Berners-Lee em seu livro sobre a criação da web, "*Weaving the Web*", de 1999). O artigo aqui traduzido é o que apareceu na Atlantic Monthly em julho de 1945. Uma versão mais curta apareceu em setembro de 1945 na Life, incluindo ilustrações de como seria o "memex". A ideia do "memex" influenciou Douglas Engelbart, um dos pioneiros da computação pessoal e da computação orientada a objetos (o sistema que hoje usamos, no qual, em vez de o usuário emitir comandos escritos em linguagem de programação, ele ativa comandos clicando com um mouse em ícones na tela). Engelbart criou a ideia do mouse e participou da criação da ARPANET, uma rede de computadores precursora da Internet, ambos relacionados a seu projeto apoiado pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançados (ARPA) do Departamento de Defesa dos EUA no início dos anos 1960. O projeto objetivava desenvolver as bases para uma "inteligência aumentada", ou seja, o aumento da capacidade intelectual por meio da interação entre o ser humano e o computador. Parece-me mais impressionante que Bush tenha imaginado ser possível fazer o tal Memex do que imaginá-lo e desejá-lo. A ideia de fazer conexões entre coisas aparentemente díspares me parece ser tão antiga quanto o pensamento humano. Afinal, quando Eratóstenes, dois séculos antes de Cristo, idealizou o experimento com o qual mediu o raio da Terra, ele fez exatamente isso: conectou informações que para outros pareciam desconectadas. Sendo o bibliotecário chefe de Alexandria, ele estava em posição especialmente favorável para reunir o conhecimento de que havia um certo poço em Siena (hoje Assuã, no qual em um certo dia do ano se via o Sol perfeitamente refletido na água do fundo e, portanto, o Sol estaria exatamente iluminando verticalmente o poço) e idealizou medir a sombra de uma haste de madeira em uma outra cidade no mesmo horário de tal modo que, sabendo a distância entre as cidades, pôde demonstrar que a Terra era redonda e estimar seu raio. Muitos séculos depois, quando Adam Smith descreveu os filósofos da Natureza ou homens de especulação como "*philosophers or men of speculation, whose trade it is not to do anything, but to observe everything*; *and who, upon that account, are often capable of combining together the powers of the most distant and dissimilar objects*", ele falava exatamente disso: de conectar o desconectado e com isso criar novas ideias. Os enciclopedistas pensavam em reunir todo o conhecimento e, em geral, terminaram derrotados pelo tamanho da tarefa e pela incapacidade de atualizar e de facilitar as conexões entre os inúmeros tópicos. Até porque, na maior parte das vezes, a conexão tem origem subjetiva, resultando da história de experiências de cada indivíduo. Por tudo isso, "*As we may think*", de Vannevar Bush, é um texto atraente. Pelo momento em que foi escrito, pelo que desejava e esperava do progresso da ciência e da tecnologia e porque parte do que ali se esperava, materializada hoje nos hyperlinks na internet e na web, passou a afetar tão intensamente nossas vidas.

Fonte: https://www.researchgate.net/publication/216720384_Vannevar_Bush_uma_apresentacao. Acesso em: 8 out. 2023.

FIGURA 1 – O CIENTISTA AMERICANO VANNEVAR BUSH

Fonte: Cruz (2011, p. 11).

Oliveira (2005, p. 9) descreve que a:

> Ciência da Informação nasceu no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Para alguns autores, a história da Ciência da Informação sofreu influências marcantes de duas disciplinas que contribuíram não só para sua gênese, mas, também, para o seu desenvolvimento: a Documentação, que trouxe novas conceituações; e a Recuperação da Informação, que viabilizou o surgimento de sistemas automatizados de recuperação das informações.

De acordo com a autora, "com a Revolução Industrial deflagrada em toda a Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX, a quantidade de informações registradas cresceu de forma assustadora, e várias tentativas foram feitas para realizar um levantamento bibliográfico universal" (OLIVEIRA, 2005, p. 10). Podemos perceber, desse modo, que o advento da Revolução Industrial foi um dos grandes motivadores para o progressivo aumento da quantidade de informações registradas, o que fez com que as preocupações de cientistas e governantes se voltassem para a forma como seria feito o controle sobre os produtos do conhecimento gerados no mundo. Para Oliveira (2005), a ideia de Paul Otlet e Henri La Fontaine de planejar a criação de uma biblioteca universal funcionaria como referência dos produtos e não de reunião de acervos. Na Figura 2, é possível visualizar o Instituto Internacional de Bibliografia onde Otlet criou um sistema de classificação do Conhecimento baseado na Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD), chamada de Classificação Decimal Universal (CDU).

FIGURA 2 – INSTITUTO INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA (IIB) NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XX

Fonte: http://www.tipografos.net/internet/mundaneum-01.jpg. Acesso em 22 ago. 2023.

No entanto, com a nova visão com relação aos documentos, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) teve sua atuação modificada e, em 1931, foi transformado em Instituto Internacional de Documentação (IID), "já com a preocupação de fornecer meios de controle para os novos tipos de suporte do conhecimento" (OLIVEIRA, 2005, p. 11). Sete anos mais tarde, em 1938, o instituto foi transformado em Federação Internacional de Documentação (FID). Em 1986, a federação passa a se chamar "Federação Internacional de Informação e Documentação, conservando a mesma sigla FID, e adota seu novo plano estratégico '***Participating in Progess***'" (ROBREDO, 2003, p. 240).

A FID permanece considerada o órgão de maior importância da área e cujos trabalhos permanecem até os dias atuais. Além disso, o Instituto pode ser percebido como um marco histórico na gênese da Ciência da Informação, "do qual brota a ideia de bibliografia como registro, memória do conhecimento científico, desvinculada dos organismos como arquivos e bibliotecas, e de acervos" (OLIVEIRA, 2005, p. 11).

Ainda que o plano de Paul Otlet e Henri La Fontaine de criar uma Biblioteca Universal não tenha sido colocado em prática, "a iniciativa deixou como legado, para os profissionais de informação, novos conceitos, como o de documento, de bibliografia e a Classificação Decimal Universal" (OLIVEIRA, 2005, p. 11). Também é importante destacarmos que para o surgimento da Ciência da Informação ocorrer, outro pilar foi essencial: a Recuperação da Informação. Como já mencionamos, após a Segunda Guerra Mundial, muitas atividades surgiram, envolvendo a ciência, a tecnologia e o progressivo

aumento da informação, que contribuíram para que houvesse um interesse considerável em torno dos conhecimentos que estavam surgindo. O aumento da quantidade de informações gerou um fenômeno "denominado como explosão de informação ou explosão de documentos" (OLIVEIRA, 2005, p. 11). Sua principal característica foi "o crescimento exponencial de registros de conhecimento, particularmente em ciência e tecnologia. Tal fenômeno trazia em seu bojo um problema básico, que era a tarefa de tornar mais acessível um acervo crescente, proveniente daqueles registros" (OLIVEIRA, 2005, p. 12). Por outro lado, Pinheiro (2002, p. 61) descreve que:

> A partir do final da década de 40, quando começaram a surgir os primeiros sinais da emergência da Ciência da Informação entre os novos campos científicos, [...] os equívocos iniciais com a Biblioteconomia e a Informática e as diferentes nomenclaturas recebidas em países de cultura e tradição científica distintas, entre as quais Informação Científica, Ciência da Biblioteca e de Informação, Ciência e Tecnologia da Informação [...], foram muito discutidos e a denominação Ciência da Informação foi consolidada.

Logo, diante das discussões até a consolidação da Ciência da Informação (CI), Saracevic (1996, p. 43) anuncia que:

> Como Wersig e Nevelllng (1975) apontaram, a CI desenvolveu-se historicamente porque os problemas informacionais modificaram completamente sua relevância para a sociedade ou, em suas palavras, "atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da CI". Problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI, e não apenas dela. Apesar de os Estados Unidos desempenharem o papel mais proeminente no desenvolvimento da CI (como fizeram com a ciência da computação), nem os problemas informacionais nem a CI são americanos em sua natureza. Eles são internacionais ou globais. Não existe mais uma "CI americana", assim como não existem ciência da computação ou ciência cognitiva americanas. A evolução da CI nos vários países ou regiões acompanhou diferentes acontecimentos ou prioridades distintas, mas a justificativa e os conceitos básicos são os mesmos globalmente. O despertar da CI foi o mesmo em todo o mundo.

Desse modo, o contexto apresentado integra a história da Ciência da Informação e de sua evolução como um campo do conhecimento, com influências oriundas da própria tecnologia que se desenvolveu ao longo do tempo e que também contribuiu para a consolidação da CI. Agora que já aprendemos um pouco sobre a gênese da CI, vamos ver a seguir os conceitos relativos a essa área e suas definições.

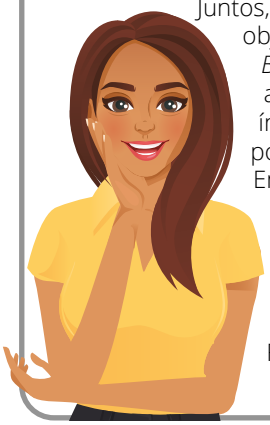
INTERESSANTE

QUEM FOI PAUL OTLET?

Marília Cossich

A web e a internet imaginadas em 1945

Nascido em Bruxelas, na Bélgica, em 1868, Paul Otlet foi advogado e um visionário na área de Ciência da Informação, que ele costumava chamar de "Documentação". Também foi um idealista e ativista da paz, juntamente com seu parceiro e amigo Henri La Fontaine, engajado em ideias políticas de um novo mundo, promovendo a paz através da difusão global da informação.



Juntos, em 1895, fundaram o *Office International de Biographie,* com o objetivo de organizar uma biografia universal, intitulado como *Repertoire Bibliographique Universel* (RBU). Com este projeto, um tanto quanto arrojado para a época, Otlet e La Fontaine, por meio de cartões de índices, reuniram dados sobre tudo o que já havia sido publicado para posterior recuperação.

Em 1904, Otlet e La Fontaine criaram a CDU (Universal Decimal Classification) com base na CDD (Dewey Decimal Classification), um sistema de classificação que tinha sido inventado em 1876 por Melvil Dewey. Otlet escreveu diversos ensaios sobre a forma de organizar o mundo do conhecimento, resultando em dois livros, o *Traité de documentatio*n (1934) e *Monde: Essai d'universalisme* (1935).

Fonte: http://biblioo.info/quem-foi-paul-otlet/. Acesso em: 21 ago. 2023.

FIGURA 3 – PAUL OTLET EM SEU ESCRITÓRIO EM BRUXELAS

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bc/Paul_Otlet_%C3%A0_son_bureau.jpg. Acesso em: 8 out. 2023.

3 DEFINIÇÕES DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Já conhecemos o contexto em que a Ciência da Informação surgiu como área de estudo. Vamos aprender as definições relativas a essa área:

> O termo Ciência da Informação tem estado conosco algum tempo. [...] na Annual Review, Robert S. Taylor disponibiliza três definições da Ciência da Informação. Elas têm muitos pontos em comum, assim como diferenças em ênfase. A definição que vamos seguir é derivada da síntese dessas ideias. A Ciência da Informação é uma disciplina que investiga propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação, e isso significa os meios de processar a informação para uma otimização quanto à acessibilidade e usabilidade. Ela está preocupada com o corpo de conhecimento relacionando-a com a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão e utilização da informação. Isso inclui a investigação das representações da informação em ambos os sistemas: natural e artificial e o uso de códigos para transmissão eficiente da mensagem, e o estudo dos dispositivos e técnicas de processamento da informação, como os computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar derivada de/e relacionada com campos como o da matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia computadorizada, operações de pesquisa, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, gestão, e outros campos de estudo similares. Possui ambos os componentes da ciência pura e das ciências aplicadas, o que implica no objeto sem desconsiderar sua aplicação e o desenvolvimento de serviços e produtos. Essa definição parece complicada, e é, porque o problema do objeto é complexo e multidimensional... (BORKO, 1968, p. 3).

NOTA

Há uma série de artigos disponíveis na internet contendo definições da Ciência da Informação, porém publicados no idioma inglês. O trecho da citação anterior foi traduzido por nós e extraído do artigo publicado por Borko (1968, p. 3).

Essa definição de Borko (1968) nos mostra que a Ciência da Informação possui influências diversas e particularidades quanto ao seu objeto. Nesse sentido, Saracevic (1996, p. 46) aponta outros aspectos, tais como:

> Na década de 70, o conceito e a abrangência da CI enquanto ciência foram afunilados pela definição mais específica dos fenômenos e processos que deveriam ser analisados. Goffman (1970) sumarizou-o como se segue: "O objetivo da disciplina CI deve ser o de estabelecer um enfoque científico homogêneo para estudo dos vários fenômenos que cercam a noção de informação, sejam eles encontrados nos processos biológicos, na existência humana ou nas máquinas... Consequentemente, o assunto deve estar ligado ao

> estabelecimento de um conjunto de princípios fundamentais que direcionam o comportamento em todo processo de comunicação e seus sistemas de informação associados... (A tarefa da CI) é o estudo das propriedades dos processos de comunicação que devem ser traduzidos no desenho de um sistema de informação apropriado para uma dada situação física". Tendo se iniciado no começo dos anos 60, prolongando-se até hoje, as questões acerca da natureza, manifestações e efeitos dos fenômenos básicos (a informação, o conhecimento e suas estruturas) e processos (comunicação e uso da informação) tornaram-se os principais problemas propostos pela pesquisa básica em CI. Incluem-se aí, dentre outras, tentativas de se formalizarem as propriedades da informação pela aplicação da teoria da informação, da teoria das decisões e outros construtos da ciência cognitiva, da lógica e/ou da filosofia; várias formas de estudos de uso e de usuários; formulações matemáticas da dinâmica das comunicações (como a teoria epidêmica da comunicação); ricas análises em bibliometria e cienciometria, pela quantificação das estruturas do conhecimento (como a literatura e a esfera científica) e de seus efeitos (como as redes de citações) etc. Portanto, paralelamente com a aplicação da pesquisa e desenvolvimento, principalmente centrados em torno da recuperação da informação, uma linha básica de pesquisa evoluiu para CI, sendo em alguns casos tão rigorosa, matemática, lógica ou estatisticamente, como qualquer outra pesquisa científica similar.

Podemos perceber que para cada autor há uma preocupação em incluir os elementos que melhor definem a CI. A cada década, houve uma sensível mudança com relação às definições, e elas demonstram a complexidade existente na CI. Le Coadic (1994, p. 21) esclarece que "A Ciência da Informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade)".

Em 1970, o seguinte conceito foi publicado por Mikhailov e Giljarevskij (1970, p. 14, tradução nossa): "é uma disciplina científica que investiga a estrutura e as propriedades (e não conteúdos específicos) da informação científica, assim como as regularidades do trabalho da informação científica, sua teoria, sua história, sua metodologia e sua organização".

NOTA

O texto de Mikhailov e Giljarevskij (1970) encontra-se disponível na internet, porém em inglês. Optamos por traduzir o conceito proposto pelos autores, em função da sua importância para a Ciência da Informação.

De acordo com Queiroz e Moura (2015, p. 33): "Este conceito de Mikhailov e Giljarevskij tem muito forte a ideia do caráter "científico" da Ciência da Informação, tanto que o termo aparece por três vezes dentro do conceito. Isso porque a Ciência da Informação, como toda ciência, está atrelada a teorias e padrões".

No contexto brasileiro, Araújo (2003, p. 21) aponta que:

> A Ciência da Informação é tradicionalmente definida, em termos institucionais (de acordo com classificações de agências como Capes e CNPq e divisões internas nas várias universidades), como uma "ciência social aplicada". Em várias instâncias, existe um espaço específico para a discussão da natureza social dos fenômenos informacionais (por exemplo, nas linhas de pesquisa em "Informação e Sociedade", "Informação e Cultura" ou "Ação Cultural" dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e nos grupos de trabalho com esse tema em associações e congressos como o ENANCIB), o que não significa, contudo, que a sua dimensão social seja negligenciada em linhas ou GTs que enfatizam outros aspectos (a questão do tratamento da informação, a questão gerencial, a interface tecnológica). Contudo, se em termos institucionais ou terminológicos parece indiscutível a natureza social da Ciência da Informação, em termos propriamente teórico-epistemológicos essa inserção não é exatamente óbvia.

NOTA

Você sabia? ENANCIB significa Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) – e é um evento realizado anualmente pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Diante dos conceitos apresentados aqui, podemos perceber que as origens da CI e algumas de suas principais definições procuram contemplar os elementos que a envolvem em um contexto complexo. Trata-se de um **campo interdisciplinar** com influências diversas e que busca estudar os fenômenos conectados com a informação e o conhecimento, portanto, agora que você já sabe o que é a Ciência da Informação, suas origens e algumas de suas principais definições, vamos seguir com nossas descobertas.

3.1 OS PARADIGMAS CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O objeto de estudo da Ciência da Informação (CI) é a informação, independe do seu suporte, no qual podemos realizar o estudo do fluxo e do comportamento da informação, com a finalidade de acesso, disseminação e usabilidade (BORKO, 1968). Nós já vimos que a Ciência da Informação é interdisciplinar e nasceu durante da revolução cientifica e técnica após a Segunda Guerra Mundial.

IMPORTANTE

"A ciência informação nasceu para resolver uma grande preocupação [...] que é de reunir, organizar e tornar acessível o conhecimento cultural, cientifico e tecnológico produzido em todo mundo" (OLIVEIRA, 2005, p. 13).

Da mesma forma, que a CI estuda a informação outras áreas do conhecimento impulsionadas pela área de tecnologia da informação e comunicação tanto no meio científico como nas esferas da ação humana, tem a informação como base e apresenta conceitos distintos, além disso a CI busca em outras áreas do conhecimento conceitos para auxiliar nas problemáticas da área, desta forma é necessário conhecer a epistemologia e os paradigmas da Ciência da Informação.

A epistemologia auxilia na descoberta e apresentação de semelhança e diferenças entre os conceitos da CI e outros campos de conhecimento. Os paradigmas são como modelos abstratos que permite visualizar um objeto em relação a diferentes conjecturas (CAPURRO, 2003).

Para Thomas Kuhn, o paradigma pode significar conceitos, valores ou até mesmo conjuntos de realizações científicas de uma determinada comunidade. Na Ciência da Informação existem os paradigmas: físico, cognitivo e social, esses paradigmas foram definidos por Rafael Capurro, em 2003.

QUADRO 1 – OS PARADIGMAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Paradigma	Abordagem	Processo	Olhar
Físico	Sistema/base de dados	Tecnológicos	Organização e tratamento da informação
Cognitivo	Indivíduo (usuários)	Psicológicos	Organização e tratamento da informação
Social	Domínio (comunidade)	Sociais e culturais	Informação construída

Fonte: adaptado de Nascimento (2006) e Almeida ***et al.*** (2007) .

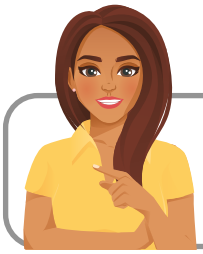
A seguir vamos detalhá-los:

a) Paradigma físico

O surgimento da CI está relacionado com a recuperação da Informação baseada na epistemologia fisicista em que os processos pautavam na "relação emissor/receptor e na qualidade da mensagem transmitida de um para o outro" (ZAMMATARO ***et al.,*** 2021, p. 411).

Capurro (2003) afirma que o paradigma físico está relacionado com a Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver (1949-1972), e a cibernética de Norbert Wiener (1961) é tomada como modelo na Ciência da Informação, implicando uma analogia entre a veiculação física de um sinal e a transmissão de uma mensagem.

Nesse paradigma, o usuário não tem o papel central no processo de recuperação da informação, ou seja, não são consideradas as suas percepções e interpretação.



DICA

O paradigma físico tem suas raízes e seu significado nas atividades clássica dos bibliotecários e documentalistas (CAPURRO, 2003).

b) Paradigma cognitivo

Na década de 1970, surgiu um segundo paradigma, o cognitivo. Este paradigma, segundo Araújo (2018a), foi inspirado na obra de Karl Popper, os três mundos, e relaciona a informação ao conhecimento, está conectado aos estudos de usuários, necessidade e busca de informação. Para Oliveira e Castro (2022, p. 119), esse paradigma se distingue:

> entre o conhecimento e seu registro em documentos. A documentação e, em seguida, a CI têm a ver, aparentemente, em primeiro lugar com os suportes físicos do conhecimento, mas na realidade sua finalidade é a recuperação da própria informação, ou seja, o conteúdo de tais suportes, diretamente ligada ao conteúdo intelectual dos documentos.

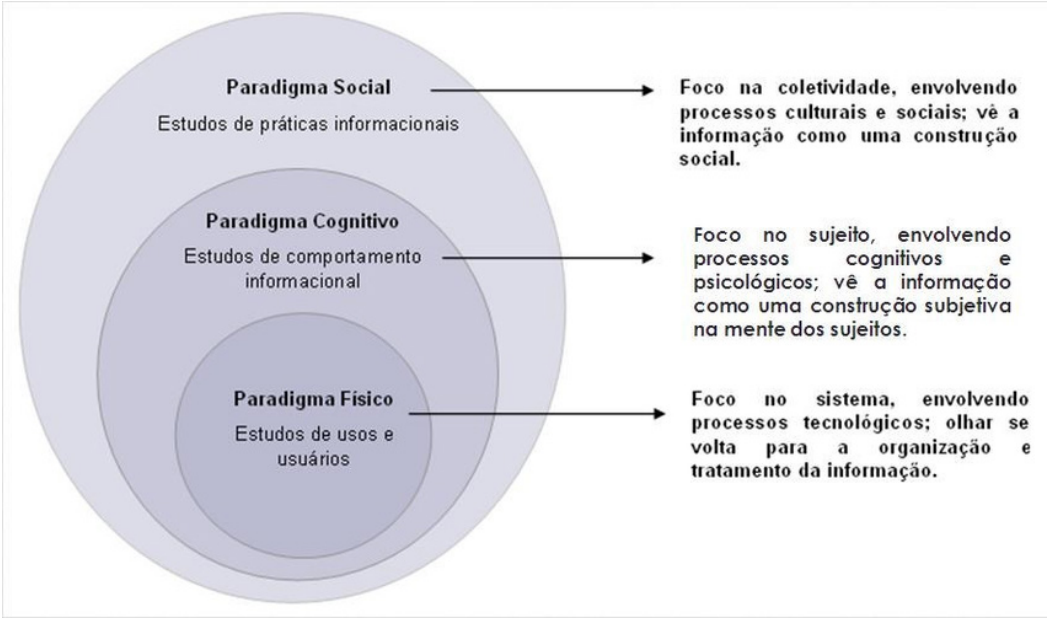
c) Paradigma social

Nesse paradigma, o usuário faz parte do processo, diferentemente dos outros dois paradigmas em que o usuário era visto apenas como ser "cognoscente, que se relaciona com o mundo apenas preenchendo 'pedaços' de conhecimento àquilo que já possui na mente" (ARAÚJO, 2012, p. 146).

A informação, para Capurro (2003), nesse paradigma, é vista como uma construção social, ou seja, uma interação entre os usuários, além, disso esse paradigma é "voltado para a constituição social dos processos informacionais" (ARAÚJO, 2018a, p. 77).

A Figura 4 apresenta o resumo dos paradigmas da Ciência da Informação.

FIGURA 4 – RESUMO DOS PARADIGMAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO


Paradigma Social
Estudos de práticas informacionais
Foco na coletividade, envolvendo processos culturais e sociais; vê a informação como uma construção social.
Paradigma Cognitivo
Estudos de comportamento informacional
Foco no sujeito, envolvendo processos cognitivos e psicológicos; vê a informação como uma construção subjetiva na mente dos sujeitos.
Paradigma Físico
Estudos de usos e usuários
Foco no sistema, envolvendo processos tecnológicos; olhar se volta para a organização e tratamento da informação.

Fonte: https://images.app.goo.gl/Ce2bdiKQqMYdozGA7. Acesso em: 8 out. 2023.

A partir dos conceitos sobre os paradigmas da Ciência da Informação, Araújo (2018a, p. 78) conclui que:

> a) o primeiro conceito de informação na Ciência da Informação é mais restrito e está vinculado à sua dimensão material, física, sendo o fenômeno estudado a partir de uma perspectiva quantitativa e positivista;
> b) nos anos seguintes, tomou corpo um conceito um pouco mais amplo voltado para a dimensão cognitiva, sendo informação algo associado à interação entre dados (aquilo que existe materialmente) e conhecimento (aquilo que está na mente dos sujeitos), e seu estudo relacionado à identificação de significados, interpretações;
> c) por fim, as tendências contemporâneas implicam um grau maior de complexidade e abstração, com a inserção da informação no escopo da ação humana e no âmbito de contextos socioculturais concretos.

INTERESSANTE

Há muitas definições apresentadas por outros autores, no entanto, o objetivo deste tema de aprendizagem é fornecer elementos que permitam ao leitor tomar conhecimento do que integra a Ciência da Informação.

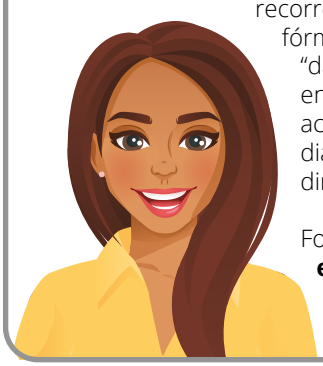
AS SISTEMATIZAÇÕES DA EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Muitos autores, de diferentes países e contextos, dedicaram-se à análise destes três grandes momentos da Ciência da Informação. Embora atribuindo designações diferentes e, algumas vezes, destacando aspectos mais gerais ou determinados detalhes, tais autores têm produzido um retrato bastante consensual da área. Tal consenso representa justamente a discriminação promovida, em 1949, por Shannon e Weaver: os aspectos físicos da informação, sua dimensão semântica (ou cognitiva) e seus aspectos pragmáticos (contextuais e intersubjetivos). O primeiro destes autores a ser destacado é Saracevic (1999), da Rutgers University (Estados Unidos), que identificou três grandes conceitos de informação na Ciência da Informação. O primeiro é o sentido restrito: informação consiste em sinais ou mensagens envolvendo pequeno ou nenhum processamento cognitivo (ou, então, tal processamento pode ser expresso em termos de algoritmos ou probabilidades). Informação é então a propriedade de uma mensagem, que pode ser estimada por uma probabilidade. O segundo é o sentido amplo: informação envolve diretamente processamento cognitivo e compreensão. Ela resulta da interação entre duas estruturas cognitivas, uma "mente" e um "texto" (num sentido amplo dessa palavra). Informação é o que afeta ou altera um estado de conhecimento, ou seja, para determinar algo como sendo informação é preciso ver o que o leitor entendeu de um texto ou documento. O terceiro é o sentido ainda mais amplo: informação existe em um contexto. Sua definição envolve não apenas as mensagens (sentido restrito) que são cognitivamente processadas (sentido amplo), mas também um contexto, uma situação específica, e uma ação, ou tarefa, no decurso da qual a informação é cognitivamente processada. Assim, informação envolve motivação e intencionalidade do indivíduo, mas sempre conectadas a um horizonte social, do qual fazem parte a cultura e as ações desempenhadas. No ano seguinte, Ørom (2000), da ***Royal School of Library and Information Science,*** da Dinamarca, identificou a existência de um "pré-paradigma" da Ciência da Informação (a biblioteca como instituição social) e três paradigmas no campo. O primeiro é o físico, que se iniciou na década de 1950 com os testes de Cranfield, quando a Ciência da Informação se estruturou em torno da noção de recuperação de informação. A informação era estudada a partir de uma visão tida como privilegiada, imune aos processos cognitivos e sociais – a informação "tal como existe no mundo". O objetivo dos estudos deste modelo centrou-se na performance na recuperação de informação. O segundo paradigma identificado por ele é o cognitivo. Seu desenvolvimento representa a ampliação do escopo (todo tipo de informação, e não apenas os sistemas de recuperação) e do espectro (o comportamento informacional humano em geral, e não apenas a interação com sistemas de recuperação da informação) dos estudos. Tal modelo se concentra em aspectos qualitativos da interação das pessoas com os sistemas de informação. O ponto de vista se baseia num modelo relativista do conhecimento: o conhecimento é influenciado e alterado por fatores cognitivos – embora tal modelo tenha ignorado os fatores sociais. Por fim, Ørom (2000) apresenta as abordagens alternativas – resultantes de uma maior aproximação com as teorias da comunicação, especialmente a semiótica. Informação nesse sentido não é algo que é transmitido de uma pessoa para outra. A mensagem é vista como a construção de signos que, através da interação entre receptores, torna possível a produção de sentidos. Conforme sua argumentação, o modelo físico estaria ligado à dimensão processual (o transporte de mensagens) e o cognitivo enxergaria o significado das mensagens como algo produzido por um receptor a partir de suas estruturas cognitivas. Já esta terceira maneira de se estudar a informação une as duas dimensões, vendo a inserção de ambos os processos (transmissão e construção de sentido)

nos contextos sociais, isto é, com os sistemas de linguagem e cultura. Essa abordagem estuda, pois, a determinação social do significado com foco nos códigos. Numa linha bastante próxima, Fernandéz Molina e Moya-Anegón (2002), da Universidad de Granada, Espanha, apresentam um quadro com três grandes modelos de estudo das ***Ciencias de la Documentación*** (nome do campo na Espanha na época). O primeiro é o modelo positivista: uma abordagem fisicalista do estudo da informação, em que esta é tomada como algo mensurável, formalizado, universal e "neutro", em pesquisas com foco nos sistemas de informação. A partir de condições laboratoriais de estudo, tal modelo via as necessidades de informação como algo estável e invariável, e os processos de busca numa perspectiva determinista, estática e não interativa. O segundo é o modelo cognitivo, essencialmente mentalista, com foco nos indivíduos que produzem e usam informação, passando a incluir a totalidade do comportamento humano em relação à informação. Sua maior fragilidade é o excesso de subjetivismo, ao compreender a realidade como sendo gerada unicamente por processos mentais individuais. O terceiro é o sociológico, que tem como antecedente a Epistemologia Social proposta por Shera: uma ciência voltada para o estudo das relações que uma coletividade (um país, uma cidade, uma empresa) estabelece com os conhecimentos registrados que ela mesma produz e faz circular. Nessa perspectiva, tal modelo representa a valorização do "contextualismo" na Ciência da Informação e tem duas manifestações concretas de pesquisa: os estudos com abordagem hermenêutica e a análise de domínio. Silva e Ribeiro (2002), da Universidade do Porto, Portugal, apresentam um quadro teórico em que a Ciência da Informação era apreendida a partir de dois paradigmas: um primeiro historicista, tecnicista e custodial (correspondente aos campos da Arquivologia e Biblioteconomia, tal como estruturados no final do século XIX e início do século XX) e um segundo, dinâmico, científico e informacional, caracterizador propriamente do surgimento da Ciência da Informação. Neste quadro, postularam que a informação como objeto de estudo teria seis propriedades, aqui citadas em ordem inversa à apresentada por eles e organizadas conforme a sistematização de Ørom (2000): ela é mensurável, reprodutível e transmissível (aspectos físicos), ela tem pregnância simbólica (aspecto semântico) e é estruturada pela ação humana e integrada dinamicamente aos contextos em que emerge (aspectos pragmáticos). Por fim Capurro (2003), na época professor da ***Stuttgart University***, Alemanha, elaborou também um quadro tríade da evolução da Ciência da Informação. Como o autor teve a chance de apresentar seu trabalho como conferencista do Enancib (o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Ancib, principal associação brasileira da área) neste mesmo ano, foi a partir daí que tal discussão foi "inaugurada" no cenário brasileiro. De acordo com Capurro (2003), a Ciência da Informação teria nascido sob a vigência de um paradigma físico, construído a partir da Teoria Matemática de Shannon e Weaver e que tomou corpo a partir dos primeiros estudos empíricos promovidos no ***Cranfield Project***. Conforme tal visão, a informação é algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor. Um segundo modelo, o cognitivo, emergiu nos anos 1970, inspirado na teoria dos "três mundos" de Karl Popper. Tal modelo relaciona informação a conhecimento: algo é informacional na medida em que altera as estruturas de conhecimento do sujeito que se relaciona com dados ou documentos. Em anos mais recentes, estaria emergindo um paradigma social, voltado para a constituição social dos processos informacionais. A partir da crítica ao modelo anterior, que via o usuário como um ser isolado da realidade e apenas numa dimensão cognitiva, busca-se aqui reinseri-lo nos seus contextos concretos de vida e atuação, numa perspectiva claramente fenomenológica: ver os sujeitos como "ser no mundo", tal como a fórmula do ***dasein*** tomada de Heidegger ou as "comunidades de discurso" estudadas por Hjorland e Albrechtsen a partir de uma inspiração em Wittgenstein. Daí a famosa fórmula de Capurro, para quem não é a informação que é a matéria-prima do conhecimento: antes, é apenas a existência de um conhecimento partilhado entre diferentes atores que faz com que algo seja reconhecido como "informação".

Nos anos seguintes, no Brasil, os conferencistas convidados para o Enancib se inseriam, de uma ou outra forma, nessa linha aberta por Capurro (2003). Em 2006, Bernd Frohmann, da University of Western Ontario, apresentou sua proposta de estudo dos "regimes de informação", conceito que parte da própria ideia da materialidade do documento para,

ligando-o aos diversos condicionantes do seu existir (as dimensões jurídicas, tecnológicas, econômicas, culturais, sociais, etc.), perceber como algo emerge como informacional. Em 2007 foi a vez de Birger Hjorland, também da ***Royal School of Library and Information Science*** da Dinamarca, apresentar no Enancib sua proposta de uma visão pragmatista para a Ciência da Informação, em oposição à visão positivista hegemônica. Em tal visão, algo é definido como "informação" mediante o encontro de pressupostos e perspectivas partilhados por um determinado coletivo e no decurso de suas ações específicas num determinado contexto e linha de conduta. Por fim, em 2008, Miguel Angel Rendón Rojas, da Universidad Autonoma de Mexico, apresentou sua visão realista dialética da informação. Nessa proposta, informação surge como uma propriedade particular de objetos empíricos materiais, sensíveis (os documentos), mas não se resume a eles – ela é, na verdade, produto de uma complexa rede de atividades (análises, sínteses, inferências, aplicações, avaliações, imaginação e criatividade) que desenham de uma maneira mais complexa o processo de "conhecimento", numa clara crítica à abordagem cognitiva. Nesse sentido, Rendón Rojas recorre a Piaget, para quem o processo de conhecer não é (como na fórmula de Brookes) um processo cumulativo de somatória de novos "dados" na estrutura mental: é, antes, um processo de equilibração entre ações de assimilação (da experiência à mente) e de acomodação (da mente à experiência), processo essencialmente dialético no qual o sujeito é "formado" pelo mundo na mesma dinâmica por meio da qual atua nele e também o constitui.



Fonte: ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1–30, jan./abr. 2014. Disponível em: https://bit.ly/2NrwncE. Acesso em: 20 ago. 2023.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu:

- Os primeiros indícios do surgimento da Ciência da Informação ocorreram ainda em meados do século XVI.

- Os pilares da Ciência da Informação encontram-se na recuperação da informação e na documentação.

- A Revolução Industrial foi um dos grandes motivadores para o progressivo aumento da quantidade de informações registradas.

- A ideia de Paul Otlet e Henri La Fontaine de planejar a criação de uma biblioteca universal funcionaria como referência dos produtos e não de reunião de acervos.

- Otlet criou um sistema de classificação do Conhecimento baseado na Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD) chamada de Classificação Decimal Universal (CDU).

- A Ciência da Informação é uma disciplina que investiga propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação, e isso significa os meios de processar a informação para uma otimização quanto à acessibilidade e usabilidade.

- A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimento, relacionando-a com a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão e utilização da informação.

- A Ciência da Informação é uma ciência interdisciplinar derivada de/e relacionada com campos como o da matemática, da lógica, da linguística, da psicologia, da tecnologia computadorizada, das operações de pesquisa, das artes gráficas, das comunicações, da biblioteconomia, da gestão, e outros campos de estudo similares.

- Na década de 1970, o conceito e a abrangência da CI enquanto ciência foram afunilados pela definição mais específica dos fenômenos e processos que deveriam ser analisados.

AUTOATIVIDADE

1 (Adaptado de FUNIVERSA, 2010). Sobre a Ciência da Informação (CI), dentre os inúmeros conceitos existentes, Wersig e Neverling descrevem que a CI é:

a) ( ) A ciência que estuda e abrange todos os aspectos do problema da transmissão, tratamento da informação e da direção dos sistemas mecânicos.
b) ( ) A ciência que se preocupa com o conhecimento e prática da organização de documentos em bibliotecas, visando à sua utilização.
c) ( ) A ciência que consiste na pesquisa de textos impressos ou multigrafados para indicá-los, descrevê-los e classificá-los, a fim de facilitar o trabalho intelectual.
d) ( ) A ciência que trata da criação, da gerência e da utilização dos registros do conhecimento.

2 (Adaptado de COPEVE – UFAL, 2012). Sobre as conexões e conceituações da Ciência da Informação, é correto afirmar que:

a) ( ) Pode ser um arquivo, uma biblioteca ou um museu.
b) ( ) Tem estreita ligação com a linguística pela intermediação da análise documentária, que se utiliza de métodos e processos para descrever o conteúdo dos documentos.
c) ( ) Ela é responsável pela informatização da população.
d) ( ) Tem estreita relação com a arquitetura e engenharias, no momento em que é responsável pela arquitetura da informação.

3 (Adaptado de CESPE/Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH 2018 (2ª edição)). A respeito de Documentação e Ciência da Informação, julgue os itens que seguem. A proposta terminológico-epistemológica do conceito da Ciência da Informação, feita de forma clara e simples, contribuiu para a aceitação e disseminação da identidade dessa disciplina.

a) ( ) Certo.
b) ( ) Errado.

4 (Adaptado de Fundação Carlos Chagas – FCC/Tribunal Regional Eleitoral – Paraná (TRE - PR) 2017). Considere a afirmativa a seguir:

Três são as características gerais que constituem a Ciência da Informação: interdisciplinaridade, ligação inexorável com a tecnologia de informação e uma participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação (T. Saracevic).

De acordo com os atributos citados, a Ciência da Informação:

I- Desenvolve relações com outros campos científicos.
II- É uma disciplina qualificada e plenamente evoluída.
III- Apresenta uma dimensão social.
IV- Segue o imperativo tecnológico.
V- Tem como campo de domínio a sociedade da informação.

Está correto o que se afirma APENAS em:
a) ( ) I, III e IV.
b) ( ) I, II e V.
c) ( ) II, III e IV.
d) ( ) I, IV e V.
e) ( ) II, III e V.

5 (Adaptado de Instituto Quadrix – CRB – 10ª Região/RS, 2018). No contexto da proposta da documentação, na passagem do século XIX para o XX, o conceito de documento foi trabalhado como tal, em especial pelo belga Paul Otlet, por indicar maior capacidade de generalização. Junto com Henri La Fontaine, Otlet preocupava-se com a necessidade de um controle bibliográfico universal que, ao fornecer informação a todos, funcionaria como instrumento que conduziria ao respeito mútuo e à paz entre os povos. Otlet, em seu Traité de Documentation, publicado em 1934, ressaltou a bibliologia que, de modo relacionado, representava uma ciência e uma técnica gerais do documento. Entre 1905 e 1917, Otlet foi abandonando a palavra bibliografia em proveito das palavras documentação e informação.

A partir do texto apresentado, julgue a afirmação: Paul Otlet propôs uma mudança de paradigma quando afirmou que tudo pode ser um documento, a partir da diversidade de objetos e ambientes em que exista.

Fonte: ORTEGA, C. D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 52-66, set./dez. 2010 (com adaptações).

a) ( ) Certo.
b) ( ) Errado.

6 Leia o texto a seguir:

Há um certo consenso entre os autores da área de que a Ciência da Informação, enquanto atividade disciplinar e profissional, surgiu como resultado da explosão da pesquisa científica verificada após a II Guerra Mundial e como produto do controle bibliográfico e do tratamento da documentação desenvolvidos para organizar a literatura e dar apoio à pesquisa. Desde então, os seus grandes desafios têm sido compreender o que é informação e aperfeiçoar as formas de produção, organização e uso do conhecimento registrado, tarefa essa que divide com outras disciplinas – incluindo a ciência da computação, a linguística, a comunicação etc. – das quais toma emprestados conceitos, ideais, teorias e métodos. Nesse sentido, a Ciência da Informação, por um

lado, tem enfrentado dificuldades em lidar com as diferenças terminológicas e as várias concepções atribuídas à informação pelas inúmeras disciplinas que fazem uso do termo e, por outro, tem experimentado algumas mudanças no que diz respeito às suas tendências e enfoques, que demonstram a sua relação com outras ciências.

Fontes: BORGES, M. E. N. *et al*. Estudos cognitivos em Ciência da Informação. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, n. 15, 1º Sem. 2003.
MIRANDA, A. A Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. *In*: AQUINO, M. A. **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: UFPB, 2002.

Em essência, o texto discute:

a) ( ) O conceito de informação desenvolvido pela Ciência da Informação e suas diferenças terminológicas.
b) ( ) A necessidade de a Ciência da Informação mudar o seu enfoque em relação a outras ciências.
c) ( ) Os métodos e as técnicas empregados pela Ciência da Informação no tratamento da informação.
d) ( ) O consenso de que a Ciência da Informação tem dificuldades em lidar com outras disciplinas.
e) ( ) A Ciência da Informação como campo de conhecimento, sua natureza e desenvolvimento.

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: FORMAS E SUPORTE

1 INTRODUÇÃO

No tema de aprendizagem anterior, conhecemos a gênese da Ciência da Informação (CI), e vimos que essa genealogia provocou indagações em muitos estudiosos que procuraram delimitar o campo de estudo e contemplar os elementos fundamentais da área: a informação e o conhecimento. Entretanto, para que seja possível observar, por exemplo, o fluxo da informação ou a produção do conhecimento, é necessário esclarecer os fatores que integram os processos ou o que está inter-relacionado no contexto que será investigado ou analisado.

Dados, informação e conhecimento são conceitos que podem ser confundidos na área da CI. Assim, neste tema de aprendizagem, exploraremos as definições conceituais de dados, informação e conhecimento tão importantes para compreender o objeto a ser estudado. Há uma variedade de autores que abordam ou procuram esclarecer tais definições, porém, as definições podem ser provenientes de outras áreas que não da CI, cada qual buscando dar um significado focado no objeto da sua área. Entendemos que dados, informação e conhecimento integram a chamada **tríade conceitual da CI** e, por essa razão, requerem um olhar mais voltado para o campo específico da CI. Para Semidão (2012, p. 3):

> O núcleo de significação em torno do qual as diferentes concepções de informação em processo orbitam se relaciona a um transcurso (abstrato ou não) entre dados, informação e conhecimento em que os três termos cumprem funções explicativas de contextos, podendo ser plasticamente compreendidos como "vasos comunicantes" que recebem a mesma água.

Podemos perceber, então, que, em um determinado momento, haverá uma convergência ou pontos em comum entre os três elementos dessa tríade. Dito de outro modo, dado, informação e conhecimento possuem aproximações e distanciamentos conceituais.

A respeito da definição de dado, informação e conhecimento, há divergências entre os diferentes pesquisadores da Ciência da Informação. Isso implica afirmar que há várias possibilidades de seleção para os termos, eles tomam direções diversas em que cada um atende com sua acepção e assimilação, embora todas as definições tenham perspectiva cognitiva.

FIGURA 4 – DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Fonte: as autoras.

Podemos verificar, na Figura 4, que dado, informação e conhecimento não são sinônimos, mas desenvolvem uma ideia processual. Processual não quer dizer hierarquia ou sequenciamento. Os elementos podem existir independentemente, porém se constituem como alicerces para a construção da cognição.

2 DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Dado é um elemento que precisa ser organizado para gerar informação. Por meio de um dado se absorve a informação, porém, em isolamento sem um tratamento informacional, sem ser analisado dentro de um contexto, o dado não gera uma mensagem. O dado, portanto, é o lastro da informação.

Por exemplo: o preço de um alimento, o valor do ingresso de um evento, são dados. Contudo, não trazem a estrutura informacional que permite compreender a relevância contextual do alimento, ou do evento.

Assim, a **informação** é composta por um conjunto de dados organizados que formam uma mensagem, recebem um sentido, um processamento. A informação traduz uma experiência, potencializa a evidência de alguma coisa, permite compreensão e discernimento sobre um fato.

Na transformação do dado em informação, há necessariamente uma ação, isto é, a informação é fabricada a partir do dado. Ela passa por transformações que exigem a seleção, organização, e a manipulação dos dados.

NOTA

Segundo Le Coadic (1996, p. 5), "A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual".

Já o **conhecimento** pode ser considerado um recurso que foi gerado por diferentes meios informacionais. O conhecimento é subjetivo, depende de reflexão, síntese e contexto. Ackoff (1989, p. 8) nos explica o conhecimento:

> É a coleta apropriada de informações, de modo que sua intenção é ser útil. O conhecimento é um processo determinístico. Quando alguém "memoriza" as informações (como fazem os estudantes com testes de menor exigência), elas acumularam conhecimento. Esse conhecimento tem um significado útil para eles, mas não prevê, por si só, uma integração que possa inferir mais conhecimento.

Na Figura 5, poderemos entender resumidamente os ensinamentos relacionados aos conceitos de dado, informação e conhecimento.

FIGURA 5 – DIFERENÇA DA TRÍADE DADO – INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Dado – algo quantificável, como números, objetos, pessoas ou eventos.
Informação - análise, processamento ou classificação dos dados.
Conhecimento - transformação, reflexão de informações que incorpora experiência, valores, visão e intuição

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-6-Dado-informacao-e-conhecimento_fig7_351378312. Acesso em: 22 ago. 2023.

Agora que entendemos o conceito e o debate entre os elementos dado, informação e conhecimento, vale apresentar os três pontos destacados por Buckland (1991), em seu artigo chamado "*informação como coisa*". A informação do artigo é de grande expressão na CI porque demonstra a ambiguidade do significado dado para informação.

De acordo com Michael Buckland (1991), o significado da palavra informação tem os seguintes usos: processo, conhecimento e coisa. A Figura 6 vem a contribuir para melhor entendimento da relação.

FIGURA 6 – SIGNIFICADOS DA INFORMAÇÃO SEGUNDO BUCKLAND (1991)

Fonte: as autoras.

Na perspectiva dada por Michael Buckland (1991), a **informação-como-processo** se dá quando alguém é informado e essa informação modifica aquilo que é conhecido. Neste sentido para o autor, "informação" é "o ato de informar" (BUCKLAND, 1991, p. 1). Ao que se referir a **informação-como-conhecimento**, este autor considera que a informação é aquilo que reduz incertezas, quer dizer: "conhecimento comunicado referente a algum fato particular" (BUCKLAND, 1991, p. 2). A informação-como-conhecimento é intangível, intocável, mas pode ser representada de modo físico, como um sinal, uma comunicação de mensagem.

Ainda utilizando a referência de Michael Buckland (1991), a **informação-como-coisa** se configura nos objetos, pois eles comunicam alguma mensagem, têm atributos informacionais. A informação-como-coisa tem capacidade tangível, material e pode ser medida, mensurada. O autor nos explica que:

> 'Informação-como-coisa', qualquer que seja o nome, tem um interesse especial relacionado a informação de sistemas, porque sistemas de informação incluem 'sistemas específicos' e sistemas de recuperação podem relacionar-se diretamente com informação nesse sentido. O desenvolvimento de regras para esboçar inferências sobre informação armazenada nessa área é de interesse prático e teórico. Mas essas regras operam sobre e somente em "informação-como-coisa" (BUCKLAND, 1991, p. 2).

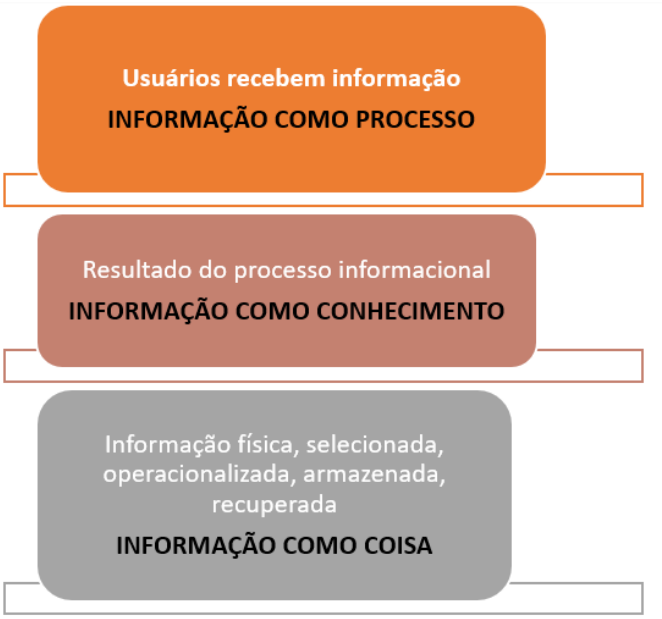
A Informação-como-coisa é palpável, é uma **evidência**. Citamos alguns exemplos: livros impressos, objetos museológicos, enciclopédias, artefatos, entre outros. Cabe comentar que a evidência tem relação com aquilo que as pessoas dão

sentido. Ela não informa por si, mas conforme é ativada para fornecer informação. Um objeto de museu é uma evidência quando aponta informação sobre a sociedade, ou a natureza, num tempo e num lugar, desde que seja examinado, estudado, categorizado, descrito e classificado. Para as evidências, a informação produz significado.

Vale comentar que, para as evidências produzirem significado informacional, é necessária a mediação dos profissionais da CI, o arquivista, o bibliotecário e o museólogo. É esse o objetivo de estudo do campo da CI, abarcar os fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações.

Para melhor compreensão, a Figura 7 poderá elucidar a distinção entre os três tipos de informação conforme a definição de Michael Buckland (1991).

FIGURA 7 – DISTINÇÃO DA PALAVRA INFORMAÇÃO



Fonte: adaptada de Buckland (1991).

Ao compreender os três tipos de informação, segundo a concepção de Michael Buckland (1991), vamos agora entender a noção de informação, examinando o tipo de coisas a serem consideradas evidência. Analise o Quadro 2.

QUADRO 2 – TIPOS DE EVIDÊNCIAS INFORMACIONAIS

TIPO	DEFINIÇÃO
DADOS	Denotam qualquer registro armazenado. São coisas dadas. Informações numéricas, sem contexto.
TEXTOS E DOCUMENTOS	Denotam objetos textuais, independentemente do suporte (imagens, sons, papéis, audiovisuais).
OBJETOS	Fontes de informação. Exigem que sejam processados, examinados, analisados para produzirem informação.

Fonte: adaptado de Buckland (1991).

Após falarmos a respeito de informação, seus tipos e suportes, podemos desenvolver reflexões e análises sobre documento. O que é considerado um documento no campo da Ciência da Informação?

3 DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

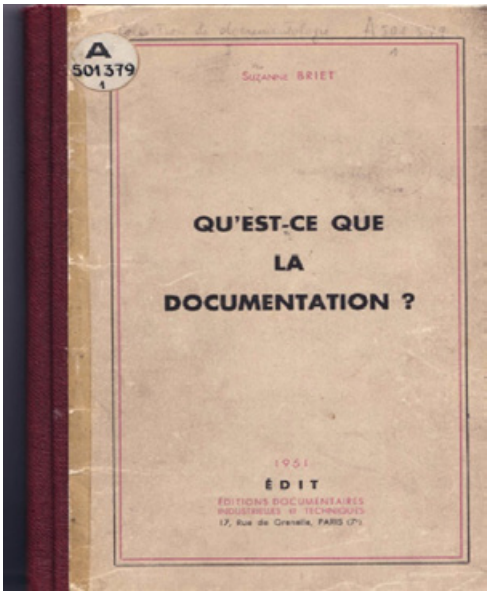
O conceito de **documento** é abrangente. Na área da História o documento é tudo aquilo que pode configurar um testemunho, uma prova histórica. Peças e textos como cultura escrita, cultura material, cultura visual são documentos pelos quais historiadores se inspiram e incorporam narrativas e discursos. Entretanto, o significado que nos interessa é a definição aceita pela CI.

Na CI, o documento é formulado pela noção de ser tudo aquilo que é produzido pelos humanos com a conotação informacional. Essa acepção decorre dos escritos de Paul Otlet, nos anos 1930. A partir do final do século XIX, Otlet dedicou-se aos estudos bibliográficos, dos quais derivou a documentação, e dela, a tentativa de analisar, memorizar e registrar o conhecimento transformado em documento. A documentação é uma das características fundadoras da CI.

Para Otlet, o documento transcende o livro, o texto, a biblioteca. O documento, segundo o autor, tem objetividade, é pragmático, considera a informação como símbolo e de caráter social. O que hoje consideramos documento vem de uma longa trajetória de reforços epistemológicos em que diferentes pesquisadores contribuíram com suas análises.

Dentre os pesquisadores, destacou-se Susanne Briet, uma bibliotecária francesa, que, em 1951, ampliou o conceito de documento tal como hoje o conhecemos.

FIGURA 8 – LIVRO ESCRITO POR SUSANNE BRIET



Fonte: https://pt.scribd.com/document/366023607/LIVRO-BIBLIOTECONOMIA-Qu-Est-ce-Que-La-Documentation-Suzanne-Briet. Acesso em: 25 ago. 2023.

Nessa perspectiva, os documentos não são meramente objetivos, pragmáticos, pois a ele é dado um valor interpretativo e de significados que lhes são atribuídos. Em vista disso, o documento sofre a influência da subjetividade, é condicionado social e culturalmente. Suzana Briet (1951) considerou que um documento é uma evidência, um objeto que pode ser um documento desde que seja tratado como tal. Para essa transformação o objeto deve ser considerado em sua **materialidade**, **intencionalidade e organização dentro de um sistema**. Como exemplo, podemos referir a citação de Briet (1951, p. 7):

> Uma estrela é um documento? É uma pedra que rolou por causa de uma enchente, um documento? É um animal vivente, um antílope, um documento? Não. Mas, as fotografias e os catálogos das estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, e os animais que estão catalogados e mantidos num jardim zoológico, são documentos.

Para que você, acadêmico, aprofunde o seu conhecimento a respeito do documento, definiremos as suas principais características. Os documentos possuem atributos e particularidades que os diferenciam entre si.

Guinchat e Menou (1994) explicaram que as características dos documentos podem ser atribuídas por aspectos **físicos e intelectuais**. Os físicos são de acordo com o material, a forma, a produção, entre outros. Os intelectuais dizem respeito ao objetivo, ao conteúdo, originalidade, para citar algumas. Vamos identificar cada aspecto no Quadro 3, a seguir:

QUADRO 3 – CARACTERÍSTICA FÍSICA E INTELECTUAIS DOS DOCUMENTOS

Aspectos físicos e intelectuais	Características	Exemplos
FÍSICO	Textual e não textual	Texto escrito como livros, e-books, periódicos, documentos comerciais, outros. Não textual são os documentos em que prevalecem outras formas de registro, como imagens, mapas, plantas, gráficos, CDs, DVDs, jogos etc.
	Quanto ao material	Orgânicos brutos (utilizados na antiguidade, como ossos, pedra), papel. Inorgânicos produzidos por máquinas – suportes magnéticos, plásticos, CDs e outros.
	Quanto à forma de produção	Encontrados na natureza – minerais, fósseis, plantas. Manufaturados – obras de arte, cerâmicas, cestarias, protótipos, amostras etc. Industrializados.
	Quanto à periodicidade	Aqueles de produção única, sem cópias. Os produzidos em série. Produções eventuais.

INTELECTUAL	Grau de elaboração	Doc. Primários – originais sem nenhuma análise anterior. Doc. Secundários – documento, imagem ou gravação que discute ou relaciona informações já apresentadas em outros lugares. Doc. Terciários – compilação de Fontes primárias e Fontes secundárias. Ex.: bibliografias, artigos.
	Quanto à origem	Documentos que podem ter origem pública, privada, anônima, coletiva, divulgada. Quando o documento é de domínio público, o acesso é liberado a todos, e qualquer pessoa pode ter acesso a esses documentos.
	Quanto ao tipo	Nível formal – como monografias, publicações periódicas, normas, patentes. Nível intelectual – dependem do interesse de cada um.
	Quanto ao conteúdo	Os documentos dependem do assunto tratado e da autenticidade, testemunhalidade, exaustividade, originalidade, do nível científico.

Fonte: adaptado de Guinchat e Menou (1994).

NOTA

"Constituem Fonte primária os documentos adquiridos pelo próprio autor. Esses documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, particulares, anuários estatísticos, trabalhos de campo. São ainda consideradas Fontes primárias: fotografias, gravações de entrevistas, de programas radiofônicos ou provenientes de televisão, desenhos, pinturas, músicas, objetos de arte" (MEDEIROS, 2000, p. 41).

Verifica-se, então, que, na Ciência da Informação, o objeto de estudo é a própria informação, e que ela não se limita aos documentos impressos. Podemos concluir conforme a perspectiva de Ramalho (1993 ***apud*** ALVES ***et al***., 2013, p. 7): "Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da explosão bibliográfica, a tecnologia apoiou o aparecimento de novos suportes informacionais, não só quanto aos processos de armazenamento, mas da recuperação, que consiste em identificar diversos documentos sobre determinado assunto de interesse".

Compreendemos ainda que o conhecimento e seus registros representativos documentais são preservados, tratados, organizados e difundidos em arquivos, bibliotecas e museus. Por meio de suportes informacionais de diferentes tipologias de igual importância, as unidades de informação (arquivos, bibliotecas e museus) não se interessam pela natureza dos suportes, que podem ser clássicos como livros e papéis, advindos da tridimensionalidade material dos acervos museológicos, da cultura visual, ou decorrentes da tecnologia virtual do nosso cotidiano. As unidades de informação se importam com o conteúdo informacional, os significados que as evidências culturalmente demonstram sobre a trajetória humana e sua complexidade intelectual e cognitiva.

LEITURA COMPLEMENTAR

O RETORNO AO DOCUMENTO: REAPROXIMAÇÕES ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A DOCUMENTAÇÃO

Gabriela Fernanda Ribeiro Rodrigues
Dulce Maria Baptista

1 INTRODUÇÃO

No capítulo Exame do estado atual da Biblioteconomia e da Documentação, escrito por Jesse Shera e Margaret Egan, da obra Documentação, de S. C. Bradford (1961), os autores afirmam que do encontro de Paul Otlet e Henry La Fontaine nasceu uma série de importantes acontecimentos que influenciaram no progresso da documentação por mais de uma geração. Do encontro ocorrido em 1892, surgiu a união dos trabalhos de Otlet e La Fontaine que resultou nos esforços para a criação do Instituto Internacional de Bibliografia e do Repertório Bibliográfico Universal, em 1895 (BRADFORD, 1961; ZAHER, 1968; ORTEGA, 2009). Começou assim a organização da Documentação como corrente teórico-prática e a consolidação de tudo o que foi desenvolvido e conceituado durante esse tempo veio com o lançamento do Traité de documentation, em 1934.

Com seu pensamento visionário, Otlet afirmou que documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica (OTLET, 1937, p. 1). A visão de Otlet sobre tudo aquilo que poderia ser considerado documento expandiu o conceito para além do livro, do registro escrito, incluindo objetos tridimensionais que também seriam considerados documento. Seu pensamento é considerado um marco originando o movimento documentalista que viria a se ramificar e criar correntes pelos mais diversos países como França, Espanha, Portugal, Estados Unidos entre outros. Suzanne Briet é uma das grandes responsáveis pela continuidade e disseminação da Documentação proposta por Otlet. Bibliotecária e documentalista, em 1951 ela lançou sua obra, *Qu'est-ce que la documentation*, um manifesto sobre a natureza da documentação, no qual se refere ao documento como uma evidência em apoio de um fato (BUCKLAND, 1998). Briet pensa o documento como evidência baseando-se na sua relação indicial com outros documentos e representações documentárias, como registros bibliográficos e metalinguagens, segundo Ronald Day (2001, p. 23). O autor acrescenta que apesar de não usar o termo "semiótica", Briet sofreu grande influência de filósofos e linguistas de sua época. Em alinhamento com alguns dos ideais de Otlet, Briet também ampliou a definição de documento, foi além e considerou a possibilidade de seres vivos se tornarem documentos, apresentando seu famoso

exemplo do antílope. O animal solto na natureza não pode ser considerado documento. Mas, se fosse capturado, levado para um jardim zoológico e transformado em um objeto de estudo, isto o transformaria em um documento. Tornou-se uma evidência física que está sendo usada por aqueles que a estudam (BUCKLAND, 1997, p. 806).

Esses dois conceitos de documento estabelecidos pelos documentalistas clássicos, Otlet e Briet, serviram de base para as diferentes correntes da Documentação que surgiram posteriormente pela Europa. Recentemente redescobertas por pesquisadores em Ciência da Informação, as ideias destes dois teóricos franceses reaproximaram a Documentação da Ciência da Informação, em um movimento que pretende discutir o documento e a informação, juntamente, para melhor compreensão de suas relações. Alguns pesquisadores nomearam esse movimento de neodocumentação. O objetivo deste estudo é analisar a reaproximação entre a Documentação e a Ciência da Informação a partir deste movimento. Apresenta um breve histórico da Documentação e suas relações com a Ciência da Informação, analisando como essas áreas se afastaram e aponta alguns fatores históricos que contribuíram para sua reaproximação.

2 A Documentação pelo mundo

Antes de ser retomada na França nos anos 1960, entre 1940 e 1965, a obra de Otlet caiu no esquecimento, como aponta Ortega (2009, p.64). A documentação voltou a ser foco de interesse com os estudos do Comitê de Ciências da Informação e Comunicação, formado por autores como Robert Escarpit, Jean Meyriat e Roland Barthes. Estes autores trouxeram importantes contribuições não só ao movimento da documentação na França, mas também considerações sobre o desenvolvimento dessa corrente em outros países, a exemplo de Meyriat que em seus textos (1981, 1993) discute fatos sobre a terminologia da área e a influência da Documentação na Espanha, como mostram Rabello (2009) e Lund (2009), além das discussões sobre o conceito de documento.

A Espanha tem igual importância na continuidade dos estudos sobre documentação. A documentação como ciência, foi introduzida na Espanha pelas produções de Lasso de La Vega, autor do único *Manual de Documentação* escrito na Espanha, conforme afirma Lopez Yepes (1995, p.262), em sua obra histórico-conceitual sobre as diversas correntes documentárias, intitulada Teoria de la Documentación, de 1978 e atualizada em 1995, sob o título *La Documentación como disciplina: teoria e história* (ORTEGA, 2010, p. 65). Nessa obra, Lopez Yepes aborda a construção epistemológica da documentação, as relações entre biblioteconomia, Ciência da Informação entre outros tópicos. A corrente espanhola da documentação ainda conta com autores como Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo, Martínez Comeche e o mexicano Réndon Rojas, que enriqueceram os debates sobre o conceito de documento. No Brasil, Ortega (2009, p.74) considera que a Documentação pode ser descrita por três momentos:

> no início do século XX, por envolvimento com o projeto do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), a partir dos anos 1940 em movimento que levou à criação do IIB em 1954 até a introdução da corrente estadunidense de Ciência da Informação no Brasil; e a partir dos anos 1980 com o início dos estudos do Grupo Temma, da ECA/USP.

Juvêncio e Rodrigues (2016) datam a influência da Documentação, no Brasil, em meados de 1909, quando Manoel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional aderiu aos ideais do IIB. Os autores ainda citam outros profissionais que também tiveram importantes participações nessas movimentações, entre eles Victor da Silva Freire, João Augusto dos Santos Porto. Um nome também importante na difusão dos ideais otletianos no Brasil é o de Lydia de Queiroz Sambaquy, bibliotecária que Nanci Odonne (2004) mostrou a importância das iniciativas nos primórdios da Ciência da Informação no Brasil.

Já a adesão à Documentação entre os autores nos Estados Unidos ocorreu mais tarde. Segundo Ortega (2009) o termo Documentação começa a aparecer mais nos Estados Unidos na década de 1950, porém é rapidamente substituído por Biblioteconomia Especializada. Nos Estados Unidos, a Documentação é um termo ligado a Ciência da Informação. Fato, este, que fornece uma primeira impressão sobre o reflexo da Documentação, como movimento teórico, nos países de língua inglesa. Hjorland (2000) se refere à documentação como um termo importante relacionado à Ciência da Informação, citando o biógrafo de Otlet, W. B. Rayward (1975; 1991; 1994). Além de Rayward, outros autores resgataram e traduziram as ideias de Otlet e de Suzanne Briet para o idioma inglês, dentre eles Ronald Day (2006) e Michael Buckland (1995). Essa descoberta ocorreu alguns anos mais tarde do que nos países nos quais já estava consolidada uma tradição documentalista. Esses autores retomaram os conceitos da Documentação clássica e reacenderam os debates acerca da importância de se discutir o documento na Ciência da Informação, para melhor compreensão do seu objeto de estudo, a informação. Quando os estudos sobre o documento pareciam esquecidos e ultrapassados ressurge o questionamento sobre o documento dando formato ao movimento da neodocumentação dentro da Ciência da Informação.

3 O retorno ao documento

Em 1975, W. Boyd Rayward lançou o livro *The Universe of Information: the work of Paul Otlet for Documentation and Internacional Organisation*, fruto de sua pesquisa como aluno de PhD na Universidade de Chicago, tornando Paul Otlet conhecido na América. Podemos considerar esse como um dos primeiros fatores que contribuíram com o voltar das atenções para a Documentação. Podemos afirmar que do ponto de vista histórico Rayward como biógrafo de Otlet deu o primeiro passo em direção de um movimento que ganharia um contorno mais visível posteriormente. O retorno à questão acerca do documento ocorreu nos níveis conceitual e histórico. No âmbito conceitual, as discussões sobre a natureza do documento e suas relações com a

informação ganham força a partir da década de 1990. Conceitos como informatividade, documentalidade, materialidade, entre outros são desenvolvidos como suportes para compreender a informação dentro de um novo contexto. No famoso artigo *Information as thing*, Buckland (1991), apresenta três usos para o termo informação, informação-como-processo, informação-como-conhecimento, informação-como-coisa, pergunta o que é um documento, menciona as ideias de Otlet e Briet, utiliza a noção de Briet sobre o documento em outro artigo, *What is a document*? (1997), tratando também de aspectos como a semiótica e a antropologia para compreensão do documento. A análise de Buckland sobre informação-como-coisa tem duas consequências importantes: reintroduz o conceito de documento e, por outro lado, indica a natureza subjetiva da informação (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 192). O artigo de Buckland (1991) trouxe definitivamente o conceito de documento de volta às discussões.

Outro pesquisador que deu continuidade às questões conceituais envolvendo documento e informação, adepto de Suzanne Briet, assim como Buckland, é Bernd Frohmann (2004) que em seus estudos afirma que a informatividade dos documentos está sujeita às práticas documentárias, sendo características destas a materialidade, seus lugares institucionais, os modos como são socialmente disciplinadas e sua contingência histórica. Assim como Wittgenstein define o significado pelo uso da linguagem, de maneira análoga, para Frohmann, aquilo que se denomina informação seria o efeito de práticas documentárias (GONZALEZ DE GOMEZ, 2009, p. 124).

Em outro artigo, Frohmann (2008) utiliza o pensamento de Foucault sobre a materialidade dos enunciados para ressaltar a importância da materialidade da informação, sem a qual, segundo ele, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem (FROHMANN, 2008). Frohmann (2009) discute ainda outros conceitos, entre eles, o conceito de documentalidade utilizando o antílope de Briet para guiar a discussão. Frohmann (2009) também revisita a questão colocada por Bukland (1997), sobre o que é documento, indicando que há três motivações filosóficas (instrumental, realista, fundamentalismo de uma filosofia da linguagem) para buscarmos definições. O autor faz algumas considerações baseando-se nas ideias de Stuart Mill e Wittgenstein, sem se comprometer a definir documento. Buckland e Frohmann, quando se trata de questões que relacionam documento e informação, são autores que possuem visibilidade.

Freitas, Marcondes e Rodrigues (2010) sinalizam que nos últimos vinte anos a Ciência da Informação de origem anglo-saxônica redirecionou a questão do documento, em um movimento nomeado mais tarde de Neodocumentação ou Redocumentalização. Niels Lund (2009) afirma que a era pós-moderna está experimentando em larga escala uma redocumentação, algo semelhante ao movimento da documentação liderado por Otlet e outros, iniciado há mais de cem anos. Assim, com esse novo debate sobre a noção do documento, do seu papel social, da sua relação com a informação, do advento da cultura digital e virtual entre outros aspectos, esses pesquisadores que traduziram as obras dos documentalistas clássicos, deram os primeiros passos para a

projeção do movimento neodocumentalista, fazendo com que a Ciência da Informação e a Documentação retomassem o diálogo para melhor compreensão da informação registrada, ou seja, do documento. Podem ser reconhecidos assim, os primeiros sinais de uma nova tendência da Documentação na Ciência da Informação. Mostafa (2011, p. 13) afirma que o nome de Suzanne Briet estará, na América, sempre ligado ao de Ronald Day, que foi quem a traduziu e ao de Michael Buckland, seu biográfo, e são recentes ambas as iniciativas. Ortega (2009) reforça que, apesar das contribuições significativas dos autores franceses, os pesquisadores da Ciência da Informação americana parecem ignorar os trabalhos daqueles pesquisadores, reconhecendo apenas a importância dos pioneiros Otlet e Briet. O que nos ajuda a compreender a visibilidade de autores como Rayward, Frohmann e Buckland, assim como o envolvimento dos pesquisadores americanos com o assunto.

Foi por meio do resgate das ideias de Otlet por W. Boyd Rayward que Buckland se interessou pelo trabalho dos documentalistas europeus do século XX e se reuniu em outro momento com Niels Lund para organizar o que os próprios autores definem como uma agenda neodocumentalista que resultou em uma rede informal internacional de pesquisa, *The Document Academy1* (BUCKLAND; LUND, 2008). Então, retornar ao conceito de documento se configura como uma orientação para a melhor compreensão da informação registrada, em especial, no ambiente digital/virtual. Contudo, Freitas (2010) adverte que nem sempre fica entendido que a motivação para esse movimento, de retorno, se origina de bases diferenciadas. A autora propõe as seguintes subdivisões para a produção sobre o tema:

> Abordagens pragmáticas ou operacionais: esforços conceituais de sistematização dos objetos que efetivamente vêm sendo socialmente produzidos ou mobilizados como documento e considerados como veículos de informações socialmente relevantes; Abordagens filosóficas ou epistemológicas: esforços teóricos, analíticos e críticos tanto dos usos sócio-históricos que produzem e mobilizam objetos como documento, quanto dos esforços conceitual-pragmáticos de sistematização sobre tais objetos (FREITAS, 2012, p. 145).

Na primeira abordagem, a preocupação refere-se às atividades documentárias que envolvem os documentos e seu uso social, em uma preocupação de como lidar com esses objetos. Na segunda, observa-se a intenção em compreender, por meio de questionamentos filosóficos, qual a atuação social e cultural do documento em seu contexto histórico. Há na Ciência da Informação um momento de questionamentos sobre a abordagem do seu objeto já que ele sofreu modificações ao longo do seu percurso, em uma transição do paradigma da Ciência da Informação que nasceu em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo substituído por um paradigma pragmático e social, como sugere Capurro (2007, p. 13). Nota-se, então, a necessidade que houve, e há, de repensar a informação, que já fora considerada um fenômeno físico, depois um fenômeno cognitivo individual, e agora é analisada como uma possível construção de suas relações sociais. Há, então, o resgate da discussão sobre a constituição do conceito

de documento para se repensar o conceito de informação, refletindo nas discussões atuais dentro da Ciência da Informação essa tendência documentalista. Vale ressaltar que as correntes espanhola e francesa possuem uma forte e consolidada tradição documentalista, como mostram Lopez Yepes (1995); Lund (2009); Ortega (2009), entre outros. São pesquisadores dos Estados Unidos, Canadá entre outros, que somente anos mais tarde, buscam referências nos trabalhos de Otlet e Briet, iniciando o que podemos chamar de uma reaproximação conceitual atual entre Documentação e Ciência da Informação. Buckland (2013) afirma que, após a década de 1940, a Documentação foi amplamente deixada de lado até que o interesse sobre a mesma foi reavivado na década de 1990. Esse movimento voltando as atenções novamente para o documento surge da premissa de que a Documentação entre alguns pesquisadores, principalmente nos Estados Unidos, não teve a força que teve nos outros países, como os já citados Espanha e França por exemplo, tendo seu desenvolvimento tardio, porém para esses autores do mundo anglo-saxão, constata-se a continuidade e atualização da versão clássica da noção de documento (LARA; ORTEGA, 2012, p. 377). Os fatos nos remetem ao início do século XX, por volta da década de 1920, quando bibliotecários e documentalistas começaram a diferenciar os seus interesses profissionais, levando a uma divisão da abordagem conceitual. Nos Estados Unidos, por exemplo, dentre os motivos situam-se escolhas e interesses tanto de caráter pragmático quanto conceitual, que guiam e levam a caminhos diferentes a Documentação e a Biblioteconomia, resultando mais à frente na Ciência da Informação, que carrega consigo os resultados desse caminho bifurcado.

Pensando na dimensão histórica, Buckland (2002) sugere que na década de 1930 a Graduate Library School of Chicago, também conhecida como "a Escola de Chicago" e os documentalistas europeus representavam duas escolas de pensamento diferentes, fato este que, após a Segunda Guerra Mundial, foi reforçado, quando a tradição norte-americana voltou seu interesse para a tecnologia. Segundo o autor citado, houve um espaço de vinte anos para que as questões abordadas pelos documentalistas europeus ganhassem espaço na biblioteconomia. Assim, também na Grã-Bretanha, por uma fissura das questões profissionais, a dissociação entre documentalistas e bibliotecários é surpreendentemente semelhante à que ocorreu nos Estados Unidos (EGAN; SHERA, 1953, p. 32). Trata-se de escolhas conceituais nas organizações relacionadas a essas áreas do conhecimento que resultaram na maior influência de uma sobre a outra ou então na exclusão dos seus ideais. Fato este que reflete nas configurações da Ciência da Informação como a conhecemos, dando também abertura para que nesse período, dentre as discussões acerca do seu objeto de estudo – a informação registrada – surgisse espaço para o diálogo com a Documentação, esta área que, para muitos, era um assunto superado e ultrapassado.

4 Considerações finais

Existe uma tendência de pensamento que nas últimas duas décadas reacendeu a discussão sobre a natureza do documento. O movimento com uma percepção documentalista não apenas "redescobriu" as ideias de Paul Otlet, mas impulsionou as questões já existentes na Documentação mostrando que é necessário não apenas se pensar o documento, mas as relações existentes entre o documento e a informação para compreender as novas configurações dos registros da informação. Não há uma razão para se ocupar do conceito de informação em detrimento do conceito de documento. A noção de documento pode ser pensada como uma forma de recapitular as variabilidades e ambiguidades que caracterizam a noção de informação, segundo Rayward (1996, p. 5). Os debates sobre a natureza, as aplicações e os entendimentos sobre o documento se mostram ricos com muitas contribuições para as áreas que dele se ocupam como a Biblioteconomia, por exemplo, correlata tanto à Ciência da Informação quanto a Documentação. Não se trata apenas da busca por uma definição do documento, é uma discussão que influencia a forma de se pensar e trabalhar a informação registrada. Há espaço e interesse para se pensar sobre o conceito de documento em Ciência da Informação sob a perspectiva da Documentação. Pinheiro (2013) relata que a partir dos anos 1990 a sociedade da informação vivenciou uma nova explosão informacional, devido ao surgimento das novas tecnologias e configurações de novas problemáticas. Nessa nova e mais arrebatadora "explosão da informação", chama atenção a intensidade das pesquisas de antigas questões (PINHEIRO, 2013, p. 26). E nesse contexto, no qual as ideias da Documentação foram retomadas por pesquisadores em Ciência da Informação tornam-se muito importante as pesquisas sobre o documento, esse conceito que muito tem para contribuir com a compreensão acerca da informação, esse objeto de estudo que está sempre em constante transformação.

Fonte: RODRIGUES, G. F. R.; BAPTISTA, D. M. O retorno ao documento: reaproximações entre a Ciência da Informação e a Documentação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 2, p. 3-14, jun./2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/L5MtpTbJWj9Y8nD3YgkRjSQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 ago. 2023.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu:

- A CI abrange todos os elementos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informação.
- A CI tem sua base conceitual estabelecida por meio de dados, informações e conhecimento.
- Dado é um registro descontextualizado e único, não produz sentidos e significados.
- Informação são dados que foram estruturados, analisados e interpretados dentro de um contexto, passando a oferecer compreensão sobre alguma coisa.
- A informação possui uma intencionalidade. Não é neutra.
- Conhecimento é uma habilidade adquirida subjetivamente pela integração de informações processadas com uma finalidade.
- Segundo Buckland (1991), a informação tem significados distintos, que são: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa.
- Documento é qualquer registro informacional material, físico ou intelectual.

AUTOATIVIDADE

1 Em nossos dias, vivemos um conhecimento que pode ser interativo devido ao desenvolvimento da internet. Para chegar a esse patamar, o desenvolvimento da CI precisou gerenciar a informação a partir do tripé: dado, informação e conhecimento. Com base no que foi exposto, associe os itens a seguir:

I- Informação é o simples registro sem um significado específico.
II- Os dados podem ser observados e fazem sentido quando são estruturados.
III- Conhecimento abrange internalização de sentidos e significados.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) II e III estão corretos.
b) ( ) I e II estão corretos.
c) ( ) I e III estão corretos.
d) ( ) Somente II está correto.

2 A qualidade dos documentos pode ser analisada pelas suas características. As características de um documento, de acordo com Guinchat e Menou (1994), podem ser atribuídas por aspectos físicos e intelectuais. Assinale (V) para as alternativas Verdadeiras e (F) para as Falsas:

( ) Os documentos físicos são aqueles considerados de acordo com a sua origem, conteúdo e elaboração.
( ) Livros, periódicos, notas fiscais são exemplos de documentos físicos textuais.
( ) Minerais, plantas, fósseis, ou os manufaturados, fabricados pelo homem, como amostras, protótipos, obras de arte e literárias são tipos de documentos classificados pela produção.
( ) A Fonte pode ser pública, privada, anônima, coletiva, indicando o tipo de documento com qualidade intelectual.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) F – V – F – V.
b) ( ) V – F – V – F.
c) ( ) F – F – V – V.
d) ( ) V – V – F – F.

3 Os tipos documentais são variados e necessitam do conhecimento especializado do profissional para identificar suas particularidades, de modo a fornecer o tratamento técnico adequado e o disponibilizando para o público adequado. A respeito das características documentais, assinale a alternativa CORRETA:

a) ( ) Os documentos são objetos que fornecem dados ou informações, e podem ser classificados por suas características físicas e intelectuais.
b) ( ) As características físicas dos documentos estão relacionadas, entre outras coisas, com o objetivo do documento.
c) ( ) São poucas as variedades de documentos, e não há necessidade de uma análise, pois todos servem para os mesmos fins.
d) ( ) A periodicidade do documento é uma característica intelectual do documento.

4 No campo da CI, o documento é diretamente vinculado ao objeto de estudo informação. A informação tem uma concepção de uso, armazenamento e construção. A respeito da relação entre documento e informação, assinale a alternativa correta:

a) ( ) Informação é o conteúdo de um determinado documento.
b) ( ) O documento depende do ciclo de uso da informação.
c) ( ) O documento tem apropriação exclusivamente individual quando compartilha a informação.
d) ( ) O documento relevante se relaciona à informação com um conhecimento preexistente.

5 Arquivos, bibliotecas e museus são lugares que demandam diferentes possibilidades informativas e documentais. São espaços detentores de Fontes primárias e secundárias.

Com base no exposto, explique as diferenças entre as Fontes primárias dos arquivos, bibliotecas e museus.

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUA RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR

1 INTRODUÇÃO

Já vimos que a Ciência da Informação teve sua origem a partir de meados do século XVI, após a Segundo Guerra Mundial, e que há diferenças entre dados, informação e conhecimento. Vimos também que há diferentes formas e suportes informacionais e o que é a documentação para pensadores como Paul Otlet e Suzane Briet, além disso constatamos que a Ciência da Informação é interdisciplinar por buscar em outras áreas de conhecimentos conceitos que auxiliam nos processos e problemas encontrado pela área.

A Ciência da Informação é interdisciplinar, por ter aspectos tanto das Ciências Naturais quanto das Humanidades e das Ciências Sociais (PINHEIRO, 2005). Neste último tema de aprendizagem da Unidade 1, você verá como a Ciência da Informação se relaciona com outras áreas do conhecimento.

2 DEFINIÇÕES DE INTERDISCIPLINARIDADE, PLURIDISCIPLINARIEDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

A Ciência da Informação, desde a sua gênese, é definida como uma ciência interdisciplinar que tem como objeto de estudo a informação e está relacionada com as tecnologias da informação. A interdisciplinaridade pode ser compreendida como a 'importação' de conceitos advindos de outras ciências para compor outra ciência. A Figura 9 mostra algumas possibilidades interdisciplinares da CI.

FIGURA 9 – INTERDISCIPLINARIDADE DA CI

Fonte: as autoras.

Segundo Pombo (2008), a interdisciplinaridade aparece dessa importação de conceitos e conhecimentos. Para a autora, isso forma a interdisciplinaridade que surge da relação de diferentes disciplinas, considerado inédito e essas caraterísticas podem ser chamadas de 'prática de importação', que representa os "limites das disciplinas especializadas e no reconhecimento da necessidade de transcender as suas fronteiras" (POMBO, 2008, p. 26).

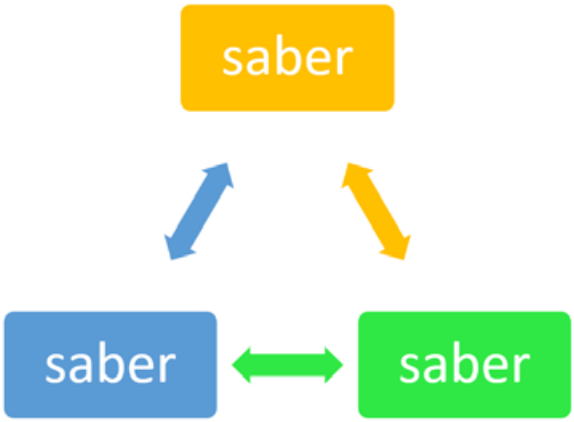
FIGURA 10 – INTERDISCIPLINARIDADE

Fonte: https://images.app.goo.gl/RdXXhEQ8jrLJfYjV6. Acesso em: 24 ago. 2023.

Para Barbosa e Bax (2013, p. 1), estudar a interdisciplinaridade da Ciência da Informação é vital por proporcionar a compreensão de problemas complexas e multidimensionais, além de possibilitar o estabelecimento de conceitos importantes e pertinentes a qualquer área do conhecimento. Isto acontece porque a pesquisa interdisciplinar possibilita a integração de duas ou mais disciplinas para avançar na compreensão e resolver problemas cujas soluções estão fora do escopo de uma única disciplina.

É importante ressaltar que a interdisciplinaridade não unifica o saber, e sim, agrega vários saberes, isso acontece devido à base da interdisciplinaridade estar vinculada a diversos saberes (VARELA, 2010), conforme a Figura 11.

FIGUEIRA 11 – ESQUEMA DE INTERDISCIPLINARIDADE



Fonte: adaptada de Silva (1999).

Segundo Santana (2019, p. 42), "A interdisciplinaridade, portanto, procura agregar áreas específicas de diversas disciplinas com vistas a compreensão de fenômenos complexos à determinada área do conhecimento". Nessa mesma percepção, Le Coadic (2004) explica que a interdisciplinaridade é a colaboração entre diversas disciplinas que trazem interações ou reciprocidade de maneira que haja enriquecimento mútuo.

Uma ciência Interdisciplinar, segundo Souza (2007), está relacionada com a transferência de métodos de uma ciência para outra e que é possível distinguir espécies de interdisciplinaridade conforme o Quadro 4:

QUADRO 4 – ESPÉCIES DE INTERDISCIPLINARIDADE

Grau	Conceito
Grau de aplicação	Por exemplo, quando um método da matemática é transferido para a Ciência da Informação, tem-se como resultados os estudos bibliométricos, cientométricos, cibermétricos e webmétricos.
Grau epistemológico	A teoria da informação, a cibernética, a teoria de sistemas. Essas correntes conexas com a semiótica influenciam a discussão epistemológica da Ciência da Informação.
Grau de geração de outras disciplinas	Exemplos: a biblioteconomia, ciência da computação, ciência cognitiva e comunicação gerando a Ciência da Informação.

Fonte: adaptado de Souza (2007, p. 84).

Para a Souza (2007) e Saracevic (1996), a interdisciplinaridade tem sua origem na Ciência da Informação pela "**multidisciplicidade** de profissões, daqueles que iniciaram seu estudo, tendo, entretanto, permanecido mais forte as relações interdisciplinares com a biblioteconomia, a ciência da computação, a ciência cognitiva e a comunicação" (SOUZA, 2007, p. 84, grifo nosso)

A multidisciplinaridade é a justaposição das disciplinas com temáticas comuns, entretanto, não há uma integração. Conforme Japiassu (1976, p. 73), a multidisciplinaridade é uma "gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir nelas", ou seja, possui múltiplos objetivos comuns, está em um único nível e não possuem cooperação.

FIGURA 12 – MULTIDISCIPLINARIDADE

Fonte: adaptado de Silva (1999).

Para Piaget (1976), a multidisciplinaridade acontece quando para se resolver um problema é necessário requerer informação de uma ou mais disciplinas/ciência, sem ocasionar modificações nas disciplinas que fornecerem subsídios para a solução do problema.

Segundo Nicolescu (2002), a multidisciplinaridade diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo, o autor ainda cita como exemplo que a pintura de Giotto pode ser estudada por meio do olhar da história da arte cruzada com o da física, da química, da história das religiões, da história da Europa e da geometria.

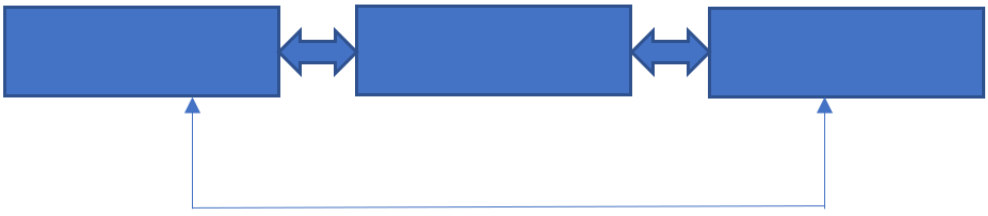
FIGURA 13 – A EXPULSÃO DOS VENDILHÕES DO TEMPLO. CAPELA DE SCROVEGNI – GIOTTO

Fonte: https://images.app.goo.gl/pQKCjWRtuqdSD5Sh7. Acesso em: 24 ago. 2023.

Como exemplo de multidisciplinariedade cita-se o estudo do tema banco de dados, que pode ser estudado pela Biblioteconomia, Ciência da Informação, Sistemas de informação e Arquivologia que também pode ser visto com o olhar da Pluridisciplinaridade (SOUZA, 2007).

A pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um tópico de pesquisa não apenas em uma única disciplina, e sim estudar o tema em várias disciplinas ao mesmo tempo, por exemplo a Inteligência Artificial.

FIGURA 14 – PLURIDISCIPLINARIDADE

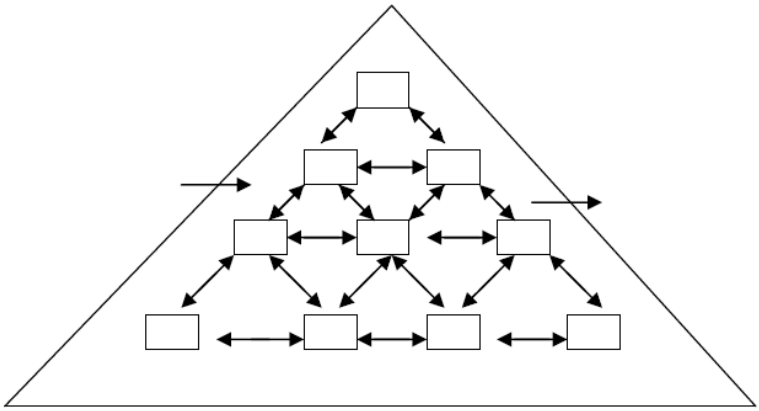


Fonte: adaptado de Silva (1999).

Essa abordagem, também é compreendida como um sistema de um só nível e de objetivos múltiplos com cooperação, mas sem a coordenação. Segundo Pombo (2003, p. 5), a **pluridisciplinaridade** é definida "por em conjunto, em sua forma mínima, estabelecendo algum tipo de coordenação e apresentando um mero paralelismo".

Por fim, temos a transdisciplinaridade, nova forma de integrar os saberes, alcançado mais profundo e interação entre as disciplinas. Segundo Pombo (2004), a transdisciplinaridade faz uma fusão unificada, ou seja, ultrapassam-se as barreiras disciplinares, permitindo-se a sua transcendência.

FIGURA 15 – TRANSDISCIPLINARIDADE



Fonte: Silva (1999, p. 4).

Para Nicolescu (2002, p. 216), a transdisciplinaridade "como indica o prefixo "trans", ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual, cujo imperativo é a unidade do conhecimento". Sendo uma interação global de várias disciplinas/ciências, com isso acaba ocorrendo uma cooperação entre essas disciplinas que é possível separá-las (PIAGET, 1972; GIRARDELLI, 2007). No Quadro 5, apresenta-se um resumo da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade.

QUADRO 5 – RESUMO DE INTER, MULTI, PLURI E TRANSDISCIPLINARIDADE

TIPOS	CONCEITOS
Interdisciplinaridade	Sistema de dois níveis e de objetivos múltiplos; cooperação procedendo de nível superior.
Multidisciplinaridade	Sistema de um só nível e de objetivos múltiplos; nenhuma cooperação.
Pluridisciplinaridade	Sistema de um só nível e de objetivos múltiplos; cooperação, mas sem coordenação.
Transdisciplinaridade	Sistema de níveis e objetivos múltiplos; coordenação com vistas a uma finalidade comum dos sistemas.

Fonte: adaptado de Silva (1999).

INTERESSANTE

A TRANSDISCIPLINARIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

No âmbito da literatura da Ciência da Informação, a abordagem transdisciplinar se faz presente inicialmente em recomendação de Wersig e Windel (1993) para que a CI interteça conceitos de forma "evolucionária, sinóptica e transdisciplinar", para que consiga navegar conceitualmente "dentro de uma teoria sob a forma pós-moderna, numa rede centrada no conhecimento, sob a ótica do problema do uso do conhecimento em condições pós-modernas de informatização" (WERSIG; WINDEL, 1993 ***apud*** PINHEIRO, 1997, p. 160). Para Gómez (2003a), a transdisciplinaridade tem origem na associação de novas demandas éticas e políticas à busca de inovações epistemológicas. A autora define transdisciplinaridade sob três perspectivas:

a) Geração de novos conhecimentos integrados por novos axiomas (ou meta-regras), comuns a um conjunto de disciplinas e saberes não-disciplinares;

b) Junção de um programa de pesquisa e de um programa de ação, em torno de questões ou problemas contextualizados, onde processos de aprendizagem e descoberta são organizados por uma matriz intersubjetiva transdisciplinar, composta por uma rede de sujeitos individuais e coletivos, implicados em aquela junção por objetivos comuns e por alguma forma de aliança ou parceria;

c) Geração de estruturas de compartilhamento que transgredirem as fronteiras e estruturas disciplinares, organizacionais e de setores de atividade, mantendo as condições, demandas e expectativas do conhecimento científico – além da singularidade de um caso ou da solução de um problema pontual (GÓMEZ, 2003a, p. 6).

A ocorrência de formas de articulação e reunião de saberes e práticas, que respondem melhor ao conceito transdisciplinar é justificada quando houver "demanda de conhecimentos científicos e tecnológicos a serem utilizados na resolução de problemas que identificam "zonas obscuras de ignorância", no contexto das diversas atividades sociais, como a indústria ou a saúde coletiva" (GÓMEZ, 2003a, p. 40). Novas estruturas de interação entre disciplinas foram dessa forma favorecidas no pós-guerra, entre as quais a autora cita os programas de pesquisa em meio ambiente, estudos culturais, estudos da mulher, entre outros.

Afinal, não está devidamente esclarecido na literatura da CI o significado e as implicações de sua característica interdisciplinar, termo que por vezes é encontrado como equivalente a ou substituído pelo termo transdisciplinar, sem que fique claro o significado dos mesmos no contexto em que são utilizados, como em Targino (1995), Freire (2004) e Gómez (2001; 2003a). Percebe-se que a reflexão no interior da área sobre os três tipos básicos de interação entre disciplinas – multi, inter e transdisciplinar – encontra-se pouco desenvolvida.
Fonte: Bicalho; Oliveira (2011).

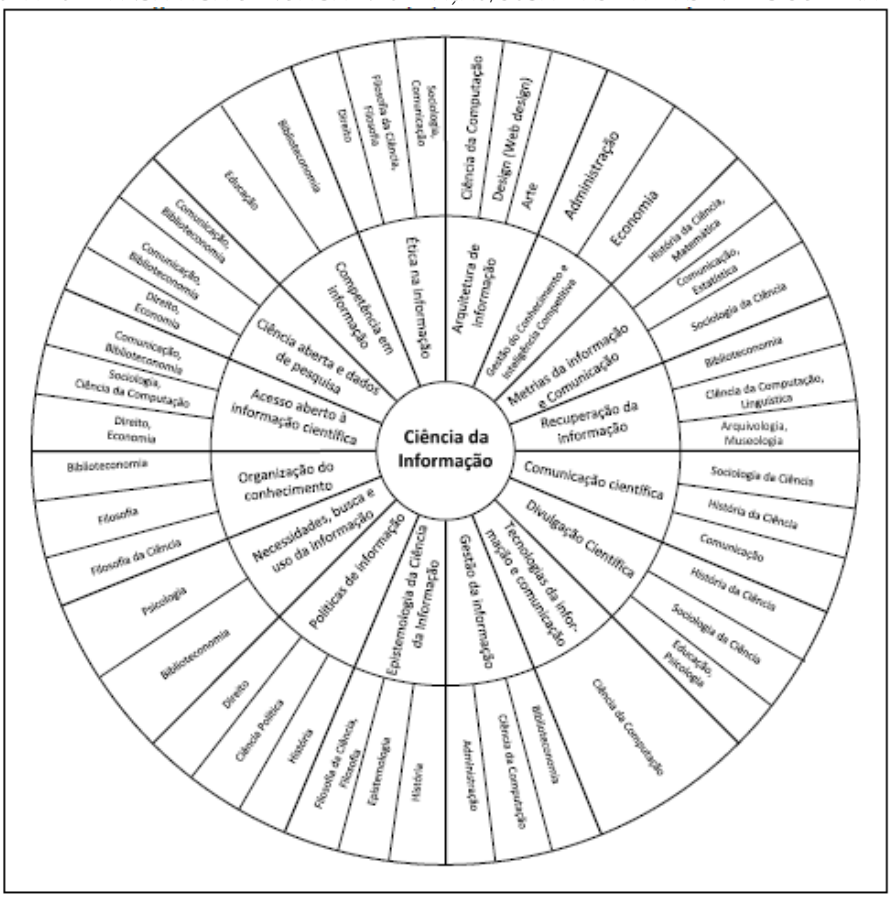
3 SUBÁREAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Segundo Araújo (2018a), a Ciência da Informação nasceu a partir da confluência de diversos fatores, entre os quais se destacam quatro:

> Perspectiva pós-custodial, surgida com a bibliografia no século XV;
> Biblioteconomia especializada;
> Atuação dos primeiros cientistas da informação na Inglaterra, na União Soviética e nos Estados Unidos nas décadas de 1930 a 1950;
> incremento das tecnologias da informação, desde o microfilme na década de 1920, e depois as tecnologias digitais (ARAÚJO, 2018a, p. 48).

Dessa forma, a CI ao se desenvolver foi construída por diversas problemáticas que acabaram originando algumas subáreas. As subáreas surgidas em 1960 são: informação científica e tecnológica; representação da informação, estudo dos usuários da informação, gestão da informação e estudos métricos da Informação.

FIGURA 16 – MANDALA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, SUBÁREAS E ÁREAS INTERDISCIPLINARES



Fonte: adaptada de Pinheiro (2018).

E com o desenvolvimento das Ciência da Informação, subáreas foram modificadas e outras criadas para auxiliar na resolução das questões da CI. Pinheiro (2018) fez um levantamento sobre quais são as subáreas da Ciência da Informação e quais as áreas interdisciplinares da CI. O Quadro 6 apresenta essas subáreas e áreas.

QUADRO 6 – SUBÁREAS E INTERDISCIPLINARIDADES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

SUBÁREAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	ÁREAS INTERDISCIPLINARES
1. Acesso livre à informação	Direito, Economia, Sociologia, Ciência da Computação, Comunicação.
2. Arquitetura de informação	Ciência da Computação, Design (Web design), Arte.
3. Competência em informação	Biblioteconomia, Ciência da Computação, Educação, Design (Webdesign).
4. Direito do autor e propriedade intelectual (no meio eletrônico)	Direto, Filosofia, Ciência Política.
5. Ética na informação:	Filosofia, Direito, Sociologia.
6. Inclusão informacional (abrangendo inclusão digital)	Ciência Política, Sociologia, Ciência da Computação, Biblioteconomia, Comunicação, Serviço Social, Educação.
7. Informação para usuários com necessidades especiais (incluindo tecnologias assistivas)	Educação, Psicologia, Biblioteconomia, Medicina, Ciência da Computação, Engenharia Eletrônica.
8. Preservação digital (sobretudo de imagens)	Ciência da Computação, Biblioteconomia.
9. Repositórios (juntamente com bibliotecas digitais /virtuais)	Ciência da Computação, Biblioteconomia, História (pelos aspectos de memória científica).
10. Ontologias	Linguística, Biblioteconomia, Ciência da Computação e Inteligência Artificial.

Fonte: Pinheiro (2018a, p. 125).

INTERESSANTE

SEIS DIMENSÕES DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO

Nas últimas duas décadas, as pesquisas no campo da Ciência da Informação foram se realizando e diversos achados de pesquisa e elaborações teóricas acabaram por promover uma série de mudanças na compreensão dos fenômenos informacionais. É importante destacar que tal evolução se deu não apenas pela evolução das subáreas, mas também pelas tentativas de caracterização do campo (como ciência interdisciplinar, social e pós-moderna) e suas manifestações em distintos países e regiões como França, Canadá e Ibero-América – conforme discussões desenvolvidas em Araújo (2014). Tais mudanças podem ser agrupadas em pelo menos seis dimensões, três delas relacionadas a ideias centrais do modelo físico e outras três do modelo cognitivo.

A primeira delas tema ver com o conceito de "conhecimento" usada nos estudos, e percepção cada vez mais clara nas pesquisas de que o conhecimento não é apenas cumulativo, um somatório de dados, como apresentado na equação de Brookes. Diversos autores demonstraram que o processo de conhecer é dialético, envolvendo um tensionamento entre o sujeito e o real, relacionando-se processos de acomodação e assimilação, codificação/decodificação, apropriação e imaginação. Uma segunda mudança diz respeito à compreensão dos sujeitos, que deixam e ser entendidos apenas como seres "mentalistas", vivendo num mundo numérico, como se fossem apenas "cérebros" processadores de dados.

Nas pesquisas contemporâneas em Ciência da Informação, os sujeitos são compreendidos como seres que agem no mundo, interferem, desenvolvem distintas linhas de ação, tal como configurado pela noção de "práxis".

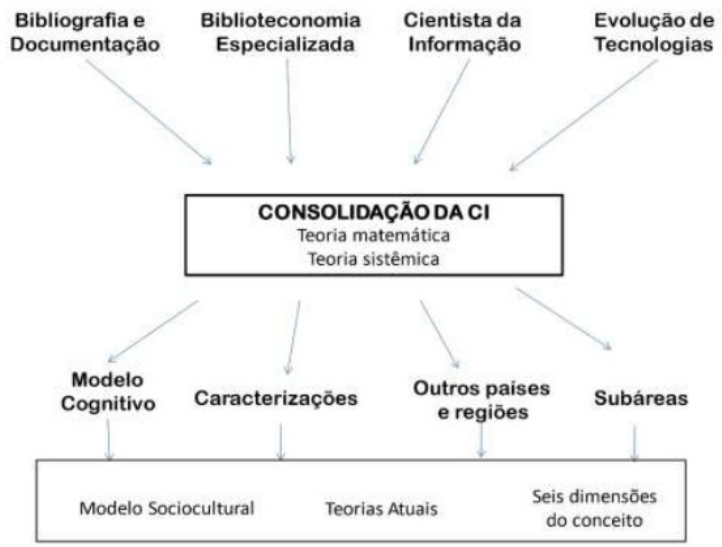
Uma terceira mudança diz respeito à verificação de que o fenômeno informacional não é apenas individual, ele não se passa somente entre o indivíduo e os dados. Ele é coletivo, é de natureza intersubjetiva, da ordem das interações, assim como as demais ações e "existências" dos sujeitos. Uma quarta mudança relaciona-se com as ações dos sujeitos. As perspectivas mais recentes têm enfatizado que os indivíduos não apenas buscam informações (como enfatizado na centralidade da ideia e recuperação da informação, no "paradigma de balcão" do modelo dos anos 1960), mas eles também desempenham outras ações, eles criam conteúdos, compartilham, rejeitam informações.

Há uma quinta mudança, relacionada com a constatação de que a informação não é apenas um processo de transporte de dados, mas sim um processo por meio do qual a cultura e a memória coletiva são construídas, bem como as identidades e linhas de ação dos sujeitos. Por fim, pode-se constatar uma última constatação das pesquisas informacionais, a ideia de que a informação não é algo que se passa apenas no interior de um sistema (dos seus mecanismos de entrada e saída), ela está imbricada a um contexto, ela é da ordem da contingência. A informação, assim, não é algo que se transporta e sim algo que constrói a realidade; ela não é a entrega de algo de um emissor para um receptor, ela produz "efeitos", é uma forma de ação o mundo – ela precisa, portanto, necessariamente ser compreendida em seus vínculos com dimensões social, cultural, política e econômica.

Esses aspectos relacionados à compreensão dos fenômenos informacionais vêm caracterizando o que os alunos autores chama de virada sociológica", "paradigma social" ou modelo sociocultural (CAPURRO, 2014; CAPURRO; HJORLAND, 2003; CRONIN, 2008; HJORLAND, 2014) e, embora não tenham conduzido a um novo modelo geral de estudos da informação, a substituir aquele dos anos 1960, evidenciam, cada vez mais, o caráter complexo dos fenômenos informacionais, apontando para certo esgotamento tanto do modelo explicativo fisicista hegemônico da década de 1960 quanto de sua continuidade via modelo cognitivo.

Dessa forma, agrupando todo esse conjunto de questões históricas, temáticas e conceituais, seria possível construir um quadro compreensivo da Ciência da Informação esboçado na figura que se segue:

FIGURA – CONSOLIDAÇÃO DA CI



Fonte: Araújo (2018b).

LEITURA COMPLEMENTAR

UMA HISTÓRIA INTELECTUAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM TRÊS TEMPOS

Carlos Alberto Ávila Araújo

1 INTRODUÇÃO

A expressão "Ciência da Informação" surgiu na década de 1950, mas se consolidou efetivamente na década de 1960, e desde então foi se fortalecendo por meio de ações institucionais (criação de associações, grupos de pesquisa, cursos de graduação e pós-graduação, periódicos científicos) e também intelectuais (criação de teorias, execução de pesquisas, formulações epistemológicas). A imensa diversidade destas ações acabou por dificultar um entendimento consensual do que seja a própria Ciência da Informação, existindo muita discordância sobre sua identidade e seus limites – o que se expressa na diversidade de programas de ensino da área, em debates sobre o que faz parte ou não dela, dos critérios para aceite de trabalhos para publicação em periódicos e eventos científicos etc. (ARAÚJO, 2014).

Como maneira de tentar encontrar certa coesão em torno da ideia do que é Ciência da Informação, foi desenvolvida uma pesquisa com o objetivo específico de construção de um mapeamento intelectual da área a partir de uma perspectiva histórica. Ao mesmo tempo, houve a preocupação em se considerar as tendências mais recentes de estudo na área. Como resultado, chegou-se a um quadro em que a Ciência da Informação é apresentada em três grandes momentos, marcados por características distintas, que permitem visualizar um panorama da evolução da área ao longo das décadas.

O objetivo deste texto é apresentar esse quadro com seus três momentos, de maneira a proporcionar uma sistematização para o campo da Ciência da Informação capaz de unificar distintas perspectivas em curso no trabalho de diferentes pesquisadores.

2 O SURGIMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A constituição da Ciência da Informação envolveu diversos fatos históricos e científicos que ocorreram em épocas e locais diferentes. Embora estes fatos sejam múltiplos, podem ser agrupados em cinco dimensões: o surgimento da bibliografia e da documentação; a relação institucional com a biblioteconomia; a atuação dos primeiros "cientistas da informação" no provimento de serviços em ciência e tecnologia; o incremento tecnológico; e a fundamentação na teoria matemática (ARAÚJO, 2014).

O primeiro fato foi o surgimento da bibliografia, no século XV. Ao buscar elaborar listagens de livros existentes, em vez de ter como objetivo a montagem de coleções, esta atividade marca o surgimento de uma orientação "pós-custodial". No final do século XIX, Otlet e La Fontaine revitalizam a bibliografia, ao proporem em 1895 a I Conferência Internacional de Bibliografia e criarem, a seguir, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). Logo após Otlet propôs a criação de uma nova disciplina científica, a documentação. Nesse sentido, uma contribuição fundamental foi a elaboração, por Otlet, do conceito de "documento" como significando a totalidade dos artefatos humanos, registrados das mais diversas maneiras, nos mais diversos suportes: livros, manuscritos, fotografias, pinturas, esculturas, imagens em movimento, registros fonográficos, selos, estampas, etc. Surgia aqui um primeiro elemento que seria fundamental, décadas depois, para a elaboração do conceito de "informação".

A segunda dimensão refere-se à relação que se deu entre a documentação e uma parte da biblioteconomia (aquela relacionada com os aspectos de tratamento técnico dos documentos), que envolveu ainda um outro aspecto: o institucional. O caso dos Estados Unidos é exemplar, com a divisão ocorrida na American Library Association (ALA), em 1908. Com a crescente incompatibilidade entre aqueles bibliotecários voltados para as bibliotecas públicas, atendimento às pessoas em geral e papel educativo da biblioteca, de um lado, e aqueles mais preocupados com o atendimento a cientistas de áreas específicas do conhecimento, voltados para o incremento dos procedimentos e serviços de tratamento técnicos dos documentos, de outro, deu-se em 1908, a criação da Special Libraries Association (SLA), pelo segundo grupo. Em 1937, a SLA passou a ser denominada American Documentation Institute (ADI), seguindo uma tendência internacional de reconhecimento da documentação como novo campo de atuação. Posteriormente, em 1968, a ADI mudou seu nome para American Society for Information Science (ASIS), a primeira associação de Ciência da Informação do mundo.

O terceiro fenômeno importante foi a atuação que diversos cientistas começaram a desempenhar nas décadas de 1920 a 1940, primeiro na Inglaterra, depois nos Estados Unidos e em outros países, de prover seus demais colegas de informação em suas respectivas áreas de atuação – os chamados *science services*. Químicos, físicos, engenheiros e outros cientistas começaram a se dedicar ao trabalho de elaborar índices, resumos, promover canais de disseminação, de forma a facilitar a agilizar o trabalho de seus pares. Transcorrido certo tempo, começaram a designar a si mesmos cientistas da informação. Embora tenha nascido como uma atividade eminentemente prática, ao longo dos anos essa iniciativa foi se direcionando para uma importante institucionalização. O marco mais importante foi o Institute of Information Scientist, criado em Londres em 1958.

O quarto fenômeno se deu na confluência de desenvolvimentos tecnológicos e os consequentes esforços para a sua teorização. Nas décadas de 1920 e 1930, iniciou-se o uso de microfilmes como forma de armazenamento e de consulta a documentos. As reflexões nessa linha levaram à consideração da possibilidade de dissociação entre

o suporte físico da informação e o seu conteúdo, na medida em que o conteúdo de um livro ou jornal poderia ser microfilmado e, portanto, preservado (e também utilizado, disseminado etc.) de forma independente do documento original. Com a evolução dos computadores nos anos seguintes, esse pensamento se acirrou. Tal visão se consolidou na esteira das reflexões de Vannevar Bush, publicando em 1945 o artigo *As we may think*, no qual identificava um problema concreto (a "explosão" informacional, isto é, o crescimento do número de documentos, e a dificuldade resultante disso de recuperação da informação) e uma possível solução: a automatização dos processos de recuperação. Nos anos seguintes, a proposta de recuperação automatizada da informação foi encampada dentro do projeto da Ciência da Informação, chegando mesmo a ser entendida como o "núcleo" da área por diferentes autores, entre os quais Tefko Saracevic, em seu livro *Introduction to Information Science* de 1970.

Os quatro fatos destacados acima conduziram à formação de uma disciplina científica nascente que precisava, contudo, de fundamentação teórica. Esta, inicialmente ancorada na teoria matemática da comunicação, publicada em 1949, de autoria de Claude Shannon e Warren Weaver – teoria esta que desenvolveu, pela primeira vez, um conceito científico de informação, preparando o terreno para o surgimento de uma disciplina dedicada a esse objeto. Os autores estavam preocupados com a eficácia do processo de comunicação e, para tanto, elegeram como conceito central de seu trabalho a noção de informação.

Em sua definição de "comunicação" como um processo em que um emissor envia uma mensagem para um receptor (no qual a informação é uma medida da probabilidade dessa mensagem), os autores consideraram apenas os problemas técnicos relativos à transmissão de mensagens. Quando a Ciência da Informação se apropriou dessa teoria, ela operou uma "redução" de seu objeto de pesquisa, considerando apenas os aspectos fisicamente observáveis e mensuráveis da "informação", inserindo-se claramente na perspectiva válida nos contextos de pesquisa da época da guerra fria sintonizados com objetivos estratégicos militares. Pesquisadores atuando nesta linha trouxeram para a Ciência da Informação, junto com eles, também um modo de raciocínio científico próprio – o modo positivista, que consiste na aplicação, aos fenômenos e processos humanos, das mesmas técnicas de observação e pesquisa das ciências da natureza, em busca de leis e princípios universalmente válidos.

Ao "limpar" o conceito de informação de suas dimensões de significação e de relação social, Shannon e Weaver descartam a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma aproximação da informação enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada "cientificamente". Juntos, esses fatos conduziram à consolidação de uma primeira Ciência da Informação, que se manifestou no contexto anglo-saxão e soviético entre as décadas de 1940 e 1960, e daí se espalhou para diversas outras regiões do planeta. Importante nessa consolidação foi a publicação, em 1968, do artigo, hoje considerado clássico, de ***Harold Borko, intitulado Information Science:***

what is it?, apresentando uma definição exaustivamente repetida do que viria a ser a nova área.

[...]

4 AS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Com a evolução das subáreas, o próprio conceito de informação foi sendo objeto de teorizações e reflexões. Diversos autores apresentaram propostas de mapeamento histórico dessas teorizações. Em Araújo (2014), há uma compilação de autores que possuem, em comum, o fato de identificarem três grandes conceitos ou modelos de estudo da informação presentes na história da Ciência da Informação. São eles Capurro (Alemanha), Rendón Rojas (México), Saracevic (Estados Unidos), Ørom (Dinamarca), Fernández Molina e Moya Anegón (Espanha), Silva e Ribeiro (Portugal) e Salaün e Arsenault (Canadá). Em vez de apresentar cada um deles, optou-se aqui por uma apresentação sintética de seus pontos em comum a partir da síntese de Araújo (2014).

Ainda que eles usem termos diferentes, suas discussões são muito semelhantes. Em todos, ressalta-se a ideia de que houve uma primeira forma de estudo da informação ("física", como fenômeno "objetivo", como "sinal", como algo no nível "sintático") em que ela era entendida como algo existente em si mesmo, independente dos sujeitos e dos contextos, como um "dado", dotado de propriedades e características passíveis de serem medidos e explicados a partir da formulação de leis. Nas apresentações que promovem deste conceito, os autores vinculam "informação" a noções como sinal, emissor, receptor, transporte, transferência, sistema, recuperação, probabilidade, precisão, revocação, mensagem.

Também em todos os autores, há a ideia de que surgiu uma segunda maneira de se estudar a informação (como algo "cognitivo", "semântico", "subjetivo"), em que passou a se considerar a articulação entre os dados, os elementos presentes da realidade independente do sujeito, e o conhecimento, aquilo que os indivíduos sabem ou conhecem, sendo a informação a medida da alteração deste estado de conhecimento, ou, em outros termos, o produto da interação entre os dados e o conhecimento, no âmbito do indivíduo. Ao apresentarem essa perspectiva de estudos, os autores aproximam o conceito de "informação" aos de dado, conhecimento, processamento, indivíduo, pessoa, lacuna, preenchimento, modificação, alteração, significado.

Mais uma vez, em todos os autores mencionados há a ideia de um terceiro modelo, que aparece como uma tendência ainda em construção ou já se encontra mais estabelecida. Termos como "pragmática", "intersubjetivo", "sociocultural" são usados para descrevê-la, apontando que informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo mas também do coletivo, de uma construção social. Nessas descrições, "informação" aparece ligada a termos como documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico.

Nesse sentido, é possível identificar diversas tendências contemporâneas, desenvolvidas nos últimos vinte anos, que compõem a Ciência da Informação e se desenvolvem na esteira da perspectiva social apresentada acima. Na presente pesquisa, foram identificadas treze perspectivas atuais.

A primeira delas é a análise de domínio, área de pesquisa surgida, no campo da Ciência da Informação, a partir da publicação de um primeiro artigo de Hjorland e Albrechtsen (1995). Essa área tem como antecedente a ideia de "garantia literária" trabalhada na biblioteconomia, e se desenvolve a partir de um conceito central: "comunidades discursivas". Este conceito designa coletivos, grupos sociais que possuem determinadas formas (compartilhadas), de pensar, de se expressar e de conhecer a realidade. Aplicada ao campo da Ciência da Informação, a análise de domínio permite ver as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e, com isso, perceber como um dado campo reflete uma construção social, um acordo intersubjetivo (GUIMARÃES, 2015). A contribuição fundamental da perspectiva da análise de domínio é a compreensão de que não é um sujeito isolado que tem necessidades, modos de buscar e usar a informação. "Necessidade de informação" é algo que surge coletivamente, é um grupo de pessoas que desenvolve determinados padrões de que tipo de situação ou atividade necessita de informação, de que tipo se deve necessitar em cada contexto, e assim sucessivamente para outras ações.

Uma segunda perspectiva contemporânea é a altmetria, surgida no contexto da web 2.0 e o consequente desenvolvimento da chamada cientometria 2.0. O campo dos estudos métricos buscou aproveitar a oportunidade e aprimorar a pesquisa sobre as dinâmicas de citação, passando a considerar o contexto e o papel dos diferentes tipos de publicações e, principalmente, as diversas maneiras como pode se expressar o impacto da produção científica – por meio de medição de acessos, comentários, links e citações em redes sociais, que compõem "indicadores de interação social" (GOUVEIA, 2016). A origem deste campo de aplicações e estudos é um manifesto (PRIEM; GROTH; TARABORELLI, 2000) em que a área é definida como o estudo da comunicação científica na web social, por meio da criação e uso de indicadores de visualização, download, citações, reutilização, compartilhamento, etiquetagem e comentários (SOUZA, 2014). A importância de seu desenvolvimento é o direcionamento da pesquisa no campo da informação não só para o ambiente formal da ciência, mas o estudo da ciência imersa na vida social, na dinamicidade da vida humana.

Uma terceira tendência atual, em sintonia com os avanços verificados na área de administração, é a abordagem relacionada à ideia de cultura organizacional. Esta noção designa o estudo do desenvolvimento dos fenômenos informacionais (necessidade, busca, compartilhamento, uso) nos níveis individual e coletivo nas organizações, buscando a articulação entre ambos por meio da identificação e análise da cultura, que os permeiam (MELO; PRESSER; SANTOS, 2013). A origem deste campo na Ciência da Informação está vinculada ao trabalho de Davenport e Prusak em torno do estudo do aprendizado contínuo, do ambiente e do clima organizacionais enquanto facilitadores

de formas comuns de pensar e agir ou, em outros termos, o "conjunto de valores, crenças, socialização, compartilhamento e uso de dados, informação e conhecimento no âmbito corporativo (WOIDA; VALENTIM, 2006). Nessa mesma linha, uma perspectiva mais específica se desenvolveu, a de orientação informacional (MARCHAND; KETTINGER; ROLLINS, 2001), que, a partir do estudo da cultura organizacional, busca criar instrumentos para medir e otimizar a capacidade de uso da informação por parte das empresas.

Outra perspectiva atual é a da curadoria digital, que na verdade é mais um campo de atividade profissional e institucional do que, propriamente, uma proposta teórica. Pode-se definir a curadoria digital como a prática e o estudo dos processos de seleção, preservação, manutenção, coleção e arquivamento de dados digitais, com a consequente criação de repositórios e/ou plataformas digitais participativas. Sua origem está direcionada à percepção da importância da certificação de confiabilidade, da obsolescência, da fragilidade e das incertezas da evolução tecnológica (possibilidade de perda) dos formatos das mídias digitais. Uma aplicação mais específica deste campo tem se dado, na Ciência da Informação, em relação à atividade científica, buscando cobrir todo o espectro de atividades, da captura à validação e arquivamento, descoberta e reuso dos dados (SAYÃO; SALES, 2012). Dessa forma, pode ser compreendida como o "gerenciamento do objeto digital durante todo o seu ciclo de vida" (SIEBRA *et al*. 2013, p. 1), tendo sido desenvolvidos, para isto, modelos de ciclo de vida dos dados digitais, como os de Yomaoka e Higgins. Outra definição de curadoria digital é aquela que se articula com todas as atividades envolvidas na gestão dos dados, para garantia de estarem disponíveis para reuso (MACHADO; VIANNA, 2016). A contribuição mais relevante desta área é a sua preocupação com o todo, isto é, com a ligação e interdependência entre os vários aspectos, momentos e instâncias relacionados com a informação.

Uma quinta área é a das folksonomias, que representam uma nova perspectiva para organização de recursos digitais (CATARINO; BAPTISTA, 2009). Trata-se da consideração da indexação livre realizada pelos próprios usuários, com o objetivo de proporcionar melhor recuperação da informação, trabalho este desenvolvido em ambiente aberto e de compartilhamento, portanto de construção conjunta. O termo folksonomia foi criado em 2005 por Vander Val para designar a etiquetagem dos recursos da web em ambiente social feita pelos próprios usuários. Ele surgiu com a web 2.0 e sua proposta de uma arquitetura da participação e, no campo da Ciência da Informação, articulada a uma dinâmica descentralizada das ações de representação da informação. Uma designação alternativa é a expressão indexação social, que se refere à dinâmica por meio da qual os próprios usuários fazem a descrição de um mesmo recurso, resultando numa descrição intersubjetiva, realizada por meio de contratos semânticos (GUEDES; MOURA; DIAS, 2011). Também aqui, busca-se considerar tal dinâmica para a construção de linguagens de interface para organizar e recuperar conteúdos em plataformas virtuais interativas, partindo das "ações de uso social da linguagem para representar conteúdos" (GRACIOSO, 2010, p. 140).

Outra tendência é a da ética intercultural da informação, cujo foco está na "interseção entre os princípios globais e as particularidades locais" (SILVA, 2015, p. 6). Tal abordagem tem origem com a criação do Internation Center for Information Ethics, na Alemanha, em 2004, em torno de um questionamento fundamental: "informação para quem?", e buscou também discutir e problematizar questões informacionais debatidas no âmbito da cúpula mundial sobre a sociedade da informação, em suas distintas edições. É nessa linha que se desenvolveu a ética intercultural da informação, voltada, conforme Capurro (2010), para o estudo de desafios como a questão da privacidade, da propriedade intelectual, do acesso livre, do direito à expressão e da identidade digital.

Uma sétima teoria recente é a neodocumentação. Como o próprio nome indica, busca revitalizar um outro movimento, que se deu nas dimensões institucional, profissional, técnica e teórica - o da documentação, originado com Paul Otlet no começo do século XX e continuado por, entre outros, Suzanne Briet na França, Lopez Yepes na Espanha e Bradford no mundo anglo-saxão. A proposta da neodocumentação, desenvolvido no campo da Ciência da Informação por autores como Rayward e Frohmann, propõe a substituição do termo "informação", tal como usado na Ciência da Informação, para o termo "documento". Tal ideia é entendida não como um desvio, mas como um reenvio – informação é entendida, para tais autores, como o efeito ou derivação dos documentos (GONZÁLEZ DO GÓMEZ, 2011). Para os autores vinculados a essa abordagem, ao abandonar o documento e centrar-se na informação, entendida como o "conteúdo objetivo" dos documentos, a Ciência da Informação divorciou-se das práticas sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais a informação é produzida. O "documento" traz as marcas de seu contexto, de quem o produziu, do suporte em que está inscrito, de suas dimensões e tamanho, aspectos estéticos, entre outros. Ao se desconsiderar tudo isso, buscando apenas os "dados" ali contidos, a Ciência da Informação perdeu dimensões importantíssimas dos fenômenos informacionais. A neodocumentação busca, assim, uma certa reconciliação entre o estudo da informação e a vida social.

Um oitavo campo contemporâneo é o das humanidades digitais. Trata-se de um amplo movimento, realizado em vários países em anos recentes, e que tem produzido impactos diferenciados nas disciplinas científicas (PIMENTA, 2016). Em linhas gerais, o referido movimento tem por objetivo romper com a separação verificada, nas últimas décadas, entre as tecnologias digitais e as humanidades, buscando, justamente, conciliar os métodos das ciências humanas e sociais com as características, potencialidades e procedimentos do mundo digital. Na Ciência da Informação, o principal diálogo com as humanidades digitais tem se dado no campo das discussões sobre preservação de patrimônios culturais nas sociedades contemporâneas, a promoção do acesso universal de forma democrática e o embasamento crítico para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico (ALMEIDA; DAMIAN, 2015).

Há uma nona tendência, a arqueologia da sociedade da informação. Diversos pesquisadores têm levantado questionamentos sobre o caráter de "novidade" do

fenômeno da sociedade da informação, alardeado desde a década de 1960, bem como do discurso promocional envolvido em torno da noção. Um destes autores, Burke (2012), buscou demonstrar como, ao longo de sua história, a humanidade desenvolveu distintas formas de coletar, analisar, disseminar e usar a informação, relativizando parte do discurso que apresentava muitos processos como originais ou inéditos na história. Outro autor, Mattelart (2002), realizou um trabalho de estudo da vinculação entre o discurso eufórico desta sociedade e processos e projetos de dominação na geopolítica planetária, de consolidação de hegemonias, por meio do conceito de ideologia. Nessa mesma linha, Day (2001) buscou analisar criticamente como se desenvolveu e que interesses se articularam no incremento da noção de sociedade da informação.

Um outro campo, que sempre se desenvolveu com relativa autonomia na Ciência da Informação, foi o dos estudos de usuários. Em meados da década de 1990, a partir da iniciativa de um grupo de finlandeses (TUOMINEN; TALJA; SAVOLAINEN, 2002), uma outra abordagem começou a ser desenvolvida neste campo: os estudos em práticas informacionais, isto é, o estudo do movimento por meio do qual os indivíduos agem no mundo, conformados pela cultura, e ao mesmo tempo constituem essa cultura que os influencia e a realidade em que atuam. Inicialmente, tal abordagem focava-se em estudos de usuários na vida cotidiana, em oposição aos estudos tradicionais focados no ambiente científico, governamental e empresarial (SAVOLAINEN, 1995). Posteriormente, passaram a se constituir numa perspectiva para todos os tipos de realidade empírica. Entre as contribuições dessa linha de investigação está a ideia de que não existe um mundo exterior, "lá fora", independente dos sujeitos e das suas ações. São os sujeitos que, em suas ações, criam e atualizam as regras e normas sociais. Além disso, tais estudos, na crítica à proposta do comportamento informacional, avançaram na compreensão da informação não como o preenchimento de uma lacuna cognitiva, nem um processo exclusivamente vivido da perspectiva individual. Os processos envolvidos com o uso da informação envolvem imaginação, apropriação, questionamentos, tensionamentos, e tais processos são vividos a partir de categorias construídas socialmente.

Uma outra perspectiva, muito disseminada no cenário contemporâneo da Ciência da Informação, é a abordagem conhecida como regimes de informação. Tal abordagem baseia-se na noção de "modo de produção" de Karl Marx, aplicada ao campo da informacional. Um regime de informação designa, assim, um modo informacional dominante em uma sociedade, isto é, quem são os sujeitos, as organizações, as regras, as autoridades, os recursos e as hierarquias que conformam um determinado regime, isto é, determinadas condições de existência de discursos e enunciações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Tal ideia vem sendo desenvolvida por, entre outros, Braman (2004) por meio da noção de cadeias de produção da informação na análise da circulação da informação em diferentes países e a formulação de políticas públicas no setor. Os autores ligados a essa linha de estudos analisaram principalmente as políticas de informação, mas não apenas em seus aspectos normativos ou operacionais, mas em sua imersão e inter-relação com as várias dimensões da vida humana – a social, a cultural, a econômica, a política, a regulatória, entre outras (FROHMANN, 1995).

Memória é um tema ou conceito que sempre esteve presente no campo da Ciência da Informação. Nas últimas duas décadas, contudo, tem tido maior destaque, passando a designar áreas de investigação, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e grupos de trabalho em associações cientificas. Esse movimento deu-se também com o progressivo abandono de uma perspectiva tecnicista da ideia de memória (ligada a processamento e recuperação da informação, a capacidades e potencialidades de computadores e redes) e sua problematização a partir de contribuições dos campos da história e da antropologia, entre outros (MURGUIA, 2010).

De uma perspectiva individual, ligada a uma capacidade humana, o entendimento da memória passou a ser visto dentro de um quadro da sua construção social, e do seu papel na constituição da cultura e da própria realidade. Mais ainda, a maneira como os distintos indivíduos e grupos participam desse processo conduziu a uma compreensão da memória como um "campo de batalha", no qual os atores lutam pelo estabelecimento dos critérios a partir dos quais será decidido o que será, coletivamente, lembrado e esquecido, valorizado e desprezado. Estudos recentes têm se debruçado sobre as condições de produção (e o direito de participação nesta produção), de circulação (e a importância da pluralidade e da diversidade nesse processo) e de acesso (garantia de que seja o mais democrático possível) da informação na constituição da memória. Uma referência nessa linha é García Gutiérrez (2008) com sua proposta de criação de dois tipos de dispositivos: o operador complexo e o operador transcultural.

Por fim, uma última tendência que vem sendo desenvolvida na Ciência da Informação em aos recentes diz respeito a propostas de que ela deveria fortalecer seu diálogo com as áreas de arquivologia, de biblioteconomia e de museologia. Não se trata, como as outras, de uma teoria ou um conjunto de ações e práticas, nem mesmo de um movimento intelectual unificado. Encontram-se aqui distintas iniciativas, sobretudo de âmbito institucional. Uma delas é a de Bates (2012), que aproxima a Ciência da Informação dos conceitos de conhecimento, memória e patrimônio, a partir de uma ligação com, respectivamente, biblioteconomia, arquivologia e museologia. Conforme Araújo (2014), é possível perceber uma sintonia entre as perspectivas teóricas mais recentes nas três áreas. A nova biblioteconomia, o conceito de mediação bibliotecária e a competência informacional na biblioteconomia, os conceitos de arquivalia ou arquivalização, a arquivística integrada e a arquivística pós-moderna na arquivologia, a ideia do museal, a nova museologia e a museologia crítica na museologia possuem, todas, uma ideia comum: o estudo das maneiras pelas quais uma sociedade lida com o conhecimento que ela própria produz. Arquivos, bibliotecas e museus, seus fazeres e seus profissionais são entendidos como mediações, interferências específicas realizadas no âmbito da dinâmica informacional mais ampla de uma sociedade. Aproximar a Ciência da Informação destas três áreas é, assim, tentar compreender como uma cultura é produzida, reproduzida e modificada por meio das interferências destas instituições, é

analisar a dinâmica dessas várias interferências, promovidas por atores institucionais ou não, nos distintos processos de criação, seleção, circulação e apropriação dos registros de conhecimento.

Fonte: ARAÚJO, C. A. V. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80719. Acesso em: 27 ago. 2023.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu:

- A ciência da informação é uma disciplina interdisciplinar que se concentra no estudo da informação e tem conexões com as tecnologias da informação. Essa interdisciplinaridade envolve a incorporação de conceitos de outras áreas para formar uma nova ciência.

- A análise da interdisciplinaridade na ciência da informação é essencial porque ajuda a compreender questões complexas e multidimensionais, bem como a desenvolver conceitos relevantes para qualquer campo de estudo. Isso ocorre porque a pesquisa interdisciplinar envolve a combinação de duas ou mais disciplinas para abordar problemas que não podem ser resolvidos por uma única disciplina.

- Uma ciência interdisciplinar envolve a aplicação de métodos de uma disciplina em outra e pode ser categorizada em diferentes tipos de interdisciplinaridade.

- A multidisciplinaridade ocorre quando a resolução de um problema requer informações de uma ou mais disciplinas ou ciências, sem que haja a necessidade de modificar as disciplinas que contribuem com essas informações.

- A transdisciplinaridade envolve a busca de compreensão do mundo atual indo além das fronteiras das disciplinas, visando à unidade do conhecimento, atravessando e integrando diversas áreas de estudo.

- A ciência da informação surgiu devido a quatro principais fatores: a perspectiva pós-custodial que se originou com a biblioteca no século XV, o desenvolvimento da biblioteconomia especializada, a contribuição dos primeiros cientistas da informação na Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos nas décadas de 1930 a 1950, e o avanço das tecnologias da informação, incluindo o microfilme na década de 1920 e posteriormente, as tecnologias digitais.

AUTOATIVIDADE

1 A Ciência da Informação é vista como interdisciplinar por buscar em outras áreas do conhecimento conceitos teorias que auxiliam na resolução de problemas da CI. Sobre a interdisciplinaridade, assinale a alternativa CORRETA:

a) ( ) A interdisciplinaridade não aparece da importação de conceitos e conhecimentos de outras áreas.
b) ( ) Estudar a interdisciplinaridade da Ciência da Informação não é vital, por proporcionar a compreensão e problemas complexo e multidimensionais.
c) ( ) A interdisciplinaridade unifica o saber.
d) ( ) A interdisciplinaridade é a colaboração entre diversas disciplinas que trazem interações ou reciprocidade de maneira que haja enriquecimento mútuo.

2 Uma ciência interdisciplinar está relacionada à transferência de métodos de uma ciência para outra e que é possível distinguir espécies de interdisciplinaridade. Sobre as espécies de interdisciplinaridade, associe os itens, utilizando o código a seguir:

I- Grau de aplicação.
II- Grau epistemológico.
III- Grau de geração de outras disciplinas.

( ) Usa o método da matemática transferido para a Ciência da Informação tendo como resultado a altimetria.
( ) A biblioteconomia, ciência da computação, ciência cognitiva e comunicação foram fundadoras da Ciência da Informação.
( ) A teoria da informação, a cibernética, a teoria de sistemas, são correntes conexas com a semiótica e influenciam a discussão epistemológica da Ciência da Informação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:
a) ( ) I – III – II.
b) ( ) I – II – III.
c) ( ) II – I – III.
d) ( ) III – I – II.

3 Na literatura existem alguns termos que são relacionados com a característica de disciplinas das ciências. Sobre esses termos classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

( ) A multidisciplinaridade é a uma justaposição das disciplinas com temáticas comuns, entretanto, não há uma integração.
( ) A multidisciplinaridade ocorre quando para resolver um problema é necessário requerer informação de uma ou mais disciplinas/ciência, ocasionando modificações nas disciplinas que fornecerem subsídios para a solução do problema.
( ) A transdisciplinaridade é uma nova forma de integrar os saberes, alcançado mais profunda a interação entre as disciplinas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:
a) ( ) V – F – V.
b) ( ) F – V – F.
c) ( ) V – V – F.
d) ( ) F – F – V.

4 No texto de Araújo (2017) são apresentadas 13 novas áreas para estudos da Ciência da Informação, entre essas áreas o autor cita a altimetria. Desta forma, explique o que é a altimetria.

Fonte: ARAÚJO, C. A. V. Uma história intelectual da Ciência da Informação em três tempos. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80719. Acesso em: 27 ago. 2023.

5 A constituição da Ciência da Informação envolveu diversos fatos históricos e científicos que ocorreram em épocas e locais diferentes. Disserte sobre a característica interdisciplinar da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ACKOFF, R. L. From Data to Wisdom. **Journal of Applies Systems Analysis**, v.16, p. 3-9, s.l. 1989.

ALMEIDA, D. P. D. R. ***et al.*** Paradigmas contemporâneos da ciência da informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, 2007. DOI: 10.36311/1807-8281.2007.v6n1.745. Acesso em: 25 ago. 2023.

ALVARES, L.; ARAÚJO JR. R. H. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p.195-205, set./dez. 2010.

ARAÚJO, C. A. V. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, C. A. V. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interativa. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

ARAÚJO, C. A. V. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80719. Acesso em: 27 ago. 2023.

ARAÚJO, C. A. V. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018a.

ARAÚJO, C. A. V. Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 47-72, 2018b. DOI: 10.33467/conci.v1i1.9341. Acesso em: 27 ago. 2023.

BARBOSA, D. M.; BAX, Marcello P. A recuperação da informação como base fundamental da ciência da informação e sua relação com a ciência da computação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 14. Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos**... Florianópolis, UFSC, 2013.

BENKENDORF, S. K. J.; MOMM, C. F. SILVA, F. C. G. da. **Fundamentos da biblioteconomia e ciência da informação**. Indaial: UNIASSEVI, 2018. 246 p.

BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. de. Aspectos conceituais da transdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 87-102, maio/ago. 2011.

BORGES, M. E. N. *et al*. Estudos cognitivos em ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Florianópolis, n. 15, 1º Sem. 2003.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BRIET, S. **O que é a documentação?** Paris: Édith, 1951.

BUCKLAND, M. Information as a thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, nº 5, p. 351-360, [s.l.] 1991.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em ciência ia informação – Enancib, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Enancib, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 17 jul. 2014.

CHALHUB, T.; BENCHIMOL, A.; GUERRA, C. A Interdisciplinaridade na ciência da informação: em que ombros se apoia no Brasil. *In*: XIV ENANCIB, Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos**... Florianópolis: UFSC, 2013.

CRUZ, C. H. B. Editorial: Vannevar Bush: uma apresentação. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-13, março 2011.

GIRARDELLI, M. F. **Qual é a diferença entre multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade?** Manaus, 2007.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MATTELART, A. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. *In*: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação E Cultura – ENLEPICC, 2005, Salvador. **Anais**... Salvador: Enlepicc, p. 1-22. 2005.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MIKHAILOV, A. I.; GILJAREVSKIJ, R. S. An introductory course on informatics/ documentation. **International Federation for information and documentation**,

1970. 202 p. Moscou, 1070. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000000676_eng. Acesso em: 25 ago. 2023.

MIRANDA, A. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. *In*: AQUINO, M. A. **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: UFPB, 2002.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sociocultural da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 16, n. 2, 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91213. Acesso em: 25 ago. 2023.

NICOLESCU, B. Uma nova forma de conhecimento: a transdisciplinaridade. *In*. Gélineau, Lucie (org.). **Interdisciplinaridade e pesquisa social aplicada**: Reflexões sobre experiências em curso. Paris: Université, 2002.

OLIVEIRA, M. de. Origens e evolução da ciência da informação. *In*: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da Informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. p. 9-28. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J. L. Do paradigma físico, às lutas e campo simbólico na ciência da informação: deflexões. **Logeion**: filosofia da informação, v. 8, p. 116-129, 2022. DOI: 10.21728/logeion.2022v8n2. p. 116-129 Acesso em: 25 ago. 2023.

PIAJET, J. La Psicologie: les Relations Interdisciplinaires et le Système des Sciences, **Bulletin de Psychologie**, 1976, n. 254, p. 242-259.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da ciência da informação: os sinais enunciadores da nova área. *In*: AQUINO, M. A. **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. p. 61-86. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

PINHEIRO, L. V. R. Informação esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2004.

PINHEIRO, L. V. R. Mutações na ciência da informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 3, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n3.43317. Acesso em: 27 ago. 2023.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Informação esse obscuro objeto da ciência da informação. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. *In*: PIMENTA, Carlos (coord.). **Interdisciplinaridade, humanismo, universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**: Revista do Centro de Educação e Letras, v. 10, n. 1, p. 9-40, jan./jun., 2008.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. ***In***: Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. **Anais eletrônicos**. Porto: Universidade do Porto, 2003. Disponível em: Acesso em: 23 fev. 2017.

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M. M. de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, v. 21, nº 3, p. 25-42, set/dez. Porto Alegre: UFRGS. 2015.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, SSRR Informações, 2003.

RODRIGUES, G. F. R.; BAPTISTA, D. M. O retorno ao documento: reaproximações entre a Ciência da Informação e a Documentação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 2, p. 3-14, jun./2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/L5MtpTbJWj9Y8nD3YgkRjSQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 ago. 2023.

SANTANA, G. A. de. **Multi, inter e transdisciplinaridade (MIT) na ciência da informação**: análise de conteúdo das produções científicas do evento científico ENANCIB e dos periódicos Qualis A1 nacionais 2012 -2016. 2019. Dissertação (mestrado em Ciência em Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2019.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte. v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SEMIDÃO, R. A. M. Dados, informação e conhecimento: elementos de compreensão teórica da ciência da informação. ***In***: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XIII ENANCIB 2012, GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. **Anais**... Rio de Janeiro – Fiocruz, p. 1-7, 2012.

SILVA, D. J. O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. ***In***: Workshop sobre Interdisciplinaridade, 1999, São José dos Campos. **Anais** [...]. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1999.

SOUZA, M. da P. N. de. Abordagem inter e transdisciplinar em ciência da informação. ***In.*** TOUTAIN, L. M. B. B. (Org). **Para entender a ciência da informação**. Salvador, EDUFBA, 2007.

VARELA, A. V. Dimensão das relações entre a ciência da informação e as ciências cognitivas: caminho percorridos e a percorrer. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.20, n. 2, p. 51- 64, maio/ago. 2010.

ZAMMATARO, A. F. D. Os paradigmas da ciência da informação e as contribuições do paradigma social à organização e representação do conhecimento. ***In.*** Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento, 5., 2021. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2021.

APRENDENDO OS CONTEXTOS DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- conhecer as relações entre os arquivos e a Arquivologia.
- distinguir as relações entre as bibliotecas e a Biblioteconomia.
- apreender as relações entre os museus e a Museologia.
- aprender a formação, atuação profissional e legislações das três áreas.

PLANO DE ESTUDOS

A cada tópico desta unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA
TÓPICO 2 – RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS E BIBLIOTECONOMIA
TÓPICO 3 – RELAÇÃO ENTRE MUSEUS E MUSEOLOGIA

CHAMADA

Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.

CONFIRA A TRILHA DA UNIDADE 2!

Acesse o
QR Code abaixo:

RELAÇÃO ENTRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA

1 INTRODUÇÃO

Os órgãos de documentação são aqueles espaços que possuem o documento como elemento em comum. O documento é constituído de informações sobre as atividades humanas registradas dentro de um suporte ou material, encontrado dentro de instituições como os museus, arquivos, bibliotecas ou centros de documentação.

Essas instituições buscam recolher, selecionar, tratar, transferir, armazenar e disseminar as informações com objetivos sociais, culturais, científicos ou administrativos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Cada uma dessas instituições trata documento/objeto de forma distintas. A figura abaixo apresenta um paralelo sobre arquivo, biblioteca e museu.

FIGURA 1 – INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

Arquivo é a acumulação ordenada de documentos, em sua maioria textuais, criados por instituição ou pessoa no curso de suas atividades, e preservados para a consecução e seus objetivos, visando à utilidade no futuro
Biblioteca é o conjunto de material, em sua maioria impressos, disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta
Museu, instituição sem fins lucrativos, que tem como finalidade conservar, estudar, interpretar, colecionar e expor o patrimonio material e imaterial.

Fonte: adaptada de Paes (2004, p. 16); https://images.app.goo.gl/3F1yapBNC5VyCYch8; https://images.app.goo.gl/kBERKTR34HJ3Pe756; https://images.app.goo.gl/SYGvHcZhrLxdMJZf8. Acesso em: 10 out. 2023.

Os arquivos são compostos de documentos que são produzidos com o intuito de provar, registrar ou testemunhar algo e, em geral, são documentos únicos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Podem ser, também, locais que possuem como objetivo realizar a custódia, a conservação e dar condições para o acesso a documentos que foram criados em instituições públicas ou privadas ou por uma pessoa ou família.

No Brasil, a preocupação com o estudo dos arquivos também começou no século XX a partir do Arquivo Nacional. Desde lá, a Arquivologia – disciplina que se refere aos arquivos – tem se expandido através do surgimento de novas tecnologias, das novas demandas da sociedade por informação, pela evolução do papel do profissional formado na área e pelo aumento do número de atividades desenvolvidas por esse profissional (OLIVEIRA, 2014). Neste tema de aprendizagem, serão apresentados os arquivos e a arquivologia.

NOTA

A custódia é a responsabilidade de guarda e proteção dos arquivos independente do seu vínculo de propriedade (BRASIL, 2005).

2 ARQUIVOLOGIA: DEFINIÇÃO

A Arquivologia, também chamada de Arquivística, é definida como a disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados dentro da produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 37). Conforme a Norma que define os termos a serem usados em arquivos em geral, a NBR 9578 – Arquivos, a Arquivologia é definida como o "estudo, ciência e arte dos arquivos" (ABNT, 1986, p. 2).

É importante ressaltar que há autores, como Araújo (2013) e Silva ***et al.*** (1988), que relatam que há indícios de arquivos há mais ou menos seis milênios, que estavam situados próximo ao Vale do Nilo e na Mesopotâmia. O surgimento da escrita fez com que houvesse uma preocupação com a guarda e conservação dos registros contábeis, considerados elementos propulsores dos primeiros arquivos mesmo que de forma espontânea (ARAÚJO, 2013).

Para Calderón (2013), a arquivologia foi construída simultaneamente às práticas que eram desenvolvidas nos arquivos com a finalidade de desempenhar suas funções. Para Duranti (1997), a Arquivologia está relacionada com a natureza dos arquivos e o trabalho desenvolvido.

> […] o corpo de conhecimento sobre a natureza e as características dos arquivos e do trabalho arquivístico sistematicamente organizado em teoria, metodologia e prática. A teoria arquivística é o conjunto de ideias que os arquivistas têm sobre o que é material arquivístico; metodologia arquivística é o conjunto de ideias que os arquivistas têm sobre como tratá-la; a prática arquivística é a aplicação de ideias, tanto teóricas quanto metodológicas, a situações reais e concretas (DURANTI, 1997, s.p.)

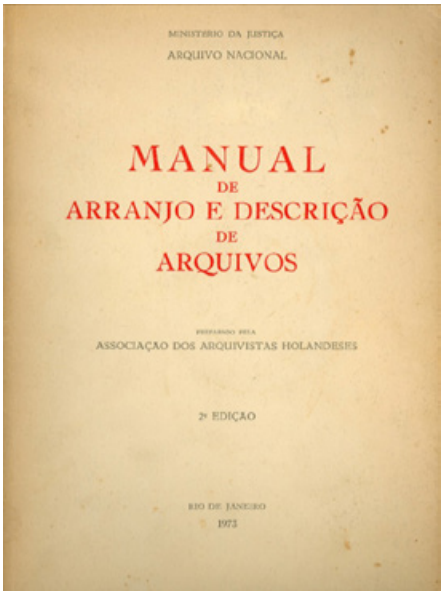
Segundo Araújo (2013, p. 52), a arquivologia que conhecemos hoje teve origem século XV, no período do Renascimento, "quando ressurgiu o interesse pela produção humana, pelo estudo de sua história e sua evolução política e econômica. Salientou-se, assim, o interesse pela salvaguarda e preservação dos registros das atividades humanas nas mais variadas esferas", e a partir do século XVI, com a produção de manuais e tratados voltados para o tratamento e procedimentos da instituição responsável pela guarda, conservação e preservação físicas dos materiais. Entre as obras produzidas nesse período, Araújo (2013) cita:

- *Instrucción para el gobierno del archivo de Simancas*, de 1588;
- a profissão de fé *De archivis líber singularis, eiusdem praelectiones et civilium institutionum epítome*, de autoria de Baldassare Bonifacio, publicada em 1632; e
- *De re diplomatica*, de Dom Jean Mabbilon publica em 1681.

A Obra de Dom Jean Mabbilon é considerado um marco na Arquivologia, além de ser considerada a obra fundadora do campo, nesse documento encontramos os primeiros elementos da doutrina arquivística utilizada até hoje (ARAÚJO, 2013; FONSECA, 2005; ZAMMATARO; MONTEIRO, 2021).

FIGURA 2 – DE RE DIPLOMÁTICA E MANUAL DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES

DE
RE DIPLOMATICA
LIBRI VI.
IN QUIBUS QUIDQUID AD VETERUM
Inſtrumentorum antiquitatem, materiam, ſcripturam, & ſtilum; quidquid ad ſigilla, monogrammata, ſubſcriptiones, ac notas chronologicas; quidquid inde ad antiquariam, hiſtoricam, forenſemque diſciplinam pertinet, explicatur & illuſtratur.
ACCEDVNT
Commentarius de antiquis Regum Francorum Palatiis.
Veterum ſcripturarum varia ſpecimina, tabulis LX comprehenſa.
Nova documentorum, & ampliùs, monumentorum collectio.
Operâ & ſtudio Domni JOHANNIS MABILLON, Presbyteri ac Monachi Ordinis S. Benedicti è Congregatione S. Mauri.
LUTECIÆ PARISIORUM,
Sumptibus LUDOVICI BILLAINE, in Palatio Regio.
M DC LXXXI
CUM PRIVILEGIO REGIS, ET SUPERIORUM PERMISSU.



MINISTERIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL
MANUAL
DE
ARRANJO E DESCRIÇÃO
DE
ARQUIVOS
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES
2ª EDIÇÃO
RIO DE JANEIRO
1973

Fonte: https://images.app.goo.gl/u4izeKn7xEzFe8YC7 e https://images.app.goo.gl/GmA3wG1Rg1b-zHxwD8. Acesso em: 10 out. 2023.

Outro manual muito importante e considerado marco da arquivística é o Manual dos Arquivistas Holandeses, publicado em 1890, de autoria e Muller, Feith e Fruin. Esse manual marcou um progresso na área da arquivologia, até então vista como uma disciplina auxiliar da história. Segundo Ramos ***et al***. (2002, p. 116 ***apud*** PORTO, 2013, p. 28), este manual "representa a libertação da Arquivística da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo do século XIX. Ainda hoje surpreende pela sua grande atualidade [...] pode-se afirmar que a fundamentação teórica e a maioria das recomendações nelas contidas permanecem irrepreensíveis".

Para Lopes (2000) e Santa Anna (2018), a arquivologia se firmou a partir da importância atribuída aos arquivos depois da Revolução Francesa, e que essas instituições se tornaram centro de memória social e cultural de uma sociedade. E a partir de um novo contexto social, política administrativa e das novas demandas, surge então o Princípio da Proveniência, em 1841, elaborado pelo N. de Wailly. Este princípio é considerado por muitos autores "o ponto de partida da Arquivologia" (LOUSADA, 2017, p. 42), por fazer referência pela primeira vez ao conceito de Fundo arquivístico. Além, disso o Princípio da Proveniência foi o primeiro fundamento teórico da Arquivologia (CRUZ MUNDET, 2001).

DICA

O artigo Os arquivos, a arquivística e o discurso: alguns marcos históricos e conceituais, de Barros, apresenta as mudanças que a Arquivologia passou nos últimos 30 anos. O artigo tem como objetivo a descrição de elementos históricos do percurso da Arquivística. Vale a apena a leitura para complementar as informações sobre a origem a arquivologia. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41070. Acesso em: 30 ago. 2023.

2.1 CORRENTES TEÓRICAS NA ARQUIVOLOGIA

Como vimos, a Revolução Francesa, o manual dos arquivistas holandeses e os princípios de respeitos aos fundos contribuíam para a base científica e consolidação da arquivologia para a disciplina (RIBEIRO, 2011). E a partir dessa consolidação surgem pesquisas e estudos sobre temas relacionados aos arquivos e seus métodos de organização, além da área voltar às pesquisas para os usuários de arquivos (LOUSADA, 2017).

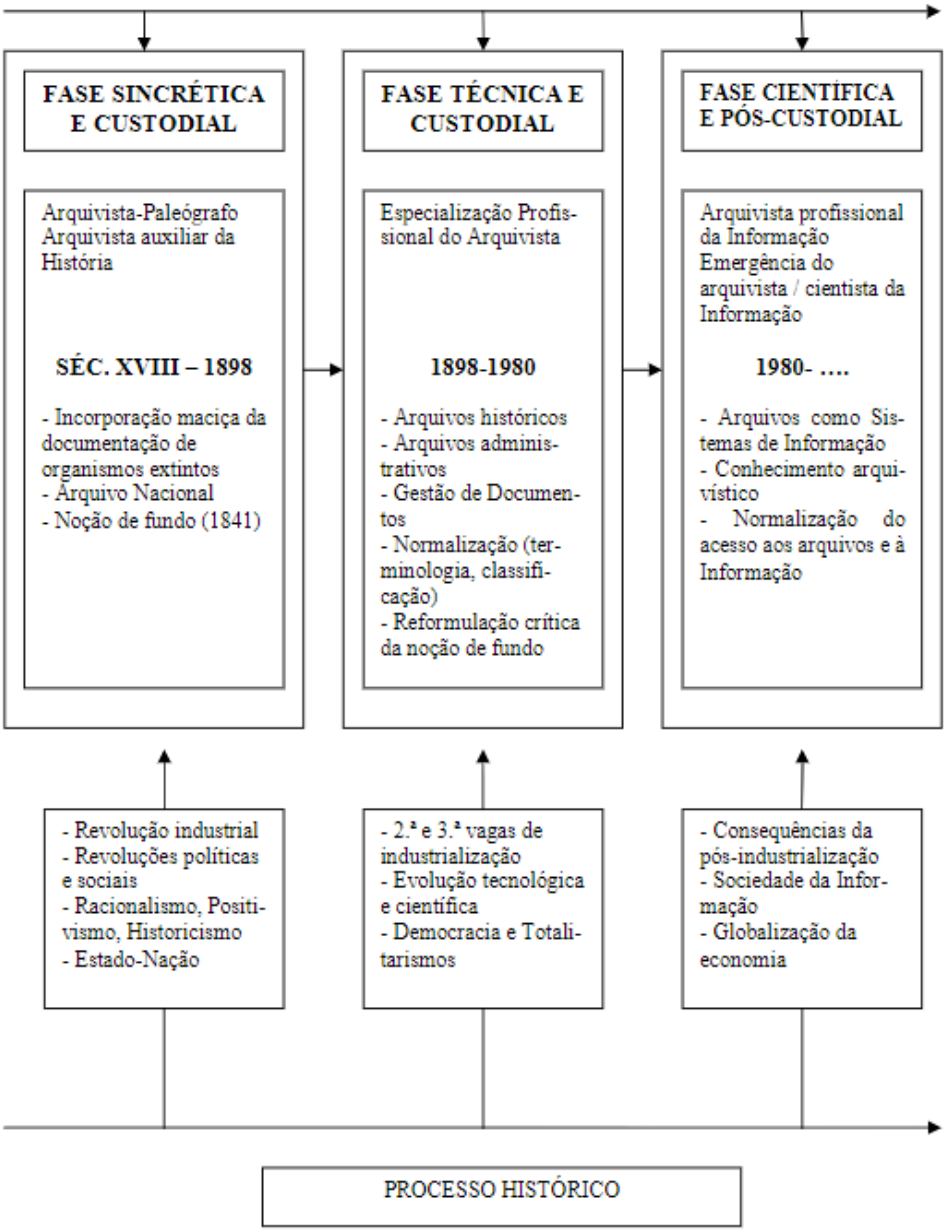
Com a evolução da área, há três fases que marcam esse período: a fase **sincrética e custodial**, fase **técnica e custodial** e fase **científica e pós-custodial** (RIBEIRO, 2011). Para a autoras, as duas primeiras fazes foram logo após a Revolução Francesa e que "se qualifica como custodial. Patrimonialistas, historicistas e tecnicistas" (LOUSADA, 2017, p. 58). Nessa fase sincrética e custodial, a arquivologia foi considerada uma disciplina auxiliar à História, sendo caracterizada por não ter elementos e conceitos próprios, sendo necessária a incorporação de outras áreas de conhecimentos, "por essa razão, o exercício profissional do arquivista está muito relacionado com o do paleógrafo, orientado por um objeto concreto: a custódia dos arquivos históricos" (LOUSADA, 2017, p. 59).

A próxima fase foi após a elaboração do Manual do Arquivista Holandeses, chamada técnica e custodial. Nesta fase, a arquivologia consolidou-se um corpo teórico próprio centrando as atividades práticas, ou seja, na tratamento e gestão documental. Para Lousada (2017) nesse momento o arquivista torna-se especialista e a arquivologia ganha uma identidade própria, sendo uma fase de desenvolvimento teórico e prático. Além disso, Ribeiro (2011, p. 62) apresenta fatores de mudança das fases:

- Sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte, como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários.
- Identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e de Biblioteca, com a preservação da cultura "erudita", "letrada" ou "intelectualizada" em antinomia mais ou menos explícita, com a cultura popular, "de massas" e de entretenimento.

- Enfatização da memória como Fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado e respectivo Povo, sob a égide de ideologias de viés nacionalista.
- Importância crescente do acesso ao "conteúdo", através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos e índices) e do aprofundamento dos modelos de classificação e indexação, derivados do importante legado tecnicista e normativo dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, com impacto na área da documentação científica e técnica, possibilitando a multiplicação de Centros e Serviços de Documentação/Informação, menos vocacionados para a custódia e mais para a disseminação informacional.
- Prevalência da divisão profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições, Arquivo e Biblioteca, indutora de um arreigado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equivocada de que as profissões de arquivista, de bibliotecário e de documentalista geram, naturalmente, disciplinas científicas autônomas como a Arquivística/ Arquivologia, a Biblioteconomia/Bibliotecologia ou a Documentação). A figura, a seguir, apresenta as fases da arquivologia.

FIGURA 3 – O PROCESSO INFORMACIONAL RELATIVO AOS ARQUIVOS


FASE SINCRÉTICA E CUSTODIAL
Arquivista-Paleógrafo
Arquivista auxiliar da História
SÉC. XVIII – 1898
- Incorporação maciça da documentação de organismos extintos
- Arquivo Nacional
- Noção de fundo (1841)
FASE TÉCNICA E CUSTODIAL
Especialização Profissional do Arquivista
1898-1980
- Arquivos históricos
- Arquivos administrativos
- Gestão de Documentos
- Normalização (terminologia, classificação)
- Reformulação crítica da noção de fundo
FASE CIENTÍFICA E PÓS-CUSTODIAL
Arquivista profissional da Informação
Emergência do arquivista / cientista da Informação
1980- ....
- Arquivos como Sistemas de Informação
- Conhecimento arquivístico
- Normalização do acesso aos arquivos e à Informação
- Revolução industrial
- Revoluções políticas e sociais
- Racionalismo, Positivismo, Historicismo
- Estado-Nação
- 2.ª e 3.ª vagas de industrialização
- Evolução tecnológica e científica
- Democracia e Totalitarismos
- Consequências da pós-industrialização
- Sociedade da Informação
- Globalização da economia
PROCESSO HISTÓRICO

Fonte: Ribeiro (2011, p. 63).

Com a o avanço tecnológico, houve a mudança da perspectiva custodial para uma perspectiva pós-custodial que é dominada pela busca de informação (SOARES; PINTO; SILVA, 2015).

QUADRO 1 – PARADIGMA CUSTODIAL X PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL

Paradigma Custodial	**Paradigma Pós-custodial**
Sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários.	Valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, sendo a materialização num suporte um epifenômeno (ou derivado informacional).
Identificação do serviço/missão custodial e pública do Arquivo e da Biblioteca com a preservação da cultura ''erudita'' ou ''superior'' (as artes, as letras, a ciência) de um povo em antinomia mais ou menos explícita com a cultura popular, ''de massas'' e os ''produtos de entretenimento''.	Constatação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao ''imobilismo'' documental, traduzindo-se aquele no trinômio criação-seleção natural/acesso-uso e o segundo na antinomia efémero/permanente.
Enfatização da memória como Fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado, sob égide de ideologias de pendor nacionalista.	Propriedade máxima concedida ao acesso à informação por todos mediante condições específicas e totalmente definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;
Importância crescente do acesso ao ''conteúdo'' através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos) dos documentos percepcionados como objetos patrimonializados, permanecendo, porém, mais forte o valor patrimonial do documento que o imperativo informacional.	Imperativo de indagar, compreender e explicar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente ''assépticos'' ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação.

Prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/ instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arreigado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca de que a profissão de arquivista ou de bibliotecário gera, naturalmente, disciplinas científicas autônomas como a Arquivística e a Bibliotecologia).	Alteração do atual quadro teórico-funcional da atividade disciplinar e profissional por uma postura diferente sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação.
	Substituição da lógica instrumental, patente nas expressões ''gestão de documentos'' e ''gestão da informação'', pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e atores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas.

Fonte: Silva (2006 *apud* SOARES; PINTO; SILVA, 2015, p. 26-27).

2.2 O QUE SÃO ARQUIVOS?

Os arquivos, desde a Antiguidade, constituem-se na memória do Estado, enquanto cada pessoa organiza, por si mesma, os seus arquivos particulares como memória de sua própria atividade ou de sua família. Assim, a função de um arquivo é "conservar a lembrança das ações de um dia, para que sirva de base às ações dos dias subsequentes" (FAVIER, 1979, p. 5). A intenção de um arquivo é ser "espelho da sociedade que o constitui, o conserva e o explora para fins administrativos, jurídicos, culturais, patrimoniais ou de pesquisa" (ROUSSEAU; COUTURE, 1994, s.p.).

NOTA

O termo latino *archivium* é derivado do temo grego *Acheion*, entretanto, no latim clássico, o significado do termo era desconhecido sedo então utilizado o termo *Tabularium*, que começou a ser empregado como significado de arquivo públicos na época romana, em meado do século I a.C.

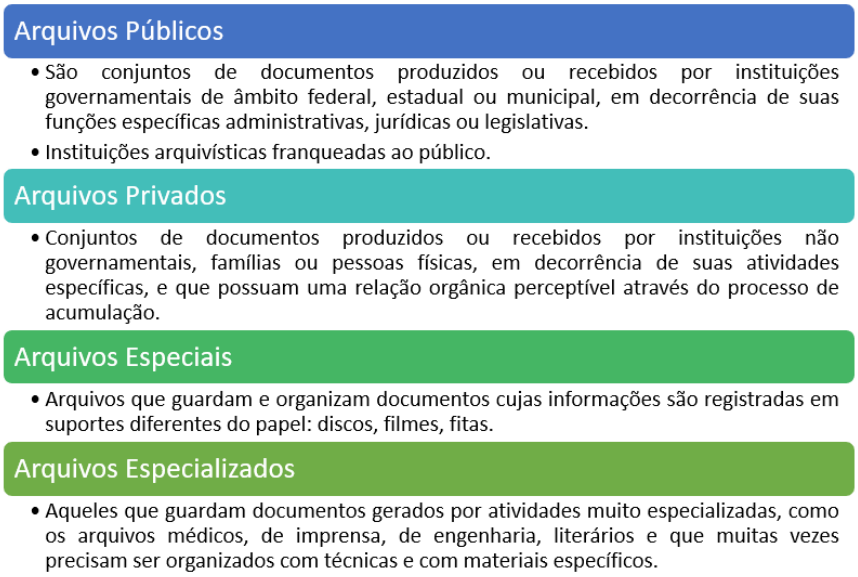
TABULAE CERATAE

Fonte: https://images.app.goo.gl/4C8TndF7HGPa8yrV8. Acesso em: 31 ago. 2023.

Esse termo começou a ser "porque o suporte físico dos documentos eram as ***tabulae ceratae***, ou seja, tábuas de madeira cobertas com cera onde eram feitas as anotações pertinentes por meio de punção" (FERNANEZ ROMERO, 2003, p. 61).
Para saber mais sobre ***Tabularium,*** leia o artigo de Fernández Romero, I. TABVLARIVM: ***El archivo en época romana***. ***Anales de Documentación***, *6*, p. 59-70, 2003. Disponível em: https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2041. Acesso em: 31 ago. 2023.

Os arquivos podem ser de vários tipos, estando condicionados aos objetivos da entidade que os produzem. Os tipos de arquivos mais comuns são:

FIGURA 4 – RELAÇÃO DOS TIPOS DE ARQUIVOS


Arquivos Públicos
• São conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções específicas administrativas, jurídicas ou legislativas.
• Instituições arquivísticas franqueadas ao público.
Arquivos Privados
• Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação.
Arquivos Especiais
• Arquivos que guardam e organizam documentos cujas informações são registradas em suportes diferentes do papel: discos, filmes, fitas.
Arquivos Especializados
• Aqueles que guardam documentos gerados por atividades muito especializadas, como os arquivos médicos, de imprensa, de engenharia, literários e que muitas vezes precisam ser organizados com técnicas e com materiais específicos.

Fonte: adaptada de ABNT (1986) e Martins (2005).

À medida que grupos de pessoas organizadas sentiram que havia necessidade de conservação de seus documentos, sentiram também que era preciso organizá-los. Dessa forma, os arquivos tornam-se referência privilegiada para tomadas de decisão baseada em precedentes, ou em outras palavras, são base para a administração e para toda jurisdição que não tenha um respaldo baseado em um corpo jurídico (FAVIER, 1979).

O documento de arquivo ou documento arquivístico é "aquele que, produzido ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitui elemento de prova ou de informação" (ABNT, 1986, p. 4). Os elementos principais de um documento arquivístico são:

a) **Intrínsecos ou forma intelectual**: gênero, espécie/tipo, procedência (instituição produtora), data, local, autor, destinatário, texto/conteúdo/assunto, ação ou ato, remetente, cargo do remetente, anotações e assinatura.
b) **Extrínsecos ou forma física**: refere-se ao idioma, cor, letra, selo, quantidade, forma, formato, logomarca, suporte e anexos (MARTINS, 2005).

O documento arquivístico é a "unidade constituída pela INFORMAÇÃO (elemento referencial ou dado) e seu SUPORTE (material, base), produzida em decorrência do cumprimento de uma ATIVIDADE, preservados para servir de prova, testemunho e pesquisa" (MARTINS, 2005, p. 14). Pode ser documento simples, por exemplo, um ofício, um relatório, um memorando, uma relação de remessa ou um documento composto, como um processo.

Quanto à natureza do documento, ele reflete as diversas atividades e atribuições das organizações que o produzem, por isso, os tipos de documentos são variados e possuem diferentes formatos, espécies e gêneros dentro de um arquivo.

- Formato: "Conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento" (DICIONÁRIO, 2005). Como exemplo, podemos citar: livro, caderno, formulário, folha, microficha, tira de microfilme etc.
- Espécie documental: "Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato" (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 85). São exemplos de espécies documentais: ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório.
- Gênero documental: "Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso" (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 99). Exemplos de gênero documental: documentos audiovisuais (filmes, documentários), documentos bibliográficos (livros), documentos cartográficos (mapas), documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos (obras de arte, slides, microformas), documentos textuais (documentos escritos).
- Tipo de documento: refere-se à "configuração que assume um documento de acordo com a atividade que a gerou" (MARTINS, 2005, p. 15). Exemplos de tipos de documentos são: ata de posse; boletim de notas e frequência de alunos, regimento interno de departamento, relatório de atividades, atestado de matrícula etc. Suporte: material onde se realiza o registro das informações (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005).

Para o entendimento das peculiaridades dos documentos de arquivo, é preciso entender os princípios fundamentais da Arquivística, a saber:

QUADRO 2 – OS QUATRO PRINCÍPIOS DA ARQUIVÍSTICA

PRINCÍPIOS DA ARQUIVÍSTICA	
PROVENIÊNCIA É a marca de identidade do documento relativamente ao produtor/acumulador, o seu referencial básico, o "princípio, segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa" (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 ***apud*** BELLOTTO, 2002, p. 23-24).	**ORGANICIDADE** Sua condição existencial. As relações administrativas orgânicas refletem-se no interior dos conjuntos documentais. Em outras palavras, a organicidade é a "qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas". Os documentos determinantes/resultados/ consequências dessas atividades guardarão entre si as mesmas relações de hierarquia, dependência e fluxo (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 ***apud*** BELLOTTO, 2002, p. 23-24).

UNICIDADE	INDIVISIBILIDADE
Ligado à qualidade "pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem". Esse princípio nada tem que ver com a questão do "documento único", original, em oposição às suas cópias. Esse ser "único", para a teoria arquivística, designa que, naquele determinado contexto de produção, no momento de sua gênese, com aqueles caracteres externos e internos genuínos e determinados dados, os fixos e os variáveis, ele é único, não podendo, em qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual, nem em seus efeitos (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 ***apud*** BELLOTTO, 2002, p. 23-24).	Sua especificidade de atuação. Fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado. Também conhecido como "integridade arquivística, é característica que deriva do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido" (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 ***apud*** BELLOTTO, 2002, p. 23-24).

Fonte: as autoras.

2.3 TEORIA DAS TRÊS IDADES

Os documentos possuem uma vigência ou prazo de duração que acontece desde o momento a partir da sua criação até o encerramento da ação ou ato que motivou a sua produção e da frequência com que é utilizado. Após esse período vigente, o documento será guardado por conta das informações que contêm por um período estipulado. Assim, existe um ciclo de três fases em que os documentos poderão passar, conforme descrito a seguir:

a) Arquivo Corrente: também chamado de Arquivo de Primeira Idade ou Ativo. Refere-se a um conjunto de documentos, que pode ou não estar em tramitação e está constantemente sendo consultado pela instituição que o produziu, a quem compete a sua administração.

b) Arquivo Intermediário: também chamado de Arquivo de Segunda Idade ou Semiativo, é caracterizado como um conjunto de documentos oriundos de arquivos correntes, com pouco uso frequente e que se encontram no aguardo de sua destinação final.

c) Arquivo Permanente: também chamado de Arquivo de Terceira Idade ou Histórico. Refere-se a um "conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor" (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 34).

3 ARQUIVOLOGIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO ARQUIVISTA

A origem histórica da formação em Arquivologia iniciou no século XIX, na Europa, onde existe a maioria das escolas. No Brasil, o ensino regular de Arquivologia para formação arquivística foi estabelecido na segunda metade do século XX. Na década de 1950, a Arquivologia brasileira vai tomar mais consistência com as atividades realizadas pelo Arquivo Nacional, com o oferecimento de cursos para formação de arquivistas.

De acordo com Crivelli e Bizello (2012), entre as décadas de 1950 a 1960, o Arquivo Nacional, sob a gestão de José Honório Rodrigues, realizou a promoção, a idealização e a execução de ações com a intenção de estruturar a Arquivologia de forma sistêmica dentro do país. Houve, nesse período, a importação de conhecimentos sobre arquivos e, também, a aproximação do país com instituições estrangeiras, como o *International Council on Archives* (ICA).

FIGURA 5 – ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL

Fonte: https://br.pinterest.com/pin/737183032725289116/. Acesso em: 20 ago. 2018.

O primeiro curso de Arquivologia criado foi o Curso Permanente de Arquivos, em 1960, no Arquivo Nacional. Foi a partir desse curso que foram pensadas possibilidades para a criação de um curso superior em Arquivologia. Antes desse período, era o Arquivo Nacional quem realizava cursos eventuais de formação arquivística, oferecidos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT-SP), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (MARQUES; RODRIGUES, 2008; TANUS; ARAÚJO, 2013).

Com relação à estrutura de arquivos, entre o período de início da República até a década de 1960, foram implantados 11 arquivos estaduais. Isso demonstra que as preocupações arquivísticas começaram a se ampliar por diversos lugares do país (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Em 14 de setembro de 1960 é promulgado o Decreto nº 48.936, que estabelece a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar os problemas de arquivos no Brasil, e sua transferência de Brasília (BRASIL, 1960). Esse decreto foi alterado em 1961, pelo Decreto nº 50.614, de 18 de maio de 1961, em que são realizadas algumas inclusões, entre elas, a de elaboração de um anteprojeto de lei que estabelece as diretrizes para uma política de recolhimento de documentos no país (BRASIL, 1961). A partir dessa alteração, serão instituídas bases para outras resoluções que foram criadas, visando estabelecer legislações próprias para os arquivos do país (públicos e privados), assim como a criação de um sistema nacional de arquivos (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Com relação à formação, o primeiro curso de graduação em Arquivologia foi o oferecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), oriundo do curso do Arquivo Nacional. Esse curso teve seu início em 1973. O segundo curso foi o de Arquivologia no Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria, criado em 1976 no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; e o terceiro curso, criado em 1978, foi aberto pela Universidade Federal Fluminense, no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

A estrutura básica para os cursos de graduação em Arquivologia, com duração mínima de três anos e máxima de cinco anos, foi estabelecida pelo currículo mínimo de 1974. A grade curricular inicialmente estabelecida pelo projeto do Curso Superior de Arquivos previa os seguintes conhecimentos: a) Introdução ao Estudo de Direito; b) Introdução ao Estudo da História; c) Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; d) Arquivos I-IV; e) Documentação; f) Introdução à Administração; g) História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; h) Paleografia e Diplomática; i) Introdução à Comunicação; j) Notariado; k) Língua Estrangeira Moderna.

Com a intensa formação de profissionais, houve então a regulamentação da profissão de arquivista, em 1978. Ainda nesse mesmo ano, foi promulgado o Decreto nº 82.308, de 25 de setembro, que implementa o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), cujo objetivo era estabelecer um sistema de tratamento que tivesse o controle integrado

de arquivos públicos federais a partir das determinações a serem estipuladas para o funcionamento do sistema (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Sua finalidade foi "assegurar, com vista ao interesse da comunidade, ou pelo seu valor histórico, a preservação de documentos do Poder Público" (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p. 51).

No entanto, "embora formalmente criado, o sistema nunca chegou a ser implantado, uma vez que trazia em seu bojo dispositivos conflitantes e que não atendiam às necessidades e à realidade de nossos arquivos" (CONARQ..., 2018, s.p.). Mesmo assim, estimulou alguns governos estaduais a criarem seus sistemas estaduais de arquivos, como foi o caso do Rio Grande do Norte, do Pará, de Sergipe e Espírito Santo.

Em 1991, o SINAR foi "recriado" pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro, e por alguns outros decretos que foram consolidados e/ou revogados pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002a). Esse Decreto estipula que o SINAR desenvolverá suas atividades em parceria com esses sistemas e estimulará estados e municípios a criarem também seus próprios sistemas de arquivos (BRASIL, 2002a). Sua finalidade é, portanto, "implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e acesso aos documentos de arquivo" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2018, s.p.).

A Lei nº 8.159/1991 criou também o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do SINAR (Sistema Nacional de Arquivos). O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ é conhecido como um órgão colegiado e está vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. Sua finalidade é definir política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, além de exercer a orientação quanto às normas, visando à gestão de documentos e à proteção de documentos em arquivo. Conforme o próprio Conselho,

> O CONARQ promove e desenvolve ainda importantes ações técnico-científicas, como seminários, oficinas, workshops, cursos, por intermédio de suas Câmaras Técnicas e Setoriais, e Comissões Especiais, constituídas não só por especialistas da área arquivística como de outras áreas do conhecimento, tais como ciência da informação, biblioteconomia, tecnologia da informação, administração e direito (CONARQ, 2018, s.p.).

Esse Conselho tem concentrado esforços visando suprir o país com um ***corpus*** de atos normativos para a regulação de matérias arquivísticas referentes a diversos temas, como a gestão, preservação e acesso a documentos públicos. É responsável pela edição de decretos que tratam da regulamentação da Lei nº 8.159 e resoluções referentes à gestão de documentos (digitais e convencionais), microfilmagens, transferência e recolhimento de documentos de diversos suportes, digitalização, classificação, temporalidade e destinação de documentos, acesso a documentos de ordem pública, capacitação de recursos humanos, terceirização de serviços arquivísticos, entre outros (CONARQ, 2018). Os integrantes desse sistema são apresentados conforme a figura a seguir:

FIGURA 6 – ARQUIVOS INTEGRANTES DO SINAR

Fonte: adaptada de SINAR (2018).

Aos integrantes do SINAR competem algumas diretrizes e normas, entre as quais se destacam:

a) Promoção da gestão, da preservação e do acesso às informações e documentos na sua esfera de competência, em conformidade com diretrizes oriundas do órgão central (CONARQ).
b) Realizar a disseminação das diretrizes e normas estabelecidas pelo órgão central em sua área de atuação, buscando o seu cumprimento; realizar a implementação da racionalização das atividades em arquivos, garantindo a integridade do ciclo documental.
c) Prestar informações sobre suas atividades ao CONARQ; apresentar ao CONARQ subsídios para que sejam elaborados dispositivos legais necessários ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados.
d) Colaboração com o cadastro nacional de arquivos públicos e privados, assim como no desenvolvimento de atividades censitárias no que se refere aos arquivos; possibilitar a participação de especialistas em câmaras técnicas e setoriais, assim como em comissões setoriais construídas pelo CONARQ.
e) Proporcionar aperfeiçoamento e reciclagem aos técnicos da área de arquivo para sua constante atualização; entre outros (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2018).

As diretrizes e as normas oriundas do CONARQ podem ser seguidas sem nenhum prejuízo à vinculação administrativa ou subordinada. Além disso, o CONARQ é responsável pelo desenvolvimento de diversos estudos considerados subsídios para a Arquivologia e Arquivística brasileira.

3.1 O PROFISSIONAL ARQUIVISTA

Arquivista é como se denomina o profissional de nível superior formado em Arquivologia ou com experiência reconhecida pelo Estado (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005). Esse profissional é conhecido por realizar a gestão da informação, assim como do suporte que a condiciona. O desafio do arquivista na atualidade está em entregar informação tratada e disponibilizá-la para acesso e uso da sociedade (LIMA; PEDRAZZI, 2015).

Terry Cook (1998, p. 139) diz que os arquivistas:

> evoluíram de uma suposta posição de guardiões imparciais de pequenas coleções de documentos herdados da Idade Média, para tornarem-se agentes intervenientes que estabelecem os padrões de arquivamento e deliberam sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será selecionada para a preservação arquivística.

Assim, os arquivistas "se tornaram os principais agentes de formação da memória, sem esquecer das importantes contribuições, nessa tarefa, de seus colegas dos museus, bibliotecas, e cultural material" (COOK, 1998, p. 139). Para Ferreira (2011), o arquivista é um investigador documental por excelência e por natureza, com a capacidade de, por intermédio de métodos e técnicas, auxiliar na remontagem para contar a história de uma instituição, ainda que ela não possua uma representação histórica, cultural ou patrimonial.

A regulamentação da profissão de Arquivista e de Técnico de Arquivo ocorreu em 4 de julho de 1978, pela Lei nº 6.546 (BRASIL, 1978). Os profissionais arquivistas são aqueles diplomados por cursos de ensino superior de Arquivologia, reconhecidos na forma da lei (BRASIL, 1978). O exercício da profissão de arquivista está condicionado ao registro na Delegacia Regional do Trabalho no Ministério do Trabalho. Segundo Brasil (1978), os arquivistas possuem as seguintes atribuições:

a) podem planejar, organizar e dirigir serviços em arquivos;
b) podem planejar, orientar e acompanhar o processo documental e informativo;
c) planejar, orientar e dirigir atividades de identificação de espécies documentais e participar do planejamento de novos documentos, bem como no controle de multicópias;

d) planejar, organizar e dirigir serviços ou centros de documentação e informação compostos por acervos arquivísticos e mistos;
e) planejar, organizar e dirigir serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
f) orientar o planejamento da automação aplicada a arquivos;
g) realizar a orientação com relação à classificação, arranjo e descrição documental;
h) orientar a avaliação e seleção de documentos, visando sua preservação;
i) promover medidas necessárias para a conservação de documentos;
j) elaborar pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
k) assessorar trabalhos de pesquisa científica e técnico-administrativa;
l) desenvolver estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Em outras palavras, são competências do profissional arquivista todos os "processos de gestão documental, atividades de preservação, pesquisas e pareceres técnicos relacionados à arquivística, entre outras atividades" (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p. 51).

3.2 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB)

A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi fundada, em 20 de outubro de 1971, por intermédio da mobilização de profissionais de diversas áreas, com atuações em trabalhos arquivísticos, que se organizaram em uma força política, visando à criação de uma associação de classe com condições de ação no cenário brasileiro (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). A AAB foi definida como uma:

> [...] entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter técnico, científico, cultural, profissional e de pesquisa com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais de arquivo e da Arquivologia, cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, em tudo o que se relacionasse a arquivos e à Arquivologia, e promover a difusão do trabalho e do conhecimento arquivístico (ARQUIVO NACIONAL, 2018, s.p.).

Seu propósito era o desenvolvimento de uma atuação no cenário nacional visando desenvolver questões relacionadas aos arquivos, visto as condições precárias em que eles estavam àquela época. O primeiro presidente da AAB foi o professor José Pedro Pinto Esposel (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). A Associação desenvolveu debates, mesas-redondas, seminários e outros eventos visando movimentar discussões sobre arquivos no país. A partir dessa mobilização, em 1972, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, sob organização da AAB e que contou com a participação de 1.300 pessoas atuantes na área de arquivos (CASTRO, 2008 ***apud*** CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Na década de 1970, a AAB influenciou no desenvolvimento da formação de arquivistas qualificados, por intermédio do primeiro curso de Arquivologia de nível superior no Brasil. Em 1973, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) englobou na grade de cursos de graduação da Universidade, o Curso Permanente em Arquivos do Arquivo Nacional.

Foi a AAB a responsável pela criação e manutenção da Revista Arquivo & Administração, que apresentava artigos científicos e textos da área de Arquivologia. A revista foi editada com algumas interrupções entre 1972 e 2014 e foi um dos periódicos brasileiros mais importantes da área de Arquivologia. Com a extinção da AAB, em 4 de fevereiro de 2015, a documentação da associação (35 metros lineares de documentos textuais, 147 itens sonoros e 1.829 itens bibliográficos) foi totalmente doada ao Arquivo Nacional (ICA, 1996).

DICA

Para acessar os exemplares da *Revista Arquivo & Administração* de forma on-line, acesse o endereço: http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblcol0.

3.3 CÓDIGO DE ÉTICA DOS ARQUIVISTAS

O Código de Ética dos Arquivistas foi elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Nacional de Arquivos (CIA) e aprovado pelo Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, durante assembleia, no XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado na China no ano de 1996 (MALCHER, 1996).

O Código de Ética possui a finalidade de "fornecer à profissão arquivística regras de conduta de alto nível. Ele deve sensibilizar os novos membros da profissão a essas regras, relembrar aos arquivistas experientes suas responsabilidades profissionais e inspirar ao público confiança na profissão" (ICA CODE OF ETHICS,1996, s.p.). Esse Código estabelece como arquivista aqueles que possuem responsabilidade de controle, vigia, tratamento, guarda, conservação e administração de arquivos. Encoraja ainda as instituições e os serviços de arquivo a adotarem políticas e práticas que possibilitem a aplicação do Código de Ética do Arquivista (ICA CODE OF ETHICS, 1996). Assim, o texto do Código estabelece o seguinte:

1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado.
O primeiro dever dos arquivistas é o de manter a integridade dos documentos que são valorizados por seus cuidados e sua vigilância. No cumprimento desse dever, eles consideram os direitos, algumas vezes discordantes, e os interesses dos seus empregadores, dos proprietários, das pessoas citadas nos documentos e dos usuários, passados, presentes e futuros. A objetividade e a imparcialidade dos arquivistas permitem aquilatar o grau de seu profissionalismo. Os arquivistas resistem a toda pressão, venha ela de onde vier, visando manipular os testemunhos, assim como dissimular ou deformar os fatos. **2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas inter-relações originais.** Os arquivistas agem em conformidade com os princípios e as práticas geralmente reconhecidos. No cumprimento de sua missão e de suas funções, os arquivistas se pautam pelos princípios arquivísticos que regem a criação, a gestão e a escolha da destinação dos arquivos correntes e intermediários, a seleção e a aquisição de documentos com vistas ao seu arquivamento definitivo, a salvaguarda, a preservação e a conservação dos arquivos que estão sob sua guarda, e a classificação, a análise, a publicação e os meios de tornar os documentos acessíveis. Os arquivistas fazem a triagem dos documentos com imparcialidade, fundamentando seu julgamento em um profundo conhecimento das exigências administrativas e das políticas de aquisição de suas instituições. Eles classificam e analisam os documentos escolhidos para serem retidos, de acordo com os princípios arquivísticos (em particular, o princípio de proveniência e o princípio de classificação original) e as normas reconhecidas universalmente, tudo isto tão rapidamente quanto possível. Os arquivistas têm uma política de aquisição de documentos conforme os objetivos e os recursos de suas instituições. Eles não buscam ou não aceitam aquisições, quando elas se constituem em perigo para a integridade ou a segurança dos documentos; eles se dispõem a cooperar para que os documentos sejam conservados nos serviços mais adequados. Os arquivos favorecem o retorno dos arquivos públicos a seus países de origem, quando eles tenham sido sequestrados em tempo de guerra ou de ocupação. **3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.** Os arquivistas agem de modo que o valor arquivístico dos documentos, neles compreendidos os documentos eletrônicos ou informáticos, não seja diminuído pelos trabalhos arquivísticos de triagem, de classificação e de inventário, de conservação e de pesquisa. Se eles devem proceder a amostragens, eles fundamentam sua decisão sobre métodos e critérios seriamente estabelecidos. A substituição dos originais por outros suportes é decidida considerando-se seus valores legais, intrínsecos e de informação. Quando os documentos excluídos da consulta tenham sido retirados momentaneamente do dossiê, o usuário deve ser notificado. **4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.** Os arquivistas dirigem sua reflexão sobre a triagem dos documentos a serem conservados ou eliminados, prioritariamente, em função da necessidade de salvaguardar a memória da atividade da pessoa ou da instituição que os produziu ou acumulou, mas igualmente em função dos interesses evolutivos da pesquisa histórica. Os arquivistas

têm consciência de que a aquisição de documentos de origem duvidosa, mesmo de grande interesse, é de natureza a encorajar um comércio ilegal. Eles prestam a sua colaboração a seus colegas e aos serviços pertinentes para a identificação e a procura das pessoas suspeitas de roubos de documentos de arquivos. **5. Os arquivistas se responsabilizam pelo tratamento dos documentos e justificam a maneira como o fazem.** Os arquivistas se preocupam não somente com o recolhimento dos documentos existentes, mas também cooperam com os gestores de documentos de maneira que, nos sistemas de informação e arquivamento eletrônico, sejam levados em conta, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção de documentos de valor permanente. Os arquivistas, quando negociam com os serviços responsáveis pela guarda ou com os proprietários de documentos, fundamentam sua decisão, em tal circunstância, considerando os seguintes elementos: autorização de recolhimento, doação ou venda; negociações financeiras; planos de tratamento; direitos de reprodução e condições de acessibilidade. Eles aguardam um registro escrito de entrada de documentos, de sua conservação e de seu tratamento. **6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.** Os arquivistas produzem instrumentos de pesquisa gerais e específicos adaptados às exigências, para a totalidade dos fundos que têm sob sua guarda. Em todas as circunstâncias, eles oferecem pareceres com imparcialidade e utilizam os recursos disponíveis para fornecer uma série de opiniões equilibradas. Os arquivistas respondem com cortesia, e com a preocupação de ajudar, a todas as pesquisas razoáveis referentes aos documentos dos quais eles garantem a conservação e encorajam sua utilização em grande número, dentro dos limites impostos pela política das instituições das quais dependem a necessidade de preservar os documentos, o respeito à legislação e à regulamentação, aos direitos dos indivíduos e aos acordos com os doadores. Eles definem as restrições aos usuários eventuais e as aplicam com equidade. Os arquivistas desencorajam as limitações de acesso e de utilização dos documentos quando elas não são razoáveis, mas podem aceitar ou sugerir restrições claramente definidas e de uma duração limitada quando elas são a condição de uma aquisição. Eles observam fielmente e aplicam com imparcialidade todos os acordos firmados no momento de uma aquisição, mas, no interesse da liberação de acesso aos documentos, eles podem renegociar as cláusulas quando as circunstâncias mudam. **7. Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.** Os arquivistas se preocupam para que a vida das pessoas jurídicas e físicas, assim como a segurança nacional, sejam protegidas, sem que haja necessidade de se destruir as informações, sobretudo no caso dos arquivos informatizados, onde os dados podem ser deletados e novos dados inseridos, como é prática corrente. Os arquivistas defendem o respeito à vida privada das pessoas que estão ligadas à origem ou que são a própria matéria dos documentos, sobretudo daquelas que não foram consultadas quanto à utilização ou ao destino dos documentos. **8. Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.** Os arquivistas se abstêm de toda atividade prejudicial à sua integridade profissional, à sua objetividade e à sua imparcialidade. Os arquivistas não tiram de suas atividades nenhuma vantagem pessoal, financeira ou de qualquer outra ordem que possa resultar em detrimento das

instituições, dos usuários e de seus colegas. Os arquivistas não colecionam pessoalmente documentos originais nem participam de um comércio de documentos em sua área de jurisdição. Eles evitam as atividades que possam criar no espírito do público a impressão de um conflito de interesses. Os arquivistas podem explorar os fundos arquivísticos de sua instituição para fins de pesquisa e de publicações pessoais, desde que tal trabalho seja conduzido de acordo com as mesmas regras impostas aos demais usuários. Eles não revelam nem utilizam, nos fundos arquivísticos, onde o acesso é limitado, as informações obtidas em seus trabalhos. Eles não permitem que suas pesquisas pessoais ou suas publicações interfiram com as tarefas profissionais ou administrativas para as quais foram contratados. No que concerne à exploração de seus fundos arquivísticos, os arquivistas não utilizam seu conhecimento das descobertas feitas por um pesquisador, ainda não publicadas por ele, sem adverti-lo de sua intenção de tirar partido delas. Os arquivistas podem criticar e comentar os trabalhos afins a suas áreas de pesquisa, aí compreendidos os trabalhos baseados nos fundos que se acham sob sua guarda. Os arquivistas não permitem a pessoas estranhas à sua profissão interferirem em suas práticas e obrigações. **9. Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência.** Os arquivistas se esforçam para desenvolver seu saber profissional e seus conhecimentos técnicos e contribuir para o progresso da Arquivologia, zelando para que as pessoas, cuja formação e orientação estejam sob sua responsabilidade, exerçam suas tarefas com competência. **10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.** Os arquivistas procuram estimular a colaboração e evitar conflitos com seus colegas, resolvendo suas dificuldades pelo encorajamento ao respeito às normas arquivísticas e à ética profissional. Os arquivistas cooperam com os representantes das profissões paralelas dentro de um espírito de respeito e compreensão mútua (ICA, 1996, s.p.).

DICA

Para saber mais sobre aspectos éticos do profissional arquivista, leia: SILVA, A. C. B. M.; GARCIA, J. C. R. **O Arquivista de instituição pública universitária**: atribuições de responsabilidade ética e social no contexto da lei de acesso à informação. Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib., João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 292-304, 2015. Disponível em: http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/26805/14274. Acesso em: 18 set. 2018.

NOTA

O dia Internacional dos Arquivos é comemoro no dia 9 de junho, essa data foi escolhida na Assembleia Geral Anual do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) em 2007, em função da criação do ICA.
No ano de 2023, a *Asociación Latinoamericana de Archivos* (ALA), no dia 9 de junho publicou o Código de ética de la Asociación Latinoamericana de Archivos.

CÓDIGO DE ÉTICA DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ARCHIVOS

Fonte: https://images.app.goo.gl/QjPLyGvskvmY4wbS8.
Acesso em: 31 ago. 2023.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu:

- A Arquivologia é a disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados dentro da produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos.

- Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, existem quatro definições de arquivos. Dentre elas, os arquivos podem ser uma instituição ou serviço que busca custodiar, processar, conservar e permitir o acesso a documentos ou pode ser um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade ou pessoa no desempenho de suas atividades.

- O documento de arquivo é produzido ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades e se constitui de elemento de prova ou de informação.

- Existem quatro tipos mais comuns de arquivos: públicos, privados, especiais e especializados.

- Existem três idades ou três fases que os documentos poderão passar que são: Arquivo Corrente, Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente.

AUTOATIVIDADE

1 A Teoria das Três Idades apresenta três ciclos pelos quais os documentos poderão passar. Sobre a correspondência dessas três fases, assinale a alternativa CORRETA:

a) ( ) Arquivo Público, Arquivo Privado e Arquivo Corrente.
b) ( ) Arquivo Ativo, Arquivo Permanente e Arquivo Setorial.
c) ( ) Arquivo Técnico, Arquivo Regional e Arquivo Público.
d) ( ) Arquivo Corrente, Arquivo Intermediário, Arquivo Permanente.

2 O Código de Ética da Profissão de Arquivista apresenta regras de conduta sobre o agir profissional com deveres e funções desses profissionais. Sobre identificar algumas das condutas estabelecidas para o arquivista, conforme seu material de estudos, analise as sentenças a seguir:

I- Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.
II- Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas inter-relações originais.
III- Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.
IV- Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.
V- Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.

Assinale a alternativa CORRETA:
a) ( ) Apenas a sentença I está correta.
b) ( ) As sentenças I, II, III e V estão corretas.
c) ( ) As sentenças II, III, IV e V estão corretas.
d) ( ) As sentenças I, II, IV, V estão corretas.
e) ( ) Todas as sentenças estão corretas

3 A profissão do arquivista é regulamentada pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Os arquivistas são aqueles diplomados por cursos de ensino superior de Arquivologia, reconhecidos na forma da lei. Sore as atribuições dos arquivistas, analise as sentenças a seguir:

I- Podem planejar, organizar e dirigir serviços em arquivos.
II- Planejar, organizar e dirigir serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos.
III- Assessorar trabalhos técnico-administrativa, entretanto não podem trabalhos de pesquisa científica.

Assinale a alternativa CORRETA:

( ) As sentenças I e II estão corretas.
( ) Somente a sentença II está correta.
( ) As sentenças I e III estão corretas.
( ) Somente a sentença III está correta.

4 Segundo Ribeiro (2011), a arquivologia passou por três fases, sendo: a fase sincrética e custodial fase técnica e custodial e fase cientifica e pós-custodial. Desta forma explique o que foi a forma custodial.

Fonte: RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Amp. Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 59–73, 2011.

5 A Revolução Francesa, o manual dos arquivistas holandeses e os princípios de respeitos aos fundos contribuíam para a base científica consolidação da arquivologia para a disciplina. E a partir dessa consolidação surgiram então três fases: sincrética e custodial, fase técnica e custodial e fase científica e pós-custodial. Explique o que foi fase técnica e custodial.

RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS E BIBLIOTECONOMIA

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia, enquanto campo do conhecimento, tem sido associada às origens da biblioteca como instituição, assim como às práticas e aos fazeres realizados dentro dela. A relação entre biblioteca e Biblioteconomia apresenta uma interligação que remete aos contextos econômico, político, cultural e social de momentos ao longo da história da humanidade (TANUS, 2015).

O processo de desenvolvimento de bibliotecas, da Biblioteconomia e do bibliotecário passou por diversos episódios que os formaram como vemos atualmente. Antes, a biblioteca era vista de forma soberana enquanto um espaço somente para guarda e custódia de acervos e o bibliotecário era tido como aquele que zelava pela proteção do acervo. Depois, com o aumento de registros de impressos em papel com a imprensa de Gutenberg, com a diversificação da natureza dos impressos (livros e periódicos impressos) e com a elaboração de procedimentos e técnicas para preservação, armazenamento de acervos, a biblioteca passou a ser considerada um "espaço de conhecimento", onde o papel a ser desenvolvido por ela está ligado às mudanças da sociedade e às necessidades de informação dos diferentes públicos que a frequentam. Atualmente, as bibliotecas passaram a ter novos desafios, em especial, no que se refere às novas formas de ensino-aprendizagem, novas formas de mediação com relação às necessidades de informação da sociedade, o desenvolvimento da competência nos usuários das bibliotecas para que aprendam a manejar a informação disponível na internet, o acesso aberto às informações, entre outros motivos que requerem das bibliotecas atualização e mudanças (TANUS, 2015).

Os indivíduos estão constantemente expostos a diversas informações durante o dia, seja no seu trabalho, no seu momento de lazer, em seus estudos ou outros momentos cotidianos. Um dos espaços que permite com que estejamos sempre com acesso à informação de forma organizada e faz com que possamos gerenciar as informações que recebemos e transformá-las em conhecimento é a biblioteca. Dessa forma, falaremos um pouco neste tema de aprendizagem sobre a origem das bibliotecas, sua conceituação, a Biblioteconomia no Brasil e as bibliotecas e seu papel social.

2 ORIGEM DAS BIBLIOTECAS

Ao contrário do que acontece hoje, as primeiras bibliotecas que surgiram não eram acessíveis ao povo, mas a um público restrito que detinha poder e conhecimento. De acordo com Silva e Araújo (2014), a história da biblioteca anda lado a lado com a história do registro da informação e com a própria trajetória da humanidade.

Uma das bibliotecas mais famosas da antiguidade foi a Biblioteca de Alexandria, no Egito. Estima-se que ela tenha sido construída por volta do ano III a.C., a mando do rei Ptolomeu II. Ela reunia a maior coleção de manuscritos do mundo antigo, cerca de 500 mil volumes. Mas acabou sendo destruída por um incêndio que devastou grande parte do seu acervo.

DICA

É possível assistir a um pouco da história da incrível Biblioteca de Alexandria e seu fim trágico no filme Alexandria, que retrata também o acesso ao conhecimento restrito a uma parcela privilegiada da população e a exclusão da mulher do meio intelectual.
Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g31D4ZrSmcY.

Na antiguidade, a função básica das bibliotecas era de servir de armazenamento do material que nelas existiam, pois a quantidade de rolos de papiro e pergaminho identificava o poder e o status dos imperadores da região em que elas foram construídas, não havendo uma preocupação com a recuperação e o acesso a esse acervo, que era constituído por escritos de intelectuais gregos, romanos e egípcios, na sua maioria (MORIGI; SOUTO, 2006).

Na Idade Média, as bibliotecas estavam inseridas nos mosteiros. As ordens religiosas tiveram a função de preservar os livros e materiais existentes. A Igreja Católica exercia um domínio e poder muito grande sobre a população, que tinha um número expressivo de analfabetos, poucos tinham acesso à leitura e à escrita.

O conteúdo do acervo era sobretudo de âmbito religioso e filosófico. O acesso era permitido apenas ao bibliotecário e aos monges copistas, que faziam as cópias das escrituras religiosas, de textos de medicina e de conteúdo filosófico.

DICA

Um filme muito interessante que retrata essa questão é *O nome da rosa*. A leitura do livro *O nome da rosa*, de Umberto Eco, no qual o filme foi baseado, é muito interessante. Além de ser uma leitura cativante, é um suspense policial, que retrata uma fase muito importante da história e dá uma aula de Idade Média.

Ainda na Idade Média começaram a surgir as bibliotecas universitárias. Começando a apresentar um conteúdo mais amplo, além dos livros religiosos. Elas apresentavam características muito próximas das bibliotecas atuais, no que diz respeito ao acesso e à disseminação democrática de informação (MORIGI; SOUTO, 2006).

INTERESSANTE

Primeiros vestígios das bibliotecas universitárias

Ao longo da sua história, as bibliotecas foram evoluindo e adaptando-se às mudanças que estabeleceram suas atuais características e seu papel social. Elas estão ligadas historicamente ao desenvolvimento humano e social, e neste sentido também exercem uma importante tarefa para a mediação da informação, acompanhando não apenas a evolução da produção escrita e da circulação do conhecimento, mas também a evolução tecnológica que favorece o processo comunicacional.

Instituições milenares, elas foram definindo seu papel ao longo do tempo, estabelecendo seu espaço e oferecendo serviços ao público de maneira a encontrar-se como polo aglutinador de saberes, mas também como centro de profundas mudanças responsáveis por mantê-la viva e em atividade mesmo com todos os seus desafios.

[...]

Dentre os tipos de corporações, destacam-se as ***Universitas studii***, que, segundo Veiga (2007, p. 17-18), caracterizam-se como "[...] associação de alunos e mestres para transmissão e aprendizagem de conhecimentos 'desinteressados', ou seja, sem aplicabilidade imediata". Porém, durante a Idade Média, a Igreja é a instituição que possui o monopólio sobre a educação, definindo assim, métodos, práticas, conteúdos e os espaços para ensino. Essa dualidade entre as recém-criadas corporações e a Igreja culmina com alguns conflitos tendo como alvo principal o controle e a administração do ensino nas crescentes cidades ocidentais.

Assim, as ***Universitas*** crescem em consonância com o aumento na quantidade de alunos e demandam a autorização por parte da Igreja de criação de escolas fora do seu espaço original, concedendo-se concessões a clérigos e leigos para criar suas escolas. Daí ressaltar em seus estatutos várias de suas regras relacionadas aos procedimentos e profissionais, e às práticas comuns a qualquer associação profissional, como a realização de assembleias, e os rituais de avaliação, que conferem o grau aos concluintes dos cursos. Dessa forma, garantem sua autonomia em relação à Igreja (VEIGA, 2007).

Agregadas a essas instituições surgem também suas bibliotecas. Mesmo ainda resultando de uma tradição monacal tendo em vista o grande

número de bibliotecas vinculadas aos mosteiros e às congregações religiosas, as bibliotecas universitárias atendem diretamente às necessidades de bibliografia descrita nos currículos dos cursos superiores. Essa necessidade por leitura, e leitura impressa, marca também a evolução bibliográfica vista a partir do Século XV, superando tradições e barreiras relativas ao objeto livro e a fidelidade de seus conteúdos.
[...]
Segundo Martins (1996), considerando-se que as primeiras universidades têm forte influência religiosa das ordens eclesiásticas, é a partir do Século XV que as universidades e suas bibliotecas universitárias começam um processo de laicização, como nas bibliotecas da Universidade de Oxford e de Paris.
Para essas instituições, Martins (1996) destaca duas características importantes: em primeiro lugar a sua criação a partir de doações de coleções particulares, sejam de reis ou nobres ou mesmo de homens letrados, o que aumenta o volume de seus acervos, e em segundo lugar a crescente importância da figura do bibliotecário nessas instituições. Assim ele relata: "[...] É, pois, já nos alhures da Renascença que a biblioteca começa a adquirir o seu sentido moderno, a sua verdadeira natureza, como é também nessa época que surge, junto ao livro, a figura do bibliotecário [...]".

2.1 A evolução das bibliotecas universitárias a partir da idade média
As bibliotecas universitárias são instituições de ensino superior e estão voltadas para atender as necessidades de todos os membros da comunidade acadêmica da qual fazem parte, mas num processo dinâmico, onde cada uma de suas atividades não é desenvolvida de maneira estática e mecânica, mas com o intuito de agir interativamente para ampliar o acesso à informação e contribuir para a missão da universidade.
Segundo Otlet (1989), uma biblioteca universitária se destina aos estudantes, aos professores, aos especialistas e aos pesquisadores. Além delas, as bibliotecas científicas se organizam dentro de institutos de pesquisa.
Como dito anteriormente, as bibliotecas universitárias foram sendo criadas à medida que as primeiras universidades surgiam desde os Séculos X a XII, tais como as de Bolonha, Paris e Oxford. Porém, segundo Barbier (2013), elas não fornecem os serviços necessários aos alunos e mestres, que muitas vezes usam as bibliotecas das abadias e das escolas monásticas, como as bibliotecas das ordens dos Dominicanos e dos Franciscanos, a fim de atender suas necessidades.
[...]
Segundo Battles (2003), a aproximação com a fase Renascentista marca sobremaneira a biblioteca universitária, visto que os acervos de títulos em códice crescem não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente, à medida que crescem também as universidades. Citando o caso da biblioteca de Sorbonne, em Paris, o autor descreve que seus títulos servem aos professores para dar suas aulas, e que ao fim do Século XIII o acervo cresce numericamente devido às doações de bibliotecas particulares por meio de herança, configurando um aumento substancial de sua coleção.
[...]
Santos (2012) destaca que as bibliotecas universitárias funcionam mais do que simples espaços de busca de informação, mas em todas as etapas de sua atividade está implícito o objetivo de "[...] favorecer o crescimento social e cognitivo dos sujeitos." Dessa forma, seja através da organização, representação, disseminação e uso da informação, as bibliotecas universitárias facilitam o acesso à informação e contribuem para que os sujeitos que a buscam possam se apropriar dos recursos informacionais que ela gerencia (SANTOS, 2012).
Assim, percebe-se que as bibliotecas universitárias são instituições tradicionais que

rapidamente se espalharam por todo o mundo. No trabalho em questão, dois ambientes foram privilegiados e mereceram uma investigação mais apurada que contemple a evolução das bibliotecas universitárias tanto no Brasil e como na França. Decorrente de questionamentos a respeito da concepção histórico-social das bibliotecas brasileiras e francesas e sua importância para a educação superior, apresenta-se a seguir a trajetória dessas instituições a nível nacional e internacional.
Fonte: NUNES, M. S. C.; CARVALHO, K. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, p. 173-193, jan./mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/LCcVhWXmMt6ydMmG6Gmmmzw/?lang=pt#. Acesso em: 31 ago. 2023.

Durante o período do Renascimento (entre os séculos XIV e XVI), as bibliotecas eram financiadas por duques, reis e mercadores, e existia uma preocupação com o conhecimento e com o status que isso trazia. O bibliotecário também começou a exercer um papel importante. Na época renascentista houve a criação de uma importante biblioteca, que existe até hoje: a grandiosa Biblioteca Vaticana, fundada pelo Papa Nicolau V (SANTOS, 2012).

Atualmente, com a evolução tecnológica, passa-se por outra mudança no suporte informacional. Convivemos com o livro impresso, mas paralelamente temos condições de acessar os ***e-books*** e outras diversas plataformas de pesquisa on-line. Bibliotecas digitais e virtuais estão ocupando um grande espaço e são uma alternativa para quem não tem acesso à biblioteca física. Os CDs, DVDs, pen drives, a própria internet, entre outros, são suportes informacionais utilizados em grande escala hoje em dia.

Hoje, existem bibliotecas em grande parte do nosso país, ainda que insuficientes, assim como no mundo inteiro. Existem as bibliotecas escolares, universitárias, públicas, especializadas, de centros de informação e a Biblioteca Nacional, elas se diferenciam basicamente no tipo de público que atendem e no acervo que possuem.

É indiscutível o fato de que as bibliotecas contribuíram para a cultura e o conhecimento da história das civilizações ao longo dos tempos. O que você acha sobre essa afirmação? Concorda ou não? Já pensou em como seria o desenvolvimento da humanidade sem a preservação do conhecimento registrado? Sem as bibliotecas para armazenarem todo o acervo criado?

DICA

Artigo: CHAGAS, Flomar Ambrosina Oliveira. **Biblioteca**: das tabletas ao eletrônico. Esse artigo é resultado de uma pesquisa acadêmica que objetiva investigar a função da leitura e da biblioteca em vários momentos da história. Questionando se a biblioteca teve a função de formar o leitor, e os diferentes estilos e modalidades da leitura que ocorreram com a preocupação em prol da formação literária. Vale a pena a leitura para complementar as informações desta unidade e saber mais sobre o mundo das bibliotecas, da leitura e dos leitores! Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307732818_BIBLIOTECA_DAS_TABLETAS_AO_ELETRONICO.

2.1 CONCEITUAÇÃO E FUNÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

A ***American Library Association*** (ALA) foi quem emitiu um dos primeiros conceitos de Biblioteconomia, definindo-a como uma "área voltada para a aplicação prática de princípios e normas à criação, organização e administração de bibliotecas" (RUSSO, 2010, p. 47).

Buonocore (1963, ***apud*** RUSSO, 2010) destaca outros conceitos, como o que concebe a Biblioteconomia como uma área destinada ao estudo dos fundamentos racionais para realizar, com a maior eficácia e o menor esforço possível, os fins específicos das bibliotecas. Seguindo o pensamento do autor, a Biblioteconomia era composta por duas subáreas: a técnica e a administrativa. Enquanto a técnica se preocupava com questões de seleção, a aquisição, a catalogação, a classificação e a ordenação das obras nas bibliotecas, a administrativa tinha como preocupações essenciais o local, a arquitetura, o mobiliário, o pessoal, o uso, o regulamento e os recursos financeiros, de modo que a biblioteca pudesse oferecer um serviço com eficiência aos seus usuários. No entanto, é um conceito discutido e contestado, pois da forma como está colocado, o **usuário** vem em segundo plano, colocando a parte técnica da biblioteconomia como primordial.

NOTA

Usuários são as pessoas que utilizam a biblioteca e seus serviços. Há uma forte linha de pensamento que defende o termo "interagentes" no lugar de "usuários". Mas ainda é uma expressão comumente usada dentro da biblioteconomia.

Atualmente, não se configura mais dessa forma o modo de se pensar e de praticar a biblioteconomia. O usuário é a razão de ser de todas as atividades realizadas e dos serviços elaborados e prestados. Com isso em mente, é essencial que o profissional bibliotecário tenha a capacidade de pensar suas ações, saber o que está fazendo, de que forma e para quem. E desse modo, também questionar a função e o papel da biblioteconomia para a sociedade.

Existe uma função social muito importante por parte da biblioteconomia, a partir do momento em que ela faz uma conexão entre os que produzem conhecimento (pesquisadores ou das informações registradas) e os que se utilizam desse conhecimento. A biblioteconomia organiza, compila o conhecimento ou a informação que gerará conhecimento, e faz a transferência, a disseminação aos que dela precisam ou procuram. Faz isso de modo sistematizado e acompanhando as tecnologias e as necessidades de informação que surgiram com o desenvolvimento da humanidade, que em todos os seus aspectos é atribuído ao desenvolvimento do pensamento humano e da ciência (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014).

A filosofia e a ciência possuem a mesma origem. Na Grécia antiga, Tales de Mileto, Platão e Aristóteles foram filósofos que contribuíram de modo imperativo para o saber científico. De tal forma que Salcedo e Cruz (2017, p. 49) afirmam que "os primeiros filósofos encontraram um novo modo de responder às suas incertezas, a partir da organização mental dos fatos observados na natureza, em divergência com o pensamento mítico". Complementam ainda que a partir dessa época, as respostas para todas as questões que surgiam não eram mais baseadas em crenças, mas nas observações dos fenômenos e na construção do pensamento. E é nessa forma de pensar, realizando experimentos, testando e refutando hipóteses, investigando fenômenos, que é embasada a ciência atualmente.

Por que nos interessa saber a origem da ciência? Qual é o foco da biblioteconomia, por qual razão ela existe? O que motivou a construção das bibliotecas? A ciência gera informação, a ciência gera conhecimento. E isso é o insumo do trabalho do bibliotecário. Fonseca (1987, p. 126) confirma esse pensamento ao afirmar que "com uma compreensão mais clara da gênese da informação, bibliotecários e documentalistas estarão melhor habilitados a armazená-la e recuperá-la, tornando-a mais acessível aos usuários".

2.2 AS CINCO LEIS DE RANGANATHAN

Contextualizando a questão filosófica da biblioteconomia, é necessário citar aqui cinco leis fundamentais da biblioteconomia. É um princípio básico da literatura, uma espécie de manual que é um clássico da biblioteconomia, chamada "As cinco leis de Ranganathan". Ranganathan foi um matemático e bibliotecário indiano nascido em 1892. Considerado o pai da biblioteconomia da Índia, ele formulou cinco leis, no ano de 1931, que continuam atuais. Elas foram adaptadas e são aplicadas à nossa realidade,

e apesar de simples, são profundas no seu significado. A partir dessas leis, muitas outras obras foram escritas nas diversas áreas da biblioteconomia. Vamos conhecê-las (RANGANATHAN, 2009):

1) **Os livros são para serem usados**: não apenas os livros, mas tudo o que faz parte do acervo e todos os recursos que a biblioteca pode oferecer. O bibliotecário precisa divulgar o que a biblioteca tem para que o acervo seja utilizado. Inclusive o acesso às informações digitais, as bases de dados on-line, ou seja, tudo o que a biblioteca fornece como Fonte de informação.
2) **A cada leitor, o seu livro**: cada leitor, usuário e pesquisador tem um interesse e uma necessidade, e o bibliotecário precisa saber dessas necessidades e interesses a fim de não deixar ninguém sem resposta. O estudo de usuários é uma ferramenta de pesquisa do bibliotecário que consegue atender essa lei. Procurar conhecer as necessidades de informação do indivíduo é essencial para prestar um bom atendimento e cumprir com a missão do bibliotecário.
3) **A cada livro, o seu leitor**: essa lei pode ser cumprida com o acesso livre do leitor às estantes, assim como ao sistema de classificação que separa os livros por assunto. Dessa forma, o leitor pode pesquisar, visualizar o que lhe interessa e encontrar o que lhe agrada. A disseminação da informação se enquadra nesse item. Permitir o uso dos computadores e de outras Fontes de informação também pode se enquadrar nessa lei.
4) **Poupe o tempo do leitor**: todo o processamento técnico é feito para organizar o material para deixá-lo disponível para que o usuário o localize rapidamente. É necessário oferecer serviços especializados, como o serviço de referência, saber qual é o perfil do usuário a fim de conhecer suas necessidades informacionais e atendê-las.
5) **A biblioteca é um organismo em crescimento**: a biblioteca cresce, a produção bibliográfica aumenta, é necessário atualizar a coleção, com referência no material que é utilizado. O bibliotecário deve prever esse crescimento, que se dá fisicamente além da evolução dos serviços prestados. Deve prever também a aquisição de equipamentos, assinatura de acessos a bases de dados e demais necessidades tecnológicas.

Acadêmico, você percebeu como cada lei serviu de inspiração para a criação de serviços e processos técnicos que são utilizados hoje nas bibliotecas e nos diversos centros de informação? As leis servem de base para uma filosofia das atividades biblioteconômicas, pois todos esses princípios norteiam as atividades do bibliotecário, que precisa interpretar de acordo com sua realidade, com seu público-alvo e com sua instituição a fim de cumprir com sua missão de profissional da informação.

Essas leis são interessantes apesar de elaboradas em uma época longínqua, com um cenário social e histórico tão diferente do atual, e até hoje é possível tê-las como referência para nortear os serviços do profissional bibliotecário.

DICA

As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios

O livro as **contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia** traz uma miscelânea de artigos sobre o legado do autor, considerado pai da Biblioteconomia Indiana, para a biblioteconomia e a ciência da informação e como as leis ainda são válidas até o momento atual. Para saber mais sobre Shiyali Ramamrita Ranganatha e suas contribuições acesse o livro na íntegra.

Fonte: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. (Org.). **As contribuições de Ranganathan para a biblioteconomia**: reflexões e desafios. São Paulo, SP: FEBAB, 2016. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/1535. Acesso em: 28 ago. 2023.

3 BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

A trajetória das bibliotecas teve seu início com as ordens religiosas dos beneditinos, franciscanos e jesuítas. No entanto, a criação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro se constituiu como a "gênese do movimento fundador do campo de ensino da Biblioteconomia do Brasil" (CASTRO, 2000, p. 43). Ainda, para Castro (2000), seu acervo é oriundo da Biblioteca Real da Ajuda, criada por Dom João I, rei de Portugal, após a destruição da antiga Biblioteca Real (Lisboa), em 1755.

DICA

Para saber mais sobre a história da Biblioteca Nacional, acesse o vídeo elaborado pala Fundação Biblioteca Nacional.

Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/content/biblioteca-nacional-brasil.

A Biblioteca Nacional foi a base das primeiras articulações para a implementação de técnicas e práticas biblioteconômicas no país. À medida que as experiências de instituições estrangeiras com prática biblioteconômica consolidada foram sendo conhecidas e transmitidas aos pesquisadores e intelectuais do Brasil, uma nova forma de prática biblioteconômica no país foi sendo articulada (BOTTENTUIT; CASTRO, 2000).

O ensino de Biblioteconomia no Brasil teve seu início no ano de 1911 e resultou na criação do primeiro curso na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, considerado o primeiro da América Latina. Na época de implantação do curso, a Biblioteca Nacional possuía como diretor Manoel Cícero Peregrino da Silva, considerado "um dos pioneiros no planejamento da documentação bibliográfica e com a visão profética de Paul Otlet e Henri La Fontaine" (FONSECA, 1957 ***apud*** OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 14).

FIGURA 7 – BIBLIOTECA NACIONAL

Fonte: https://images.app.goo.gl/gfogPTaqruEi4kG49. Acesso em: 28 ago. 2023.

O curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional foi estabelecido pelo Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, e obteve como base e influência a escola francesa de orientação erudita e humanística chamada "École Nacionale des Chartes" (FONSECA, 1979). O objetivo desse curso era atender a demandas institucionais visando ao "suprimento das necessidades internas e da consolidação de um projeto da elite dominante" (SOUZA, 1990 ***apud*** OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 14).

A prática bibliotecária humanística possuía a educação como "característica de formação de serviço, ou seja, é intrainstitucionalizada, respondendo às necessidades específicas de um tipo de biblioteca" (SOUZA, 1997, p. 27-28). A vertente humanística foca no aperfeiçoamento da prática na prática e se constitui de uma atividade profissional não corporativa, também chamada de profissão de exercício livre (SOUZA, 1997).

A primeira turma do curso da Biblioteca Nacional foi criada, em 1915, com 21 alunos e, posteriormente, teve a adição de mais seis integrantes por determinação do então ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. Os estudantes do curso eram, em grande parte, os funcionários da Biblioteca Nacional, e os docentes, os diretores da instituição. Para ser admitido no curso, o candidato devia possuir conhecimentos gerais, era testado por meio de um exame de escrita de português e provas orais de outras áreas, tais como história universal, literatura e línguas (CASTRO, 2000; ALMEIDA, 2012).

No entanto, nos anos posteriores ocorreu uma baixa no número de inscritos. Os matriculados no curso, em 1916, foram somente seis funcionários, dos quais, apenas dois graduaram-se. No ano de 1917, houve cinco matriculados, dos quais somente um se graduou. No ano de 1921, embora tenham sido abertas as inscrições, não houve candidatos, e no ano seguinte, em 1922, o curso foi extinto (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009). Em 1931, o curso foi reaberto por meio do Decreto nº 20.673, de 17 de novembro. Em seu art. 1º, é decretado o estabelecimento do Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, bem como a distribuição de disciplinas por dois anos letivos. Entre as disciplinas cursadas estavam no 1º ano: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, e no 2º ano: História Literária (com aplicação à bibliografia), Iconografia e Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas) (BRASIL, 1931).

Em São Paulo, foi criado o "Curso Elementar de Biblioteconomia", patrocinado pelo Instituto Mackenzie, no ano de 1929. Este curso foi o segundo no país e era influenciado pela ***Columbia University***, com uma visão americana e tecnicista da profissão. O instituto possuía como bibliotecária a americana Dorothy Muriel Geddes Gropp, que foi contratada pelo Instituo Mackenzie para realizar a reorganização do acervo do instituto, visando introduzir novos processos para a criação de catálogos e de localização de livros nas estantes (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009). A ideia do curso surgiu a partir de uma necessidade da preparação de uma bibliotecária que substituísse Dorothy em seu trabalho no instituto, enquanto ela realizava um curso de especialização na Universidade de Columbia (MUELLER, 1985 ***apud*** PINTO, 2015).

Em 1935, o curso de Biblioteconomia do Instituto Mackenzie foi encerrado. Em 1936, foi criado o curso de Biblioteconomia dirigido por Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo, do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Este curso realizou a consolidação, a sistematização e a normalização das "atividades de ensino, informais e assistemáticas, desenvolvidas desde 1929, na Biblioteca Municipal, pelo então diretor, Eurico de Góes" (CASTRO, 2000, p. 71). Vale ressaltar que, neste caso, a prática bibliotecária de base americana possui como característica o predomínio tecnicista, que traz para a educação um aspecto mais acadêmico, com base nas teorias organizacionais (SOUZA; 1997). O curso foi fechado em 1939, por não ter sido considerado útil e viável. Posteriormente, o curso foi transferido para a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1940 (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

Diante disso, ocorre a expansão do ensino de Biblioteconomia no país, sendo criados vários cursos a partir da década de 1940, tais como: o curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura de Pernambuco, na Universidade Federal da Bahia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre outros (ALMEIDA, 2012).

4 MARCOS DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

A criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), em 26 de julho de 1959, com o intuito de fixar um currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia do país, constitui-se em um dos marcos da Biblioteconomia (SANTOS, 1998). Como missão, a FEBAB busca:

> defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. Tem como objetivos congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais; apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados; atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas brasileiras; interagir com as instituições internacionais da área de informação; desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais; contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de biblioteconomia e ciência da informação (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, 2016).

A FEBAB, com o apoio do Conselho Federal de Educação, conseguiu aprovar, em 16 de dezembro de 1962, o Parecer nº 326/1962 com o currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia. Este currículo estabelecia a duração dos cursos e contava com as disciplinas de História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia. Além disso, cada escola de Biblioteconomia poderia incluir outras disciplinas para comporem seu currículo pleno, que era composto por disciplinas obrigatórias, eletivas e extracurriculares (DAVANSO; ZANAGA, 2011).

A profissão de bibliotecário teve seu exercício regulado pela Lei Federal nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e estabelece em seu art. 1º:

> A designação profissional de bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor (BRASIL, 1962).

Em 1976, houve uma proposta de mudança no currículo mínimo de Biblioteconomia instituído no ano de 1962. Esta proposta de mudança foi discutida na reunião da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) na cidade de Campinas, São Paulo. Como questões básicas para mudança no currículo mínimo criado em 1962 foram apresentados os seguintes pontos: a) a

mudança social; b) o profissional que não corresponde totalmente às exigências sociais; c) a delineação do produto final que se pretende, tendo em vista as necessidades e as tendências da sociedade; d) o profissional formado pelas escolas deve responder às situações apresentadas anteriormente e ser um agente de transformação e desenvolvimento da sociedade na qual se insere (FERREIRA, 1977).

Em 2001 foi estabelecido o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprovava as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Neste parecer, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia tratam das competências e habilidades, além dos conteúdos a serem apreendidos pelos formandos (BRASIL, 2001a).

O Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro do mesmo ano, veio para retificar o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social (BRASIL, 2001b).

Finalmente, a Resolução CNE/CES nº 19, de 13 de março de 2002, estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia. As Diretrizes estabelecem no art. 2º o projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelos cursos de Biblioteconomia, que deverá explicitar o perfil dos formandos, as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas, os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica ou profissionalizante, o formato dos estágios, as características das atividades complementares, a estrutura do curso e as formas de avaliação (BRASIL, 2001b).

Outro fato a ser destacado é o 1º Código de Ética Profissional, aprovado em 1966, na "1ª Reunião Plenária, que aconteceu nos dias 11 a 13 de julho de 1966, na sede do Serviço de Assistência Didática ao Ensino Comercial (SADEC), em São Paulo. Este texto final foi elaborado com base na análise do código adotado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)" (CORTÊ ***et al***., 2015, p. 32-33). Segundo Silva (2006), o código tem como objetivo fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002).

O Código de Ética e Deontologia vigente está em sua quinta atualização e refere-se à Resolução CFB nº 207, de 9 de novembro de 2018 (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018) nele estão estabelecidos os deveres dos bibliotecários, tais como: dignificar a profissão observando a moral, ética e profissional da classe, o respeito às leis e normas ditadas para ser bibliotecário, bem como, o respeito às atividades dos colegas e profissionais de outras áreas, entre outros.

Neste sentido, pode-se observar que a Biblioteconomia no Brasil tem marcos que buscaram, ao longo das últimas décadas, implementar uma Biblioteconomia que contemple vários aspectos, em especial, questões relacionadas à formação profissional e ao desenvolvimento das bibliotecas.

5 A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA BIBLIOTECA E DA LEITURA PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Conforme afirma Milanesi (1983), a história da biblioteca é a história do registro da informação, que não pode ser separada da própria história do homem. Ainda para Castro (2006), a biblioteca também é um espaço de memória, Fonte de inspiração e objeto de destruição dos homens em diversas civilizações e períodos.

A biblioteca possui um papel fundamental dentro da nossa sociedade, a partir do momento em que se torna um local que permite interação, debates, manifestações culturais e artísticas que permitem extrapolar o seu papel de democratizar a cultura letrada (FERRAZ, 2014).

A biblioteca pública, por exemplo, pode ser compreendida como um centro de promoção da cultura e atuar como um veículo para o exercício e desenvolvimento da cidadania por intermédio da leitura (SALCEDO; STANFORD, 2016). As bibliotecas públicas, como espaços detentores de informação e conhecimento, são as formadoras dos cidadãos por meio da educação e conscientização. O cidadão conseguirá através da leitura tomar conhecimento dos seus direitos e, assim, poderá atuar de maneira efetiva em sociedade. A falta das bibliotecas causa prejuízos à sociedade, pois um indivíduo que não tem conhecimento do seu papel enquanto cidadão não saberá atuar de forma crítica e construtiva (BARROS, 2002).

Para que as bibliotecas públicas possam ostentar o título de parceiras na formação dos cidadãos através da disseminação da informação para a cidadania, é necessário que haja um investimento tanto no profissional bibliotecário, considerado o verdadeiro formador de cidadãos, quanto na biblioteca pública em si. O profissional bibliotecário precisa ser qualificado e receber aprimoramento de todos os tipos para que possa tornar-se o agente mediador entre a informação, o conhecimento e o usuário (BARROS, 2002).

As bibliotecas precisam ser inclusivas e ser espaços que supram as necessidades do usuário de maneira ágil e eficaz, disponibilizando a informação, seja ela de maneira convencional ou por meio da tecnologia, de modo que o conhecimento seja socializado entre todos de maneira igualitária. É necessário conscientizar o usuário da importância do material bibliográfico que ele empresta da biblioteca, para que ele saiba utilizar o material, preservá-lo e garantir que o conhecimento contido naquele suporte possa ser utilizado pelas gerações que advirão (BARROS, 2002).

Cabe à biblioteca usar formas criativas de promover ações que envolvam todos os usuários possíveis. É na biblioteca que se instiga o pensamento crítico, estimula-se a criatividade e a imaginação, desvenda-se novos mundos, abre-se caminho para novas descobertas, além de incentivar o gosto e o hábito da leitura.

Por intermédio da democratização da leitura, é possível mudar a situação de um país, pois é a biblioteca que irá difundir e facilitar o acesso à informação e à inclusão social. O conceito de leitura está, em geral, ligado à decifração da escrita e da aprendizagem, mas ela se liga tradicionalmente ao processo de formação de uma pessoa no sentido global e o capacita para o convívio e atuação nos meios social, político, econômico e cultural. A leitura, portanto, vai além do texto lido e começa antes do contato com ele. No processo de leitura, o leitor é quem assume o papel de ator e deixa de ser mero decodificador de palavras ou receptor passivo de informações (MARTINS, 1988).

A leitura pode contribuir nesse aspecto de forma significativa na formação de um indivíduo crítico, visto que o influencia a analisar a sociedade e o seu cotidiano de forma a ampliar e diversificar suas interpretações do mundo e da vida (KRUG, 2015). Pode ainda auxiliar na construção de novos aprendizados, porque permite que a pessoa tenha suas ideias fortalecidas e amplie seus conhecimentos (gerais e específicos) por meio do ato de ler (GONÇALVES, 2013).

FIGURA 8 – A BIBLIOTECA E A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

FALAR BAIXO POR QUÊ?
NÃO TEM MAIS NINGUÉM AQUI!
POR RESPEITO ÀS MEMÓRIAS, FILHO...
EM UMA BIBLIOTECA VOCÊ PODE VIAJAR PELO MUNDO...
...CONHECER LUGARES, PESSOAS...
...INCLUSIVE NÓS MESMOS!
becklustras@gmail.com

Fonte: https://bit.ly/2Mz8FG9. Acesso em: 14 set. 2018.

Assim, o hábito da leitura deve ser estimulado desde cedo, para que, quando adulto, o usuário/interagente ainda frequente a biblioteca em busca de novos conhecimentos.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu:

- A biblioteconomia apontou características muito técnicas, mas o questionamento filosófico a ajudou a ter um caráter mais amplo e científico.

- O pensamento crítico científico possibilitou a evolução da humanidade nas suas mais diversas áreas.

- O campo de atuação do bibliotecário não se restringe a bibliotecas, mas às mais diversas instituições que trabalham com informação e documentação.

- As Cinco Leis de Ranganathan norteiam a prática bibliotecária.

- A trajetória das bibliotecas teve seu início com as ordens religiosas, mas o ensino de Biblioteconomia no Brasil começou com a criação da Biblioteca Nacional.

- A formação em Biblioteconomia no Brasil descende de duas vertentes: da escola francesa, École Nacionale des Chartes, de orientação humanística e erudita e da escola americana, Columbia University, de orientação tecnicista.

- Entre os marcos da Biblioteconomia brasileira encontram-se a criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), a regulamentação da profissão de bibliotecário, a implantação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia para o ensino da profissão, o estabelecimento do Código de Ética Profissional e a criação das Diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia.

- A biblioteca possui um papel importante dentro da nossa sociedade, tais como a função de formadora de leitores, de mediadora da leitura e de ser um espaço do conhecimento que incentiva o pensamento crítico e o pleno exercício da cidadania.

- As bibliotecas precisam ser inclusivas e ser espaços que supram as necessidades do usuário de maneira ágil e eficaz, disponibilizando a informação, seja ela de maneira convencional ou por meio da tecnologia, de modo que o conhecimento seja socializado entre todos de maneira igualitária.

- A leitura pode contribuir de forma significativa na formação de um indivíduo crítico, visto que o influencia a analisar a sociedade e o seu cotidiano, buscando ampliar e diversificar suas interpretações do mundo e da vida.

AUTOATIVIDADE

1 Na Biblioteconomia brasileira, há marcos que transformaram a área no país. Sobre o exposto, analise as sentenças a seguir:

I- Criação da FEBAB.
II- Aprovação do currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia.
III- Regulação da profissão de bibliotecário.
IV- Aprovação das Diretrizes Curriculares Internacionais para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
V- Estabelecimento das Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia.

De acordo com os marcos históricos, assinale a alternativa que apresenta as sentenças corretas:

a) ( ) Todas as afirmativas estão corretas.
b) ( ) As afirmativas I, II, III e V estão corretas.
c) ( ) As afirmativas II, III, IV e IV estão corretas.
d) ( ) As afirmativas I, II, IV e V estão corretas.
e) ( ) As afirmativas I, III, IV e V estão corretas.

2 Com base no texto no seu conhecimento sobre os benefícios trazidos pela biblioteca e leitura, e na tirinha do Armandinho a seguir, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

ÀS VEZES SÃO CAROS, MAS — E DAÍ?!
E AS PROMOÇÕES?! E OS "SEBOS"?!
EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS VOCÊ PEGA LIVROS DE GRAÇA!
NÃO INVENTE DESCULPAS PRA NÃO LER... E LEIA!
beckilustras@gmail.com

Fonte: https://bit.ly/2NfgFks. Acesso em: 14 set. 2018.

( ) A biblioteca pública é um espaço que contribui para a formação do cidadão, permite seu desenvolvimento e transformação social a partir da leitura.
( ) Os livros e demais materiais dentro do acervo de uma biblioteca são emprestados de forma gratuita.

( ) A leitura auxilia na ampliação da criticidade de uma pessoa, tornando mais fácil a sua interpretação do mundo ao seu redor e seu entendimento dos aspectos sociais, políticos, econômicos da sociedade em que vive.
( ) O conceito de leitura está ligado somente à decifração da escrita e da aprendizagem pelo indivíduo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:
a) ( ) V – V – V – F.
b) ( ) F – V – F – V.
c) ( ) F – F – V – V.
d) ( ) V – F – F – F.

3 "As Leis da Biblioteconomia formuladas por Ranganathan norteiam os serviços bibliotecários até os dias atuais. Por conta dessas leis, fundamenta-se a ideia de que a biblioteca deve promover a utilização de seus materiais; de que os acervos devem ser desenvolvidos tendo em vista as necessidades dos usuários, que devem ter serviços organizados e eficientes, como o serviço de referência". A afirmação remete a qual lei de Ranganathan?

a) ( ) Os livros são para usar.
b) ( ) A cada leitor, o seu livro.
c) ( ) A cada livro, seu leitor.
d) ( ) Poupe o tempo do leitor.

4 As origens das bibliotecas estão relacionadas com a escrita. As primeiras bibliotecas não eram tão acessíveis ao povo, e sim a um público restrito que tinha conhecimento e poder. Sobre a história das bibliotecas, qual foi a biblioteca mais famosa da antiguidade e qual a sua contribuição para a Biblioteconomia?

5 Na antiguidade, as bibliotecas tinham como função a guarda e preservação dos manuscritos, com desenvolver da sociedade na Idade Média houve o surgimento das universidades das bibliotecas. Sobre a história das bibliotecas explique as bibliotecas do Período do Renascimento.

RELAÇÃO ENTRE MUSEUS E MUSEOLOGIA

1 INTRODUÇÃO

A história dos museus é longeva. As narrativas memorialísticas produzidas por essas instituições ao longo dos tempos se referenciam a partir dos objetos da vida comum, transformados processualmente pelas atividades museológicas.

Objetos de arte, naturais, artesanais, tecnológicos, e de toda condição cultural humana serviram de laboratório testemunhal dessa trajetória: do templo das musas, dos gabinetes de curiosidades, aos museus virtuais. Peças e coleções serviram para contar memórias e descortinar histórias.

Como e quando as qualidades materiais e imateriais dos objetos e seus conjuntos passaram a documentar uma realidade passada? De que modo as informações sobre os objetos defendem com convicção o desenvolvimento de comunidades, pessoas ou nações?

É a respeito desses assuntos que trata o último tema de aprendizagem da Unidade 2. Nele, nós discorreremos a respeito da informação e do conhecimento salvaguardado nos objetos, especialmente quando tratamos da Ciência da Informação. Falaremos, ainda, da afinidade existente entre os museus e a museologia, que embora pareça uma relação inequívoca, veremos que ela não é tão óbvia assim.

Para entusiasmar suas reflexões sobre a informação dos objetos musealizados, acadêmico, iniciamos a conversa a partir de Smit (2000), que nos coloca como distinção entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, os tipos de suportes, e a metodologia de organização da informação. Para aquele autor, tanto faz ser um livro, um objeto ou um documento institucional, seus profissionais (arquivista, bibliotecário e museólogo) lidam com a organização e a disponibilização de informações. A dificuldade está na definição de documentação que é diferente entre as três áreas.

2 MUSEU E MUSEOLOGIA NA CI

2.1 CONCEITUANDO MUSEU

Na atualidade, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), órgão internacional criado em 1946, que elabora as políticas para todos os museus, hoje reunindo mais de 44 mil membros de 138 países, considera desde 2022 a definição de museu como:

> Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento (ICOM, 2022).

Esta definição foi estabelecida como resultado de uma longa discussão e muita reflexão entre os profissionais de todo o microcosmo da Museologia e dos museus. Esse conceito deixa claro que museus não são o objeto de estudo da Museologia, e sugere que a Museologia é bem mais do que o estudo e o trabalho no museu. Se analisarmos a retrospectiva dos museus entenderemos que a sua institucionalização é bem mais antiga que a Museologia.

A Museologia teve em sua história um período em que sua compreensão era de ser relacionada com a prática dos museus, seus procedimentos com a documentação, conservação, pesquisa e comunicação da memória e da formação de identidades. Esse contexto, atualmente, foi superado. A Museologia, hoje, vai bem além do estudo do museu, tendo seu objeto de interesse na compreensão da realidade pela exploração simbólica e testemunhal dos objetos. Vamos entender melhor essa trajetória recapitulando alguns pontos da história dos museus e das coleções.

O museu como hoje conhecemos teve origem mística na "casa das musas", o clássico ***museion.*** Era um lugar sobre o Monte Hélicon na antiga acrópole grega, dedicado a adoração das divindades, a filosofia, a arte, ao culto da ciência e ao cuidado de suas oferendas pelas nove musas, filhas de Zeus e Mnemósine, deusa da Memória. Esse mito foi construído por volta do século III a.C. Por mais inovador que seja o museu atual, ele deve suas raízes à antiguidade.

FIGURA 9 – FACHADA DO MUSEU BRITÂNICO IMAGINÁRIO DO MUSEION

Fonte: https://miro.medium.com/v2/resize:fit:5120/1*4bWiRgA0AS0ln65b71olUw.jpeg. Acesso em: 11 out. 2023.

Para J. P. Lorente (2012), a versão romântica do templo das musas caiu em desuso durante o período medieval ocidental, retomando fôlego durante o período do humanismo e do Renascimento. As galerias recuperaram a ideia de um espaço de contemplação e ócio por meio da observação das artes e do aprendizado, proporcionado por novas espécies de um mundo novo iniciado com as Grandes Navegações.

Os museus passam invariavelmente pela história do colecionismo. Isso pode ser afirmado com um olhar detalhado para os chamados Gabinetes de Curiosidades, em que a exploração científica de espécies de minerais, vegetais e animais, e o acúmulo desordenado de objetos, fazia surgir coleções predominantemente heterogêneas e exóticas. Os proprietários das coleções eram curiosos entusiastas que desbravavam propósitos científicos e buscavam reconhecimento social e cultural por seus feitos. Os gabinetes eram espaços privilegiados para poucos eleitos, e desapareceram no final do século XVIII (GOD; DROUGUET, 2019).

Esse breve relato histórico dos museus nos envia para o século XIX quando se constituem os primeiros museus como hoje os conhecemos. As coleções privadas passaram ao domínio público buscando satisfazer os interesses educativos na sociedade. A afirmativa não quer dizer que antes desse período não houvesse museus. O século XVIII foi rico em estruturar espaços museológicos que hoje configuram a amostra representativa do museu templo, como o exemplo do Museu do Louvre, na França, criado em 1794, e que criou uma alegoria sobre a composição de museus. Entretanto, considera-se o século XIX como o da grande expansão dos museus em vários pontos do Planeta, dentre eles, o Brasil com a instituição do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

FIGURA 10 – MUSEU NACIONAL RECUPERADO DO INCÊNDIO DE 2018

Fonte: https://br.usembassy.gov/pt/pesquisadores-do-museu-nacional-continuarao-seus-trabalhos-nos--estados-unidos-apos-incendio/. Acesso em: 31 ago. 2023.

Na definição atualizada de museu, é possível observar alguns pontos que são relevantes para o entendimento das atribuições da instituição museu no interior da Ciência da Informação. Vejamos quais são esses pontos:

- A **pesquisa** – a pesquisa estruturada na definição de museu tem relação com o estabelecimento dos vínculos entre o ser humano e o processo histórico por ele vivenciado. É o conhecimento produzido na sua gênese, dependente de Fontes originais com base em procedimentos metodológicos e critérios científicos.
- **Interpretação** – a interpretação envolve desenvolvimento específico derivado da compreensão de diferentes especializações (história, antropologia, arqueologia, psicologia etc.). Diz respeito à capacidade que o museu desenvolveu de estabelecer valor, sentido e significado ao objeto, fora da função para o qual ele foi produzido, em relação com o tempo e num determinado espaço. A interpretação simboliza uma mensagem.
- **Compartilhamento do conhecimento** – esse conhecimento produzido pelo e no museu é um ato seletivo, criado no intuito de documentar alguma coisa. O objeto museológico não traz em si a informação. Ela é retirada dele por meio da pesquisa e da interpretação das condições de sua participação no ambiente real. A resposta, o resultado dessas informações concebidas são compartilhados, discutidos, disputados simbolicamente em exposições e na documentação, liberando conhecimentos.

Os três pontos destacados estabelecem a conduta dos museus no presente. Os assuntos consentem entender as camadas de interrogação sobre os objetos, a renovação de seus significados e junto com essas camadas, leva o museu a se reconstruir constantemente. O que significa dizer, numa visão crítica, que o museu não é apenas um lugar de coisas velhas, empoeiradas e sem vida. Ele está em transformação assim como os pressupostos da vida em constante dinâmica. Todo processamento museológico encaminha para a ressignificação de informações anteriores e a construção de novos conhecimentos.

Os museus são, desse modo, lugares culturais indicativos de aspectos materiais, imateriais e imagéticos da sociedade que configuram **representações do conhecimento**.

De acordo com o *Dicionário de Conceitos-Chave de Museologia* (2014, p. 65), a versão mais atualizada do conceito de museu entende o lugar como "um meio pelo qual se dá a "relação específica do Homem com a realidade". Essa relação é definida pela coleção e a conservação, consciente ou sistemática e a utilização científica, cultural e educativa dos objetos inanimados, materiais, móveis, sobretudo tridimensionais, que documentam o desenvolvimento da natureza e da sociedade.

O museu, portanto, reconstitui as memórias da sociedade e dos indivíduos por meio da informação e do conhecimento produzidos nos objetos tridimensionais da produção humana ao longo dos tempos. Nesse contexto, surgido nos anos 1970-1980 com o movimento da Nova Museologia, o centro de interesse dos museus e das coleções, levou o empenho institucional para o atendimento e a construção de relações com os públicos e a sociedade. Esse foi o avanço que deu abertura aos estudos da Museologia como hoje a entendemos.

No Brasil, a partir da Lei nº 11.904/2009, que estabelece o Estatuto dos Museus, o conceito de museu estabelecido no Artigo 1º é o seguinte:

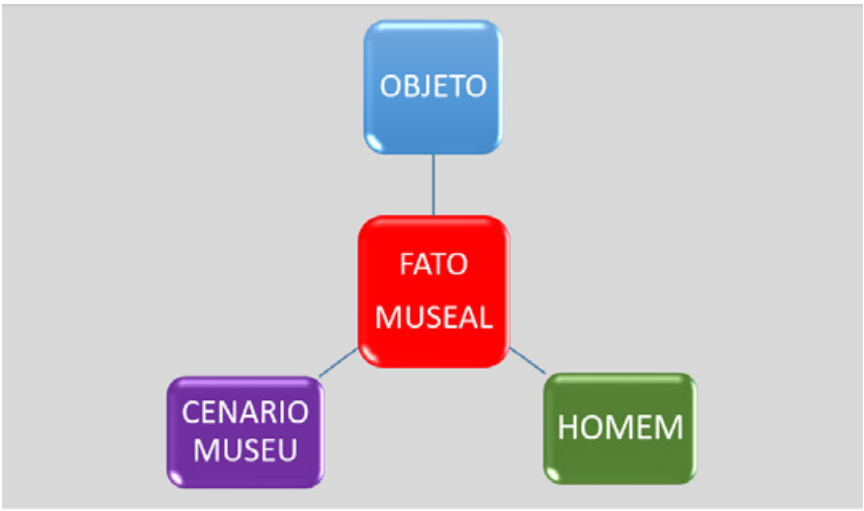
> Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009a).

A legislação e a própria definição de museu foram de grande relevância para a consolidação e regulamentação do campo museológico brasileiro, e orientação das atividades e das atribuições profissionais nos museus.

2.2 A MUSEOLOGIA E OS MUSEUS

Diante da noção do fato museal, adentramos na perspectiva da **Museologia**. O princípio teórico da Museologia que estabelece o objeto como o estudo da relação de produção prática entre o homem, a natureza, num cenário chamado museu. Veja o esquema a seguir:

FIGURA 11 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO FATO MUSEAL



Fonte: as autoras.

Como nos explica Clóvis Britto (2023, p. 15), "[...] a Museologia possui atuação destacada ao eleger os museus, as coleções e os processos museais como um dos seus objetos privilegiados de investigação". A explicação permite analisar que os museus não são o objeto de estudo da Museologia, mas as **relações humanas com os objetos** que passaram pelo processamento museológico (seleção, aquisição, documentação, conservação, pesquisa e difusão) no interior da instituição museal.

A Museologia não é um conhecimento técnico voltado para regras de montagem de exposições ou a museografia. Ela é sim, um **conhecimento teórico** com saber e método próprio (o trabalho com o patrimônio), ocupado por nuances de outras áreas que ajudam a complementar o fato museal. A Museologia, consequentemente, está implicada com a função de servir, ser um serviço para a sociedade, tendo como laboratório desse serviço, o museu.

A explicação sobre Museologia trazida do texto de Rigolli, Feliciano, Freitas e Scheiner (2020, p. 326) auxilia na compreensão sobre o assunto.

> Se hoje é possível afirmar que Museu "é um conceito polissêmico, que designa a relação entre o humano e o Real, em pluralidade e relatividade" (SCHEINER, 2007), a Museologia pode ser considerada o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do Museu, inclusive nas múltiplas conexões existentes entre o ser humano e o Real, representadas nos diferentes modelos de museus. O museu tradicional, cuja base conceitual é o objeto, não é posto em obsolescência a partir do museu de território, trazido pela Nova Museologia nos anos de 1970 e cuja base conceitual é o patrimônio. É exatamente neste lugar simbólico que se dá a multiplicidade e a diversidade de meios, com ênfase também ao museu virtual que tem sua base conceitual na informação, em um aspecto teórico-prático. Importante reiterar que, no âmbito teórico, o museu interior e o museu global também são reconhecidos em sua imaterialidade, apresentados com suas bases conceituais na emoção e na biosfera, respectivamente, e que conferem completude à busca de se abordar o Real.

No esforço de demonstrar as relações próprias entre museus e Museologia, cabe comentar que os museus possuem responsabilidade ética para com a composição do passado e com o diálogo entre culturas representadas nos seus objetos. Por conseguinte, a problematização e a reflexão de temas emergentes levam os profissionais da Museologia a obrigatoriedade legal de seguir o Código de ética profissional. Neste sentido, o trabalho dos museus e das questões complexas sobre identidade, cultura, memória e sociedade que permeia a Museologia, precisa ser tratado sob diferentes óticas plurais, solidárias e multiculturais que se aplicam na narrativa das exposições e das informações sobre os objetos.

Vale reforçar que o **Código de ética profissional** dos Museus e seus profissionais Museólogos é derivada do Conselho Internacional de Museu (ICOM), que firma o compromisso de pautar a atuação desse campo museológico. Dentre os compromissos legais instituídos no Código que os profissionais precisam atender, podemos comentar as normas de conduta relacionadas com "a classe, com os poderes públicos, a sociedade e o público em particular" (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 2021). Além disso:

> A luta contra o tráfico ilícito, o apoio à restituição de bens culturais às comunidades de procedência, preferencialmente pelo meio da mediação e pela adoção de um conceito amplo de Patrimônio Universal, que inclua, em especial, o respeito pela diversidade cultural das comunidades ligadas a este patrimônio (ICOM, 2009, p. 1).

A ética profissional prepara a garantia das profissões e a subsistência dos profissionais. E por falar em profissionais, é o momento de explicar quem são os museólogos. Segundo a legislação brasileira que define a profissão, Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, exerce o trabalho de museólogo:

- os diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura;
- os diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por cursos ou escolas devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura;
- os diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação;
- os diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta Lei, contém pelos menos 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados (BRASIL, 1984).

Aos museólogos, entre outras atribuições, é favorecida a obrigatoriedade das ações de aquisição de peças, administração de museus e afins, organização de exposições e responsabilidade sobre as informações nelas disponibilizadas, conservação das obras quando estão guardadas, expostas ou sendo transportadas, gestão do acervo incluindo a organização, documentação, avaliação, controle, inventário, perícia, catalogação, proteção, conservação, entre outras.

Para encerrarmos, a apresentação da Museologia como ciência e como disciplina teórica para além do estudo dos museus, reconhecemos o que nos explica a museóloga Maria Cristina Bruno (2014, p. 2):

> [...] a Museologia nos dias de hoje, reúne diversos olhares acadêmicos e compõe com distintas questões inseridas em contextos geopolíticos diferenciados, com problemas gerados pelos impactos das novas tecnologias, pelos desafios inerentes às perspectivas de inéditas dimensões patrimoniais, e ainda, pelos impasses éticos que tangenciam os dilemas do empoderamento cultural, do reconhecimento da alteridade, entre muitas outras questões que têm sido abordadas pelos intelectuais que se importam com a constituição deste campo de conhecimento ou procuram compreender a função dos museus e dos processos museológicos na contemporaneidade. Entretanto, são distintos olhares direcionados para a hierarquia epistemológica do campo museal que está organizada entre a Museologia Geral (princípios teóricos), Museologia Especial (inflexão desses princípios no que se refere ao texto e contexto museológicos) e Museologia Aplicada (conjunto das práticas museográficas).

NOTA

O campo dos museus brasileiros é organizado e gerido pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, autarquia federal ligada ao Ministério da Cultura e criada em 2009, de forma colaborativa.
Também constitui o campo museológico o Conselho Federal de Museologia – COFEM, órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão de museólogo. O COFEM se desdobra em cinco conselhos regionais, COREM, responsáveis diretos pelo registro obrigatório do profissional, a fiscalização do exercício profissional em âmbito local e regional, e outras ações.
Existem ainda os SEM/sistemas estaduais de museus que estabelecem a articulação política de integração dos museus estaduais com as instâncias nacionais, organizando e qualificando as instituições museológicas públicas.

2.2.1 Museus e documentação na CI

Os aspectos históricos pincelados neste Tema de Aprendizagem 3 serviram como elementos introdutórios na temática dos museus e da Museologia enquanto área da Ciência da Informação. A entrada da Museologia como área de interesse nos estudos da informação se desdobrou a partir dos anos 1970, quando ocorreu no interior do próprio campo da Museologia uma virada epistemológica. Nesse contexto o próprio papel do museu foi problematizado, incluindo além de novos paradigmas para os museus, o depósito e a exposição dos objetos, no sentido de difundir maior qualidade e quantidade de informações.

Nesse contexto de mudanças, a documentação foi alvo de atenção dos museólogos, especialmente em relação aos ensinamentos de Paul Otlet como explicou Hernandes (2006). Vale destacar que a documentação museológica implica muito mais do que simplesmente preencher dados em fichas catalográficas e preencher livros de registro.

Ana Karina Oliveira (2009, p. 52) alerta para a importância de a documentação museológica atingir três eixos informacionais:

- **Administrativo** – que gerencia as informações, estabelece política de aquisição e regimento interno do museu.
- **Curatorial** – relacionado com as pesquisas de acervo, elaboração de catálogos, alimentação de informações do banco de dados.
- **Documental** – que identifica as peças ou coleções, e parte técnica como numeração, sistema de dados e marcação da peça.

A CI tem a capacidade de guardar, recuperar e transferir informação. Desde os tempos de Paul Otlet, anterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), persiste a vontade de disseminar informações. Esses esforços de consolidar a informação como programa estratégico de desenvolvimento tecnológico avançaram nas décadas de 1950-60, com a chamada explosão informacional decorrente da Segunda Grande Guerra, porém, o nascimento da CI não se identificou somente com a preocupação com a tecnologia informacional. O espaço se abriu para o surgimento da tendência ao viés cultural. Os diferentes tipos e suportes informacionais e seus processos, como a Documentação, receberam atenção para o lado cultural e social.

Almeida (2007) nos informa que a CI possui três tempos distintos no seu desenvolvimento:

1. Tempo de gerenciar a informação (1945-1980), cujo problema era ordenar, organizar e controlar a quantidade de informações.
2. Tempo de informar e relacionar com conhecimento (1980-1995), acompanhado do crescimento da internet e da web.
3. Tempo de conhecimento interativo (atualidade), com o acesso irrefreável das conexões em rede e na web.

Neste breve histórico, percebemos que a CI surgiu buscando resolver problemas de transformação e utilização da informação. Essa problematização nos conduz a preocupação de como os museus lidam com a informação, que é por meio da documentação museológica.

A **Documentação Museológica** permite a descrição, a identificação, a catalogação, a classificação e a informação sobre uma peça. São processos que gerenciam a informação e possibilitam o controle e a segurança do acervo. Se não houvesse a documentação individual de cada item do acervo museológico, o museu se quer encontraria os seus objetos.

Documentar um objeto musealizado não é tarefa simples. Isso porque a humanidade em sua complexidade cultural e evolutiva produziu uma infinidade de tipologias de objetos de todas as categorias possíveis. Além do mais, cada peça possui dois tipos de complexidade diferentes embora seja complementar uma da outra: a dimensão intrínseca e a dimensão extrínseca.

A **dimensão material intrínseca** do objeto museal se dá nas suas propriedades físicas, aquelas inerentes a constituição original da peça, como peso, altura, largura e outras. A **dimensão extrínseca** é a atribuição de valores derivados de pesquisa, de criação de sentidos e significados. É o que estabelece o interesse de preservação da peça, para além da função de uso. Além das duas, há também a historicidade da peça que carrega a sua testemunhalidade no tempo e no espaço que foi constituída a "vida" da peça.

Para acolher as dimensões do objeto, atender diferentes realidades informativas, o museu precisa do suporte de outras áreas em seus domínios do conhecimento. É o se convencionou chamar **interdisciplinaridade**, característica interativa e de reciprocidade entre diversas áreas do conhecimento. A partir da interdisciplinaridade os objetos ganham variedade de olhares que se ocupam de desvendar seus problemas de ordem material e imaterial. Trata-se de uma ruptura de barreiras estabelecidas nas relações entre diferentes sistemas que o objeto participa.

A interdisciplinaridade como característica das relações documentais dos objetos musealizados também aponta algumas dificuldades. A primeira delas se refere aos contextos metodológicos das diversas áreas de conhecimento. Por exemplo: a psicologia não tem a mesma metodologia da sociologia, embora possam se complementar.

A questão seguinte a respeito da interdisciplinaridade na análise documental do objeto, é a subjetividade das análises. Nenhuma ciência é totalmente adequada, pois com os avanços de novas pesquisas, são modificados os paradigmas e modelos teóricos. Isso repercute na obsolescência de informações e outros atributos do uso da informação, configurando a complexidade. Por isso, Hernandes (1994) coloca que a natureza do objeto museológico é sempre dual.

Em conformidade com Hernandes (1994), um bom sistema de documentação museológica se caracteriza pelos seguintes elementos:

- Confiabilidade – certificação de que toda cobertura informacional está adequada.
- Flexibilidade – adequação das informações a todo tipo de coleção, tipo de museu, natureza material.
- Economia – acesso à informação no menor tempo possível.

Em síntese, a Documentação museológica é uma das mais importantes atividades que estabelece meios para o museu demonstrar sua responsabilidade informacional e de produção do conhecimento. Como bem explicou Waldisa Guarnieri (1990), a documentação que gera a musealização do objeto deve manifestar a preocupação com a **fidelidade** e a **testemunhalidade** que leva ao ato de ensinar a ver a **autenticidade** da peça.

Todavia, Nascimento (1998) afirma que é preciso ir além disso, e buscar a **historicidade** do objeto como um bem cultural. Segundo a autora, não enxergar o objeto em sua historicidade, representado num tempo e num espaço de relações, é torná-lo uma peça fragmentada. A problematização se deve ao fato de que sem a relação tempo e espaço o objeto não mostra as desigualdades existentes nas relações, sejam elas políticas, culturais, sociais, econômicas decorrentes das ações humanas.

Nas duas perspectivas, de Guarnieri (1990) e de Nascimento (1998), o objeto museal como **informação, conhecimento e documento** é alvo de expressão das relações. Isso nos remete ao entendimento de o objeto museal é um fato museal, já explicado anteriormente.

Vimos no texto mais acima a característica da interdisciplinaridade como ponto de convergência da Museologia com a Ciência da Informação. Outro critério a ser apontado e que coloca a Museologia no escopo da CI, é a informação científica, discutida por Carlos Araújo (2011). Segundo esse autor, os pontos de aproximação da Museologia com a CI, interdisciplinaridade **e informação científica**.

Carlos Araújo explica informação científica com a seguinte conotação:

> Lembra Capurro (2008), "informação" significa, etimologicamente, a ação humana de "in-formar", isto é, dar forma, conferir existência material, a pensamentos, ideias, impressões, reflexões. Nesse sentido, o conceito de informação se aproxima das abordagens que privilegiam o estudo da musealidade, do ciclo de vida dos documentos, das competências informacionais, das mediações, dos fluxos (ARAÚJO, 2011, p. 126).

Como interdisciplinaridade na CI, Araújo (2011, p. 122) entende como: "predisposição para o diálogo, para o conviver e para uma afetação mútua dessa convivência", ou seja, a propensão de conversas entre vários saberes científicos como construção de outro conhecimento igualmente científico.

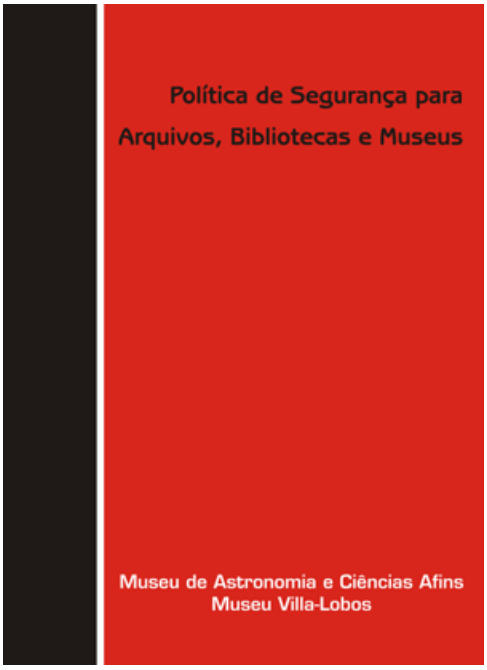
Muitas coleções de museus surgiram derivadas de arquivos e bibliotecas, estabelecendo vínculos entre as áreas que agregam processos e procedimentos comuns, colocando a Museologia como integrante da Ciência da Informação. Além dessas inter-relações, os museus dispõem de documentação arquivística própria que exige tratamento documental arquivístico, e também, bibliotecas especializadas que denotam o conhecimento específico desse campo. Isso demanda a atuação profissional integrada dos profissionais dessas três áreas.

A título de exemplo o Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST, mais o Museu Villa Lobos e um esforço conjunto com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão máximo das políticas de museus brasileiros, elaboraram um projeto de segurança de acervos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos com entendimento de ampliação do conceito de acervo. Como produto final, foi elaborada e publicada, em 2006, a Política de Preservação de Acervos Institucionais. A publicação foi idealizada para ser de fácil compreensão para os profissionais que atuam em arquivos, bibliotecas e museus. Foi elaborado um glossário para compreensão das diferentes terminologias de cada área que se propõe ser um guia útil.

Dentre as ações relacionadas com esse Guia de Segurança de Acervos, destacamos 16 pontos significativos de cada diretriz dos 11 capítulos do livro.

1. A instituição tem por obrigação proteger pessoas, acervo, propriedade e suas atividades, por meio de uma política de segurança por escrito.
2. No que se refere aos limites de proteção, integrar as medidas de controle externo com o interno: acesso ao prédio, à exposição, às coleções e às diferentes áreas de trabalho e serviços.
3. Considerar as medidas de defesa em função da utilização ou vulnerabilidade das diferentes áreas externas.
4. Quanto a segurança do prédio, considerar que todas as áreas de uma instituição exigem algum tipo de segurança e definir os diferentes níveis de proteção de cada uma destas áreas. Esta norma aplica-se tanto para instituições que ocupam apenas uma sala dentro de um prédio, como para aquelas que ocupam mais de um prédio.
5. Proteger o acervo não processado com o mesmo cuidado que o já processado, até que seja devidamente registrado, identificado e entregue em seu local definitivo de guarda.
6. Estabelecer uma política de aquisição e descarte pertinente às linhas de atuação institucional.
7. Não deixar sem documentação nenhum acervo que esteja sendo registrado.
8. Comunicar, imediatamente, ao responsável superior a constatação da ausência ou perda de acervo, para as devidas providências. Essa comunicação terá que ser feita por escrito.
9. Cadastrar o usuário/pesquisador na sala de consulta por meio de uma ficha ou formulário contendo informações básicas, como: nome completo; endereço; telefone; número de identidade; endereço eletrônico; formação e vínculo profissional.
10. Estabelecer uma política de conservação de acervo, que inclua o diagnóstico e o acompanhamento do estado de conservação do acervo.
11. Garantir a proteção de todas as pessoas que circulam pela instituição.
12. Traçar critérios de avaliação para contratação de serviços de terceiros, seja de pessoa física ou jurídica, no que se refere à idoneidade, tanto da empresa quanto dos profissionais que virão integrar a equipe.
13. Garantir que exista sempre resposta imediata a cada alarme acionado e/ou situação anormal detectada ou registrada, confirmando assim, que nenhum mecanismo ou sistema eletrônico dispensa o fator humano.
14. Prevenir incêndios é responsabilidade da instituição.
15. Analisar a instituição avaliando riscos potenciais, considerando não só as experiências passadas, como as probabilidades futuras.
16. Fiscalizar o cumprimento das normas de segurança por parte do corpo funcional, efetivo ou temporário, dos visitantes e de todos que circulam pela instituição (MAST, 2006).

FIGURA 12 – LIVRO POLÍTICA DE SEGURANÇA DE ACERVOS ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS



Fonte: https://antigo.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/livro-politica-de-seguranca.png. Acesso em: 31 ago. 2023.

Mesmo que os interesses entre arquivos, bibliotecas e museus sejam distintos, que cada área tenha sua própria linguagem, terminologia e metodologia de tratamento das Fontes, a Museologia integra o campo da informação. Por quê? Pelo fato de a Museologia tem seu objeto investigatório centrado no museu e suas coleções, relacionadas com os acontecimentos humanos passados e em processo, que se manifestam nas relações do presente. A construção dessas relações são informacionais e produzem conhecimentos.

> Museologia e Museus têm caminhos entrelaçados, responsabilidades recíprocas e cumplicidade no que tange à função social. A Museologia, enquanto disciplina aplicada, pode colaborar com a sociedade contemporânea na identificação de suas referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que as transformem em herança patrimonial e na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a educação formal. O Museu, por sua vez, corresponde ao modelo institucional vocacionado à construção e a administração da memória, a partir de estudo, tratamento, guarda e extroversão dos indicadores culturais, materiais e imateriais (referências, fragmentos, expressões, vestígios, objetos, coleções, acervos), mediante o cumprimento de três funções básicas: científica, educativa e social (BRUNO, 2006, p. 8-9).

Podemos considerar ainda importante na atenção dos aspectos de intersecção da Museologia com a CI, pela interdisciplinaridade existente nas três áreas, bem como inúmeras problematizações temáticas que tensionam arquivologia, biblioteconomia e museologia. Como por exemplo, as questões do uso de tecnologias e suas ferramentas na produção e difusão da informação (ARAÚJO, 2014).

Consideramos, finalmente, que existe um diálogo e uma interlocução intensa entre a CI, a Museologia e os museus, contudo, cabe destacar que, mesmo integrada na CI, a Museologia e os museus ainda operam com outra dimensão que vai para além da informação que é a memória social e individual. Mas isso é assunto para outras disciplinas!

Fechamos este tema de aprendizagem com muito aprendizado. Constatamos que há entre a Museologia, os museus e a Ciência da Informação avanços e recuos de aproximação, e que essa problematização ainda requer muitas reflexões possíveis e dialógicas de produção de conhecimento.

LEITURA COMPLEMENTAR

POR UMA HISTÓRIA INTELECTUAL DA ARQUIVOLOGIA, DA BIBLIOTECONOMIA E DA MUSEOLOGIA DESDE UMA PERSPECTIVA TRANSVERSAL

Carlos Alberto Ávila Araújo

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a história da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia a partir de dois aspectos: primeiro, em termos de suas correntes teóricas ou escolas de pensamento; segundo, enfatizando intencionalmente aqueles aspectos que as aproximam.

Assim, em primeiro lugar, é preciso abandonar a ideia de que essas áreas de estudo e pesquisa sejam uniformes, sejam consensualmente definidas e/ou reconhecidas. Ao contrário, o que se pode perceber é uma progressiva sequência de modos de se definir seu objeto, seus métodos e mesmo seus objetivos. Esses modos precisam ser analisados não apenas em suas ideias e conceitos, mas também em sua vinculação com contextos históricos. Tais contextos são compostos tanto pelo clima intelectual de uma época, mas também por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

A tese aqui defendida é que as práticas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, que têm uma existência desde milênios atrás, conduziram a efetivas áreas de conhecimento no período imediatamente posterior ao Renascimento europeu, áreas estas voltadas especificamente para as instituições arquivo, biblioteca e museu. Ao longo dos séculos seguintes, até o século XIX, foram se consolidando seus contornos de campo específico do conhecimento até sua legitimação científica.

Ao longo do século XX, contudo, já como disciplinas científicas, as três áreas conheceram processos de ampliação de seu escopo de estudo e dos métodos de pesquisa, que aconteceram de maneira paralela e com distintas filiações às correntes de pensamento das ciências humanas e sociais. Tal movimento conduziu, no século XXI, a um conjunto de novas perspectivas de estudo focadas não nas instituições arquivo, biblioteca e museu, mas sim na compreensão de tais instituições enquanto um momento do social, da realidade humana – com foco nas ações de arquivalização, mediação bibliotecária ou informação, musealização, em suma, nas maneiras como

uma sociedade lida com o conhecimento e a cultura, como decide preservar alguns conhecimentos e descartar outros, como decide valorizar alguns, preservar outros, elaborar instrumentos para difundir ou tornar acessíveis determinados conteúdos.

Mais uma vez, deve-se destacar que a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia não se desenvolvem no vácuo, sujeitas apenas a suas dinâmicas internas – elas também são afetadas por questões de natureza epistemológica, social, cultural e política, que atuam diretamente sobre o desenho dos seus objetivos, modos de pensar, aplicações e, sobretudo, o objeto de pesquisa, já que é a teoria que determina o que podemos observar. Ao final, argumenta-se sobre as potencialidades proporcionadas pela criação de um espaço de efetivo diálogo entre as áreas, superando a rigidez das barreiras disciplinares sem ameaçar a autonomia científica de cada uma delas.

Do surgimento dos estudos sobre arquivos, bibliotecas e museus até o século XIX

Antes de existirem a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia como campos de conhecimento, existiram as práticas arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, que acompanham a humanidade desde que o ser humano se tornou um ser de cultura, isto é, capaz de simbologizar (White, 2009) de interpretar o mundo e de produzir registros materiais dessas ações em qualquer tipo de suporte físico (Kuper, 2002). Com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, surgiram os primeiros espaços específicos voltados para a guarda e a preservação de acervos documentais. No Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, existiram vários arquivos, bibliotecas e museus, relacionados com os mais diversos fins – religiosos, políticos, econômicos, artísticos, jurídicos etc.

Nestas instituições, ao longo dos séculos, foram se desenvolvendo diversos conhecimentos técnicos e práticos. Um conhecimento propriamente teórico e sistematizado apareceu no período imediatamente posterior ao Renascimento, com a publicação dos primeiros tratados relativos a estas instituições (*Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi*, de Samuel Quiccheberg, de 1535; *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naudé, de 1627; e *De re diplomática*, de Jean Mabbilon, de 1681). Nesta época, renasceu o interesse pela produção humana, pelas obras artísticas, filosóficas e científicas – tanto as da Antiguidade Greco-Romana como aquelas que se desenvolviam no próprio momento. Salientou-se, assim, o interesse pelo culto das obras, pela sua guarda, sua preservação. Entre os séculos XV e XVII foram publicados diversos tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características. A produção cultural humana, compreendida como um "tesouro" que precisaria ser devidamente preservado, tornou-se objeto de uma visão patrimonialista (o conjunto da produção intelectual e estética humana, a ser

guardado e repassado para as gerações futuras). O interesse centrou-se no conteúdo dos acervos, sendo que arquivos, bibliotecas e museus eram vistos como instituições a serviço dos campos de estudo da literatura, das artes, da história e das ciências. Não se construíram, neste momento, conhecimentos arquivísticos, biblioteconômicos ou museológicos consistentes (para além de algumas regras operativas muito próximas do senso comum), mas apenas conhecimentos artísticos, literários, filosóficos ou históricos sobre os conteúdos guardados nestas instituições.

Após a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, verificou-se uma profunda transformação em todas as dimensões da vida humana (na política, na economia, no direito) e, dessa forma, também os arquivos, as bibliotecas e os museus foram transformados. Surgiram os conceitos modernos de "Arquivo Nacional", "Biblioteca Nacional", "Museu Nacional", que têm no caráter público sua marca distintiva e como instituições paradigmáticas os Archives Nationales de França (1790), o Museé du Louvre (1793) e a Library of Congress nos Estados Unidos (1800). Formaram-se as grandes coleções, com amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes, voltados essencialmente para regras de administração das rotinas destas instituições e, seguindo a tradição anterior, para conhecimentos gerais em humanidades.

Um terceiro momento da construção dos conhecimentos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos ocorreu no século XIX, exatamente no período da consolidação da ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade. Nesse momento, foram publicados diversos manuais que buscaram estabelecer o projeto de constituição científica da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia. O modelo de ciência, então dominante, oriundo das ciências exatas e naturais, voltado para a busca de regularidades, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos, se expande para as ciências sociais e humanas através do positivismo. Esse é o modelo que inspirou as pioneiras conformações científicas das três áreas, que privilegiou os procedimentos técnicos de intervenção: as estratégias de inventariação, catalogação, descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais de arquivos, bibliotecas e museus. Arquivologia, biblioteconomia e museologia tornaram-se as ciências voltadas para o desenvolvimento das técnicas de tratamento dos acervos que custodiam. Ao mesmo tempo, o movimento de consolidação positivista destas áreas de conhecimento promoveu sua autonomização de outras áreas das quais eram apenas campos auxiliares (como as artes, a história, a literatura). São exemplares desse momento as obras *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*, de autoria de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, publicado em 1898; *A classification and subject index, for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library*, de

Melvil Dewey, publicada em 1876; *Aufbau der niederländischen Kunstgeschichte und Museologie*, de Georg Rathgeber, de 1839; e *Praxis der Naturgeschichte*, de Phillip Leopold Martin, publicada em 1869.

Os três movimentos destacados se somam. A perspectiva patrimonialista voltou-se para os "tesouros" que deveriam ser custodiados, ressaltando a importância da produção simbólica humana. Ainda que preservado em parte o sincretismo verificado nos séculos anteriores, há já alguma distinção entre arquivos, bibliotecas e museus. A entrada na modernidade enfatizou as especificidades das instituições arquivos, bibliotecas e museus, que deveriam ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia. E a fundamentação positivista priorizou as técnicas particulares de cada instituição a serem utilizadas para o correto tratamento do material custodiado. Constituem-se assim, nos finais do século XIX e início do século XX, os elementos que marcam a consolidação de um determinado modelo para as três áreas.

[...]

Estudos sobre arquivos, bibliotecas e museus no século XXI

Os avanços mais recentes nos campos da arquivologia, biblioteconomia e museologia têm buscado agregar as várias contribuições das últimas décadas. Novos tipos de instituições, serviços e ações executadas no âmbito extrainstitucional conferiram maior dinamismo aos campos, que passaram a se preocupar mais com os fluxos e a circulação dos conhecimentos e da informação.

Buscando superar os modelos voltados apenas para a ação das instituições junto ao público, ou para os usos e apropriações que o público faz dos acervos, surgiram modelos voltados para a interação e a mediação, contemplando as ações reciprocamente referenciadas destes atores. Modelos sistêmicos também apareceram na tentativa de integrar ações, acervos ou serviços antes contemplados isoladamente. A própria ideia de acervo, ou coleção, foi problematizada, na esteira de questionamentos sobre o objeto de estudo das três áreas. Somado a tudo isso, desenvolveram-se as tecnologias digitais com um impacto muito mais profundo, reconfigurando tanto o fazer quanto a teorização destes três campos.

Na arquivologia, na década de 1960, houve uma maior teorização sobre o objeto do campo e uma ampliação de seus domínios (como os arquivos administrativos, os arquivos privados e de empresas); e ainda o surgimento de campos novos (os arquivos sonoros, visuais e o uso do microfilme). Outra inovação é a arquivística integrada, que surgiu no começo dos anos 1980 com a busca de uma síntese dos ***records management*** e da ***archives administration***, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da arquivologia, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada. Outras temáticas contemporâneas são as que relacionam os arquivos com as atividades de registro da história oral, e o campo dos arquivos pessoais e familiares (Cox, 2008).

Estudos recentes também têm destacado a necessidade de se estudar os arquivos como construções sociais, propondo-se que a arquivologia deveria acabar com a tradicional fissura entre a lógica do arquivo e a sociedade no qual ele se insere (Thomassen, 2006; Delgado Gómez, Cruz Mundet, 2010). Nessa mesma perspectiva, cada vez mais vêm sendo desenvolvidos estudos vinculando as questões arquivísticas às questões de construção de identidade por meio da memória no plano conceitual (Cook, 2013; Jacobsen, Punzalan, Hedstrom, 2013), ou em estudos relativos a identidades étnicas (Daniel, 2013) e de determinados grupos sociais (Caron, Kellerhals, 2013).

Dentro das abordagens contemporâneas em biblioteconomia, destacam-se três grandes tendências que, embora possam ser separadamente identificadas, possuem vários elementos em comum. A primeira delas é a da mediação da informação, que se expressa numa alteração estrutural do conceito de biblioteca, sendo esta considerada menos como uma coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados, e mais como assembleia de usuários da informação (Fonseca, 1992). Assim, a ideia de mediação enfatiza menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca (Almeida Jr., 2009). A segunda vertente se construiu a partir do conceito de competência informacional, surgido em 1974, voltado para a identificação e a promoção de habilidades informacionais dos sujeitos, que não são mais entendidos apenas como usuários portadores de necessidades informacionais (Campello, 2003). Por fim, a terceira vertente é a dos estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição (Rowley, 2002). Exemplos de aplicações desta perspectiva são, por exemplo, estudos de uso de hashtags do twitter (Chang, Iyer, 2012) ou de sistemas sociais de descoberta (Spiteri, Tarulli, 2012) para a construção de catálogos de bibliotecas. Nessa mesma linha, Lankes (2011) propõe uma nova biblioteconomia, na qual o papel dos bibliotecários seria ajudar no progresso das sociedades facilitando a produção de conhecimentos nas várias comunidades. Essa mudança na questão da mediação da biblioteca também vendo sendo compreendida a partir do conceito de esfera pública (Ventura, 2002) ou de makerspaces (Alonso Arévalo, 2018), como local a proporcionar condições de envolvimento e participação por meio do acesso à informação.

Na museologia, merece destaque o desenvolvimento dos ecomuseus e da chamada nova museologia. Conforme Davis (1999), o conceito de ecomuseu surgiu no começo do século XX, sob o impacto das ideias ambientalistas, de conceitos relativos à ecologia e ecossistemas, com a criação dos museus ao ar livre, que, numa perspectiva ampliada de museu, incorporavam sítios geológicos ou naturais ao seu acervo. Um outro sentido para o termo foi dado, a partir das ideias de Rivière, Hugues de Varine e Bazin, que propôs repensar o significado da própria instituição museu. Nessa visão, os museus deveriam envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio. Tal noção propõe que a museologia passe a estudar a relação das pessoas com o patrimônio cultural e que o museu seja entendido como instrumento e agente de transformação social – o que significa ir além das suas funções tradicionais

de identificação, conservação e educação, em direção à inserção da sua ação nos meios humano e físico, integrando as populações. Soma-se a isso a recente ênfase nos estudos sobre a musealização do patrimônio imaterial. Alargando seus horizontes dessa forma, a museologia se desloca da ênfase nos objetos para a dimensão imaterial, da ação humana e dos sentidos construídos. A diversidade cultural, além disso, vem se constituindo como um dos principais valores museológicos, experimentada e proporcionada pela expografia (Purkis, 2013) e pela representação de minorias étnicas nos museus (Kim, 2011). Por fim, o fenômeno contemporâneo dos museus virtuais representa uma dimensão com variados desdobramentos práticos e teóricos. Para Deloche (2002), a chegada da tecnologia digital à realidade dos museus acarreta a reformulação da própria concepção de instituição museal. Nesse sentido, têm sido desenvolvidos estudos numa área específica denominada museum informatics, que trata das interações sociotécnicas (entre as pessoas, a informação e a tecnologia) nos espaços museais (Marty, Jones, 2008). Aliada à discussão do patrimônio imaterial, também tal dimensão relaciona-se ao que vem sendo conhecido como patrimônio cultural digital (Zorich, 2010), com o uso de tecnologias digitais na descrição dos objetos expostos a partir de metodologias centradas nas experiências dos públicos e na utilização de dispositivos móveis (Saffle, 2013) e para a promoção de acessibilidade por meio de tecnologias digitais (Lisney ***et al.***, 2013; Linzer, 2013).

Fonte: ARAÚJO, C. A. Á. Por uma história intelectual da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia desde uma perspectiva transversal. **Informatio**: Revista Del Instituto De Información De La Facultad De Información Y Comunicación, Montevideo. v.25, n. 1, p. 4-29, 2020. Disponível em: https://informatio.fic.edu.uy/index.php/informatio/article/view/251/245. Acesso em: 1 set. 2023.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu:

- O conceito de museu é atualizado desde 2022 e implica a ação social em favor da sociedade.
- A pesquisa, a interpretação e o compartilhamento do conhecimento são pontos em comum do museu com a Ciência da Informação.
- A história dos museus e das coleções é parte da construção evolutiva da informação.
- Na trajetória dos museus, ao longo do tempo, as referências informacionais e metodológicas foram compartilhadas da CI.
- Museu e Museologia são conceitos ligados às identidades, às memórias individuais e coletivas, representadas no patrimônio preservado e estudado nos museus.
- A ética profissional do museólogo exige postura reflexiva, elevação do seu nível de consciência social e cultural, como protagonista e responsável por lutas e direitos.
- A Museologia e a criação dos museus, com a evolução de seus estudos enquanto áreas formativas e científicas, vêm contribuindo para o reconhecimento entre as culturas e para o respeito à diversidade cultural.
- A documentação surgida no contexto do século XIX, e encabeçada por Paul Otlet, possibilitou a pluralidade do termo documento.
- A documentação museológica serviu como eixo informacional dos documentos do museu no sentido administrativo, curatorial e documental.
- São três os tempos informacionais aceitos pela CI nos museus, arquivos e bibliotecas: o gerenciar informações, de informar e relacionar com o conhecimento e, o interativo.
- A documentação museológica opera nas dimensões intrínseca e extrínseca.
- A interdisciplinaridade coloca a Museologia na CI.
- Os autores da Museologia não têm concordância frente ao entendimento dos elementos necessários para a documentação do objeto. As variantes são a confiabilidade, a flexibilidade, a economia, a fidelidade, a testemunhalidade, a autenticidade e a historicidade.

- Fato museal é o objeto de estudo da Museologia.

- Informação científica e interdisciplinaridade são os pontos em comum das áreas da Ciência da Informação.

- A segurança da informação a partir do cuidado com os acervos é uma preocupação da CI para museus, bibliotecas e arquivos.

AUTOATIVIDADE

1 Museologia e museus, ao mesmo tempo que têm uma relação inseparável, não são considerados sinônimos. No entendimento recente sobre museus e Museologia há especificidades que separam as definições. Com base no exposto, analise as afirmativas a seguir:

I- Museu é uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, que transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio ambiente, com fins de educação, estudos e deleite,

POR QUE

II – A Museologia engloba todos os tipos e formas de museus, bem como todos os aspectos sob os quais o museu pode ser percebido.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) As afirmativas I e II são verdadeiras, entretanto, II não é justificativa de I.
b) ( ) As afirmativa I e II são verdadeiras, e a II explica a afirmação de I.
c) ( ) A afirmativa I é verdadeira, mas a afirmação II é falsa.
d) ( ) A afirmativa I é falsa enquanto a afirmativa II é verdadeira.

2 Os museus possuem vários atributos de funções, práticas e representações. Dentre elas há algumas que possibilitam a adequação institucional no escopo da Ciência da Informação. Assinale a resposta correta para os itens que inserem os museus nas perspectivas da CI:

a) ( ) A pesquisa, a interpretação e a produção de conhecimentos.
b) ( ) A conservação, a documentação e as exposições.
c) ( ) A informação, a interdisciplinaridade e os objetos.
d) ( ) A documentação, os objetos e a comunicação.

3 O campo de estudos da CI abarca elementos relacionados com a produção, organização, difusão e uso de informações. Nessa perspectiva, os museus se inserem na caracterização de alguns eixos informacionais.

Associe os itens a seguir, utilizando os códigos dos eixos informacionais dos museus:

I- Administrativo.
II- Curatorial.
III- Documental.

( ) Contempla o conjunto de documentos que regem a estrutura do museu em suas funções e atribuições.
( ) Relacionada com o controle do acervo, sua gestão informacional estabelecida em critérios técnicos de numeração, catalogação, indexação, marcação etc.
( ) Investe na difusão informacional das peças por meio de publicações, catálogos, meios de comunicação do museu e seus públicos.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) I – III – II.
b) ( ) III – II – I.
c) ( ) II – I – III.
d) ( ) I – II – III.

4 A Ciência da Informação entre as quais a Museologia se enquadra, desenvolveu-se em três tempos distintos. O primeiro tempo preocupava-se em apenas gerenciar informações. No decorrer dos anos 1980/1990, a informação assume o status de ampliar sua difusão.

Assinale a alternativa correta para a ação museológica que condiz com o desenvolvimento da web e disponibilidade informacional do museu na internet.

a) ( ) A documentação museológica.
b) ( ) A preservação dos acervos.
c) ( ) A interdisciplinaridade.
d) ( ) A pesquisa.

5 Desde a origem mítica dos museus, foram formuladas diversas definições para o conceito de museu. Nessa composição do campo museológico, esses espaços se encaixam em várias afirmativas de avanços e recuos da Museologia como ciência e como disciplina. Analise as afirmações a seguir e assinale Verdadeiro ou Falso:

( ) A principal preocupação dos museus e da Museologia na atualidade está centrada na gestão das coleções.
( ) A importância da compreensão da historicidade do objeto museológico possibilita entender que ela é autêntica, dando maior valor social para o museu.
( ) A Museologia no tempo presente se ocupa em integrar a sociedade, o museu e os objetos testemunhos do passado, no que chamamos fato museal.
( ) O campo museológico brasileiro institui a relevância do olhar interdisciplinar nas suas atividades, porém para ser considerado museólogo é preciso estar adequado a critérios específicos.

Assinale a alternativa correta:

a) ( ) F – F – V – V.

b) ( ) V – F – V – F.

c) ( ) F – V – V – F.

d) ( ) V – V – F – V.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. B. F. de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 160 f. Brasília, DF, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília; Faculdade de Ciência da Informação (FCI), 2012.

ALMEIDA, M. A. Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a CI a partir das Ciências Sociais. ***In***: LARA, M. L.; FUGINO, A.; NORONHA, D. (Orgs.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Véctar, 2007. p. 99-122.

ARAÚJO, C. A. V. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 16, n. 31, 2011, p. 110-130. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14718352007. Acesso em: 31 ago. 2023.

ARAÚJO, C. A. V. Epistemologia da arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2013.

ARAÚJO, C. A. V. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informaçã**o: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos/São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Arquivos e conceitos**: órgãos de documentação. Porto Alegre, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9578**: Arquivos. Rio de Janeiro, set. 1986.

BARROS, P. Informação e cultura para a cidadania: um desafio para as bibliotecas públicas. ***In***: BARROS, P. **A biblioteca pública e sua contribuição social para a educação do cidadão**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 151-164.

BOTTENTUIT, A; CASTRO, C. **Movimento fundador da biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 2000.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 20.673, de 17 de novembro de 1931**. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. 1931.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 48.936, de 14 de setembro de 1960**. Cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar os problemas de arquivo no Brasil e sua Transferência para Brasília. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de setembro de 1960.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 50.614, de 18 de maio de 1961**. Altera o Decreto n° 48.936, de 14 de setembro de 1960, que criou um Grupo de Trabalho incumbido do estudo dos problemas do arquivo no Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de maio de 1961.

BRASIL. Presidência da República. **Lei N° 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 jun. 1962.

BRASIL. **Lei n. 7.287, de 18 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 dez. 1984.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de julho de 1978.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001**. Retifica o Parecer CNE/CES n. 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. 2001b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.073, de janeiro de 2002a**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de janeiro de 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 15 jan. 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objeto, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BRITTO, C. C. Os museus e o campo da informação. *In*. BRITTO, C. C (org.)**. Os museus e o campo da informação**: processos museais, museologia e Ciência da informação**.** São Paulo: Abecin Editora, 2023. p. 9-30.

BRUNO, M. C. O. A pedagogia museológica e a expansão do campo científico da museologia. *In*: SIMPOSIO INTERNACIONAL DEL ICOFOM, 36., 2014, Paris. **Anais** [...]. Paris. ICOFOM, 2014. p. 1-5. Disponível em: https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-2_cristina-bruno_museologia_questoes-centrais.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRUNO, M. C. O. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 25, p. 5-20, 2006.

CALDERON, W. R**. O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

COOK, T. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais**: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Estudos Históricos, v. 21, p. 129-149, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB. **Resolução CFB nº 042, de 11 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. Brasília, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB. **Resolução CFB nº 207, de 9 de novembro de 2018**. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Brasília, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM. **Resolução COFEM nº 63, de 28 de agosto de 2021**. Aprova o Código de Ética do Profissional Museólogo e revoga o Código de 1992. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.corem3.org.br/codigo-de-etica. Acesso em: 31 ago. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **O SINAR**. Brasília: Ministério da Justiça, 2018.

CORTÊ, A. R. Primeira gestão (1966/1969): Laura Garcia Moreno Russo – O pioneirismo. *In*: CORTÊ, A. R. ***et al***. **Bibliotecário**: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil – 1965-2015. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. 352 p.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. História da arquivologia no Brasil (1838-2012). **Fuentes**, La Paz, v. 6, n. 21, ago. 2012.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. 4. ed. Madri: Fundación Germán Sánches Ruipérez, 2001.

DAVANSO, A. M.; ZANAGA, M. P. Organização curricular dos cursos de Biblioteconomia brasileiros. ***In***: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., Campinas, 27-28 set., 2011. **Anais** [...] Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2011.

DESVALLÉS, A; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia**. Florianópolis: FCC, 2014.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

DURANTI, L. "Archival Science". *In*: **Encyclopedia of Library and Information Science**. Kent Allen (ed.) New York: Marcel Dekker, 1997.

FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-7, jan./abr., 1979.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES – FEBAB. **Sobre a FEBAB**. 2016.

FERNÁNEZ ROMERO, I. Tabvlarivm: el archivo em época roama. **Anales de documentacíon**, n. 6, p. 59-70, 2003.

FERREIRA, M. L. A. G.; CALDEIRA, P. da T.; BAHIA, M. A.; ARAÚJO, M. E. B. Currículo Mínimo de Biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon**. UFMG, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 92-99, mar. 1977.

FERREIRA, A. B. **Nas "trincheiras" da memória**: um diálogo sobre o papel do arquivista para a preservação da memória no Núcleo de Arte Contemporânea (NAC). 2011. 56 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2011.

FERRAZ, M. N. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da superintendência de bibliotecas públicas de Minas Gerais. **Perspect. Ciência. Informação**. 2014, v.19, n. spe, p. 18-30.

FONSECA, E. N. da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, INL, 1979. 112 p.

FONSECA, E. N. da. Ciência da Informação e prática bibliotecária. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 125-127, jul./dez. 1987.

GOD, A.; DROUGUET, N. **A museologia**: história, evolução e questões atuais. São Paulo: FGV editora, 2019.

GONÇALVES, D. S. N. **A importância da leitura nos anos iniciais escolares**. 2013. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

GUARNIERI, W. R. Museu, museologia, museólogos e formação profissional. **Revista de Museologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1990. p. 7-11.

HERNANDES, F. Museologia como ciencia de la documentacion. ***In***: LÓPEZ YEPES, J. (coord.). **Manual de Ciencia de La Documentacion**. 2. ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006. p. 159-178.

HERNANDES, F. **Manual de museologia**. Madrid: Editorial Sintesis, 1994.

ICA CODE OF ETHICS (Português). Tradução do texto francês: Lia Temporal Malcher; Revisão: Clotilde Marques. S.l., 1996.

ICOM. INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (Brasil). **Código de ética**. 2009. Disponível em: http://www.icom.org.br/? pageid=30. Acesso em: 31 ago. 2023.

ICOM. INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (Brasil). **Nova Definição de Museu.** 2022. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2781. Acesso em: 31 ago. 2023.

KRUG, F. S. A importância da leitura na formação do leitor. **REI**: Revista de Educação do IDEAU, v. 10, n. 22, jul./dez., 2015.

LIMA, E. dos S.; PEDRAZZI, F. K. Formação, atuação, regulamentação e associativismo profissional do arquivista brasileiro. **Revista Sociais e Humanas**, v. 28, n. 1, p. 27–45, 2015.

LORENTE, J. P. **Manual de história de la museologia**. Gijón (Espanha): Editora Trea, 2012.

LOUSADA, M. **A mediação da informação na teoria arquivística**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

MALCHER, L. T. **Apresentação**. ***In***: ICA CODE OF ETHICS (Português). Tradução do texto francês: Lia Temporal Malcher; Revisão: Clotilde Marques. S.l., 1996.

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MARTINS, N. R. **Manual técnico organização de arquivos correntes e intermediários**. Campinas: UFSCAR, 2005.

MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M. Os Cursos de Arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico. ***In***: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., Goiânia, 240, 30 de junho a 4 de julho de 2008. **Anais** [...]. Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, 2008.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORIGI, V. J.; SOUTO, L. R. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan. 2006.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (Brasil). **Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

NASCIMENTO, Rosana. A. D. **O objeto museal, sua historicidade implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do Museu**. Lisboa: Centro de Estudo de Sociomuseologia, 1998. v. 11.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. trajetória histórica do ensino da biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009.

OLIVEIRA, A. K. R. **Museologia e ciência da informação**: distinção entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de "Roupas Brancas". 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, F. H. de. **A formação em arquivologia nas universidades brasileiras**: objetivos comuns e realidades particulares. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PINHEIRO, L. V. R.; GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. (org.). **Interdiscursos da ciência da informação**: arte, museu e imagem. Rio de Janeiro; Brasília: Ibict/DEP/DDI, 2000. 228 p.

PINTO, E. M. **História do ensino de biblioteconomia no Brasil**: da Fundação na Biblioteca Nacional à criação na Universidade de Brasília. 2015. 67 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação. Brasília, DF, 2015.

PORTO, D. M. **História e evolução do Arquivo A exemplaridade da Torre do Tombo**. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências documentais) – Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2013.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

Ribeiro, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Amp. Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 59–73, 2011.

RIGOLI, M.; SICILIANO, M.; FREITAS, Y.; SCHEINER, T. C. M. Museus e museologia: conceitos e relações em retrospectiva. *In*: SCHEINER, T. C. M.; GRANATO, M. (org.). **Museus e museologia na América Latina**: compartilhando ações para a pesquisa, a qualificação profissional e a valorização de estratégias inclusivas. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO, 2020. E-book. p. 322-337.

ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

RUSSO, M. **Fundamentos de biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. (Coleção de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação – Série Didáticos II.1).

SALCEDO, D.; CRUZ, M. B. Biblioteconomia, ciência e filosofia: um debate necessário sobre teoria e prática no campo acadêmico-científico. **Informação & Sociedade**: Estudos. João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 47-58, 2017.

SALCEDO, D.; STANFORD, J. F. S. O incentivo da leitura na biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 27-44, jan./jun. 2016.

SANTA ANNA, J. Relaciones paradigmáticas entre la Archivologia y la Ciencia de la Información: la vivencia práctica de un archivo. **Biblios Journal of Librarianship and Information Science,** Lima, n. 72, 51–66. 2018.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área da biblioteconomia. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 3, n. 6, 1998.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das bibliotecas: da antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SANTOS, R. do R.; DUARTE, E. N.; LIMA, I. F. de. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **RBBD**: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jul. 2014.

SILVA, J. A. **Análise do código de ética profissional do bibliotecário sob o ponto de vista filosófico**. 2006. 55 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2006.

SILVA, D. A. da; ARAÚJO, I. A. **Auxiliar de biblioteca**: técnicas e práticas para formação profissional. 7. ed. Brasília: Thesaurus, 2014.

SMIT, J. W. Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o que agrega essas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1. n. 2, p. 27-36. 2000.

SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; SILVA, A. M. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 4, p. 22-39, 2015.

SOUZA, F. das C. de. **Biblioteconomia no Brasil**: profissão e educação. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários; Biblioteca Universitária da UFSC, 1997.

TANUS, G. F. S. C. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas na modernidade e biblioteconomia protocientífica. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf**., Campinas, v. 13, n. 13, p. 548-560, set./dez., 2015.

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. A. ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, maio/ago., 2013.

ZAMMATARO, A. F. D; MONTEIRO, S. D. O arquivo é monumento? Aproximação epistemológica entre a arquivísticas pós-custodial e o conceito de documento monumento de Jacques Le Goff. *In*. ZAFLON, Z. R. *et al*. (org.). **Percursos de pesquisa em ciência da informação**: produção científica e discussões teóricos-conceituais. São Paulo: Abecin Editora, 2021.

PERSPECTIVAS ATUAIS E TENDÊNCIAS INFORMACIONAIS NO CAMPO DA CI

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- conhecer a documentação, os marcos da área no mundo e o seu início no Brasil;
- analisar a relação interdisciplinar da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação;
- identificar as perspectivas contemporâneas das áreas da informação;
- examinar as tendências científicas da CI.

PLANO DE ESTUDOS

A cada tópico desta unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – MARCOS DA ÁREA DA DOCUMENTAÇÃO
TÓPICO 2 – ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECNOMIA E MUSEOLOGIA: DIÁLOGO COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
TÓPICO 3 – TENDÊNCIAS CIENTÍFICAS NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CHAMADA

Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.

CONFIRA A TRILHA DA UNIDADE 3!

Acesse o
QR Code abaixo:

MARCOS DA ÁREA DA DOCUMENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A Documentação é uma corrente teórica e prática que foi fundada no século XIX e consolidada na Europa, sendo considerada uma das áreas que deu origem à Ciência da Informação. A Biblioteconomia e a Documentação, ao final do século XIX possuíam uma forte relação, seus objetivos eram parecidos, surgiram para suprir as necessidades daquela época e tinham alguns processos e instrumentos em comum, tais como as fichas catalográficas e a Classificação Decimal de Dewey (CDD) (ORTEGA, 2004). Entretanto, os documentalistas buscavam criar seu próprio caminho e evitavam utilizar instrumentos e termos que a Biblioteconomia usava. Além disso, havia dúvidas sobre o relacionamento entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação, pois no início do século XX, diziam que a Documentação surgiu para substituir a Biblioteconomia, e que a Ciência da Informação veio para substituir a Documentação (FONSECA, 1987).

Com o passar do tempo, a divisão entre Biblioteconomia e Documentação se tornou cada vez maior, e atualmente é possível perceber que há fronteiras que delimitam essas três áreas. A **Biblioteconomia** possui seus objetivos ligados à administração e à organização de bibliotecas, à seleção, à aquisição e à organização da informação contida em determinado suporte (livro, e-book, CD-ROM, mapa etc.) (FONSECA, 1987).

Já a **Documentação** se preocupa com a **aquisição, armazenamento, recuperação e disseminação da informação** contida em documentos, enquanto a **Ciência da Informação** é uma disciplina que investiga as **propriedades e o comportamento da informação**, focando nas forças que governam os fluxos e os usos da informação, e nas técnicas de processamento da informação com o objetivo de armazenar, recuperar e disseminar a informação de forma rápida e ideal (BORKO, 1968).

Neste tema de aprendizagem, focaremos na Documentação, seus aspectos fundadores e os marcos dessa área que estuda os fundamentos e métodos relacionados ao conjunto de técnicas de organização da informação.

2 O SURGIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Para Ortega (2004), a Documentação esteve unida à Biblioteconomia desde o século XV até meados do século XIX. Essa ruptura se deu quando Henrique La Fontaine e Paul Otlet desenvolveram a preocupação com a informação documentada. Segundo a

autora, Otlet e La Fontaine criaram as bases de uma grande bibliografia universal a partir da obra "Tratado de Documentação", de 1934. Para criar a bibliografia universal contaram com a utilização de catálogos de bibliotecas e escolheram o Sistema Decimal de Dewey para realizar a classificação desses documentos.

Essa obra pode ser entendida como inauguradora da trilogia aportada nas atividades de organização e recuperação da informação bibliográfica, arquivística e museológica, cujo objetivo foi de organizar e a indexar o extenso volume de conhecimentos registrados. Sobre Otlet e La Fontaine e sua obra "Tratado de Documentação", Cristina Ortega (2004) explicou que foram os mentores do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), criado em 1895 na Bélgica, e do Repertório Bibliográfico Universal (RBU), cujo projeto foi proposto no mesmo ano e chegou a ter 16 milhões de fichas, em 1934. O sonho de Otlet era o de oferecer um índice de assuntos por meio do RBU que permitiria ir (por assunto) ao coração do conhecimento. Esse sonho relacionava-se à ideia de que o acesso ao conhecimento por todos os povos levaria a uma maior compreensão da concepção de alteridade, no sentido do conhecimento das diferenças, o que possibilitaria a paz mundial.

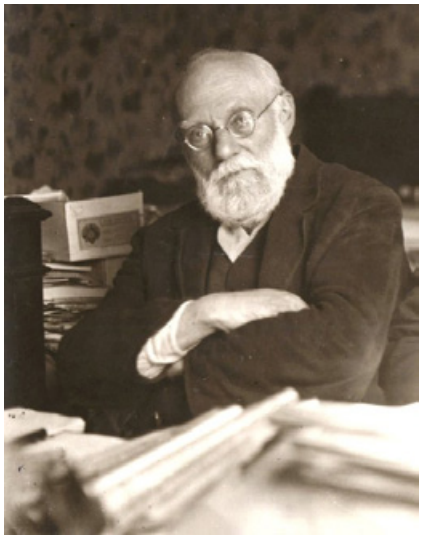
A palavra "Documentação" foi criada, segundo a autora, por Paul Otlet com o sentido de:

> [...] processos de fornecimento de documentos ou referências dos mesmos àqueles que precisam da informação que eles contêm, e refere-se a um corpo de conhecimento denominado ciências bibliográficas definidas como: produção, fabricação de material, distribuição, registro, estatística, conservação e utilização, por esta razão incluindo compilação, impressão, publicação, venda, bibliografia e biblioteconomia (ORTEGA, 2004, p. 6).

O relevante nessa história é que Paul Otlet e Henrique La Fontaine não consideraram como documentos, somente os livros e os manuscritos, mas também "arquivos, mapas, esquemas, ideogramas, diagramas, desenhos e reproduções, fotografias de objetos reais, entre outros" (OTLET, 1903 ***apud*** WOLEDGE, 1983).

Desde então, Otlet foi aos poucos abandonando a ideia de bibliografia para seguir a Ciência da Documentação e da Informação como veículos que tornam acessíveis produções informacionais, e que apresentavam necessidades metodológicas distintas da Biblioteconomia. Neste argumento, a Documentação deveria vir acompanhando o documento em toda sua cadeia informacional, ou seja, da sua produção até a recepção do leitor.

FIGURA 1 – PAUL OTLET



Fonte: https://estebanromero.com/transformacion-digital/internet/paul-otlet-y-el-mundaneum-un-archivo--para-organizar-el-mundo/. Acesso em: 28 jan. 2024.

Henri La Fontaine (1854–1943) e Paul Otlet buscaram elaborar ações que fundamentassem suas pretensões e, para isso, realizaram negociações políticas e corporativas. Dessa forma, o primeiro passo para o desenvolvimento da Documentação foi a criação, em 1895, do **Instituto Internacional de Bibliografia** (IIB), que passou a se chamar Federação Internacional de Documentação (FID), no ano de 1935, em Bruxelas, para realizar o gerenciamento do Repertório Bibliográfico Universal (RBU) (SILVA; FREIRE, 2012).

O IIB foi fundado durante a realização da I Conferência Internacional de Bibliografia, com o propósito de estudar questões ligadas à bibliografia em geral, em especial, para a elaboração do RBU. Dessa forma, o Instituto visava tornar acessíveis os registros de conhecimentos humanos já produzidos em quaisquer que fossem os países ou idiomas. Para isso, se baseava na representação dos documentos em fichas catalográficas (tamanho padrão de 7,5 cm x 12,5 cm). Estas fichas constituíam o RBU, cujo intento era ser um inventário do conhecimento. A criação do Repertório Bibliográfico Universal (RBU) nasceu de um desejo de Paul Otlet e Henri La Fontaine de elaborar uma compilação que abarcasse todo o conhecimento produzido no mundo. O RBU visava disseminar o conteúdo dos acervos de várias instituições mundiais buscando facilitar o acesso e o uso desses materiais (ARAÚJO, 2010).

Dessa forma, a ideia do RBU era unir em um só catálogo a produção intelectual humana produzida e que ainda iria ser realizada, por intermédio de constante atualização. Para tanto, seria realizada uma enorme cooperação internacional entre diversas instituições, dentre elas, bibliotecas, arquivos, museus, universidades, centros de comunicação, e outras.

Por conseguinte, a vontade de padronização universal de técnicas e representação adotadas levou à criação de um esquema internacional para a classificação de documentos em bibliotecas – **ou seja, a Classificação Decimal de Dewey (CDD)**. Esse Sistema de Classificação de documentos se constitui de dez classes que se subdividem em subclasses em uma hierarquia decimal, visando abranger todo o conhecimento humano.

Podemos afirmar que Paul Otlet foi **visionário ao ampliar o conceito de documento e dar a ele a metodologia da documentação**, como um conjunto de ações desenvolvidas, visando organizar e disseminar a informação, oriunda do "esforço para tratar os mais diferentes tipos de suportes de informação e seus diferentes meios de apresentação, tornando-os disponíveis para uso" (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2018, p. 64).

NOTA

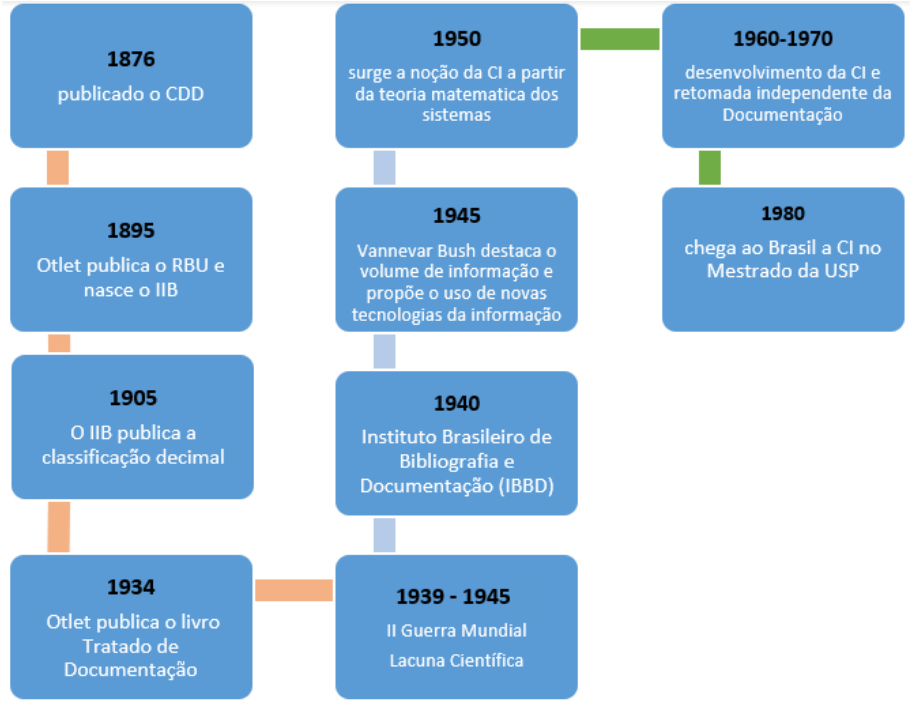
Segundo Juliana Monteiro (2014), em 1937, durante a Conferência Universal de Documentação, Otlet apresentou uma descrição do termo Documentação como constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes: o autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual. Para Otlet, a Documentação acompanha o documento desde o instante em que ele surge "da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor" (MONTEIRO, 2014, p. 25).

No período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a ciência como um todo e a Documentação, em especial, sofreram enfraquecimentos no processamento de ações. O mundo estava pouco propício às atividades de divulgação e cooperação internacional pela divisão dos blocos antagônicos político-militares que deflagraram a Guerra. Entretanto, os esforços otletianos não se perderam, retornando a serem evidenciados nas décadas de 1960-1970, nos Estados Unidos, quando o campo científico e seus intelectuais mediadores (GOMES; HANSEN 2016) formaram o Comitê de Ciências da Informação e da Comunicação (ORTEGA, 2004).

Vale destacar em uma análise rasa que a Ciência da Informação (CI) teve sua origem atribuída aos anos 1800, e ao longo dos anos, vários fatores contribuíram para o seu desenvolvimento, que se deu através de "um conjunto de atributos técnicos, científicos e históricos que compõem suas marcas identitárias [...] sendo marcada por características identitárias e históricas diversas que variam de acordo com necessidades globais e nacionais" (SILVA; FREIRE, 2012, p. 26).

Acompanhe, a seguir, a linha de tempo destacará os principais acontecimentos relacionados com o surgimento da Documentação e da Ciência da Informação.

FIGURA 2 – LINHA DE TEMPO DA DOCUMENTAÇÃO E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO


1876
publicado o CDD
1895
Otlet publica o RBU e nasce o IIB
1905
O IIB publica a classificação decimal
1934
Otlet publica o livro Tratado de Documentação
1939 - 1945
II Guerra Mundial
Lacuna Científica
1940
Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)
1945
Vannevar Bush destaca o volume de informação e propõe o uso de novas tecnologias da informação
1950
surge a noção da CI a partir da teoria matematica dos sistemas
1960-1970
desenvolvimento da CI e retomada independente da Documentação
1980
chega ao Brasil a CI no Mestrado da USP

Fonte: as autoras.

NOTA

O termo **documento** deriva do latim *doceo* e *metum*, que designam, respectivamente, ensinar e testemunhar. Assim, o significado denota, ao mesmo tempo, transmissão de conhecimento e instrumento de prova.
No século XIX, contudo, Paul Otlet, ao procurar delimitar o objeto de estudo da Documentação, ampliou o conceito de documento ao defini-lo como uma **coisa informativa**. O documento passa a ser compreendido como a representação da realidade de forma literária (o livro, a escrita, o texto, o objeto) e gráfica (o ícone e a imagem). Além disso, há diversas possibilidades de combinações de formas de apresentação do documento, tais como realidade (reália), imagem (ícone), escrita (livro) e representação de uma representação da realidade (desenho, foto, gravura, peças). Essas possibilidades de combinações dão condições à compreensão do conceito de documento no contexto das tecnologias digitais caracterizado pela presença da multimídia (OTLET, 1934).

Ortega (2004) assegura que a Documentação surgiu na Bélgica, contudo, a partir da situação da retomada desse tema no pós-guerra pelos Estado Unidos e o surgimento da demanda urgente por processos que atendessem à grande quantidade de informação circulante, a autora afirma a ocorrência de duas correntes na reconstrução da Documentação.

- Corrente da Documentação estadunidense.
- Corrente da Documentação europeia.

A corrente dos Estados Unidos "foi rapidamente substituída pela Biblioteconomia Especializada e, em seguida, pela área conhecida como *Information Retrieval*" (ORTEGA, 2004, p. 29). "A maciça imigração de pensadores para os EUA, fugidos da II Guerra e o crescimento exponencial da produção e uso de documentos oportunizaram desenvolvimento dos **sistemas automáticos de armazenamento e recuperação da informação**, em especial os de recuperação por assuntos" (WILLIAM, 1997 ***apud*** SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 49-50). Para a pesquisadora Ortega essa corrente se desenvolveu com denominação de **Ciência da Informação**, recebendo adesões em diferentes lugares.

Por sua vez, a corrente europeia recebeu atenção e impulso nos países como Espanha, Portugal, França, Alemanha e antiga URSS, se consolidando no século XX, como: "capacidade de sustentar teórica e metodologicamente o trato com a informação bibliográfica, arquivística e museológica, sob a denominação genérica de 'processos documentários" (ORTEGA, 2004, p. 30). Isso demonstra uma concepção mais funcionalista da corrente europeia, buscando analisar aspectos mais sociais das três áreas.

Ortega (2009, p. 67) informou que:

> Lasso de La Vega foi o espanhol que mais escreveu sobre documentação em obras publicadas entre 1947 e 1980, além de ter atuado na Espanha na Implementação do CDU, na propagação do conceito de Documentação e na sua aplicação em campos de saber como o Direito. [...] A produção científica na Espanha se deu efetivamente a partir dos anos 1970.

Cristina Ortega (2004, p. 8) escreve ainda que: "para Estivals (1978, p. 30 ***apud*** LÓPEZ YEPES, 1995, p. 77), a obra de Otlet foi esquecida entre 1940 e 1965, época em que foi significativamente retomada na Europa". A autora comenta que na França especificamente, a retomada da Documentação se deu pelas mãos de Robert Escarpit, Jean Meyriat e Roland Barthes, entre outros que formaram o **Comitê de Ciências da Informação e da Comunicação, em 1975**. A autora comenta ainda que, a CI na França, é uma combinação das Ciências Humanas e Sociais, preocupada com os contextos "sociais e culturais variados, contudo, voltado para objetos que têm permanência no tempo e, como decorrência, para as operações que realizem sua análise, produção e acessibilidade" (ORTEGA, 2009, p. 11).

E o Brasil nisso tudo? Ortega (2009) coloca o Brasil na onda da Documentação a partir dos anos 1940 do século XX. Com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), esse grupo aproximou-se da corrente estadunidense, levando a Documentação para a tendência da Ciência da Informação. Isso ocorreu primordialmente na área do ensino na Universidade de São Paulo (USP). A autora assenta que:

> Sobre os termos Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação apontando os usos e desusos do termo Documentação no Brasil, está hoje em geral atrelado à Biblioteconomia Especializada nas diversas áreas do conhecimento. [...]. Há necessidade de termos próprios – como Documentação e documentalistas – para indicar práticas bibliotecárias de promoção de acesso à informação. Considerando a pertinência desta observação, uma vez que a dispersão profissional não foi fator de avanço, ressaltamos a necessidade do conhecimento de nossa história, para que novas rupturas não sejam continuamente realizadas (ORTEGA, 2009, p. 20).

Isso equivale dizer que a Documentação no Brasil (e em outros lugares), se caracterizou a contar dos **aspectos profissionais e acadêmicos**, cuja cientificidade foi desdobrada da reconfiguração de várias outras disciplinas e práticas. A Documentação como prática científica é a primeira ação de exploração rigorosa do documento que permite levar informação ao usuário. A Documentação não está preocupada em saber **como essa informação foi composta** e elaborada, a sua natureza. Segundo o que apregoou Otlet em sua concepção de informação e documento, **a documentação reforça a informação**.

Na concepção explicada por Ortega (2009, p. 29):

> Abordamos a Documentação como corrente que contribui para a consolidação epistemológica da Ciência da Informação. A validade desta corrente evidencia-se por sua potencialidade para superar as abordagens restritivas atribuídas à Biblioteconomia e os contínuos e circulares embates sobre o objeto da Ciência da Informação.

No seu percurso histórico, de ascensão, queda e retomada, a Documentação passou por variadas perspectivas teóricas e terminológicas. Na figura a seguir, sintetizamos alguns pensadores que contribuíram com a aproximação da Biblioteconomia, Documentação, Recuperação da Informação e de outras áreas do conhecimento. É válido comentar que a partir de Paul Otlet essas perspectivas se alastraram pelo mundo.

NOTA

Um importante marco foi a criação do American Documentation Institute (ADI), em 1932, visando aglutinar profissionais e instituições preocupados com questões de tratamento e recuperação da informação. A análise da informação, centrada no conteúdo (corrente da Europa) e na tecnologia (corrente dos EUA), correspondeu à essência da evolução dos processos documentais que resultaram na emergência da Documentação (SOUZA, 2015).

FIGURA 3 – CIENTISTAS LIGADOS À TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DOCUMENTAÇÃO

FONTAINE
PAUL OTLET
Livro Tratado de Documentação - o rganização prática. RBU. Criou a ideia de que o documento é diverso.
SUZANNE BRIET
Foi aluna de Otlet. Para ela documentação éreconhecer e transformar algo em documento. Definiu documentos primários e secundários pela documentação.
JEAN MEYRIAT
O usuário é capaz de reconhecer informação, basta compreender a mensagem dada pela documentação.
TEFKO SARACEVIC
A documentação serve para recuperar informação. A recuperação da informação é analisada como influência no desenvolvimento da CI e da indústria da informação.
MICHEL BUCKLAND
Tudo pode ser informação - coisa que difere apenas nas caracteristicas físicas. e por isso não são processadas pela documentação da mesma forma nos sistemas de informação.
VANNEVAR BUSH
Engenheiro do MIT, a documentação serve ao desenvolvimento de sistemas de computação analógicos e digitais.Ganhou notoriedade por ter proposto um dispositivo chamado Memex.

Fonte: adaptada de Lund, Sanches Neto, Rodrigues e Fonseca (2022).

Retornando às reflexões sobre a Documentação no Brasil, conforme Silva e Rodrigues (2016), a Documentação é iniciada em diversas frentes no Brasil com a inserção da adoção da CDD e CDU visando à organização dos acervos, das bibliografias e dos catálogos dentro dos parâmetros ditados pelo Instituto Internacional de Bibliografia (IIB).

Alguns intelectuais brasileiros começaram a utilizar alguns materiais produzidos pelos belgas, entre eles, Juliano Moreira, que utilizou a CDU no Annaes da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia; Oswaldo Cruz, que utilizou esse sistema de classificação em Manguinhos, e Mário Alencar, que adotou a CDU para classificar o acervo da Câmara dos Deputados (SILVA; RODRIGUES, 2016).

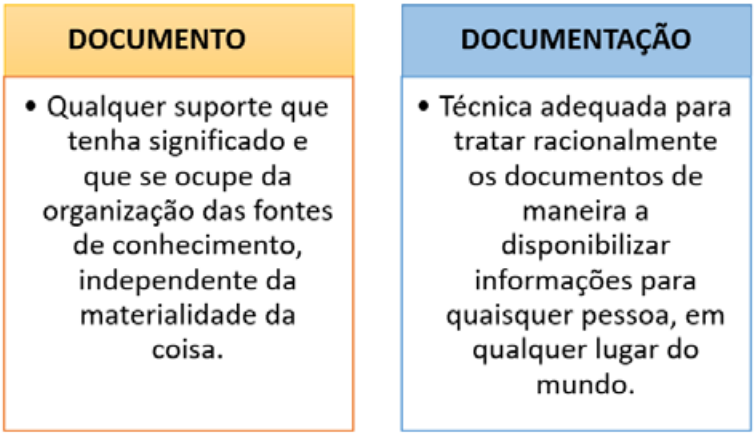
Na época, a capital do Brasil era o Rio de Janeiro, que abrigava os três poderes, sendo o legislativo a Câmara Federal e Estadual dos Deputados. Na Biblioteconomia, a Bibliografia é uma disciplina considerada elemento-chave para a organização do conhecimento produzido, com importante contribuição sobre livros. A Biblioteca Nacional, inclusive, em 1911, criou o Serviço de Bibliografia e Documentação em parceria com o IIB, visando à criação de um Repertório Nacional Brasileiro com base nas fichas catalográficas e na utilização da CDU (ORTEGA, 2004; SILVA; RODRIGUES, 2016).

A criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), se deu em 1954, como um órgão de criação e acumulação de informações bibliográficas, era considerado um dos percursos iniciais da Documentação e da Ciência da informação no Brasil. Como uma das atividades iniciais, o Instituto promoveu a realização de cursos de "documentação científica", que possibilitou a bibliotecários de diversos lugares do país o aprendizado sobre os serviços de "informação científica" baseados em sofisticadas técnicas de documentação (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2018).

DICA

Vinicius Souza de Menezes (2023) nos remete a uma importante reflexão a respeito da relação de colonialidade surgida com a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e a Documentação (BDCI). Segundo o autor, o surgimento da BDCI foi influenciado por um pensamento colonialista científico, especialmente no que o pesquisador apresenta como "territórios do saber" nos temas dos campos do BDCI. Acesse: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92665.

FIGURA 4 – OTLET RECOMENDA: NÃO CONFUNDA!


DOCUMENTO
• Qualquer suporte que tenha significado e que se ocupe da organização das fontes de conhecimento, independente da materialidade da coisa.
DOCUMENTAÇÃO
• Técnica adequada para tratar racionalmente os documentos de maneira a disponibilizar informações para quaisquer pessoa, em qualquer lugar do mundo.

Fonte: adaptada de Monteiro (2014, p. 25).

Fechamos o conteúdo deste tema de aprendizagem sobre a Documentação, abordando importantes definições para a sua graduação na área da Ciência da Informação: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Vimos a definição de documento, a conceituação de Documentação, seus marcos de surgimento, as correntes teóricas e seus desdobramentos, entre outros conteúdos. No próximo tema trataremos de outros temas relevantes para sua formação e introdução nos estudos da sua área, de forma a impulsioná-lo nas reflexões e análises que virão em decorrência dessas abordagens.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu:

- Otlet, ao considerar o conceito de documento e da documentação, foi o precursor da atual configuração da Ciência da Informação.
- A Documentação esteve unida à Biblioteconomia desde o século XV até meados do século XIX.
- A Ciência da Informação é americana e é contemporânea aos computadores. A Documentação é europeia e nasce no século XIX, ressurgindo na década de 1980.
- A Documentação se ocupa da aquisição, armazenamento, recuperação e disseminação da informação.
- A Documentação se distancia metodologicamente da Biblioteconomia, que tem sua padronização classificatória pontuada no Classificação Decimal de Dewey (CDD).
- A informação está atrelada em simbiose com a Documentação e o Documento.
- O atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) foi precursor da Documentação e da CI.
- A criação do Repertório Bibliográfico Universal (RBU) nasceu de um desejo de Paul Otlet e Henri La Fontaine, porque queriam elaborar um repertório que abarcasse todo o conhecimento produzido no mundo. Por isso, o RBU visava disseminar o conteúdo dos acervos de várias instituições mundiais buscando facilitar o acesso e o uso desses materiais.
- Para Otlet (1934), a Documentação pode ser definida como um processo que possibilita a reunião, classificação e difusão de documentos de toda espécie, relativos a todos os setores da atividade humana.

AUTOATIVIDADE

1. A ciência é produzida por pesquisas inovadoras que buscam soluções frente aos problemas da humanidade. Teoria, metodologia e prática fazem surgir novos paradigmas. Um desses modelos foi a RBU criada por Otlet e La Fontaine a fim de melhor o acesso a informação.

Com base no que foi exposto, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:
( ) O RBU visava coletar e manter constantemente atualizados registros bibliográficos relacionados com os escritos de qualquer natureza considerados documentos.
( ) A CDD é um esquema internacional para a classificação de documentos em bibliotecas, criado a partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD).
( ) O Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) foi criado para realizar o gerenciamento da Ciência da Informação produzida na França.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) V – V – F.
b) ( ) F – V – V.
c) ( ) V – F – F.
d) ( ) F – F – V.

2. Otlet confiava que a Documentação poderia ser definida como um processo que possibilitaria a reunião, classificação e difusão de documentos de toda espécie, relativos a todos os setores da atividade humana. Essa utopia tinha conotações pacifista interrompidas durante o período da Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, a retomada deu origem a duas novas linhas de pensamento geograficamente postas.

Sobre as correntes teóricas da Documentação, associe os itens a seguir:

I- Corrente europeia da Documentação.
II- Corrente estadunidense da Documentação.

( ) Desenvolveu o Comitê de Ciências da Informação e da Comunicação nas décadas de 1960-1970.
( ) Voltada para os aspectos mais sociais, pela aproximação com as Ciências Humanas e Sociais.
( ) Retomou a Documentação por volta dos anos 1970, com a propagação do conceito e aplicação em áreas como o Direito.
( ) A Documentação teve seu início por volta dos anos 1950-1960, usando o termo Bibliografia Especializada.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) I – I – II – II.
b) ( ) II – II – I – I.
c) ( ) I – II – II – I.
d) ( ) II – I – I – II.

3. Sabemos que a origem da Documentação foi forjada dentro da Biblioteconomia. No entanto, atualmente, ela é distinta da Biblioteconomia e especialmente da Ciência da Informação.

Associe as áreas da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da Documentação aos seus respectivos itens:

I- Biblioteconomia.
II- Ciência da informação.
III- Documentação.

( ) Dedica-se a aquisição, armazenamento, recuperação e disseminação da informação.
( ) Organiza, compila conhecimento ou informação para gerar conhecimento e faz a transferência, a disseminação a quem precisa.
( ) Ocupa-se das singularidades e do comportamento da informação com uso tecnológico.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) III – I – II.
b) ( ) I – II – III.
c) ( ) II – III – I.
d) ( ) III – II – I.

4. Os documentos são objetos que fornecem dados ou informações e podem ser classificados por suas características físicas e intelectuais. Essa definição teve princípio nos preceitos estabelecidos por Paul Otlet e La Fontaine.

Assinale a alternativa correta para o exemplo que melhor se adéqua à concepção de Documento difundida por Otlet.

a) ( ) Somente livros e manuscritos, uma vez que o documento teve origem com a Biblioteconomia.
b) ( ) Toda produção documental é derivada de instituições que reproduzem informação por veículo escrito em papel.
c) ( ) Desenhos, reproduções, fotos, objetos independentes do estado físico e da capacidade informativa generalizada.
d) ( ) Fichas catalográficas e catálogos são exemplos perfeitos de documentos.

5. Sabemos que a Ciência da Informação e a Documentação tiveram uma trajetória juntas, tendo se desmembrado quando a CI passou a se ocupar do corpo do conhecimento. Pensando nessa trajetória, assinale corretamente o marco de início da Documentação no Brasil:

a) ( ) Década de 1940, com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).
b) ( ) Nos anos 1958, com a Conferência de Informação nos Estados Unidos.
c) ( ) A partir da década de 1980, com o fenômeno da informatização.
d) ( ) Com a criação dos programas de pós-graduação na área.

ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECNOMIA E MUSEOLOGIA: DIÁLOGO COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Quais os limites e quais as justaposições admissíveis entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no campo da Ciência da Informação (CI)? Esta é a interrogação norteadora deste tema de aprendizagem, em que abordaremos as relações e os deslocamentos de cada área na ênfase da CI.

O tema está estruturado em três partes complementares. Na primeira, procuramos explorar o lugar da Arquivologia, da Biblioteconomia e Museologia enquanto campos disciplinares e científicos, separadamente. Na segunda parte, buscaremos compor uma reflexão sobre a perspectiva das Fontes arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas na CI. E na terceira parte, abordaremos as intersecções das três áreas como particularização da interdisciplinaridade da CI.

É conveniente comentar que os conceitos relacionados com a interdisciplinaridade, característica da CI, foram analisados previamente no Tema de Aprendizagem 3, da Unidade 1, do seu livro didático. Neste Tema de Aprendizagem 2, a problematização será dedicada à interconexão da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, em seus pontos comuns de interesse e convergência na Ciência da Informação, liberando conteúdos básicos para sua formação profissional a respeito da informação.

A interdisciplinaridade é entendida pela colaboração entre diversas disciplinas, que leva a interações de reciprocidade e enriquecimento mútuo. Alguns museus, bibliotecas e arquivos possuem acervos, setores de trabalho e atividades profissionais que são afetas aos dos domínios das três áreas. É o que se convencionou denominar como o "guarda-chuva" da Ciência da Informação, ou ainda, a classificação das "Três Marias".

2 O LUGAR DA ARQUIVOLOGIA, DA BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Há um tempo, um antropólogo disse que não via sentido em categorizar a Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia como Ciência da Informação (CI). Na perspectiva dele, toda ciência quer informar, e seria redundância. O ponto de vista não deixa de ser instigante ao colocar a informação como o foco de toda ciência. Todavia, a informação como objeto de estudo, assenta como base na relação da ciência convencionada historicamente como CI.

A Ciência da Informação se relaciona com várias especialidades científicas. Já sabemos que a sua composição na trajetória humana pelo reconhecimento das sutilezas da informação, passou pela Biblioteconomia e pela Documentação. Cada uma delas deixou para a CI um pouco de suas averiguações, resultados teóricos e práticos. Da Biblioteconomia, a CI dispôs da aquisição, organização e disseminação da informação e da Documentação legou indexação e reprodução de produções documentais.

Dessa maneira, nos cabe admitir que a CI não lida diretamente com os tipos de informação, mas com o uso da informação e das necessidades tecnológicas e sociais que se faz dela. A informação nada mais é do que parte da comunicação humana, e para produzir isso é preciso haja variáveis metodológicas e combinação de conhecimentos previamente estabelecidos, com avanços e recuos.

Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação são parceiras na preocupação com a informação. A alegação dessa parceria é bem entendida na explicação dada por Araújo e Tanus (2002), que escreveram: "decorreu do prévio entendimento de que os conceitos, como instituição, memória, documento, informação e interdisciplinaridade, guardam uma estreita relação entre esses campos" (ARAÚJO; TANUS, 2012, p. 27).

Entretanto, devemos levar em consideração que se Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e a própria CI são interligados pela informação, por outro lado, cada área apresenta suas peculiaridades teóricas, metodológicas e práticas, que são desassociadas. Além disso, essas áreas científicas e disciplinares transitam junto à dinâmica social e cultural do seu tempo, encabeçando acrescentamentos e recuos particulares de suas áreas, ou seja, por mais que haja ligações entre elas, há também contrastes e disputas.

A **Arquivologia** está classificada como uma subárea da Ciência da Informação de acordo com a Tabela de Área do Conhecimento (TAC) no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Entretanto, Angélica Marques (2017, p. 19) explica que:

> Definido de forma ampla, o objeto da Ciência da Informação transita entre a informação e o seu tratamento, o seu fluxo, a sua recuperação e o seu acesso. Definido em uma perspectiva mais específica, o objeto da Arquivologia é representado pelo arquivo ou pelo documento de arquivo (Schmidt, 2012). Assim, não verificamos especialização na Ciência da Informação em relação à Arquivologia que paute a sua concepção como uma área que a abrigue como uma subárea, tal como aparece na TAC em vigor (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984).

Tais informações são desencontradas e contraditórias, mostrando que não há exatamente um consenso entre os pesquisadores sobre a dependência da Arquivologia com a Ciência da Informação. No entanto, algumas caraterísticas são apropriadas às duas, como a pesquisa e a atividade de representar e organizar documentos (em maiorias textuais), para atingir a informação fornecida em instituições públicas e privadas.

A aproximação disciplinar da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tem um percurso histórico devido aos procedimentos técnicos relacionados com a constituição de acervos. De acordo com Carlos Alberto de Araújo (2014) são apresentados quatro momentos da produção teórica das três áreas, assim distribuídos, que aproximam as três disciplinas frente à informação:

- Perspectiva funcionalista.
- Perspectiva crítica.
- Perspectiva de estudo sobre os sujeitos.
- Perspectiva de estudos sobre representações.

A primeira perspectiva, a **funcionalista** surge na metade do século XX embasada nos estudos da psicologia, ciências humanas e sociais, antropologia, economia, administração, pedagogia e muitas outras. Essa perspectiva tem como base o entendimento da função social exercida pelas instituições arquivos, bibliotecas e museus.

No caso dos arquivos, a perspectiva funcionalista, segundo Araújo (2014), atende a dois critérios: imparcialidade e a autenticidade que os documentos possuem para demonstrar a verdade contida neles. Os arquivos seriam criados para atender a uma demanda social. Para isso, a preocupação deve estar centrada na avaliação dos documentos, uma vez que a sociedade produz grande quantidade deles. As instituições, portanto, devem ser eficazes em adquirir e descartar esses documentos.

Contudo, essa eficácia deve ser compartilhada entre os profissionais das instituições juntamente com outros profissionais com critérios diferentes daqueles já previamente estabelecidos. Quer dizer que as instituições precisariam estabelecer valor aos documentos, sendo eles documentos primários ou secundários. A ideia, conforme Araújo (2014, p. 24), era de: "conservar um máximo de informação preservando um mínimo de documentos".

Nesse aspecto, passa a existir a preocupação com a gestão documental que "visava à intervenção da ação arquivística logo na primeira idade dos documentos, isto é, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia" (ARAÚJO, 2014, p. 25).

O surgimento do microfilme e das novas tecnologias, a partir dos anos 1950-1980, fez a Arquivologia prestar atenção nas funções pedagógica e cultural dos documentos.

> Conforme argumentam ainda Alberch e Fugueras e colaboradores, o objetivo primeiro dos arquivos, de organizar e conservar adequadamente os documentos, adquire toda a sua dimensão cidadã ao se assumir que eles colaboram para a aceitação dos valores de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento (ARAÚJO, 2014, p. 27).

Ou seja, nessa funcionalidade dos arquivos e documentos, aparece a noção de patrimônio cultural, em que se constitui a capacidade de promover e recuperar a memória coletiva. O capital informativo dos documentos arquivísticos faz dos arquivos lugares de memória (NORA, 1993) adquirindo a função social de agente cultural.

Na **Biblioteconomia, a perspectiva funcionalista** entrou em voga quando as bibliotecas assumiram o papel de protagonizar oportunidades informacionais e de conhecimento para os leitores, numa versão democrática. O livro adequado para cada leitor oportuniza a propagação cultural e do conhecimento. As bibliotecas seriam mais do que depósitos de livros se tornando espaços educativos para a sociedade. Araújo (2014, p. 29) explica que:

> No final do século XIX desenvolve-se uma ideologia social de progresso que rejeita todo o privilégio, toda a exclusão e segregação no acesso à informação e ao conhecimento. Assim, a reflexão crítica sobre o papel intelectual e social das bibliotecas vem acentuar a necessidade de criar uma instituição original, capaz de estabelecer uma síntese entre a biblioteca tradicional e a biblioteca popular.

A biblioteca pública ocupa o pensamento funcionalista, fundamentando a ideia de servir aos indivíduos da sociedade, demandando acessibilidade física e intelectual às coleções. Carlos Araújo (2014, p. 33) esclarece que:

> Das tabuinhas de argila na Suméria aos papiros no Antigo Egito, passando pelos mosteiros medievais e chegando à moderna biblioteca de livre acesso, a biblioteca viveu uma série de transformações, condicionadas pelas necessidades da sociedade à qual pertencia. Apesar das variações, contudo, há elementos constantes, que dão à biblioteca uma coerência institucional que permanece inalterada.

A necessidade dos clientes é o ponto da perspectiva funcionalista das bibliotecas, cujas ações decorrentes da Biblioteconomia trouxeram a concepção de que esses espaços de textos, sons e imagens sejam mediadores da informação.

Para finalizar a **perspectiva funcionalista na Museologia**, por sua vez, deriva da definição estadunidense de que os museus serviriam para agir em prol da instrução dos cidadãos como elevação de seu nível cultural. "A ligação dos museus com suas diferentes tipologias puxaria a formação do bom gosto, do refinamento social, e a formação moral", segundo o que escreveu Carlos Araújo (2014, p. 38). O autor escreveu que "os museus deveriam ser sensíveis à comunidade, deveriam proporcionar efetivo aprendizado a partir desses objetos, atendendo a uma necessidade definida e servindo a um propósito definido na comunidade" (ARAÚJO, 2014, p. 39).

Para atendimento dessa finalidade funcionalista dos museus fez-se necessário o atendimento de algumas inovações práticas da museologia como ciência, para além do estudo dos museus. O estudo dos públicos e suas necessidades no interior da atividade museológica. O museu aberto aos públicos no modelo funcionalista francês, o museu comunicativo e de difusão no modelo canadense, a noção de interatividade como impacto das tecnologias digitais, são exemplos da revitalização da corrente funcionalista.

A seguir, extraímos a síntese das ideias funcionalistas para a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, assentadas nos escritos de Carlos Araújo (2014).

QUADRO 1 – SÍNTESE DA TEORIA FUNDAMENTALISTA

ARQUIVOLOGIA	BIBLIOTECONOMIA	MUSEOLOGIA
Eficácia	**Referências**	**Educação e instrução**
Arquivos correntes	**Bibliotecas públicas**	**Capital cultural**
Avaliação	**Função social**	**Comunicação**
Teoria do valor	**Leis de Raganathan**	**Estudos de públicos**
Dinâmica dos arquivos	**Mediadora**	**Tipos de museus**

Fonte: adaptado de Araújo (2014, p. 42).

Nessa visão das teorias de aplicação das áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação, passaremos a analisar a perspectiva Crítica. Essa **perspectiva Crítica sobre a Arquivologia** foi uma transformação nas áreas de arquivos, (bibliotecas e museus) levando-se em conta que essas instituições informativas começaram a ser pensadas além de suas funções de atenderem ao microcosmos social, para serem analisadas como espaços de poder e dominação. Receberam, portanto, um status ideológico para suas ações e atividades.

No ponto de vista da Arquivologia, a perspectiva crítica entendeu que os documentos arquivísticos fazem parte de uma extensa cadeia política de relações de poder e direito à informação. Sendo lugares constituídos na interioridade das ações do Estado, esses documentos estruturariam a legitimidade da dominação das classes mais abastadas econômica, social e politicamente.

Sob um viés analítico da psicanálise, os documentos registram as contradições entre as lembranças e os esquecimentos das memórias individuais e sociais, provocadas pelas necessidades humanas de manter e selecionar suas experiências. Isso opõe grupos e indivíduos diversos, pois traz à tona valores e identidades que são disputados em um jogo de forças.

Nesse sentido, a abordagem de Carlos Alberto Araújo (2014, p. 46) nos leva a pensar:

> uma nova visão da arquivologia deveria refletir sobre noções como a de autoridade, evidência e verdade. Tal postura teria um impacto imenso na própria prática profissional dos arquivistas, que não deveriam mais apenas seguir um roteiro que vem sendo naturalizado pela rotina de repetição de práticas passadas, mas, sim, questionar suas ações percebendo que os arquivos e seus documentos refletem relações de poder, não são depósitos passivos, mas locais ativos onde poderes sociais são negociados, contestados e confirmados.

O que se apresenta nesta perspectiva crítica é que os Arquivos e a Arquivologia não são neutros e imparciais. Necessitam serem percebidos na lógica das relações de poder como instrumentos que possibilitam a mobilização dos documentos para justificar ações autoritárias e segmentárias, especialmente nos dispositivos legais.

A perspectiva crítica na área da **Biblioteconomia** é próxima em definição daquela que tratamos na Arquivologia, isto é, envolve exclusões, seleções, relações de poder e dominação. Sob esse olhar, a Biblioteconomia procura afastar-se do conservadorismo técnico e de ser um lugar elitizado, dedicado ao entulho de livros e outros materiais voltados à produção humana, para arriscar-se na ação social e discutir a importância da biblioteca como uma instituição política (TANUS, 2016).

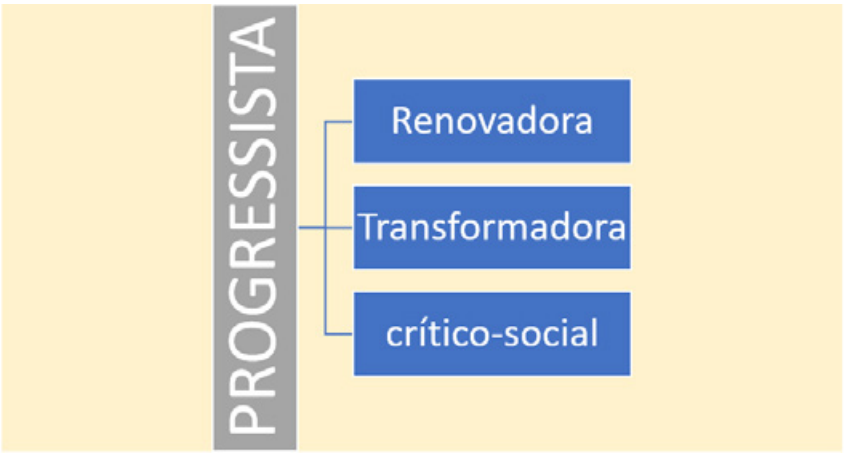
Quando são censurados capítulos de livros, ou obras inteiras, perde a sociedade o seu direito à informação e à liberdade de escolha. As tensões e disputas ficam camufladas por ações culturais que não atendem à disseminação social, deixando o profissional bibliotecário sem ação, longe da atividade de promover e mediar a informação e o conhecimento dentro da sociedade, se tornando um domesticador social.

A **perspectiva crítica** da Biblioteconomia foge da restrita prática de organização neutra de registros textuais. Não que isso não seja importante! Porém, essa área do conhecimento tão antiga quanto a própria escrita, nessa perspectiva, se ocupa mais de dar espaço para ações e pesquisas de cunho social, cujo viés seja a própria transformação da sociedade. Trata-se de uma Biblioteconomia voltada para reforçar pautas sobre direitos humanos, sociais, políticos e culturais que defendam mudanças de justiça sobre preconceitos, racismo, igualdade de gênero, machismo, xenofobia e tantos outros.

DICA

O blog *Farol* apresenta notícias, eventos, discussões, publicações e outros temas pertinentes às ações crítico-sociais emergentes da perspectiva crítica nas áreas da arquivologia, biblioteconomia e museologia. Vale a pena dar uma espiadinha e conhecer melhor essa Fonte de conhecimento e informação. Acesse: https://www.ufrgs.br/farol/episodio/biblioteconomia-social-10/.

FIGURA 5 – TENDÊNCIAS DA BIBLIOTECONOMIA CRÍTICA



Fonte: as autoras.

Finalizamos a apresentação da perspectiva crítica da Biblioteconomia, contudo, a perspectiva não se encerra com essas palavras, ela é mais ampla e possibilita maior exploração das suas possibilidades. Cabe a você identificar-se nessa epistemologia e buscar produções e ações enquadradas na proposta.

Falaremos agora a respeito da **perspectiva crítica na Museologia**. A Museologia é um campo científico e disciplinar tão antigo quanto à vontade humana de preservar. A longa direção das atividades museológicas passou da técnica de expor e conservar objetos, para um itinerário de mais ênfase à crítica e ação social a partir da segunda metade do século XX. Desde então, a Museologia ganhou um sentido renovado.

Segundo o que nos conta Carlos Alberto Araújo (2014), a museologia crítica se manifesta potencialmente nas seguintes análises:

1. Análise da Museologia Crítica como discussão sobre a inacessibilidade dos museus para as classes populares, pela distinção de práticas culturais.
2. Análise da Museologia Crítica a partir da vertente dedicada à identificação do museu como instrumento de legitimação de uma história oficial.
3. Análise da Museologia Crítica sobre a adesão dos museus a estratégias de marketing.

Essas discussões conduzem a interrogações pertinentes sobre o papel social dos museus na preservação e difusão das memórias sociais e individuais. Neste sentido, a Museologia crítica emprega uma ênfase da patrimonialização dos objetos resguardados nos museus, a partir da importância do entendimento das relações humanas no tempo. Aborda uma dimensão humanística do bem cultural na percepção de que ele é parte da história e dos problemas que movem a dinâmica social, renovando significados.

Em todos os casos de análise da Museologia Crítica, a preocupação é com as escolhas e operações que os museus e a museologia vêm fazendo em prol da construção de narrativas que colocam códigos, símbolos, conotações que permitam que a sociedade inove seu pensamento sobre si e as demais culturas. Deve haver assim, um engajamento sobre inclusão, participação, desenvolvimento sustentável, e adequação dos museus às novas realidades e seus problemas.

FIGURA 6 – PRESSUPOSTOS DA MUSEOLOGIA CRÍTICA

Fonte: as autoras.

Nossa próxima reflexão atende à **Perspectiva de estudo sobre os sujeitos**. Essa perspectiva envolve ao que foi convencionado chamar estudos de públicos. A discussão, de acordo com Araújo (2014), iniciou com a efervescência das instituições arquivos, bibliotecas e museus como serviços voltados à sociedade.

Entender os públicos, usuários, ou visitantes é uma forma de atender a reivindicações e melhorias que satisfaçam as necessidades das diferentes pessoas. Fez-se necessário, portanto, a produção de diagnósticos que atendessem aos interesses das pessoas, que a partir dos estudos críticos não foram mais envolvidas como receptores passivos.

Na **Arquivologia, os estudos sobre sujeitos** ganharam consideração nos anos 1980. Araújo (2014, p. 58) informa que:

> Na década de 1980, basicamente duas linhas de pesquisa se delinearam. Por um lado, desenvolveram-se estudos para garantir maior acesso aos documentos arquivísticos, por meio da eliminação de barreiras, criação de instrumentos de recuperação e maior conhecimento dos interesses dos públicos. De outro lado, desenvolveu-se um conjunto de pesquisas que buscaram perceber, na prática de estudos com usuários, uma reorientação da prática profissional como um todo, de forma que os resultados desses estudos interferissem nas demais ações e práticas arquivísticas.

As duas disposições demonstram a importância da necessidade da informação nos arquivos, ampliando o seu campo de estudos além da utilidade jurídica, administrativa e histórica. Segundo López Gomez (1998, p. 191), a "arquivologia superou a dimensão de ciência auxiliar da história para ficar integrada nas ciências da informação".

Além disso, Araújo (2014, p. 61) acrescenta que a compreensão do ponto de vista dos usuários, "destaca a ênfase no significado simbólico dos documentos arquivísticos, sem que, com isso, deva ser excluído o significado prático (funcional e instrumental) dos arquivos nas organizações burocráticas".

Do ponto de vista dos **estudos dos sujeitos na Biblioteconomia**, o século XX ampliou as discussões sobre o assunto. A atenção ao usuário da informação pela Biblioteconomia vem forçando a reflexão e a análise científica da ação desenvolvida pelos profissionais e as instituições biblioteconômicas reconhecidas como serviços.

Conforme ressaltou Araújo (2014, p. 62):

> Os principais estudos desenvolvidos nessa linha se focaram nos hábitos de leitura e entre os principais achados estão a percepção de que os meios de comunicação de massa atendiam pouco às necessidades informativas das pessoas; de que as Fontes mais buscadas eram os familiares e amigos; e de que o uso de bibliotecas e outros serviços profissionais de informação era muito baixo.

Nesse sentido, nós podemos compreender a relevância das políticas públicas referentes à implantação e funcionamento de bibliotecas públicas e as necessidades das comunidades.

O uso de perguntas em questionários para a coleta de dados é o método mais utilizado em estudo de usuários em bibliotecas. Isto acarreta como vantagem, a rapidez do dado, o baixo custo e a baixa distorção das respostas, como alertou Cunha (1982). Para o autor, a desvantagem desse método é a própria elaboração de perguntas complexas ou mal formuladas, a confiança da amostragem ou ainda, o direcionamento das respostas.

De qualquer forma, há uma popularização de estudos de usuários na Biblioteconomia que tende a ser ampliada. Segundo Murilo Cunha (1982, p. 17):

> No caso brasileiro, por exemplo, foi no início da década de setenta – a partir da influência dos cursos de mestrado do IBICT e da UFMG – que apareceram as primeiras pesquisas sistemáticas na área. Hoje a bibliografia já registra dezenas de trabalhos, e estudo de usuários já faz parte do novo currículo mínimo de biblioteconomia e é disciplina oferecida em alguns cursos de mestrado.

Na área da **Museologia, os estudos de públicos** descendem do contexto em que os museus tiveram seus objetivos voltados para o desenvolvimento comunitário, reformando suas responsabilidades das coleções para os visitantes. Essa tomada de consciência foi iniciada nos anos 1970, a partir das reações aos novos preceitos surgidos com as provocações da Carta de Santiago do Chile, em 1972.

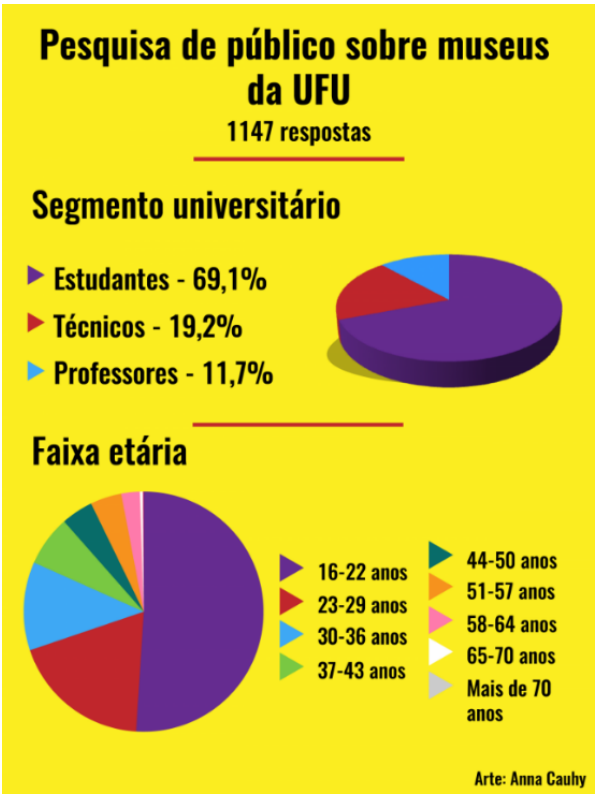
Nesse documento, os museus e a Museologia foram acionados ao compromisso social tendo como base e ponto de partida, os problemas fundamentais enfrentados na atualidade. O museu deveria se desenvolver dentro da dinâmica das mudanças sociais, com as funções de preservação, investigação e comunicação inter-relacionadas (integração interna), e ainda com o meio ambiente natural e cultural (integração externa) – somatória de interdisciplinaridade e socialização.

Desde então, estudos sobre o comportamento dos visitantes foram estreados tendo à frente, narrativas e discursos produzidos no trabalho com a cultura material preservada nos museus. A reação dos visitantes sobre as exposições possibilitou qualificar a tipologia dos frequentadores em suas expectativas, visando operar com ferramentas e operações que contemplassem a todos, e individualmente a cada um.

Uma das abordagens dos estudos de públicos tece inter-relações sobre como os museus criam, articulam e aplicam os elementos simbólicos dos objetos nas mensagens. A preocupação com o engajamento das informações é uma constante atual dos museus e da Museologia. Na avaliação de Choo (2006), as pessoas querem adquirir conhecimento no museu, porém nem sempre possuem conteúdos informacionais suficientes para a interação e compreensão da linguagem museológica.

Cabe comentar que o processo de uso da informação não é uma constante. O usuário possui a sua própria maneira de absorver e gerar informação. O que significa dizer que nenhum modelo é completo e único, de acordo com a necessidade pessoal.

FIGURA 7 – EXEMPLO DE ESTUDO DE PÚBLICOS



Fonte: https://comunica.ufu.br/noticias/2019/02/metade-da-comunidade-academica-desconhece-museus-da-ufu-aponta-pesquisa. Acesso em: 30 jan. 2024.

A problematização do museu como ambiente cultural e educativo que realiza pesquisas e produz conhecimentos com a intenção de construir e transferir informações, aciona no visitante um quadro de referências de suas próprias experiências.

> A busca por informação poderá resultar em um sentimento de satisfação e alívio – caso os produtos documentários do museu atendam as expectativas do usuário – ou gerar um sentimento de desapontamento e frustração – no caso contrário. Uma vez que a informação obtida seja percebida e aceita, poderá ser utilizada para uma série de usos, como por exemplo, uso para dar significado ao objeto museal; para determinar fenômenos ou acontecimentos históricos atrelados ao bem cultural; para sentir-se mais envolvido com a exposição e/ou promover satisfação pessoal, etc. (DUTRA, 2023, p. 11).

Vimos, nessa perspectiva teórica, os estudos sobre os sujeitos, na área da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Verificamos que as três áreas realizam pesquisas e estudos para conhecer seus usuários e desenvolvem estratégias para verificar as conexões informacionais.

Na última perspectiva teórica de aproximação entre as três áreas da Ciência da Informação, falaremos sobre os **estudos de representação**.

Por natureza, a Ciência da Informação voltou-se às relações interdisciplinares nos campos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. A colaboração de outras disciplinas leva a interações e reciprocidades para o estudo das propriedades da informação e seus usos.

Desse modo, representar a informação constitui-se em uma abordagem presente em todas as áreas que contribuem com a CI. Assim, a representação atende a vários sentidos: representação da informação, representação do conhecimento, representação temática, representação descritiva, representação documental são alguns dos termos usuais.

O conceito de representação basicamente reflete a ideia de alguma coisa estar no lugar de outra, segundo Charles Sanders Peirce (1977). Representar no campo da Ciência da Informação é, portanto, dar o acesso aos documentos materiais, imateriais, visuais, textuais, audiovisuais, digitais, presentes nos arquivos, bibliotecas e museus, de forma que seus conteúdos sejam acessíveis aos diferentes usos no intuito de conhecer.

Na Arquivologia, os estudos de representação começaram no final do século XIX com a criação dos manuais de arquivística, que cederam lugar para as técnicas de classificação. Mais recentemente, segundo o que nos explica Araújo (2014), as percepções sobre o valor informativo e o seu conteúdo abriram espaço para as discussões sobre as normas descritivas dos documentos.

Carlos Araújo (2014) levanta a ideia dos novos rumos que a representação vem desenvolvendo na arquivística. O autor explica:

> Em anos recentes, novas pesquisas vêm destacando outros aspectos relacionados com a representação dos documentos arquivísticos, tais como a possibilidade de indexação por assunto como forma de acesso aos documentos arquivísticos, a importância de critérios diferentes de classificação conforme proveniência, assunto e sigilosidade, a possibilidade de aplicação de classificação facetada a documentos arquivísticos e as diferentes dimensões de representação do documento de arquivo, que tem um significado prático e também um significado simbólico (ARAÚJO, 2014, p. 76).

Na **Biblioteconomia, os estudos sobre representação**, de acordo com os estudos de Araújo (2014), estão relacionados com a descrição e a organização. Para o autor são estudos voltados para "a recuperação e acesso no campo de bibliotecas e bases de dados digitais, que consistem mais num modelo conceitual do que num código de catalogação" (ARAÚJO, 2014, p. 77).

Na representação da informação na Biblioteconomia, as possibilidades de acesso à informação pelos usuários são feitas através de dois modos:

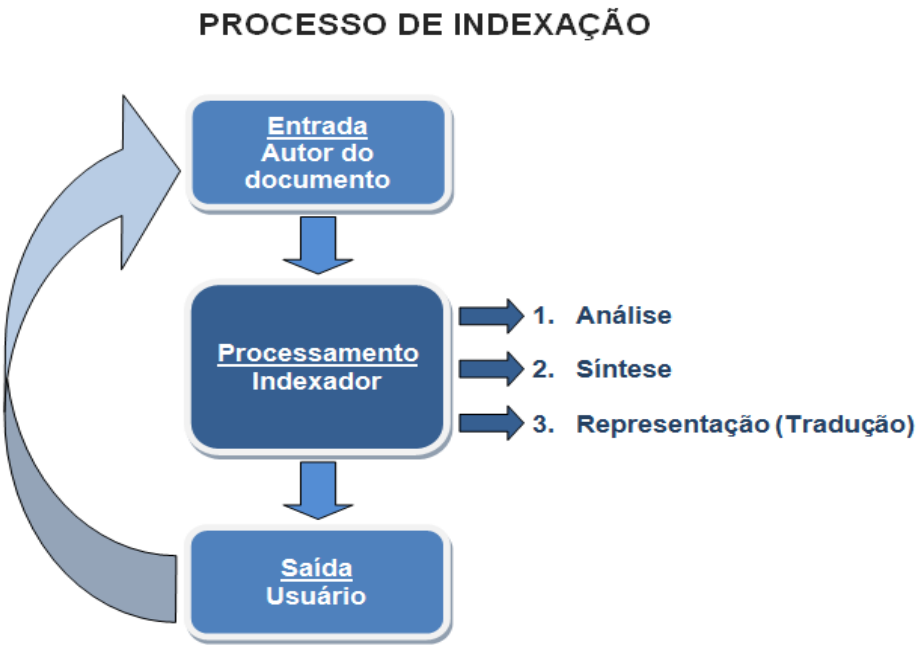
- a representação descritiva;
- a representação temática.

A representação descritiva (a) estabelece dados físicos sobre os materiais. Assim, o usuário recupera a informação por autor, título, tipo de material. Já a representação temática (b) delineia o conteúdo, o tema, o assunto que lhe interessa. Os autores Catarino e Souza (2012, p. 84, grifo nosso) esclarecem que:

> [...] A **descritiva** representa as características específicas do documento que permitem sua individualização e também define e padroniza os pontos de acesso responsáveis pela busca e recuperação da informação e pela reunião de documentos semelhantes. A **temática** detém-se na atribuição de assuntos aos documentos a partir da classificação bibliográfica, da indexação e da elaboração de resumos, facilitando a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes.

Cabe comentar que as tecnologias digitais modificaram a forma de se trabalhar com as representações da informação nas bibliotecas. Se antes eram elaborados índices em listas de assuntos, o usuário pelas tecnologias digitais pode ter à mão a indexação, que identifica e seleciona conceitos sobre um documento pela representação de termos. A indexação faz a mediação entre o usuário e a informação do documento. Robredo (2005, p. 165) complementa afirmando que "a indexação consiste em indicar o conteúdo temático de uma unidade de informação, mediante a atribuição de um ou mais termos (ou códigos) ao documento, de forma a caracterizá-lo de forma unívoca".

FIGURA 8 – PROCESSO DE INDEXAÇÃO



Fonte: https://muralinterativodobibliotecario.blogspot.com/2015/01/indexacao-sem-ruido-sem-silencio.html. Acesso em: 30 jan. 2024.

O processo de indexação da Figura 8 completa as reflexões sobre a representação na Biblioteconomia. Para finalizarmos as quatro dimensões da informação nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, falaremos dos **Estudos de representação na Museologia**.

Na Museologia, a representação dos objetos é realizada por meio do processamento da chamada Documentação museológica. A Documentação museológica pode ser percebida como o conjunto de ações que se desenrolam, interminavelmente, durante o processo de musealização do objeto, desde sua transformação com a entrada no museu como um bem cultural, até a sua comunicação aos públicos nas exposições. Quer dizer que a Documentação passa pelas etapas de seleção, classificação, catalogação, descrição, organização, conservação e guarda.

A Documentação museológica como representação da informação dos objetos não é simplesmente uma atividade técnica destinada ao profissional museólogo, seus registros são também reflexivos. Ao fornecer informações atualizadas sobre o objeto o profissional museólogo incide sobre a peça valores, significados, sentidos que exigem ordenações e pesquisas aprofundadas sobre o **histórico**, **características físicas** e **aspectos simbólicos**, além de outros demais aspectos da representação. São abordados, portanto, seus aspectos intrínsecos (próprios do objeto) e extrínsecos (de atribuição de sentidos).

Sílvia Yassuda (2009, p.16) explica com propriedade a respeito dessa problematização:

> A questão da documentação em museus, tema que desperta certas inquietudes no âmbito da Ciência da Informação, não se enquadra em sistemas codificados como se dá na documentação em bibliotecas e arquivos. A diversidade do acervo do museu requer uma amplitude maior dos campos de descrição, de maneira a atender a todas as demandas informacionais dos itens da coleção. Nos museus, cada peça do acervo é tratada unitariamente, mesmo que faça parte de uma coleção específica. Além disso, características peculiares à instituição museológica, como o perfil do museu (Histórico, Arqueológico, História Natural, Pedagógico, Antropológico, Artes, etc.) privilegia um tipo específico de informação, onde as leituras serão diferentes, assim como os valores que permeiam essas leituras.

A autora reforça a diferença da Museologia na questão da representação da informação, considerando que a Documentação Museológica apresenta sua própria linguagem. Cada museu tem a sua própria nomenclatura, estrutura de fichamento, ficha de catalogação e classificação.

A disseminação do conhecimento e da informação museológica por si só difere daquela produzida por arquivos e bibliotecas. A informação museológica é lúdica, sensorial, estabelecida na relação da pessoa com o objeto no espaço museológico. A Documentação então, é muito além do que o registro de dados gerando informações. Ela se estende para a pesquisa científica do objeto ou coleção, a partir da tradução de elementos que o compõe ao longo dos espaços de experiência vivenciados pela peça. O museu é representante da mediação entre o objeto, o homem e as realidades possíveis.

Apesar do caráter fundamental das ações de documentação, no Brasil, a situação é difícil para a organização e documentação de acervos. A situação da documentação e informação em museus, no Brasil, é deficiente pela carência de profissionalização das instituições e pela baixa preocupação com as políticas públicas culturais que incluem a memória, patrimônio, identidade cultural e preservação. Por isso, o potencial informativo dos objetos é pouco explorado e deixa brechas na comunicação e representatividade.

FIGURA 9 – ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL E INFORMACIONAL NOS MUSEUS

Fonte: as autoras.

Concluímos falando da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia com o apelido dado por Johanna W. Smit (1993), de Três Marias. As áreas da CI dividem o interesse pelo contexto social, pelo olhar em organizar seus objetos, e pela vontade de oferecer acesso à informação. Neste sentido, abordamos as quatro dimensões da composição da informação nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Consideramos novos conceitos de acordo com as áreas disciplinares da CI, evidenciando os limites e os adiantamentos estabelecidos na forma de tratamento informacional dos acervos de cada uma.

DICA

Sugerimos a leitura do artigo *Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação*, escrito por Gabrielle Souza Carvalho Tanus e Carlos Alberto Ávila Araújo. O artigo tem como abordagem central a importância da formação nas áreas da CI em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia para a transversalidade dos conceitos e definições. Acesse: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_d0ee74f700_0000019213.pdf.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu:

- Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação são parceiras na preocupação com a informação.

- As diferenças entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia como integrantes da Ciência da Informação não se dão somente nos acervos, mas na função de cada um deles.

- A CI apresenta quatro perspectivas teóricas que ligam as demais áreas: funcionalista, crítica, estudos de sujeitos e representações.

- Cada área tem seu próprio método de trabalho dentro do contexto de produção da CI.

- A perspectiva funcionalista estabelece o contexto de organização e uso dos documentos para detalhar a informação.

- A perspectiva crítica analisa as três áreas como espaços de poder, legitimação e dominação nas relações interpessoais e institucionais.

- A visão de estudos dos sujeitos, ou públicos, visitantes ou usuários, se ocupa de eliminar barreiras institucionais e de acervos para dar acesso informacional.

- Os estudos de representação da informação atendem à organização e descrição dos objetos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia e modificam os olhares dos usuários, visitantes ou públicos, sobre o gerenciamento da informação.

AUTOATIVIDADE

1) Os campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia mostram-se focados em três questões: a instituição (arquivo, biblioteca ou museu), os acervos/coleções, e os procedimentos de organização e uso dos acervos.

Além dos três pontos anteriormente comentados, assinale com um (X) a resposta correta para outras características que interligam as áreas da Ciência da Informação:

a) ( ) A realização de pesquisas e a atenção com a informação.
b) ( ) As perspectivas teóricas idênticas e a noção de patrimônio cultural.
c) ( ) A descrição e a representação dos acervos.
d) ( ) A semelhança dos conceitos e o tipo de operação do sistema informacional.

2) Carlos Araújo (2014, p. 20) escreveu que "o funcionalismo é uma corrente teórica surgida no final do século XIX e teve um gigantesco impacto em todas as ciências humanas e sociais [...], chegando aos dias atuais como a teoria hegemônica em várias delas".

Fonte: ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros. São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), 2014.

A respeito da perspectiva funcionalista da Arquivologia, assinale a alternativa INCORRETA:

a) ( ) Tem como base o entendimento da função social exercida pelas instituições arquivísticas.
b) ( ) Está relacionada com a descrição e a organização da informação.
c) ( ) Os documentos são compreendidos pelo seu papel de patrimônio cultural.
d) ( ) Atende aos critérios para os acervos da imparcialidade e a autenticidade.

3) As ciências da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia lidam com problemas para tratar e informar sobre seus acervos. Neste sentido, há quatro teorias que enquadram perspectivas da realidade arquivística, biblioteconômica ou museológica: funcionalista, crítica, estudos de sujeitos e representações.

Associe as perspectivas teóricas com seus respectivos itens:

I- Funcionalista.
II- Crítica.
III- Estudo de sujeitos.
IV- Estudos de representação.

( ) Na Arquivologia, destaca a ênfase do significado simbólico dos documentos.
( ) Na Museologia, ocupa-se em pensar o uso dos museus para educação e interação social.
( ) A Biblioteconomia faz a informação do usuário pela representação descritiva e temática.
( ) É progressista, no sentido de estabelecer uma crítica social da realidade.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) I – III – II – IV.
b) ( ) II – I – IV – III.
c) ( ) IV – II – III – I.
d) ( ) III – I – IV – II.

4) Os estudos sobre os sujeitos têm como objetivo a aproximação das pessoas dos espaços informacionais como os arquivos, as bibliotecas e os museus. São contributos que permitem compreender e interpretar as ações dos sujeitos nas práticas informacionais.

A respeito dos estudos sobre os sujeitos, assinale Verdadeiro ou Falso:
( ) O termo usuário é amplamente utilizado nos estudos e na produção científica da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.
( ) Na Museologia, a participação dos museus no desenvolvimento comunitário reformou as responsabilidades das coleções para os visitantes, que passaram a se denominar públicos.
( ) A democratização cultural oportunizou o acesso dos usuários as bibliotecas transformadas em centros culturais.
( ) O interesse dos sujeitos pelos documentos ampliou a perspectiva de estudos de usos e utilidades dos arquivos.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) F – V – V – F.
b) ( ) V – F – F – F.
c) ( ) V – V – F – V.
d) ( ) F – F – V – V.

5) A representação da informação em arquivos, bibliotecas e museus é bastante relevante para as problematizações da Ciência da Informação. O conceito de representação atende a diferentes sentidos, conforme muda o contexto e a área de conhecimento disciplinar na CI.

Com base no exposto, analise a associação entre os itens:

I- Na Arquivologia e na Biblioteconomia, o conceito de representação é dar o acesso aos documentos, de forma que seus conteúdos sejam acessíveis aos diferentes usos, porém isso não se aplica a Museologia

PORQUE

II- A representação na Museologia depende da Documentação Museológica, que estabelece informação aos objetos nos sentidos intrínsecos e extrínsecos.

Assinale a alternativa correta sobre as afirmativas:

a) ( ) A afirmativa I não está correta e a II não justifica a I.
b) ( ) I e II estão corretas, porém, a II não justifica a I.
c) ( ) Somente a alternativa I está correta.
d) ( ) A alternativa I está correta e II justifica I.

TENDÊNCIAS CIENTÍFICAS NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O mundo do conhecimento tem como insumo a informação, é também seu produto final. A informação está atrelada à pesquisa, que, no papel de produtora do conhecimento, se utiliza dela para gerar novas informações e conhecimento. É um processo cíclico de produção científica.

A pesquisa científica é um importante mecanismo, senão o principal, para a construção e a evolução do conhecimento humano. Nossas conquistas em todas as áreas do conhecimento, como na tecnologia, na medicina, na física e nas demais ciências, ocorreram por meio de pesquisas, testes e estudos. Elas ocorrem dentro das universidades ou centros de pesquisa para, em seguida, serem divulgadas, trazendo inovações em produtos, remédios ou tratamentos, ou novos processos que contribuam de alguma forma para o desenvolvimento da humanidade.

O pesquisador é considerado um cientista, na medida em que gera novos conhecimentos na sua área de atuação, contribuindo com a modernidade das teorias, criticando ou contestando o que não está de acordo, trazendo uma análise científica para tal, além de produzir artigos que divulgam suas pesquisas, seus trabalhos e que oportunizam a atualização do público interessado. Uma pesquisa só tem importância após sua divulgação e publicação.

A realização de pesquisas em grande escala demanda investimentos e recursos, públicos ou privados. É por isso que nem todos os países conseguem produzir na mesma escala, como também há áreas que são mais favorecidas com maior produção científica.

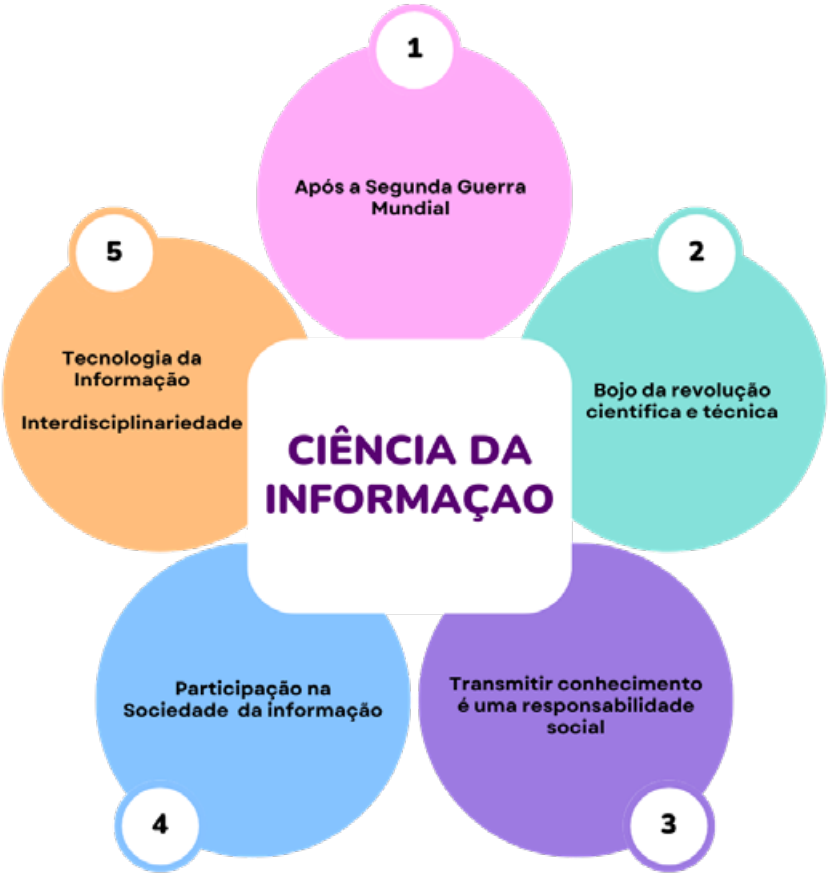
A produção científica é uma atividade que merece destaque dentro das universidades, pois o conhecimento produzido é socializado com a comunidade. Além disso, a pesquisa vem responder aos questionamentos diante das transformações e mudanças do mundo atual. Para isso, há uma necessidade de formar pessoas capazes de realizar interações com esse cenário mundial, com visão crítica, espírito investigativo e capacidade de realizar as mudanças exigidas. Essas características são trabalhadas na educação superior, a universidade exerce o papel de agente transformador, um espaço de formação profissional, humanística e científica.

Neste tema de aprendizagem, serão abordadas as temáticas de pesquisa em Ciência da Informação e como a área evoluiu desde o seu surgimento.

2 A PESQUISA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A ciência da informação é uma área interdisciplinar e segundo Saracevic (1996) tem o imperativo tecnológico e à participação ativa na sociedade da informação. A sociedade da informação é considerada uma fase de desenvolvimento da humanidade, que foi denominada sociedade da informação. É o mundo das tecnologias, das informações rápidas, do avanço do conhecimento, das facilidades digitais, do acesso ao mundo pelo celular em aparelhos cada vez menores e mais potentes.

FIGURA 10 – CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



Fonte: adaptada de Queiros e Moura (2015).

NOTA

A ciência da informação é considerara uma ciência pós-moderna, muitas vezes podemos ver a CI definida como metaciência, interciência, a ciência do conhecimento ou campo multidisciplinar e estudo (ROBISON, 2009).

As tecnologias da informação e comunicação (TIC), que começaram a surgir na década de 1960 e evoluíram exponencialmente, irrompendo no século XX na era pós-industrial, a sociedade da informação, veio modificar nossas relações, nossa forma de acessar dados, nossa forma de nos comunicarmos e nossa velocidade de tomar conhecimento das coisas. O insumo que move essa sociedade é a informação. E a informação faz parte do dia a dia das pessoas, atuando individualmente ou coletivamente (SANTA ANNA; PEREIRA; CAMPOS, 2014).

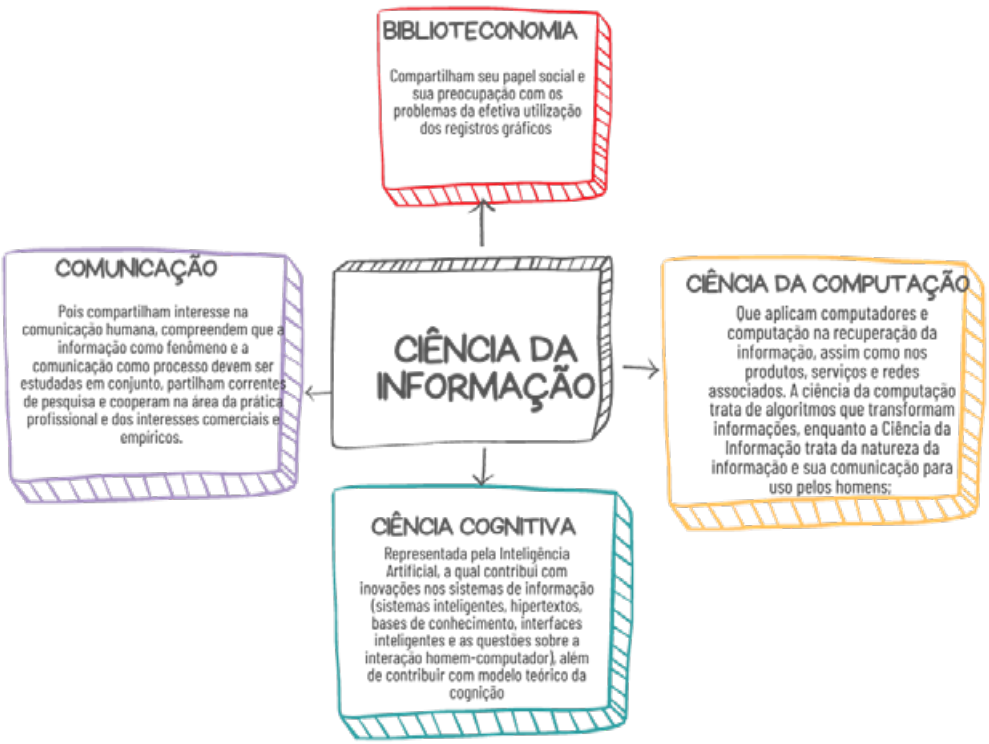
Manuel Castells define que a sociedade da informação é uma sociedade que utiliza da melhor maneira possível as tecnologias de comunicação e informação disponíveis, de modo que elas se tornaram o elemento central das atividades humanas. As características da sociedade da informação elaboradas por Castells são indicadas no artigo de Coutinho e Lisbôa (2011):

- **A informação é a sua matéria-prima** – Há uma interação entre a tecnologia e a informação, em uma relação em que uma complementa a outra.
- **Capacidade de penetração dos efeitos das novas tecnologias** – diz respeito à influência que os meios tecnológicos exercem na vida social, econômica e política da sociedade.
- **Lógica de redes** – esse novo modelo de sociedade facilita a interação entre as pessoas, podendo ser implementada em todos os tipos de processos e organizações, graças às recentes tecnologias da informação.
- **Flexibilidade** – capacidade de reconfigurar, alterar e reorganizar as informações.
- **Convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado** – o contínuo processo de convergência entre os diferentes campos tecnológicos resulta da sua lógica comum de produção da informação em que todos os utilizadores podem contribuir, exercendo um papel ativo na produção deste conhecimento.

A informação é um fenômeno que cada vez mais tem estado presente nas nossas atividades e é o objeto de estudo da Ciência da Informação. A CI é considerada campo votado às "questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação" (BORKO, 1968, p. 2).

É ciência que está preocupada com a origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação, a CI está relacionada com as áreas "Linguística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração" entre outras, como Arquivologia, Museologia, Inteligência artificial (BORKO,1968 p. 2).

FIGURA 11 – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES (PRELIMINARES)


BIBLIOTECONOMIA
Compartilham seu papel social e sua preocupação com os problemas da efetiva utilização dos registros gráficos
COMUNICAÇÃO
Pois compartilham interesse na comunicação humana, compreendem que a informação como fenômeno e a comunicação como processo devem ser estudadas em conjunto, partilham correntes de pesquisa e cooperam na área da prática profissional e dos interesses comerciais e empíricos.
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
Que aplicam computadores e computação na recuperação da informação, assim como nos produtos, serviços e redes associados. A ciência da computação trata de algoritmos que transformam informações, enquanto a Ciência da Informação trata da natureza da informação e sua comunicação para uso pelos homens;
CIÊNCIA COGNITIVA
Representada pela Inteligência Artificial, a qual contribui com inovações nos sistemas de informação (sistemas inteligentes, hipertextos, bases de conhecimento, interfaces inteligentes e as questões sobre a interação homem-computador), além de contribuir com modelo teórico da cognição

Fonte: adaptada de Queiros e Moura (2015, p. 37).

Como vimos nas unidades anteriores, todas essas disciplinas contribuíram para o surgimento da CI, além disso, por ser uma ciência com característica de ciência pura que investiga os fenômenos sem considerar a aplicação, a ciência aplicada tem com finalidade desenvolver produtos ou serviços, em que há espaço para ambos os tipos de pesquisas teóricas e práticas. Conforme Borko (1968, p. 3), "a teoria e prática são inexoravelmente relacionadas; um alimenta o trabalho do outro". Assim, os cientistas da informação têm um amplo campo para elaborar e desenvolver as pesquisas. No quadro a seguir apresentamos nove categorias de pesquisa em CI propostas por Borko em 1968.

QUADRO 2 – CATEGORIAS DE PESQUISA EM CI DESENVOLVIDAS POR BORKO, EM 1968

TEMÁTICAS	POSSIBILIDADE DE PESQUISA
Necessidades de Informação e Usos	Estudos de comportamento de usuários; estudos de citação; padrões de comunicação; estudos de uso literários.
Criação de Documentos e Cópia	Composição assistida por computador; microforma; registrando e armazenando; escrevendo e editando.
Análise da Linguagem	Linguística computacional; lexicografia; processamento de linguagem natural (texto); psicolinguística; análise semântica.
Tradução	Máquina de tradução; métodos de tradução.
Resumo, Classificação, Codificação e Indexação	Sistemas de classificação e indexação; análise de conteúdo; estudos de classificação, extração e indexação assistidas por máquina.
Arquitetura de Sistemas	Centros de informação; recuperação de informação; mecanização das operações de biblioteca; disseminação seletiva da informação.
Análise e Avaliação	Estudos comparativos; qualidade de indexação; modelamento; métodos de avaliação, desempenho e medição; qualidade de tradução.
Reconhecimento de Imagem	Processamento de imagens; análise da fala.
Sistemas Adaptativos	Inteligência artificial; autômatos; resolução de problemas; sistemas auto-organizados.

Fonte: Borko (1968, p. 3-4).

A Ciência da Informação está em constante evolução e seus campos de pesquisa também evoluem conforme as novas áreas do conhecimento que também são modificadas pelo progresso tecnológico. Desta forma, os cientistas da informação são obrigados a revistar ou até mesmo redefinir os fundamentos teóricos da área. Nessa perspectiva, Zins (2007) elaborou um estudo intitulado o **Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação**, na pesquisa foram incluídos 57 principais pesquisadores da CI de 16 países. A seguir apresentamos o mapa de conhecimento proposto pelo autor que perpassa pelas pesquisas desenvolvidas na CI.

QUADRO 3 – MAPA DO CONHECIMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE CHAIM ZINS

Domínio	Foco	Categorias Principais (1ª Divisão)	Subcategorias (2ª Divisão)	Subcategorias* Exemplos & Explicações** (3ª Divisão)	Exemplo de Campos
Mata Conhecimento	Conhecimento Aplicado	**1. Fundamentos**	**Teorias**	**A. Concepções** **B. Disciplinas:** Antropologia (ex.: cultura); Artes (ex.: design); Comunicação (ex.: comunicação, mídia, mensagem); Ciência da Computação (ex.: linguagens computacionais); Economia (ex.: informação econômica); Educação (ex.: aprendizagem); Engenharia (ex.: tecnologia da informação); História (ex.: fontes primárias, fontes secundárias, fontes terciárias); Direito (ex.: propriedade intelectual, direitos autorais); Lingüística (ex.: linguagem); Filosofia; Epistemologia (ex.: conhecimento); Ética (ex.: ética informacional, ética profissional); Ciências Políticas (ex.: democracia); Psicologia (ex.: cognição); Metodologia de Pesquisa (ex.: avaliação, pesquisa, métodos de pesquisa); Semiótica (ex.: signos); Sociologia (ex.: sociedade). **C. Teorias**	Teoria da C.I.
			Pesquisa	**A. Teórica** **B. Aplicada** **1. Quantitativa** **2. Qualitativa**	Pesquisa Metodologia
			Educação	Educação universitária e treinamento profissional: conhecimento teórico e conhecimento prático.	Educação em C.I.
			História	Pesquisas históricas do campo científico.	História da C.I.

Temáticas Baseadas em Conhecimento	Fenômenos do Conhecimento a Serem Explorados (aspectos que mediam as condições do conhecimento humano)	Fatores de Mediação						Subcategorias (2ª Divisão)	Subcategorias* Exemplos & Explicações** (3ª Divisão)	Exemplo de Campos
		2. Fontes						**Temas**	Qualidade da Informação (fontes), informação de qualidade (fontes).	Qualidade da Informação Sistemas de Informação
								Tipos	Fontes primárias (originais), fontes secundárias, fontes terciárias.	
			Quem?	Mediadores	**3. Trabalhadores do Conhecimento**			**Temas**	**A. Características da Personalidade** **B. Teoria do conhecimento** **C. Aplicação do conhecimento e da prática**	Ética Informacional Ética Educação em C.I., Bib., Arq.
								Tipos	Taxonomias dos profissionais da informação por campos de especialidade (ex.: médico informático), e setores organizacionais (ex.: bibliotecários, arquivistas).	
			O que?	Questões?	**4. Conteúdos**			**Temas**	Temas relacionados ao conteúdo (ex.: O que é um assunto?)	
								Tipos	Taxonomias de estruturas (ex.: mapas de conhecimento, esquemas de classificação de assunto, tesauros), sistemas de classificação (ex.: LCC, CDD, CDU, CC, BC), disciplinas (Arqueologia, Biologia, Ciência da Computação) e outras.	
			Por quê?	Motivos	**5. Aplicações**			**Temas**	**Temas** relacionados ao desenvolvimento de sistemas de aplicação orientada.	
								Tipos	Taxonomia de aplicações (ex.: pesquisa informacional, compras, socialização e socializando).	
			Como?	Métodos	**6. Operações e Processos**			**Temas**	**Temas** relacionados às várias operações e processos que envolvem a mediação do conhecimento humano.	
								Tipos	Taxonomia de operações e processos: documentação, representação, organização, processamento, disseminação, publicação, armazenamento, manipulação, avaliação, mensuração, pesquisa e recuperação do conhecimento.	
				Meio (mídia)	**7. Tecnologias**			**Temas**	Temas relacionados às tecnologias (ex.: design de interface para os usuários).	
								Tipos	Taxonomia das tecnologias do conhecimento e meios de comunicação: baseadas em tecnologias eletrônicas (ex.: sistemas de informação, Internet), tecnologias baseadas em papel e impressão (ex.: livros), tecnologias de comunicação baseadas nos meios de comunicação (ex.: celulares, MP3).	

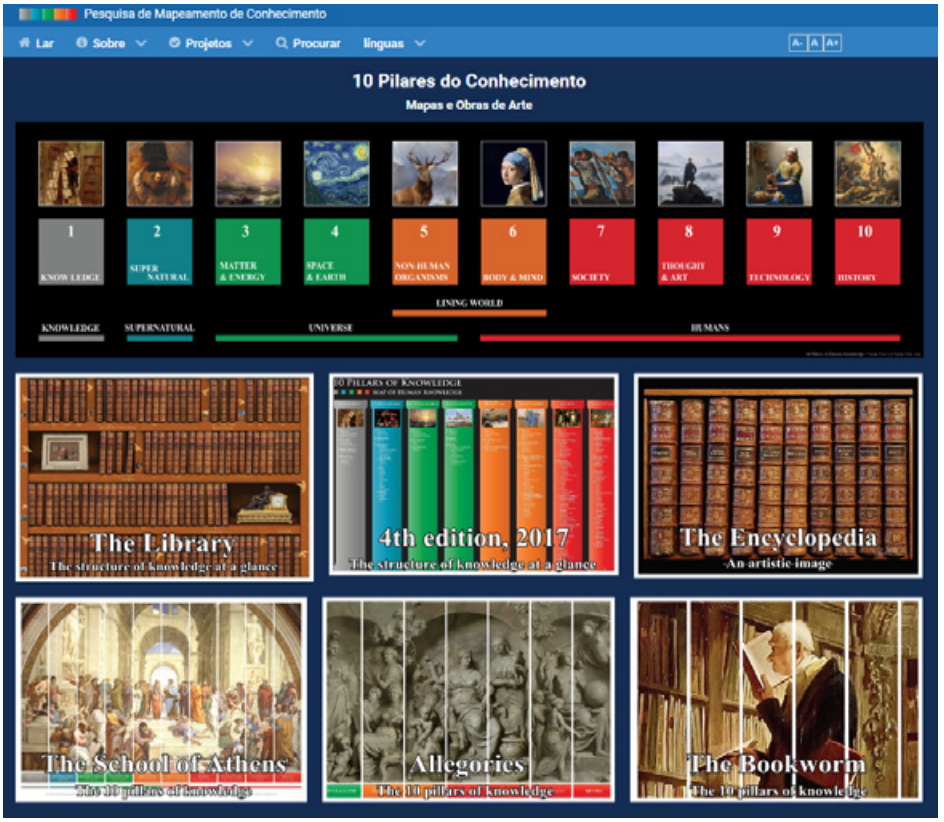
										Subcategorias (2ª Divisão)	Subcategorias* Exemplos & Explicações** (3ª Divisão)	Exemplo de Campos
			Onde e Quando?	Meios	**8. Ambientes**					**Temas**	Temas sociais (ex.: Políticas de informação, acessibilidade informacional), incluindo temas étnicos e culturais, temas de cenários profissionais, assim como temas legais (ex.: propriedade intelectual, privacidade informacional) e temas sobre ética (ex.: privacidade vs. Interesse público).	Ética Informacional Informática Social
										Tipos	**A. Ambientes Étnicos e Culturais** **B. Ambientes (ex.: Educação, Saúde)**	
					9. Organizações					**Temas**	Temas relacionados aos ambientes organizacionais (ex.: gestão do conhecimento em organizações competitivas)	
										Tipos	**A. Tipos de Organizações:** **1. Setor Governamental** **2. Setor Público** **3. Setor Privado** **B. Tipo Funcional** **1. Organização da memória** **2. Serviços de Informação**	
		10. Usuários								**Temas**	Temas relacionados aos usuários (ex.: necessidades informacionais, comportamento informacional, estratégias de pesquisa).	Estudos de Usuários Comportamento Informacional
										Tipos	**A. Individual** **B. Grupos e comunidades** **1. Baseado no gênero** **2. Baseado na idade** **3. Baseado na Cultura e na Étnica** **4. Baseado na necessidade e no interesse (ex.: dividido por profissão)**	

Fonte: Zins (2007, p. 529).

A ideia central desse mapa é a compreensão do conhecimento na Ciência da Informação e as suas relações conceituais e interdisciplinares. Existem outras pesquisas com foco na delimitação do campo de conhecimento da ciência da informação que abordam as tendências da área.

IMPORTANTE

Além do Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação, Zins criou os dez pilares do conhecimento, também chamado de mapa do conhecimento humano. Sendo considerado um mapa sistemático do conhecimento humano, o mapeamento foi baseado em fundamentos teóricos e em um estudo científico que analisou 10 mil termos.



Neste mapa, o autor apresenta a estrutura do conhecimento e as relações significativas entre os principais campos, para o autor o conhecimento humano é composto por dez pilares:

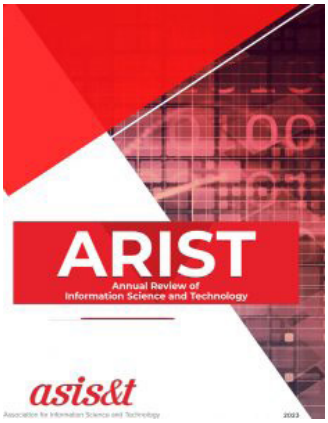
- O conhecimento – estuda o conhecimento humano.
- Sobrenatural – diz respeito ao misticismo e à religião.
- Matéria e Energia – explora os fundamentos do mundo físico.
- Espaço e Terra – explora nosso planeta e o espaço sideral.
- Organismos não humanos – explora o mundo vivo não humano.
- Corpo e mente – Explora o corpo humano e a mente humana.
- A sociedade – lida com os vários aspectos da vida social humana.

- Pensamento e arte – estuda os produtos do intelecto humano e das artes.
- A tecnologia – explora os produtos da criatividade humana, concebidos para atingir fins práticos.
- A história – abrange a história humana.

A ciência da informação, para o autor, está no pilar 1 de conhecimento, na subdivisão de **Mediação juntamente coma Museologia e a Cientometria, métrica que tem o objetivo de quantificar a ciência.**
Para saber mais sobre mapa do conhecimento, acesse o site: http://www.success.co.il/files/preview.pdf.

No Brasil, a pesquisadora Lena Vania Ribeiro Pinheiro, professora do programa de Pós-graduação em Ciência da informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia é referência na área sobre este assunto. O seu artigo **evolução e tendências da ciência da informação, no exterior e no Brasil: quadro comparativo a partir de pesquisas históricas e empíricas**, de 2005, apresenta um quadro sobre os temas mais publicados na revista científica *Annual Review of Information Science & Technology (ARIST),* que é uma publicação de referência dentro da área da ciência da informação, sendo publicada anualmente desde 1966, sendo o seu objeto examinar o panorama da ciência e tecnologia da informação, fornecendo uma visão geral analítica, confiável e acessível das tendências recentes e desenvolvimentos significativos da área.

FIGURA 12 – *ANNUAL REVIEW OF INFORMATION SCIENCE & TECHNOLOGY (ARIST)*



Disciplinas

1. Sistemas de informação
2. Tecnologia da informação
3. Sistemas de recuperação da informação
4. Políticas de informação
5. Necessidades e usos de informação
6. Representação da informação
7. Teoria da Ciência da Informação
8. Formação e aspectos profissionais
9. Gestão da informação
10. Bases de dados
11. Processamento automático da linguagem
12. Economia da informação
13. Bibliometria
14. Inteligência competitiva e Gestão do conhecimento
15. Mineração de dados
16. Comunicação científica eletrônica
17. Bibliotecas digitais/virtual

Fonte: adaptada de Pinheiro (2005); https://growthzonesitesprod.azureedge.net/wp-content/uploads/sites/946/ARIST-cover-1-232x300.jpg. Acesso em: 1 dez. 2023.

DICA

Para complementar os seus estudos sobre a pesquisa na Ciência da informação, sugerimos a leitura do artigo A pesquisa interdisciplinar na Ciência da Informação, de autoria de Roberto Vilmar Satur publicado em 2018. Nesse artigo, o autor aborda a pesquisa e a característica interdisciplinar da Ciência da Informação com o objeto de verificar se interdisciplinaridade contribui com a Ciência da Informação ou prejudica seu desenvolvimento. Como resultados é evidenciado que a interdisciplinaridade ajuda a fortalecer a Ciência em questão, ao proporcionar visibilidade e respeito.
Acesse: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38006/1/2018_art_rvsatur.pdf.

3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a CI tem origem, na década de 1970, com a criação o curso de Mestrado em Ciência da Informação, pelo Instituto Brasileiro e Bibliografia e Documentação (IBBD), atualmente denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e com a publicação do periódico científica Ciência da Informação, criado em 1972, contribuiu para a ciência informação no país (QUEIROS; MOURA, 2025).

FIGURA 13 – IBICT – LOGO

Fonte: https://images.app.goo.gl/9rGm5rDkhnHhT1xX6. Acesso em: 30 jan. 2024.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), antigo IBBD, foi criado em 1954, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) aconselhou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que promovesse a criação de um centro nacional de bibliografia. Nesse mesmo período, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), e IBBD passou a ser parte da estrutura organizacional do CNPq.

> As atividades de informação no Brasil sempre tiveram uma forte presença do Estado. Em seus órgãos de gestão, educação e cultura promoveu-se o desenvolvimento e a institucionalização da Biblioteconomia, depois da Documentação e, por fim, da Ciência da Informação a partir dos anos de 1950, com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD, que no final dos anos de 1970 passou a denominar-se IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, assinalando a preocupação do Estado e da comunidade científica com as políticas de informação para as atividades de ciência e tecnologia no país (MATELETO, 2009, p. 30).

Incialmente, a CI foi confundida com a biblioteconomia e a informática e houve confusão de nomenclaturas oriundas de países de cultura e tradição científica distintas como Informação Científica, Ciência da Biblioteca e de Informação, Ciência e Tecnologia da Informação, Ciência e Engenharia da Informação (PINHEIRO, 2002; QUEIROZ; MOURA, 2025).

Pinheiro (2002) destaca que o motivo da CI ter sido confundida com Informática, foi em decorrência da denominação ***Informatik***, em russo, utilizada por Mikhailov, Chernyi e Giliarevsky, na obra em "Informática: um novo nome para a teoria da informação científica", publicado em 1966, o que é esclarecido, no Brasil, [...], além de outro equívoco em relação à terminologia russa, referente à informação científica, cujo significado, mais amplo, não é o mesmo em países anglo-saxões" (PINHEIRO, 2002, p. 1).

No Brasil, diferentemente de outros lugares, como na Europa em que a CI nasceu nas sociedades científicas – como a ***Royal Society***, na Inglaterra, e a ***Academie des Sciences***, na França, no nosso país o desenvolvimento da CI está relacionado com as universidades e os cursos de pós-graduação (PINHEIRO, 2013), fazendo parte da grande área ciências sociais aplicadas, classificada na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como área de Ciência da Comunicação e Informação, que também engloba a Arquivologia, Biblioteconomia e a Museologia.

DICA

Gostou de conhecer a história do Ciência da Informação no Brasil e sua relação com o IBICT?
Deixamos como sugestão de leitura o artigo **O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil**, de Nanci Oddone. Nesse trabalho, a autora apresenta desde a idealização do IBBB até a mudança de nome do órgão propulsor da CI. No Brasil, o artigo está disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/xVVrwC595rhNvmF3pqXCghD/?format=pdf&lang=pt.

3.1 ANCIB

Um marco para Ciência da Informação brasileira foi a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em 23 de junho de 1989, esforços dos cursos de pós-graduação do período no X Encontro Nacional dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia, Documentão e Ciência da Informação (FREIRE, ALVARES, 2013).

Para Araújo e Valentim (2019, p. 234), a ANCIB tem como finalidade "acompanhar e estimular as atividades de formação no contexto da pós-graduação, promovendo a pesquisa em Ciência da Informação no País. Constitui-se em uma importante instância de representação científica e política das questões inerentes à área de informação". Além disso, os autores afirmam que a associação está voltada para o aperfeiçoamento dos programas de pós-graduação de nível ***stricto sensu.***

Marteleto (2009) afirma que a ANCIB é um espaço de compartilhamento de conhecimentos sobre a Ciência da Informação com o objetivo de discutir pesquisas da área. Para realizar tal atividade a associação conta com o Fórum de Coordenadores dos programas de pós-graduação e do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

O ENANCIB foi constituído em março de 1992, no XII Encontro Nacional dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia, Documentão e Ciência da Informação, sendo a responsabilidade da organização dos programas de pós-graduação. Foi o principal evento da área no Brasil (FREIRE, ALVARES, 2013). O evento é organizado por grupos de trabalho, a saber:

QUADRO 4 – GRUPOS DE TRABALHO

Nº do Grupo de trabalho	**Nome**	**Ementa**
GT 1	Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação	Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação (escolas de pensamento, correntes teóricas, autores e obras de fundamentação, leituras teórico-metodológicas e conceituações). Constituição, desenvolvimento e inovação conceitual, teórica e metodológica do campo científico informacional. Os objetos de estudos da Ciência da Informação e suas transformações teórico-conceituais. Reflexões e discussões sobre disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

GT 2	Organização e Representação do Conhecimento	Estudo das teorias, metodologias, políticas, instrumentos, processos e produtos da organização e representação do conhecimento, descrição, recuperação e acesso à informação, nas suas dimensões epistemológicas, aplicadas e socioculturais, a partir das perspectivas terminológicas e tecnológicas em ambientes informacionais.
GT 3	Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem com contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição.
GT 4	Gestão da Informação e do Conhecimento	Gestão de ambientes, sistemas, unidades, serviços, produtos de informação e recursos informacionais. Estudos de fluxos, processos, usos e usuários da informação como instrumentos de gestão. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no contexto da Ciência da Informação. Marketing da informação, monitoramento ambiental e inteligência competitiva. Estudos de redes para a gestão. Aplicação das tecnologias de informação e comunicação à gestão da informação e do conhecimento.
GT 5	Política e Economia da Informação	Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.

GT 6	Informação, Educação e Trabalho	O mundo do trabalho informacional: atores, cenários, competência em informação, dimensões e habilidades. Organização, processos de trabalho em dispositivos de informação e cultura. As relações entre informação, educação, trabalho, saúde e tecnologia. Regulamentação profissional, entidades sindicais, associações de classe e mercado de trabalho e competência profissional. Diversidade cultural, representações sociais, práticas e construção identitária dos profissionais da informação. Responsabilidade social, ética e profissional na Ciência da Informação. As bases curriculares e experiências pedagógicas: formação e perfil profissional ou docente.
GT 7	Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação	Estudos teóricos, aplicados e metodológicos sobre a produção, comunicação e uso da informação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Inclui pesquisas relacionadas aos processos de comunicação, divulgação, análise e formulação de indicadores para planejamento, avaliação e gestão em CTI.
GT 8	Informação e Tecnologia	Estudos e pesquisas teórico-práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais.
GT 9	Museu, Patrimônio e Informação	Análise das relações entre o museu (fenômeno cultural), o patrimônio (valor simbólico) e a informação (processo), sob múltiplas perspectivas teóricas e práticas de análise. Museu, patrimônio e informação: interações e representações. Patrimônio musealizado: aspectos informacionais e comunicacionais.

GT 10	Informação e Memória	Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio 'informação e memória'. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social.
GT 11	Informação e Saúde	Estudos das teorias, métodos, estruturas e processos informacionais em diferentes contextos da saúde, considerada em sua abrangência e complexidade. Impacto da informação, tecnologias, e inovação em saúde. Informação nas organizações de saúde. Informação, saúde e sociedade. Políticas de informação em saúde. Formação e capacitação em informação em saúde.
GT 12	Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades	Estudos teóricos e aplicados em informação sobre Raça, Classe, Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades. Teorias Críticas, Culturais, Racial, Feministas e Queer. Correntes teóricas, escolas de pensamento, bases metodológicas-conceituais e aplicações técnico- científicas dos estudos etnicorraciais, de gênero e de diversidade. Teorias, discursos, saberes, atividades científicas e profissionais em ambientes informacionais comunitários, populares e organizacionais. Relações sociais, de poder e resistências. Epistemicídio, violências e insurgências. Estudos Pós-Coloniais, Decoloniais e Anticoloniais. Estudos Críticos da Branquitude. Justiça Social, Informacional, Racial e de Gênero.

Fonte: https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/. Acesso em: 30 jan. 2024.

O ENANCIB acontece anualmente no segundo semestre. Sempre que for necessário é possível fazer alterações ou inserções nos grupos de trabalho "Os Grupos de Trabalho serão criados, reformulados ou extintos, a partir de representação dos pesquisadores interessados em sua constituição e serão submetidos à aprovação da Diretoria Executiva, após consulta ao Fórum de Coordenadores" (FREIRE; ALVARES, 2013, p. 11).

DICA

Para saber mais sobre os grupos de trabalho da ANCIB, leia o artigo *25 anos da ANCIB: relato sobre sua história e contribuição para a área da ciência da informação no Brasil*. Acesse: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119513.

Fonte: https://images.app.goo.gl/7x1rDBQScXsvs7mZA. Acesso em: 13 set. 2023.

3.2 ABECIN

A Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) foi fundada em 13 de janeiro de 1967, sendo o objetivo inicial da associação "congregar o corpo docente dos Cursos de Biblioteconomia, criando uma comunidade empenhada em buscar solução de seus problemas, em atualizar os currículos plenos adotados nas várias escolas e em promover permanentemente o aperfeiçoamento dos professores desta área" (CALDIN ***et al.,*** 1999, p. 10).

Araújo e Valentim (2019) discorrem que a ABEBD foi desativada em 2001 por problemas relativos à sua documentação e que a partir desse momento passou a ser denominada de Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN). Além da mudança de nomenclatura houve a mudança de finalidade da associação,

"propiciar o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profissional atuante no campo da Ciência da Informação" (ARAÚJO; VALENTIM, 2019, p. 234).

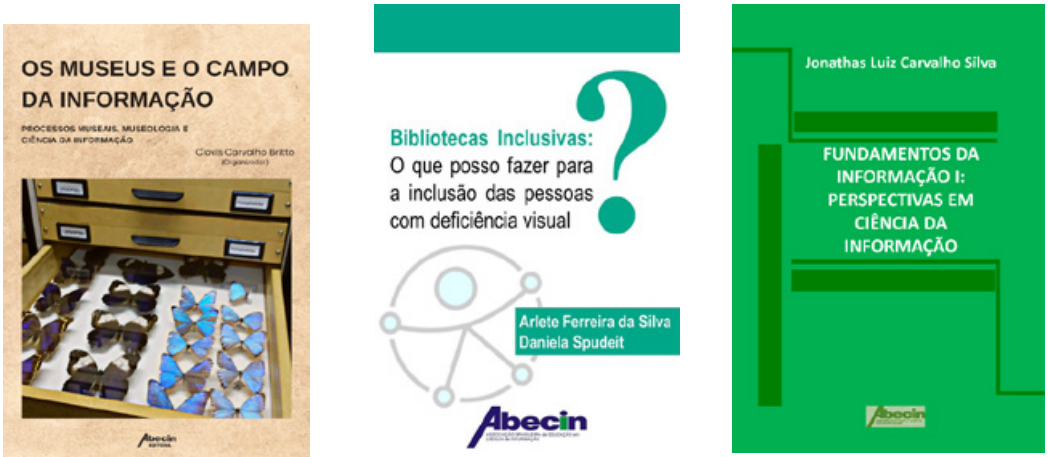
FIGURA 14 – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Abecin | Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação

Fonte: https://abecin.org.br/. Acesso em: 14 set. 2023.

Além de promover a capacitação, o debate sobre os profissionais da área de Ciência da Informação a ABECIN possui uma linha editorial com o periódico Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN) e livros acadêmicos editados pela editora da ABECIN.

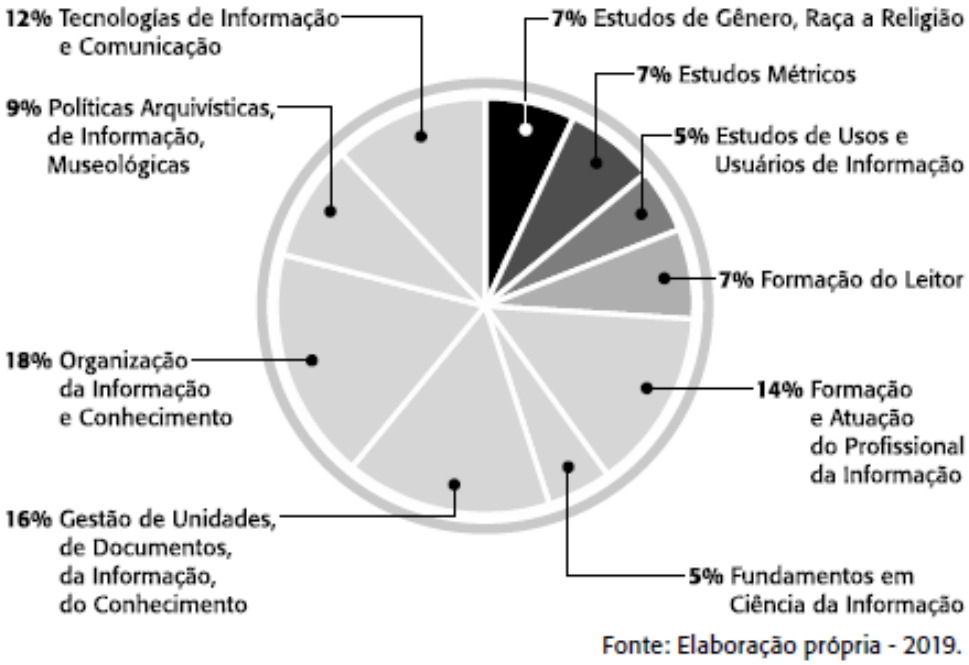
FIGURA 15 – EXEMPLOS DE LIVROS PUBLICADOS PELA ABECIN


OS MUSEUS E O CAMPO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecas Inclusivas:
O que posso fazer para a inclusão das pessoas com deficiência visual
Arlete Ferreira da Silva
Daniela Spudeit
Abecin
Jonathas Luiz Carvalho Silva
FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO I: PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fonte: https://portal.abecin.org.br/editora/issue/archive. Acesso em: 14 set. 2023.

A ABECIN também produz o de Prêmio ABECIN de melhor Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação e gestão da Informação (ARAÚJO; VALENTIM, 2019). Sobre a temática dos trabalhos de conclusão de curso premiados pela ABECIN, Araújo e Valentim (2019) apresentam um levantamento de 2012 a 2018.

FIGURA 16 – TEMAS DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO PREMIADOS PELA ABECIN 2012-2018


12% Tecnologias de Informação e Comunicação
7% Estudos de Gênero, Raça a Religião
7% Estudos Métricos
9% Políticas Arquivísticas, de Informação, Museológicas
5% Estudos de Usos e Usuários de Informação
7% Formação do Leitor
18% Organização da Informação e Conhecimento
14% Formação e Atuação do Profissional da Informação
16% Gestão de Unidades, de Documentos, da Informação, do Conhecimento
5% Fundamentos em Ciência da Informação
Fonte: Elaboração própria - 2019.

Fonte: Araújo e Valentim (2019, p. 236).

Ao analisar o gráfico, percebemos que há tendências de pesquisas sobre a organização da informação e do conhecimento, temática que está presente nas áreas que compõem a Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, assunto que será abordado na próxima seção.

DICA

Para saber mais sobre a história da ABECIN, leia o artigo *Memória Institucional da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)*, de autoria de Marlene de Oliveira e Sueli Bortolin, que aborda a questão da memória institucional sobre a ótica da Arquivologia, além de fazer o levantamento sobre os tipos documentais na associação de acordo com o seu grau de importância
Fonte: OLIVEIRA, M.; BORTOLIN, S. Memória Institucional da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN). **Inf. Prof**. Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 171-186, jul./dez. 2012.

4 TENDÊNCIAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DA CI

Com o desenvolvimento da Ciência da Informação no país, desde a criação do primeiro mestrado em Ciência da informação até a criação do primeiro doutorado, foram trançados novos temas de pesquisa, conforme o desenvolvimento da sociedade e da própria CI. Antes, as pesquisas estavam voltadas aos usuários de administração de sistema e informação e transferência de informação. No quadro a seguir apresentamos os primeiros trabalhos com o objetivo de identificar as principais temáticas estudas pela CI.

QUADRO 4 – TEMAS DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Autores	Objetivo	Temáticas identificadas
Maria Cristina Barbosa Oliveira Galvão	Analisou 41 pesquisas da própria instituição, no período de 1975 a 1995, sendo 24 dissertações e 14 teses.	• Biblioteconomia; • Documentação; • Ciência da Informação e/ ou suas subáreas.
Teodora Marly G. De Neves	Analisou 129 dissertações defendidas até 1990, com o objetivo de verificar as temáticas do curso do mestrado do IBICT no período de 1970 a 1990.	• Atividade de Gerência da Informação e de Sistemas de Informação; • Estrutura e Fluxo da Informação • Sistema Educacional; • Profissional da informação e os Usuários da informação.
Marlene de Oliveira	Análise 94 relatórios de pesquisas financiados pelo CNPQ no período de 1984 a 1993, desenvolvidos por 36 doutores e 42 mestres.	• Armazenamento e recuperação da Informação. • Pesquisa em busca de informação. • Pesquisa em atividades de bibliotecas e Serviços de Informação.

Leilah Brufrem	Analisou 215 dissertações defendidas no programa de mestrado em CI do IBICT/URFJ, entre 1972 e 1995.	• Uso, usuários e transferência da informação. • Padrões e estruturas da informação registrada. • Processamento e recuperação da informação. • Comunicação científica-tecnológica. • Planejamento e gerenciamento de unidade de informação ou sistemas de informação.
Sonia K Sakai Teixeira	Pesquisou 69 dissertações do período de 1980 1995.	• Organização e gerência de atividades de Informação, de biblioteca e centros de pesquisas; • Estudos de usuários, transferência e uso da informação e da biblioteca.
Antônio Miranda e Aldo A Barreto	Compararam os temas dos trabalhos apesentados do ENANCIB realizados em 1997 e 2000, com os 108 artigos publicados na revista Ciência da Informação do mesmo período.	• Estudos as práticas de informação em diferentes contextos; • Informação e educação; • Informação e saúde, informação para o 3° setor.
Suzana M Pinheiro Mueller e Claudia Maria P de Abreu Pecegueiro	Analisaram 248 artigos publicados a revista Ciência da Informação no período de 1990 a 1999, com o objetivo de identificar as temáticas predominantes da área.	• Entrada, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação; • Estudos de usuários, transferência e usos da informação e uso da biblioteca.

Fonte: Gomes (2003).

Em 2013, Pinheiro elencou uma lista de 10 novas possibilidade de temas para a Ciência da Informação devido à "evolução e as facilidades das TIC, particularmente a Web, pode ser questionada a validade do tesauro como um de seus instrumentos de recuperação da informação" (PINHEIRO, 2023, p. 22).

FIGURA 17 – TEMÁTICAS DA CI POR PINHEIRO (2013)

Fonte: adaptada de Pinheiro (2013).

A seguir, apresentamos as temáticas e suas possiblidades de estudos, conforme a autora.

1. Acesso livre à informação: direito, economia, sociologia, ciência da computação, comunicação.
2. Arquitetura de informação: ciência da computação, design (web design), arte.
3. Competência em informação: biblioteconomia, ciência da computação, educação, design (web design).
4. Direito do autor e propriedade intelectual (no meio eletrônico): direito, filosofia, ciência política.
5. Ética na informação: filosofia, direito, sociologia.
6. Inclusão informacional (abrangendo inclusão digital): ciência política, sociologia, ciência da computação, biblioteconomia, comunicação, serviço social, educação.
7. Informação para usuários com necessidades especiais (incluindo tecnologias assistivas): educação, psicologia, biblioteconomia, medicina, ciência da computação, engenharia eletrônica.

8. Preservação digital (sobretudo de imagens): ciência da computação, biblioteconomia;
9. Repositórios (juntamente com bibliotecas digitais/virtuais): ciência da computação, biblioteconomia, história (pelos aspectos de memória científica).
10. Ontologias: linguística, biblioteconomia, ciência da computação e inteligência artificial.

Araújo e Valentim (2019) agruparam as temáticas de pesquisa em Ciência da Informação de acordo com os Grupos de Trabalho do ENANCIB. Sendo a primeira linha de pesquisa a de Estudos Históricos e Epistemológicos; Organização e Representação da Informação; Mediação, Circulação e Apropriação da Informação; Gestão da Informação e do Conhecimento; Política e Economia da Informação, Informação, Educação e Trabalho; Produção e Comunicação da Informação em ciência, tecnologia e inovação; Informação e Tecnologia; Museu, Patrimônio e Informação; Informação e Memória; Informação e Saúde, e Informação, Estudos Étnico-raciais, Gênero e Diversidades.

DICA

Para finalizar esse tema, sugerimos a leitura na integra dos três artigos. Os artigos foram selecionados por abordar a Ciência da Informação com a Arquivologia, Biblioteconomia e a Museologia como áreas interdisciplinar.

O primeiro artigo é a **Mediação em Museus: mapeando o tema e identificando lacunas**, de autoria de Larissa Teixeira Rodrigues e Marcelo Calderari Miguel. Os autores realizaram a analisa da produção científica sobre mediação em museus indexada no Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação. Acesse: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/56626.

O próximo artigo é a **Arquivologia e Ciência da Informação na Era do Big Data: Perspectivas de Pesquisa e Atuação Profissional em Arquivos Digitais**, de autoria de Jonas Ferrigolo Melo e Moisés Rockembach. Os autores identificaram os conceitos e delimitações no campo de Big Data, que possui ligações interdisciplinares com os profissionais da informação. Acesse: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120818.

Por fim, o último artigo indicado é **A Formação do(a) Bibliotecário(a) frente à Ciência de Dados e Gestão de Dados: análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia do Brasil**, de autoria de Raimunda Fernanda Santos e João Victor Moraes Sena. Neste artigo, os autores evidenciam a importância do ensino de aspectos concernentes à Ciência de Dados, alfabetização e gestão de dados frente à formação dobibliotecáriono atual contexto informacional e de mercado. Acesse: https://abecin.emnuvens.com.br/rebecin/article/view/308.

LEITURA COMPLEMENTAR

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: análise nas teses de um Programa de Pós-Graduação no Brasil

Ilka Maria Soares Campos
Rayan Aramís de Brito Feitoza
Henry Pôncio Cruz de Oliveira

INTRODUÇÃO

Os estudos na área da Ciência da Informação são norteados ao longo dos anos sob viés que perpassam diferentes campos e correntes teóricas a partir de conceitos diversos. Por outro lado, o desafio da diversidade desta área com outras disciplinas, corresponde a um fenômeno particular de interpretações, ou seja, a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade promove na Ciência da Informação possibilidades de trilhar uma ciência contemporânea, eliminando fronteiras e com múltiplas tendências em áreas de atuação com encontros de saberes. Outras áreas precisam desta, isto é, existe uma necessidade do conhecimento da Ciência da Informação por parte das outras ciências (ARAÚJO, 2007).

Os estudos da Ciência da Informação são realizados com objetivo de alinhar a produção científica, as relações temáticas, abordagens diversas, dentre outros. Um pesquisador que vem se destacando nos últimos tempos, como referencial nacional na área, em produção científica, é o Professor Doutor em Ciência da Informação, Carlos Alberto Ávila Araújo, com vínculo institucional com a Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Renomado pesquisador, Araújo realiza pesquisas com publicações contínuas, contribuindo com várias reflexões na academia, o que representa um elevado nível de estudos e compreensão da Ciência da Informação em várias vertentes. Seu nome permeia a classe, atualmente, de maior referência no país. Recentemente, Araújo (2017) realizou uma vasta pesquisa na literatura científica brasileira, mapeando às temáticas existentes. Ele identificou 13 teorias ou tendências contemporâneas na área.

Nessa perspectiva, é relevante compreender as características de temas e objetos de estudos de pesquisas não só em nível brasileiro, mas também saber como vem sendo os principais relatórios de pesquisa de excelências – as teses – à luz dessas tendências, em âmbito de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Para esta pesquisa, surgiu a necessidade de compreender esses fenômenos na Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba a partir do seguinte questionamento: quais as teorias e tendências que estão contempladas nas teses do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)?

Buscando explorar estudos em uma das recentes pesquisas de Araújo, este trabalho tem como objetivo analisar a relação temática das teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da UFPB (2015 a 2019) com as 13 teorias e tendências contemporâneas na Ciência da Informação mapeadas por Araújo (2017).

A importância desta pesquisa se dá por não haver outros estudos que conheçam e/ou caracterizem as teses com as teorias e tendências da Ciência da Informação no âmbito do PPGCI da UFPB. Isso poderá corroborar com uma maior discussão e verificação dessas tendências na realização das pesquisas de doutorado.

[...]

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DE CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

A Ciência da Informação é uma área interdisciplinar com pluralidade de conhecimentos, possibilitando relações com vários objetos de estudos. Ocorre que, nesse sentido, "a interdisciplinaridade se apresenta atualmente como principal instrumento teórico-metodológico do processo de integração de conhecimentos que caracteriza o modelo de ciência contemporânea" (SOUZA, 2015, p. 125). As questões interdisciplinares nesta área apresentam possibilidades de trilhar uma ciência contemporânea, eliminando fronteiras e com múltiplas tendências em áreas de atuação com encontros de saberes.

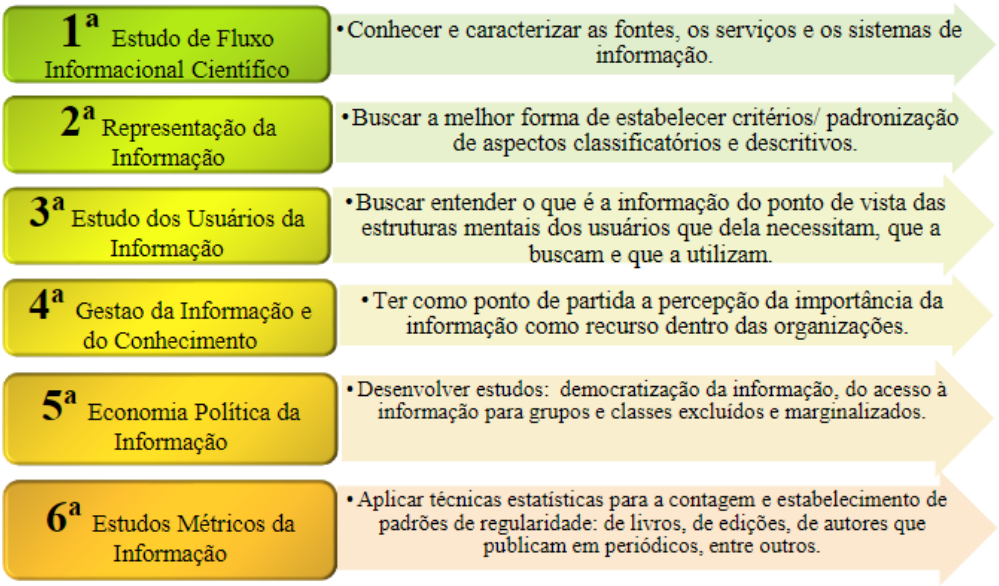
Valentim ***et al***. (2017, p. 15) defendem que nas publicações da Ciência da Informação, "é recorrente apresentá-la como uma Ciência Pós-Moderna e interdisciplinar. Uma defesa muito utilizada é a de que a CI foi constituída a partir de diferentes ciências ou áreas afins".

Em várias décadas, autores clássicos da Ciência da Informação já direcionavam a área para aplicações de resoluções de problemas, contexto social, comportamento e organização da informação, assim como seu acesso.

Saracevic (1996, p. 47) alega que esta área pode ser caracterizada com uma Ciência recorrente "[...] às questões científicas e à prática profissional, voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de

informação. "Inicialmente pensada como uma disciplina, a Ciência da Informação, pela sua ampla área de atuação passou a ter várias subáreas (Figura 1), onde em cada uma manifestou diferentes correntes de teorias

Figura 1 – Subáreas da Ciência da Informação


1ª Estudo de Fluxo Informacional Científico
•Conhecer e caracterizar as fontes, os serviços e os sistemas de informação.
2ª Representação da Informação
•Buscar a melhor forma de estabelecer critérios/ padronização de aspectos classificatórios e descritivos.
3ª Estudo dos Usuários da Informação
•Buscar entender o que é a informação do ponto de vista das estruturas mentais dos usuários que dela necessitam, que a buscam e que a utilizam.
4ª Gestao da Informação e do Conhecimento
•Ter como ponto de partida a percepção da importância da informação como recurso dentro das organizações.
5ª Economia Política da Informação
•Desenvolver estudos: democratização da informação, do acesso à informação para grupos e classes excluídos e marginalizados.
6ª Estudos Métricos da Informação
•Aplicar técnicas estatísticas para a contagem e estabelecimento de padrões de regularidade: de livros, de edições, de autores que publicam em periódicos, entre outros.

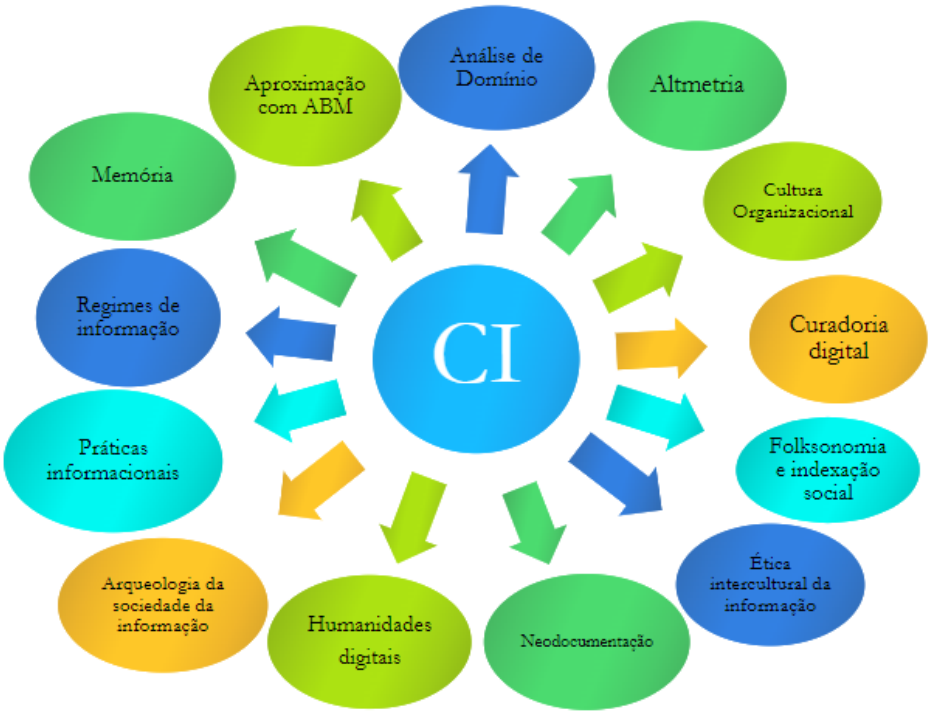
Fonte: Adaptado de Araújo (2017)

A Ciência da Informação, já prevista em tempos anteriores, tem em sua essência relações que denotam o acesso, o armazenamento, recuperação e uso da informação em diferentes campos. As preocupações nessa área também correspondem aos aspectos do registro da informação e do conhecimento, com auxílio das tecnologias da informação e conhecimento promovendo assim possibilidades de gerenciamento. Logo, a ênfase central da CI é a recuperação de uma informação relevante e não qualquer tipo de informação.

Nos últimos tempos, a Ciência da Informação ampliou suas atuações e áreas diante de várias possibilidades de estudos. Como um dos maiores pesquisadores contemporâneos na área, Carlos Alberto Ávila Araújo, também reconhecido por "Casal", realizou um vasto estudo temáticas na ciência da informou, resultando em um mapeamento de 13 áreas, que ele considerou como "teorias ou tendências.

As tendências contemporâneas da Ciência da Informação, mapeadas por Araújo (2017, p. 3), foram reconhecidas como "teorias ou perspectivas" iniciativas muito distintas. Algumas delas são teorias de fato, outras são propostas de subáreas ou campos interdisciplinares, e outras são ações práticas que implicam desdobramentos ou consequências teóricas (Figura 2).

Figura 2 – 13 Teorias ou Tendências Contemporâneas em CI (ARAÚJO, 2017)



Fonte: Adaptado de Araújo (2017)

As teorias ou tendências contemporâneas, ilustradas na Figura 1, compõem a Ciência da Informação (ARAÚJO, 2017) e nas duas últimas décadas foram desenvolvidas em vários países, possuindo características inovadoras e formas conceituais.

Como primeira teoria ou tendência contemporânea, conforme Araújo (2017, p.4), a análise de domínio tem uma "contribuição fundamental [...] é a compreensão de que não é um sujeito, isolado, que tem necessidades, modos de buscar e usar a informação. Necessidade de informação é algo que surge coletivamente" (ARAÚJO, 2017, p.4). Conforme Guimarães (2014, p. 15), "permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa". Compreende-se, assim, que a análise de domínio surge de uma construção coletiva e social do conhecimento científico na ciência informação partir de uma necessidade de informação.

A altimetria, segunda teoria ou tendência a contemporânea, originada de perspectivas métricas e, de acordo com Araújo (2017), tem, em seu contexto, a web2.0 e em seguida a cientometria 2.0. Este campo de estudo realiza métricas com objetivo de mensurar a pesquisa através de dinâmicas de citações, publicações, dentre outras, verificando "como pode se expressar o impacto da produção científica –por meio de

medição de acessos, comentários, links e citações em redes sociais" (ARAÚJO, 2017, p.9). Evidencia-se ainda que sua importância se dá pela sua aplicação também no estudo da ciência na sociedade.

Para Araújo (2017), a terceira teoria ou tendência traz a cultura organizacional, evidenciando o ambiente nas organizações através de estudos nesta área e refletem o aprendizado contínuo e o clima organizacional. Nessa perspectiva, direcionam-se estudos para às necessidades, buscas, compartilhamento e uso da informação, tanto individualmente como de forma coletiva, a partir de uma cultura organizacional.

Woida e Valentim (2006, p.40) afirmam que, teoricamente, a cultura informacional é um "[...] conjunto de pressupostos básicos compostos por princípios, valores, crenças, ritos e comportamentos positivos em relação à construção, socialização, compartilhamento e uso de dados, informação e conhecimento no âmbito corporativo".

Curadoria digital que corresponde "a prática e o estudo dos processos de seleção, preservação, manutenção, coleção e arquivamento de dados digitais, com a consequente criação de repositórios e/ou plataformas digitais participativas" (ARAÚJO, 2017, p. 10) é a quarta teoria ou tendência. Compreende-se que sua aplicação se relaciona com a confiabilidade nos meios tecnológicos a partir de possíveis perdas que poderão ocorrer nos formatos digitais. Sayão e Sales (2012) consideram que, na Ciência da Informação, sua atuação está centrada na busca de garantir a cobertura das atividades científicas como arquivar, validar e reuso dos dados. O papel da curadoria está voltado para gerenciar o que está como objeto digital.

As folksonomias, quinta área, tem seu direcionamento para a aplicação nos recursos digitais. Para Araújo (2017), seu objetivo está relacionado à indexação livre pelos próprios usuários da informação promovendo uma liberdade para recuperar a informação em ambientes de compartilhamento. Ou seja, uma indexação social. Gracioso (2010, p. 140) afirma que são "ações de uso social da linguagem para representar conteúdo".

A sexta teoria ou tendência ética intercultural da informação tem como objetivo a "interseção entre os princípios globais e as particularidades locais" (SILVA, 2015, p. 6). Surge com questionamentos sobre "informação para quem?", dentro de reflexões na sociedade da informação sobre propriedade intelectual, acesso livre, identidade digital, dentre outros desafios (CAPURRO, 2010).

A sétima teoria ou tendência, mais nova, é a neodocumentação. Araújo (2017, p. 11) enfatiza que "a neodocumentação busca, assim, certa reconciliação entre o estudo da informação e a vida social". O autor esclarece que, com a altimetria e a folksonomia, existe um caminho pragmático por meio de atos concretos do uso da informação pelas pessoas.

A oitava teoria ou tendência é denominada como humanidades digitais e tem como propósito a aproximação das tecnologias digitais e humanidades, quebrando as barreiras de distância que existiram nos últimos tempos. Na Ciência da Informação, segundo Almeida e Damian (2015), as relações das humanidades digitais ocorreram nos debates sobre vários aspectos desde a preservação de patrimônios culturais nas sociedades contemporâneas a elaboração de políticas públicas para tecnologia.

A arqueologia da sociedade da informação aparece como sendo a nona teoria ou tendência contemporânea. A relação desse tema causou discussões sobre o aspecto "novidade", do momento que ao longo da história já se tem várias formas de busca, coleta, análise, disseminação da informação, tornando relativo à sociedade da informação (BURKE, 2012). Araújo (2017, p. 12) aponta essa teoria como sendo uma abordagem que "intentou desmistificar o caráter deslumbrado do discurso da sociedade da informação, de inevitabilidade e universalidade, por meio do estudo da complexidade de fenômenos e desdobramentos em diferentes contextos, conforme a geopolítica internacional.

A décima teoria ou tendência na Ciência da Informação é denominada como práticas de informação. Um campo que busca compreender o comportamento dos usuários nas práticas informacionais, assim como, "posteriormente, passou a se constituir numa perspectiva para todos os tipos de realidade empírica" (ARAÚJO, 2017, p. 12). Sua contribuição centra-se nos sujeitos e no comportamento de suas ações. Os regimes de informação correspondem a de número 11no contexto de teorias e tendências. É considerada como a mais contemporânea no campo da Ciência da Informação, deixando claro que a informação precisa ser compreendida "como produto da interação entre os vários fatores que a tornam possível e que condicionam a sua existência" (ARAÚJO, 2017, p. 14).

A Memória é a teoria ou tendência de número 12nas teorias e tendências, sendo uma área que se fez presente sempre na Ciência da Informação. Porém, nas últimas duas décadas, teve como evidências "a investigação, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e grupos de trabalho em associações cientificas" (ARAÚJO, 2017, p. 14). Por outro lado, de forma evolutiva ocorreu uma ruptura da memória como perspectiva tecnicista, como a recuperação da informação.

Por último, a número 13, a teoria ou tendência contemporânea na Ciência da Informação, está relacionada ao diálogo das áreas de arquivologia, de biblioteconomia e de museologia, ilustrada na figura dois pelas iniciais "ABM". Contrapondo a ser uma teoria ou tendência como as anteriores, elas e estabelece na necessidade de diálogos das três áreas citadas proporcionando uma aproximação para a Ciência da Informação. Uma parceria é oportuna diante da igualdade nos seus objetivos. Nessa perspectiva, os arquivos, bibliotecas e museus estão na mesma relação de atuação, assim como os profissionais pertencentes as três áreas que atuam como "mediações, interferências específicas realizadas no âmbito da dinâmica informacional mais ampla de uma sociedade" (ARAÚJO, 2017, p. 16).

As teorias ou tendências contemporâneas na Ciência da Informação, apresentadas aqui, sinteticamente, são oriundas de uma vasta pesquisa de Araújo (2017), distintas e com uma pluralidade de atuação de grande relevância em diversos campos.

[...].

Fonte: CAMPOS, I. M. S.; FEITOZA, R. A. B.; OLIVEIRA, H. P. C. Tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação em Pauta**, v. 5, n. 2, p. 10-31, 2020. DOI: 10.36517/2525-3468.ip.v5i2.2020.44045.10-31. Acesso em: 14 set. 2023.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu:

- A Ciência da Informação é interdisciplinar e as relações com outras áreas do conhecimento contribuíram para o seu surgimento.
- A ciência da informação é considerada uma ciência pós-moderna.
- A CI tem o imperativo tecnológico e a participação ativa na sociedade da informação.
- A sociedade da informação é considerada uma fase de desenvolvimento da humanidade.
- A informação é um fenômeno que cada vez mais tem estado presente nas nossas atividades e é o objeto de estudo da Ciência da Informação.
- A CI tem característica de ciência e ciência aplicada.
- No Mapa do conhecimento, desenvolvido por Zins (2007), tem como objetivo a compreensão do conhecimento na Ciência da Informação e as suas relações conceituais e interdisciplinares.
- Para Zins, a CI está vinculada ao primeiro pilar do mapa de conhecimento.
- O IBCTI foi a primeira organização votada para a Ciência da Informação no Brasil.

AUTOATIVIDADE

1 Uma das características principais da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade, para Saracevic (1996), a CI possui participação ativa na sociedade da informação. Sobre a sociedade da informação, assinale a alternativa correta:

a) ( ) A sociedade da informação é considerada uma fase de desenvolvimento da humanidade, mas não envolve as tecnologias da informação.
b) ( ) A sociedade da informação é uma sociedade que utiliza da melhor maneira possível as tecnologias de comunicação e informação disponíveis, de modo que elas se tornaram o elemento central das atividades humanas.
c) ( ) A sociedade da informação não modificou nossas relações, nossa forma de acessar dados, nossa forma de nos comunicarmos e nossa velocidade de tomar conhecimento das coisas.
d) ( ) A sociedade da informação possui algumas características como: a informação é a sua matéria-prima, capacidade de penetração dos efeitos das novas tecnologias, lógica de redes flexibilidade e fragmentação de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado

2 A ciência da informação é uma área de relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento, essas relações fizeram com a CI tivesse seu surgimento influenciado e com caraterística de ciência pura e aplicada. Sobre essa relação da CI com outras áreas do conhecimento, associe os itens a seguir:

I- Comunicação.
II- Ciência cognitiva.
III- Biblioteconomia.

( ) Compartilha preocupações sobre o registro gráficos.
( ) Compartilha interesses na comunicação humana, compreende que a informação é o fenômeno e a comunicação como processo deve ser estudado em conjunto.
( ) Está relacionado à inteligência artificial que traz contribuições e inovação aos sistemas de informação.

Assinale a alternativa correta:
a) ( ) III – I – II.
b) ( ) I – II – III.
c) ( ) II – I – III.
d) ( ) III – II – I.

3 A ciência da informação está sempre em evolução juntamente com os seus campos de pesquisa devido ao progresso tecnológico. Desta forma, explique o Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação elaborado por Chaim Zins em 2007.

4 A CI surgiu na década de 1960, no Brasil o seu surgimento aparece por volta dos anos de 1970 com a criação do Instituto Brasileiro e Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Sobre a Ciência da informação no Brasil, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

( ) No Brasil, o desenvolvimento da CI foi igual aos países da Europa onde a CI foi desenvolvida.
( ) IBBD foi criado em 1954, como um centro nacional de bibliografia.
( ) No Brasil, a CI foi confundida com a biblioteconomia e a matemática por ser uma tradução da obra de Mikhailov, Chernyi e Giliarevsky que eram russos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:
a) ( ) F – V – F.
b) ( ) F – V – V.
c) ( ) V – F – V.
d) ( ) V – F – F.

5 Um dos marcos para o desenvolvimento da CI no Brasil foi a fundação do IBCTI, mas outra associação tem destaque no auxílio da divulgação e fomento da pesquisa em CI por promover o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. Diante do exposto, disserte sobre a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jul./jun. 2010.

ARAÚJO, C. A. À. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, C. A. Á.; VALENTIM, M. L. P. A ciência da informação no Brasil: mapeamento da pesquisa e cenário institucional. **Bibliotecas. Anales de Investigacion***,* v. 15, n. 2, p. 232-259, 2019.

BORKO, H. Information science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

CALDIN, C. F. ***et.al.*** Os 25 anos do ensino de biblioteconomia na UFSC. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 4, n. 7. p. 7-13, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.1999v4n7p7/5040. Acesso em: 14 set. 2023.

CATARINO, M. E.; SOUZA, T. B. de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 77-90, maio/ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/LNXBFHmzhdhTKkswBqry58R/abstract/?lang=pt. Acesso em: 13 set. 2023.

CHOO, C. W. **Research in information and knowledge management**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2006.

COUTINHO, C.; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista Educação**, v. 18, n. 1, 2011, p. 5-22.

CUNHA, M. B. Metodologias para estudo dos usuários de informação cientifica e tecnológica. **Revista Biblioteconomia de Brasília,** v. 10, n. 2, p. 5-19 jul./dez. 1982. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_a7a477d359_0008278.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

DUTRA, L. F. Estudos de usuários no sistema de informação museal: proposições para a adequação da oferta informacional em museus pela ótica de sujeitos invisibilizados. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-122853, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.19132/1808-5245.29.122853. Acesso em: 13 set. 2023.

GOMES, M. Y. F. S. de F. A produção científica em biblioteconomia e ciência da informação no Brasil: tendências temáticas e metodológicas. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

GOMES, Â. de C.; HANSEN, P. S. (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FAYET-SCRIBE, S. **Histoire de la documentation en France**: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937. Paris: CNRS Editions, 2001. (CNRS Histoire)

FONSECA, E. N. da. Ciência da informação e prática bibliotecária. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 125-127, jul./dez. 1987.

FREIRE, I. M.; ALVARES, L. M. A. R. 25 anos da Ancib: relato sobre sua história e contribuição para a área da ciência da informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119513. Acesso em: 13 set. 2023.

JUVÊNCIO, C. H; RODRIGUES, G. M. Homo documentator: Suzanne Briet e a construção documentalista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. esp. Naudé & Briet, jul. 2018.

LÓPEZ GÓMEZ, P. La archivística española en la actualidad: su evolución entre 1975 y 1995. *In*: GENERELO, J. J.; MORENO LÓPEZ, Á. (coord.). **Historia de los archivos y de la archivística en España**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Cientifico: Universidad de Valladolid, 1998, p. 191-201.

LÓPEZ YEPES, J. **La Documentación como disciplina**: teoria e história. 2. ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1995.

LUND, N. W.; SANCHES NETO, A. P.; RODRIGUES, G. F. R.; FONSECA, V. M. M. Teoria do documento. **Logeion: filosofia da informação**, v. 8, p. 6-46, 2022. DOI: 10.21728/logeion.2022v8n2.p6-46. Acesso em: 6 set. 2023.

MARQUES, A. A. C. Arquivologia e ciência da informação: submissão ou interlocução. **Brazilian Journal of Information Science**: Research Trends. v. 11, n. 4, p. 14-22. 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/48961. Acesso em**:** 13 set. 2023.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em ciência da informação no Brasil: marcos institucionais cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 19-50, 2009.

MENEZES, S. de. Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: Redes coloniais de desencantamento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 28, n. Dossie Especial, p. 1–24, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92665. Acesso em: 6 set. 2023.

MONTEIRO, J. **Documentação em museus e objeto documento**: sobre noções e práticas. 177 f., 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Escola de Comunicação e Artes da USP. São Paulo, 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n. 10. São Paulo, dez., 1993.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5664. Acesso em: 6 set. 2023.

ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 1, p. 3-35, 2009.

OTLET, P. **Traité de Documentation. Le livre sur le livre**. Téorie et pratique. Bruxelles: Éditeurs-Imprimeurs D. Van Keerberghen & Fils, 1934.

PIERCE, C. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PINHEIRO, L. V. R., LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n.1. 1995. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i1.609. Acesso em: 12 set. 2023.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação: os sinais enunciadores da nova área. *In*: AQUINO, M. A. **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. p. 61-86. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

PINHEIRO, L. V. R. Evolução e tendências da ciência da informação, no exterior e no Brasil: quadro comparativo a partir de pesquisas históricas e empíricas. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 6., 2005, 3, Florianópolis, SC. **Anais [...]**, Florianópolis, SC, 2005.

PINHEIRO, L. V. R., Fronteiras e horizontes da pesquisa em ciência da informação no Brasil. *In.* ALBAGLI, S. **Fronteiras da ciência da informação**. Brasília, IBICT, 2013.

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M. M. de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, v. 21, nº 3, p. 25-42, set/dez. Porto Alegre: UFRGS. 2015.

ROBINSON, L. Information Science: communication chain and domain analysis. **Journal of Documentation**, v. 65, n.4, 578-591, 2009.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. Brasília, 2005.

MARQUES, M. B.; GOMES, L. E. **Ciência da informação**: visões e tendências (Investigação Livro 0) (Portuguese Edition) (p. 113). Edição do Kindle, 2017.

SANTA ANNA, J.; PEREIRA, G.; CAMPOS, S. de O. Sociedade da informação x biblioteconomia: em busca do moderno profissional da informação (MIP). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 68-85, jan./jun. 2014.

SATUR, R. V. A pesquisa interdisciplinar na Ciência da Informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38006/1/2018_art_rvsatur.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, J. L. C; FREIRE, G. H. A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./ abr., 2012.

SILVA; C. H. J.; RODRIGUES, G. M. A documentação no Brasil: primórdios de sua inserção no país (1895-1920). RICI: R. Ibero-amer. **Ciência da informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 271-284, jan./jun. 2016.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das "ciências" documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002. 174p.

SMIT, J. W. (1993). O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 26, n. 1/2. p. 81-85, 1993.

SOUZA, E. D. A **Ciência da informação**: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: Edufal, 2015. 222 p.

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. V. Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. **Biblionline**, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16146. Acesso em: 6 set. 2023.

TANUS, G. F. de S. C. **Saberes científicos da biblioteconomia em diálogo com as ciências sociais e humanas**. 2016. 232 f. Tese (doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.

WOLEDGE, G. Bibliography and Documentation: words and ideas. **Journal of Documentation**, v. 39, n. 4, p. 266-279, 1983.

YASSUDA, S. N. **Museum documentation**: a reflection on the descriptive treatment of the object at the Museu Paulista. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

ZINS, C. Knowledge map of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 4, p. 526-535, 2007.

ANOTAÇÕES